

SANTO ANTÃO da BARCA

Coordenação

FERNANDO BESSA RIBEIRO

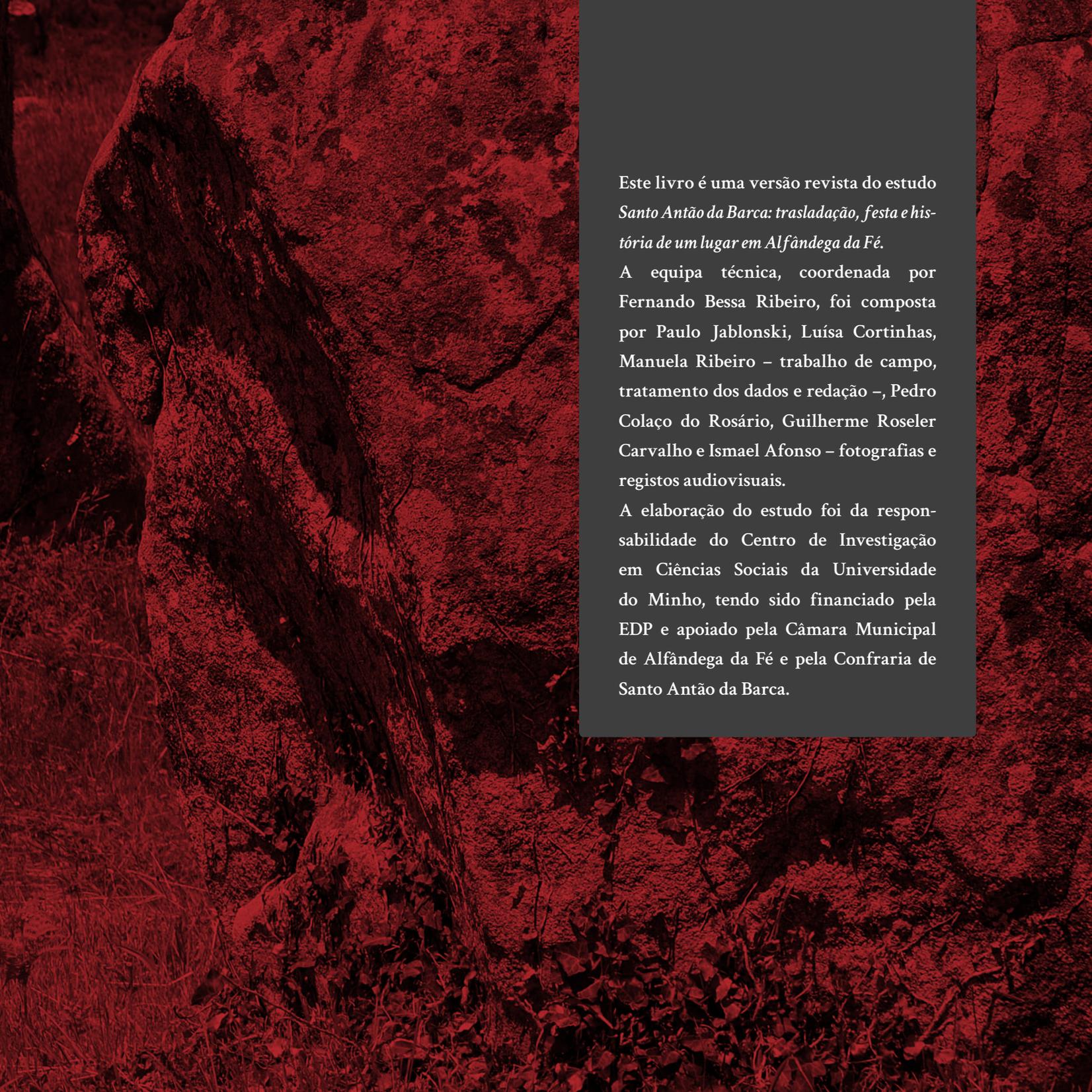
TRASLADAÇÃO, FESTA E HISTÓRIA
DE UM LUGAR EM ALFÂNDEGA DA FÉ

Texto

FERNANDO BESSA RIBEIRO
PAULO JABLONSKI
LUÍSA CORTINHAS
MANUELA RIBEIRO

Fotos

PEDRO COLAÇO DO ROSÁRIO
GUILHERME ROSELER CARVALHO
ISMAEL AFONSO



Este livro é uma versão revista do estudo *Santo Antão da Barca: trasladação, festa e história de um lugar em Alfândega da Fé*.

A equipa técnica, coordenada por Fernando Bessa Ribeiro, foi composta por Paulo Jablonski, Luísa Cortinhas, Manuela Ribeiro – trabalho de campo, tratamento dos dados e redação –, Pedro Colaço do Rosário, Guilherme Roseler Carvalho e Ismael Afonso – fotografias e registos audiovisuais.

A elaboração do estudo foi da responsabilidade do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, tendo sido financiado pela EDP e apoiado pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé e pela Confraria de Santo Antão da Barca.

SANTO ANTÃO da BARCA

Coordenação
FERNANDO BESSA RIBEIRO

TRASLADAÇÃO, FESTA E HISTÓRIA
DE UM LUGAR EM ALFÂNDEGA DA FÉ

Texto

FERNANDO BESSA RIBEIRO
PAULO JABLONSKI
LUÍSA CORTINHAS
MANUELA RIBEIRO

Fotos

PEDRO COLAÇO DO ROSÁRIO
GUILHERME ROSELER CARVALHO
ISMAEL AFONSO



Índice geral

- 7 O SANTUÁRIO É TAMBÉM PAISAGEM
E RIO... E GENTES!
Berta Nunes
- 11 APRESENTAÇÃO
Manuel António Gouveia
- 16 LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS
E ABREVIATURAS
- 18 NOTA PRÉVIA
- 20 AGRADECIMENTOS

24	INTRODUÇÃO <i>Fernando Bessa Ribeiro</i>	
30	CAPÍTULO 1. O TRAJETO DO ESTUDO <i>Fernando Bessa Ribeiro</i>	
44	CAPÍTULO 2. ERA UMA VEZ... UMA BARRAGEM <i>Fernando Bessa Ribeiro, Manuela Ribeiro e Luísa Cortinhas</i>	
62	CAPÍTULO 3. UM RIO, VIDAS E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA <i>Paulo Jablonski, Fernando Bessa Ribeiro e Luísa Cortinhas</i>	268
110	CAPÍTULO 4. O SANTUÁRIO DE SANTO ANTÃO DA BARCA <i>Paulo Jablonski, Fernando Bessa Ribeiro e Luísa Cortinhas</i>	272
156	CAPÍTULO 5. A TRASLADAÇÃO DO SANTUÁRIO <i>Fernando Bessa Ribeiro, Luísa Cortinhas e Paulo Jablonski</i>	276
192	CAPÍTULO 6. A VIDA TAMBÉM É FEITA DE FÉ E DE FESTA PROCISSÕES E ARRAIAIS EM SANTO ANTÃO DA BARCA <i>Paulo Jablonski e Luísa Cortinhas</i>	284
262	CONSIDERAÇÕES FINAIS. E A VIDA CONTINUA (E COM ELA A FÉ E A FESTA) <i>Fernando Bessa Ribeiro</i>	
		268 CRONOLOGIA
		272 ÍNDICES DE FIGURAS, FOTOGRAFIAS, NARRATIVAS E QUADRO
		276 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
		284 SOBRE OS AUTORES



ABERTURA

O Santuário é também paisagem e rio... e gentes!

Berta Nunes*

O santuário de Santo Antão da Barca é um local de festa, de convívio e de fé, mas é também um espaço que em tempos (e ainda hoje) tinha importância pelas atividades económicas que permitia, fosse a pesca, a agricultura, a pastorícia ou o comércio local.

Como dizia o Professor Manuel Gouveia, que recentemente reorganizou a Confraria e fez um trabalho notável para permitir a sua legalização/regularização, “a Parada, se não tanto agora, viveu sempre com uma face virada para a ladeira do Sabor e outra para o próprio Rio”.

Existem muitas memórias individuais e coletivas sobre o rio e suas gentes, que estão plasmadas no livro que agora se publica e que resultou do labor de uma equipa competente e empenhada, que com este seu trabalho ajudará a preservar a memória desses tempos, antes e depois da barragem, e de todas as mudanças que o rio e o Santuário sofreram ao longo do período que a memória alcança.

Este trabalho de preservação da memória ajudará a atual comunidade a reforçar a sua identidade e a sua ligação ao Santo e ao território envolvente e ajudará certamente quem nos suceder a compreender melhor o mundo local e a sua evolução, vendo com mais nitidez do que no momento atual os impactos positivos e negativos da própria barragem (dos Lagos do Sabor

*

Antiga presidente da Câmara de Alfândega da Fé, atual Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas .

1

Caminho de terra de acesso ao Santuário na sua antiga localização, junto ao rio Sabor.

como a queremos chamar e do Lago dos Santuários como se propõe para o novo “lago” que surgirá com o enchimento da albufeira junto ao Santo Antão, santuário de Cerejais e santuário de Nossa Senhora de Jerusalém).

A hidronímia do Sabor, com os seus poços e vaus todos nomeados e classificados, bem conhecidos dos barqueiros e pescadores, mostra bem como se conhecia cada palmo de terra e cada palmo de rio, porque era de ambos que se tirava o sustento e se trabalhava a terra e o rio com os maiores cuidados e com uma sabedoria de experiência feita.

A preparação da Festa de Maio e da Festa Grande em setembro é um exemplo do modo como a devoção ao Santo, sendo tão forte, reforçou ao longo dos anos os laços de solidariedade e pertença de toda a comunidade e como a tradição também se inventa e reinventa, como diz a Dona Antónia Ferreira, que inventou há cerca de meio século a tradição de fazer os doces e de os vender para arranjar dinheiro para o Santo: “Isto até foi inventado e agora a gente chama-lhe tradição que não pode ficar por fazer...”

Mas o reverso também existia!

As freguesias estavam sempre em rivalidade e a violência podia surgir do nada... como contam as pessoas. As raparigas solteiras eram vigiadas de muito perto e se um rapaz lhes “falava” e esse falar não levasse ao casamento, a rapariga já estava em sérias dificuldades para ter outro pretendente. Casavam e tinham logo filhos e nem tinham oportunidade de namorar, como contam as mulheres mais velhas. Submissão, particularmente das mulheres, rivalidade e violência eram os valores de um regime violento e discriminatório que se refletia no dia a dia das comunidades e afetava o bem-estar das mesmas.

Nem a devoção ao Santo, nem a religião conseguiam que a tolerância, a compaixão e a harmonia nas relações se sobrepujassem aos valores de um regime violento e autoritário, antes da revolução de Abril e da democracia, em que a pobreza da maioria era tão extrema que não havia dinheiro para

nada, como contam os homens e as mulheres, lembrando os tempos passados: “Nas festas havia sempre guerra e tinha de lá estar a GNR e um destacamento da tropa... Batiam-se uns aos outros e depois a guarda também lhes batia.”

Violência, relações saturadas de violência, esta era também a marca do regime.

A barragem chamada do Baixo Sabor está a encher, o novo Santuário está a crescer e o antigo lugar ficará submerso. Para quem viveu junto ao rio ou aí se deslocou vezes sem conta para folgar, rezar ou trabalhar, a resignação e a aceitação são, entre os mais velhos, como se refere no livro, o sentimento dominante: “se até o Santo está a deixar” que tudo se passe deste modo, como podem as pessoas lutar contra o inevitável? Para os jovens, o Santo e o Santuário já não terão as mesmas memórias e será necessário reatar os laços afetivos, agora num novo contexto.

O futuro que todos queremos que seja melhor começa sempre hoje. Saber aproveitar as oportunidades da construção do novo Santuário e do enchimento da barragem, minimizando os aspetos negativos e potenciando os positivos, é o grande desafio que temos todos pela frente.

Começa então hoje o futuro, com incertezas mas com esperança. Porque sem esperança não haverá força anímica, e sem força anímica não haverá transformação para melhor.

Alfândega da Fé, 4 de maio de 2014



APRESENTAÇÃO

Por aqui perpassa toda a vida do Santuário

Manuel António Gouveia*

Há já muitos anos que o santuário de Santo Antão da Barca merecia uma memória escrita com a dimensão e o estudo que aqui se apresentam. Razões várias estarão na origem de tal falta e não nos cabe especular sobre os motivos pelos quais não foi feita. E só no âmbito da construção da barragem do Baixo Sabor este estudo se tornou realidade, sugerido pela então Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, totalmente financiado pela EDP – responsável, como é público, pela construção da barragem – e levado a cabo por uma equipa coordenada pelo Professor Fernando Bessa Ribeiro.

Sendo preocupação primeira dos autores uma investigação clara, séria e isenta, não deixaram de procurar para ela a melhor informação, da qual me parece que seja de realçar a informação de proximidade fornecida pelos atores, “através da exploração das memórias individuais e a observação das práticas sociais”; atores em cena antes, durante e depois dos momentos altos que acontecem anualmente – os dias festivos – no santuário de Santo Antão da Barca.

Ao longo de seis capítulos, dos quais o mais significativo será, porventura, o sexto (o dos dias festivos), o mais emocionante o quinto (o da trasladação), caracterizantes e informativos os restantes, perpassa toda a vida daquele Santuário, que, por força da barragem a que acima nos referimos,

*
Professor, antigo responsável pela Confraria do Santo Antão da Barca.

2
Imagem do Santo Antão da Barca.

foi necessário arrancar ao lugar em que foi implantado, cuidadosamente ali deixado pelos pais aos seus herdeiros, numa envolvimento de fé e de carinho.

Após considerações sobre o espaço, fundamentadas em autores que o teorizaram, afirma-se que, “face a este quadro teórico, o estudo do santuário de Santo Antão da Barca tem de considerar os constrangimentos ecológicos em que se inscreve, as estruturas económicas e os modos de vida, as dinâmicas sociais e as mudanças, enfim, a história de um lugar que se foi transformando à medida que a sociedade e as suas gentes foram mudando”.

Apontando a decisão governamental da construção da barragem, com todos os benefícios que daí advêm, bem como a posição de vários detratores, uma e outra amplamente divulgadas na comunicação social, não deixa a equipa de registar a “curiosidade turística” em que o Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor se transforma, “suscitando o interesse de muita gente”. Contextualizada “no troço inferior do rio Sabor”, a barragem dá origem a uma albufeira que atinge os concelhos de Alfândega da Fé, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Macedo de Cavaleiros.

Numa abrangência que não deixa de ser significativa, há toda uma caracterização da população que mais diretamente se encontra envolvida com o Santuário, a de Parada, ora através do trabalho ligado à terra (sobretudo o cultivo do cereal), ora através da pesca, ligada ao rio, ou da exploração da barca que o atravessava, principalmente no inverno, registando a vivência que lhe esteve adjacente e mencionando o facto de aquela constituir “uma peça-chave na narrativa simbólico-religiosa que estrutura e organiza o Santuário. Temos, é adequado recapitular, o Santo Antão da Barca e o Divino Senhor da Barca”.

Para além da fundada e vasta informação relativa à pesca no rio e às suas artes, oportunamente ilustradas com fotografias, há ainda a referência à colónia de férias que aí permaneceu durante vários anos (“nas décadas de 1970 e 1980”) e que fez a delícia de centenas de crianças: “Verificadas

por parte dos responsáveis técnicos do IASE as boas condições do lugar para a criação da colónia de férias, o projeto iniciou-se no ano letivo de 1972/73 [...], nela envolvendo a comunidade de Parada”.

Descrivendo o Santuário, é realçado o local onde o rio separa Alfândega da Fé de Mogadouro e da Torre de Moncorvo, tal como são realçadas as mudanças na paisagem (“ocorridas sobretudo a partir da década de 1960”, substituindo o cereal pelo eucalipto), o isolamento, os caminhos em paisagem de “carácter agreste” ou já acessíveis a viaturas ligeiras, e o agradável conjunto formado pela Capela, o rio e os montes que se avistam do caminho, lá no alto, em direção ao Santuário.

Caracterizando a Capela, o estudo prossegue afirmando que “as origens do templo continuam envoltas em grande incerteza, não sendo conhecidos o responsável e as razões justificativas para a sua construção”, sendo que, tendo existido anterior Capela, provavelmente a atual teria sido construída por volta de 1743. Adianta ainda que, “se a Capela é indiscutivelmente a construção mais importante e de maior valor material e simbólico, ao ponto de justificar a sua trasladação parcial para o novo Santuário, o complexo religioso de Santo Antão não se esgota nela”, informando, então, sobre todo o complexo.

O estudo aborda depois a Confraria, responsável pelo Santuário, afirmando tratar-se de “uma associação mista de fiéis” com os seus Estatutos e personalidade jurídica, com vivência e pulsar próprios; sendo “conhecida pelas pessoas sobretudo por ser responsável pela romaria do Santo Antão”, tem irmãos oriundos de várias localidades.

Particular importância é dada às relações dos devotos com os santos: “o relacionamento dos indivíduos presentes na romaria do Santo Antão da Barca com o divino é muito variável” e “o modo mais frequente de relacionamento com o divino é através de promessas”, às quais o povo se refere com grande respeito pelo seu cumprimento. É referida também uma outra

obrigação: “outro sacrifício comum é levar o andor de alguma das imagens”. Milagres são relatados por devotos, sobretudo os atribuídos ao Santo Antão e ao Divino Senhor na intervenção da passagem do rio na barca; e são testemunho de vários deles os ex-votos existentes na Casa dos Milagres, onde também se podem admirar quadros da vida de Santo Antão.

Perante a inevitabilidade da trasladação do Santuário, aqui se registam todos os passos necessários a essa trasladação, até à última hora considerada por alguns devotos como não podendo ser feita, apesar de “a reação da comunidade local” se manter “sempre dentro de um nível muito baixo de oposição e conflito”. A escolha do novo local numa cota mais elevada, o desmonte da Capela e a deslocação da abóboda da capela-mor para o novo edifício, antecipados do transporte dos santos para a igreja de Parada, com o devido registo fotográfico, constituíram, como aqui se pode ver, momentos de grande determinação e de forte emoção. Ao novo local se refere este trabalho, “no lugar do Arrebetão, no sopé da elevação nele existente”, mencionando não só os edifícios, a sua distribuição e funcionalidade, como também a definição dos espaços, “de forma a garantir uma melhor organização espacial”.

Já a preparação das festividades e a sua realização (componente profana e religiosa) merecem lugar de destaque, persistindo a ideia do grande envolvimento dos habitantes de Parada e da Confraria, com especial empenho da direção desta última. A angariação de fundos, a distribuição do trabalho – uma parte significativa nas mãos das mulheres, ficando para os homens os trabalhos pesados – saltam bem à vista das páginas desta memória: “Estas tarefas estão divididas por género: o grupo das mulheres está encarregado de limpar o interior dos edifícios, varrer, limpar o pó, eliminar teias de aranha e lavar [...]. Quanto ao grupo dos homens, ele ocupou-se com a limpeza do exterior dos edifícios. / [...] No exterior da Capela, se alguns homens se ocupam em limpar o terreno com roçadouras, outros preparam o bar”.

Referindo a festa de setembro, com a devoção devida aos santos, o cumprimento das promessas e toda a efusiva alegria evidente em cada rosto, sobressai, após a missa e a procissão, a grande confraternização por muitos ansiada: a merenda. “A merenda é uma grande refeição coletiva entre a procissão e o arraial.” Merenda ao ar livre, em mesas improvisadas espalhadas pelo exterior do recinto, ou apenas com toalhas estendidas no chão, durante a qual se dá largas a uma enorme alegria, se reveem amigos e parentes, se oferecem e se provam petiscos os mais variados, em que sobressaem os peixes do rio, neste momento nunca regateados.

E segue-se o arraial, ao som do conjunto que anima e convida à dança até de madrugada.

Já nas “Considerações finais”, se retoma a constatação de que “a desmontagem da velha Capela foi sentida com especial emoção”. Outras serão as características do Santuário, sobretudo a paisagem e o rio, mas “a devoção terá a mesma intensidade, a relação com o Santo não mudará”, pois “a vida continua e com ela a fé e a festa”, pelo que o “santuário de Santo Antônio da Barca continuará a desempenhar uma função crucial”.

Trabalho em que também não falta um assinalável e ilustrativo registo fotográfico, considero que, pelo seu conteúdo e divulgação, muito irá contribuir para o conhecimento do santuário de Santo Antônio da Barca e sua Confraria, devoções e práticas que lhe são inerentes, dando continuidade à que, até aqui, tantos e tantos devotos realizaram, comovidos, num magnífico vale junto ao rio e emoldurado por montes, o qual, para nossa tristeza, nunca mais veremos.

Parada e Santo Antônio da Barca, 11 de maio de 2014

LISTA DE

*Siglas, acrónimos
e abreviaturas*

ACE	Agrupamento Complementar de Empresas	EA	Entrevista áudio
AHBS	Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor	EDP	Energias de Portugal
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental	Ent.	Entrevistador
AMBS	Associação de Municípios do Baixo Sabor	GNR	Guarda Nacional Republicana
Apud	Em	IASE	Instituto de Ação Social Escolar
Art.º	Artigo	IC	Itinerário Complementar
DIA	Declaração de Impacto Ambiental	PSL	Plataforma Sabor Livre
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte	Recape	Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
		v.g.	<i>verbi gratia</i> (por exemplo)
		\$	Escudo (português)



Nota prévia

O trabalho de investigação foi realizado em 2012 e 2013, com o relatório final concluído em janeiro de 2014. Vicissitudes várias, com destaque para as de ordem financeira, impediram que a transformação do relatório em livro ocorresse em 2015, tal como estava inicialmente previsto. Assim, quatro anos mais tarde, surge finalmente a publicação, estando convictos de que se mantém intacta a sua pertinência e relevância.

Tendo a investigação sido realizada no quadro institucional do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, a publicação recebe a chancela do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, nascido em 2015 da fusão do primeiro com outras duas unidades de investigação, o Centro de Estudos de Sociologia e o Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, sediados na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.



Para tornar o texto mais conciso e dar fluidez à sua leitura, foram indicados por siglas todos os nomes de instituições, organizações e expressões suscetíveis de serem contraídos. A utilização, no texto, do material etnográfico foi feita basicamente através dos seguintes procedimentos: (i) citação direta das notas dos cadernos de campo dos membros das equipas de investigação, apresentadas a negrito; (ii) fragmentos relevantes dos discursos dos atores sociais inquiridos através de entrevistas aprofundadas e de conversas informais e excertos dos diálogos entre aqueles e membros da equipa de investigação, destacados no texto através de tabulação, espaçamento e dimensão dos caracteres.

Salvo exceções manifestamente justificadas, os textos de outros autores são sempre citados em português, sendo a tradução, quando necessária, da nossa responsabilidade. Por fim, as citações de textos e outros documentos foram transcritas sem modificação, não se considerando as alterações impostas pelo atual acordo ortográfico.

Agradecimentos

Este livro sobre um acontecimento único e irrepetível só foi possível devido ao entusiasmo da Dr.^a Berta Nunes, então presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé e atual Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas.

Compreendendo a relevância do que estava em causa para o futuro da sua comunidade local e do seu concelho, preocupada com a salvaguarda da memória, solicitou-nos na primavera de 2010 a apresentação de uma proposta que envolvia uma componente museológica, mais tarde afastada por falta de cabimento orçamental. Ao longo de dois anos reunimos em diversas ocasiões com a Dr.^a Berta Nunes, o Prof. Manuel Gouveia, da Confraria de Santo Antão da Barca, e o Eng.^o Luís Lopes Santos, da EDP, apoiado por diversos técnicos, procurando encontrar a melhor solução, considerando o envelope financeiro disponível.

Iniciado o projeto em abril de 2012, as condições em que o realizámos foram as melhores. Se a Dr.^a Berta Nunes foi incansável na indicação de contactos e na mobilização de vontades, o Prof. Manuel António Gouveia esteve sempre disponível, fornecendo informação, sugerindo pessoas a entrevistar e lendo, de forma exaustiva, versões preliminares do relatório – no qual se baseia o livro agora publicado – cujos comentários e críticas foram muito úteis para a melhoria do mesmo. Não podemos deixar de mencionar a confiança depositada no nosso trabalho pelo Eng.º Luís Lopes Santos. Sempre disponível para responder às nossas questões e pedidos de dados, reuniu prontamente as melhores condições e apoios técnicos nas nossas visitas às diversas obras do empreendimento. Conquanto o tema fosse sensível para a EDP, jamais colocou restrições à liberdade com que executámos o nosso trabalho. Uma referência ainda à equipa técnica “socio-antropológica” do AHBS, em especial a Paulo Dórdio, Lois Ladra e Susana Lainho, extensível a todos os técnicos e funcionários da EDP, Empripar e demais empresas ligadas à construção do AHBS com quem contactámos, sempre cordiais e disponíveis para facilitar o nosso trabalho. Entre estes, temos de assinalar o Eng.º Vítor Afonso, nosso guia conhecedor e incansável nas visitas que efetuámos às obras da barragem principal.

Fomos acolhidos pelos habitantes de Parada de uma forma gentil, fraterna e amiga que muito nos honrou e sensibilizou. Mais do que intrusos, rapidamente nos sentimos “em casa”. Sem exceção, todos responderam com insuperável paciência às nossas questões, recebendo-nos em suas casas, partilhando refeições, bebidas e, sobretudo, boa conversa. Correndo certamente o risco de esquecer algumas pessoas, cumpre-nos mencionar quem, com solicitude inexcusável, nos ajudou de forma particularmente saliente na realização do nosso trabalho, a saber: Luís Pereira, Olímpio Ginja, Diana Pereira, Dr.^a Teresa Afonso, Lúcia Valpereiro, Antónia Ferreira, Maria

Celeste Ferreira, Maria Estela Alves, António Júlio Garcia, Ilda Garcia, Maria da Graça Cordeiro, Ernesto Branquinho, Gilda Maria Pussacos, António Maia, António Ribeiro, Maria Celeste Branco, Hermínia Cordeiro, Luís Neves, Alda Garcia, Fernanda Ribeiro, Sérgio Ribeiro, Evangelina Branquinho, Simão Cancela e Isidro Vargas. Vezes sem conta os importunámos com as nossas entrevistas, conversas e pedidos de esclarecimento, colaborando sempre com simpatia e interesse. De igual modo, temos de mencionar o acolhimento caloroso por parte do Padre Francisco Pimparel, sempre disponível para responder às nossas questões.

Cabe igualmente sublinhar o trabalho competente e dedicado da Ângela Matos, do secretariado do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, na edição do relatório e posteriormente do livro, nada fácil atendendo à sua dimensão e combinação de texto, fotografias e figuras. Mais uma vez, Rui Magalhães deu o melhor acolhimento a esta proposta de publicação, para a qual mobilizou as suas competências e cuidado para produzir um livro exigente em termos gráficos. Aqui é justo destacar o contributo da Margarida Baldaia, agora não apenas como revisora mas também como responsável pela conceção visual deste livro, combinando com mestria texto, fotografia e outros elementos gráficos. Ainda que a responsabilidade final pelo livro seja dos autores, em especial do coordenador, o trabalho de revisão permitiu disfarçar muitas das lacunas que o leitor eventualmente descobrirá ao longo da leitura.



Introdução

Fernando Bessa Ribeiro

A construção de grandes aproveitamentos para a produção de energia hidroelétrica provoca impactos significativos e suscita problemas sociais, económicos e ambientais que importa considerar. Destacam-se os relacionados com a vida e os modos de viver dos indivíduos e das comunidades atingidos pelas barragens, cujas albufeiras fazem submergir espaços, bens materiais e símbolos. Ainda que dependendo das condições específicas em que cada aproveitamento hidroelétrico é implementado e das medidas minimizadoras e compensatórias associadas, os impactos podem alterar vivências e formas de sociabilidade, incluindo práticas de lazer, redes relacionais, valores afetivos e referentes identitários, entre outros.

A albufeira do AHBS submergiu o santuário de Santo Antão da Barca e área envolvente, obrigando a uma intervenção de salvaguarda deste património, considerando mormente a sua

relevância social, histórica, religiosa e identitária para os cidadãos da região, em especial do concelho de Alfândega da Fé¹. Ainda que a trasladação para uma cota superior fosse um aspeto fundamental, as ações de proteção e valorização não se esgotavam nesta ação, devendo ir mais além, nomeadamente através da elaboração de documentos escritos e audiovisuais que pudessem contribuir para a fixação e, sobretudo, compreensão dos aspetos mais relevantes do passado e do presente desse Santuário e das gentes a ele ligado. É o caso do presente estudo, cujo objetivo geral é conhecer as representações e práticas da população no Santuário, em especial as relacionadas com as festividades e outras cerimónias que mobilizam parte significativa dos naturais (muitos deles emigrados em outras regiões do país e sobretudo no estrangeiro) e residentes do concelho de Alfândega da Fé e atraem inúmeros visitantes. Mas, como o Santuário é também paisagem e rio, o conhecimento do modo como este se inscreve na vida social e cultural das gentes locais, com destaque para as da aldeia de Parada, exige uma abordagem mais ampla que considere também outros aspetos que não os que se prendem com o campo estrito do simbólico. Em concreto, é pertinente um olhar sobre as relações da população com o rio, explorando as dimensões económicas, lúdicas, comunicacionais e simbólicas que ao longo dos tempos foram organizando a vida local – e que têm expressão no nome do próprio

1 Se nos anos 70 do século passado a construção da barragem de Vilarinho da Furna deixou soterrada uma aldeia, sem que nada se fizesse para proteger de modo adequado a população nela residente, nomeadamente através da trasladação dos seus edifícios mais relevantes para uma nova aldeia, hoje a situação é muito diferente. Não só existe uma maior sensibilidade das empresas elétricas para a preservação do património, entendido aqui num sentido amplo, englobando os aspetos materiais e imateriais, como os próprios cidadãos estão mais bem equipados para a defesa dos seus interesses, pressionando desta forma o poder político para encontrar soluções que sejam compatíveis com as suas expectativas. O caso mais conhecido e de maior dimensão é o da aldeia da Luz, cujo fundamento provocado pelo enchimento da albufeira do Alqueva obrigou à transferência dos habitantes para uma nova aldeia, construída de raiz a uma quota superior (cf. Saraiva 2005).

santuário de Santo Antão da Barca, o santo barqueiro que protegia quem tinha de atravessar o rio.

Este estudo procura conhecer e fixar em suportes adequados (texto, fotografia, filme, áudio) os olhares da população sobre o Santuário, através da exploração das memórias individuais e a observação das práticas sociais nele realizadas. Esta tarefa foi articulada com a pesquisa acerca da história do lugar e da confraria responsável pelo Santuário e pela organização das romarias em Santo Antão da Barca. Atendendo a que estávamos num momento de grandes mudanças, marcadas pela trasladação do Santuário, acompanhou-se de muito perto e de modo intenso este processo. Assumiram especial relevância as festas de 2012 e 2013. Trata-se, em termos simbólicos, de dois momentos certamente extraordinários para as gentes locais, atendendo a que a festa de 2012 foi a última que se realizou no lugar de sempre do Santuário e a festa de 2013 decorreu na aldeia de Parada, numa espécie de interlúdio irrepetível, em virtude de as obras no novo espaço não estarem então concluídas.

Ao dar importância às relações do Santuário com a vida quotidiana no presente e no passado, esta estratégia conceptual permite situar historicamente o processo de trasladação do Santuário, colocando-se em evidência as razões que a justificam. Mas não só, procura-se também dar conta da importância da paisagem e das atividades relacionadas com o rio, seja a pesca, seja o veraneio, ambas realizadas nas imediações do espaço do Santuário. Aliás, o rio (e a paisagem envolvente), ao qual o culto do Santo Antão da Barca se encontra estreitamente vinculado, desempenha um papel estruturante, marcante em termos históricos, com destaque para atividades com valor económico – *v.g.*, comércio, agricultura, pesca, pastoreio – para as populações dos concelhos de Alfândega da Fé, Mogadouro e Torre de Moncorvo. Justifica-se, pois, que seja dada relevância aos usos do rio e da terra em termos históricos.

Em suma, no sentido de conferir uma coerência ancorada numa narrativa que permita ao leitor compreender as razões que levaram a um processo de transladação de uma Capela, este estudo estrutura-se em torno dos seguintes tópicos: (i) o Santuário e a Confraria de Santo Antão da Barca – história e património; (ii) o rio enquanto elemento dinamizador de atividades económicas e simbólicas; (iii) entre o sagrado e o profano – procissões, romarias e arraiais em Santo Antão da Barca; (iv) os santos do Santuário – cultos, crenças e representações e sua importância na vida social local (fé dos locais nos santos, nas promessas, nos milagres, na contabilidade do “deve” e do “haver” instituída entre os locais e os santos); (v) o processo de transladação do Santuário – olhares e formas de participação da população; (vi) o novo Santuário.

O estudo é constituído por seis capítulos. Espaço, memória, mudança social e os procedimentos metodológicos ocupam o primeiro capítulo. Em concreto, e atendendo aos objetivos fixados, neste enquadramento teórico e metodológico reflete-se demoradamente sobre os modos de produção, enraizamento e reprodução da memória, atendendo a que esta, não só desempenha um papel crucial na construção da identidade local, mas é também um recurso metodológico para a recolha de dados acerca do passado do Santuário e dos usos do rio. Como veremos, o escrutínio da memória ocupa um lugar relevante na estratégia metodológica escolhida, de tipo etnográfico, conjugando observação, diálogo e entrevistas semi-diretivas com os atores sociais, a que se junta a pesquisa documental em bibliotecas e arquivos. No capítulo segundo – “Era uma vez... uma barragem” – dá-se conta das razões que justificam o estudo, isto é, a construção do aproveitamento hidroelétrico, cujo processo de decisão e características são objeto de análise. No capítulo seguinte – “Um rio, vidas e a luta pela sobrevivência” – descrevem-se as relações que ao longo do tempo se foram

tecendo, tendo como elemento estruturador o rio e as terras envolventes. Não estando imune à mudança, os seus usos foram-se alterando com o correr do tempo, sobretudo nos últimos cinquenta anos. Hoje, por exemplo, já ninguém semeia cereais nas agrestes encostas que envolvem o rio Sabor na zona do Santuário. Nem tão-pouco a barca ou a colónia de férias funcionam, apesar de, como veremos, permanecerem fortemente presentes na memória da comunidade local. No capítulo quarto, o primeiro dos três focados no Santuário, descrevem-se o lugar, a Confraria e os santos, promessas e procissão, mobilizando-se para isso as fontes documentais e etnográficas recolhidas ao longo do trabalho de campo. O capítulo seguinte aborda o processo de trasladação do Santuário, analisando aspetos como a escolha do local, a posição da população – em especial os residentes em Parada, cujas ligações ao lugar são muito intensas –, as obras de trasladação e o novo espaço e seu entorno. Por fim, o último capítulo é “feito” de fé e de festa, isto é, das procissões e arraiais em Santo Antão da Barca que, como bem mostra a festa grande de setembro, combinam o sagrado e o profano de modo intenso e (aparentemente) contraditório.

Em paralelo realizou-se um documentário visual de quase 60 minutos, com o título *A ascensão do Santo Antão da Barca*, cujo argumento tem como principal elemento o processo de trasladação do Santuário para o novo lugar. Em concreto, o filme mostra as principais práticas e atividades que tinham como “espaço de ação” o velho espaço religioso e o rio Sabor a ele adjacente. Foi ainda organizado um vasto registo fotográfico, de que dão conta de modo muito parcial as fotografias que ilustram o livro, bem como um acervo de entrevistas audiovisuais a membros da comunidade local, em especial da aldeia de Parada, cujos testemunhos são também aqui utilizados.

Exigindo o envolvimento da população local, é nossa ambição que este estudo possa contribuir para o reconhecimento e vinculação identitária das gentes de Parada ao território, alicerçados na valorização de um passado que representam como singular. Face a situações de mudança brusca, como as que foram geradas pelo AHBS em parte significativa do território do concelho de Alfândega da Fé – com efeitos nas atividades económicas e nas formas de relação das pessoas com os lugares, nomeadamente com aqueles que têm dimensões simbólicas relevantes –, o registo do processo de trasladação do Santuário de Santo Antão da Barca é uma tarefa essencial para a organização da memória coletiva. No limite, poder-se-á considerar que a celebração desta história e dos aspetos particulares da cultura e da vida locais poderão facilitar a construção de uma projeção mais otimista do futuro, contribuindo assim para a superação das dificuldades provocadas pelas mudanças. Em suma, este estudo poderá induzir um aumento da visibilidade do concelho na região e para além dela, traduzindo-se num incremento do prestígio da comunidade e do orgulho da população em relação ao seu passado.



5
Retábulo de
madeira da
Capela.

CAPÍTULO 1

O trajeto do estudo

Fernando Bessa Ribeiro

1. ESPAÇO, MEMÓRIA E MUDANÇA

O santuário de Santo Antão da Barca não se esgota no espaço restrito formado pela Capela e edifícios anexos. Ele é feito também de articulações com o rio Sabor, a aldeia de Parada, a paisagem envolvente, afeiçãoada, geração após geração, por proprietários e camponeses que dela extraíram a sua sobrevivência. Como escreve Gouveia, guiado por um olhar cúmplice e apaixonado:

eu não posso deixar de continuar impressionado com o Rio Sabor e a Natureza que o rodeia nem com a marca humana em ambos impressa pelas gentes da Parada. É que, de facto, a Parada, se não tanto agora, viveu sempre com uma face virada para a ladeira do Sabor e outra para o próprio Rio. Daí retirou grande riqueza, materializada sobretudo na amêndoa e no azeite. (2004: 9)

O espaço é, pois, incontornável na vida humana e nas atividades sociais. Retomando os argumentos já explanados em outros textos (Ribeiro *et al.* 2009, Ribeiro 2010 e Silva *et al.* 2017), o espaço, enquanto realidade não apenas geográfica mas também histórica, social, económica e simbólica, ocupa um lugar da maior relevância nas ciências sociais, nomeadamente na sociologia, na antropologia, na história e na geografia humana. A identificação e compreensão das formas de uso, apropriação e transformação do espaço exige a mobilização de diversas ciências sociais. Silva (2006), entre outros, dá especial destaque à relação entre a geografia e a sociologia, sem obnubilar a antropologia e a história:

conceitos territoriais tais como casa, aldeia ou cidade, região ou país são simultaneamente geográficos e sociológicos. [...] Com as perspectivas geográfica e sociológica entrecruzam-se também outras, tais como a antropológica, a histórica e mesmo a psicológica e arquitectural. A casa, por exemplo, é também o lugar arquitectónico da personalidade íntima, o que implica ter presente a dimensão sociopsicológica. (Silva 2006: 186)

As vidas dos indivíduos consomem-se em lugares concretos, estabelecendo relações sociais com os objetos e outros elementos que constituem o espaço. Segundo Bourdieu, “o *lugar* pode ser definido absolutamente como o ponto do *espaço físico* onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe” (1997: 160). Os lugares são espaços onde as relações sociais se produzem, organizam e se transformam no curso do tempo; são espaços “afeiçoados” pelos atores e grupos sociais que nele residem e trabalham (Portela 2001). Daqui decorre que as atividades humanas e as relações entre os indivíduos são sempre situadas, quer dizer, estão social e fisicamente ancoradas aos lugares onde se habita, se trabalha, se descansa, se visita, enfim, aos lugares onde se vive.

Em torno do espaço são inúmeros os debates. Procurando elaborar uma visão sintética sobre eles, Silva (2006: 191-192) refere que, enquanto os teóricos da Escola de Chicago, como Park (1987), Wirth [1987 (1938)] e Burgess [1967 (1925)], argumentam que se trata de uma variável independente, os marxistas, com destaque para Lefebvre (1968), Castells (1975 e 1982) e Harvey (1992), consideram-no inseparável das dinâmicas sociais, económicas e políticas. Nesta ótica, os usos e as mudanças que se verificam no espaço devem ser compreendidos em função da própria sociedade nela implementada, suas estruturas, interesses e lutas das classes e grupos sociais em confronto, ruturas e dinâmicas históricas. Por seu lado, os teóricos de filiação weberiana, como Ledrut (1968) e Freund (1975), sublinham a importância do fator político, designadamente a ação deliberada do Estado e seus agentes, na configuração do espaço. Escrutinando estas posições em confronto, Silva argumenta que “o facto de se sustentar que o espaço tem uma relativa autonomia e produz efeitos próprios não significa que não seja socialmente condicionado. O espaço, para ser explicativo, tem de ser articulado com outros factores de carácter social, político e cultural” (2006: 194-195). Trata-se, pois, de subscrever uma posição analítica sobre o espaço que o entende como sendo produto da ação social:

O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais. O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exactamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo. (Soja 1993: 101-102)

A forma como o espaço é usado, mais concretamente, os processos de intervenção humana no território, é inseparável das dinâmicas sociais e políticas ocorridas ao longo do tempo histórico e da própria ação dos atores. Long (1989, 1992 e 2001), de Arce e Long (1999), de Ong (1999) e de Olivier de Sardan (1995, 2001) mostram o papel decisivo da ação individual dos atores sociais na configuração dos quadros político-sociais, ainda que tal não permita subalternizar a força das estruturas sistémicas que os condicionam. Os atores sociais possuem uma margem relativa de agência, variável em função dos contextos histórico-espaciais e sempre sujeita aos constrangimentos impostos pelas estruturas onde a ação se inscreve, como justamente assinala Bourdieu (1997, 2000a e 2000b). Ou seja, as estruturas espaciais existentes influenciam a vida social nas suas dimensões mais diversas, incluindo o modo como os atores intervêm nelas.

Convocando os argumentos de Ribeiro, Portela e Gerry (2009) e Ribeiro (2010), os atores sociais reconhecem que o espaço que habitam não é homogéneo, antes sendo atravessado por desigualdades, sofrimento e injustiças, conduzindo mesmo a formas perversas de utilização, nomeadamente a nível urbano (cf. Davis 2006). É no espaço que se organizam as condições materiais de existência (Hall 1986), é nele que se constroem e se exprimem as distinções que, segundo o sentido dado por Bourdieu (1979), marcam muitos outros aspetos da vida social, como o local e tipo de habitação, as atividades e os lugares de lazer. A organização das aldeias, das vilas e das cidades não é consequência do acaso, é sobretudo expressão das dinâmicas sociais, quer dizer, da ação dos indivíduos, das instituições e do Estado. Nestas dinâmicas os interesses económicos desempenham um papel relevante, constituindo-se em motivo maior para, através da intervenção no espaço, produzirem atividades económicas rentáveis, construir casas, cidades e as mais diversas estruturas, como barragens, e gerarem oportunidades de negócio e mais-valias.

O espaço contém, pois, realidades dinâmicas que não se apresentam jamais em “estado puro”, como assinala Baptista (2006: 55), recorrendo aos argumentos de Remy e Voyé (1974). A cada “espaço dado”, formado pelas construções e outras estruturas nele existentes, a ação social vai acrescentando e modificando-o conforme os interesses dominantes e os compromissos produzidos (Bromberger e Ravis-Giordani 1976).

Aqui há que chamar a cotejo o papel decisivo da vontade política e transformadora do Estado e seus agentes que, não raro em conflito com a posição e os interesses das populações sobre as quais a sua ação se faz sentir, produzem intervenções no território que podem perdurar por dezenas, senão mesmo centenas de anos. É o caso das grandes obras públicas, como rodovias e ferrovias, pontes, portos e, claro, barragens. Ainda que ultrapasse largamente o âmbito deste livro, esta ação humana inscreve-se também na discussão em torno da produção de danos ambientais. Como se argumenta em outro texto (Ribeiro 2017), não se trata de um fenómeno recente, antes antigo, estando conectado com as atividades de mineração e industriais, podendo mesmo recuar até ao aparecimento da agricultura e às primeiras grandes civilizações e ao que Giddens refere como “destruição progressiva do meio ambiente físico” (2000: 74).

Face a este quadro teórico, o estudo do santuário de Santo Antão da Barca tem de considerar os constrangimentos ecológicos em que se inscreve, as estruturas económicas e os modos de vida, as dinâmicas sociais e as mudanças, enfim, a história de um lugar que se foi transformando à medida que a sociedade e as suas gentes foram mudando. Como veremos, o culto dos santos e as práticas religiosas estão fortemente articuladas com o rio Sabor, os usos deste e da paisagem envolvente e a circulação de pessoas. Falar de mudança projeta-nos para a história de um lugar que vive, hoje, um processo de transformação radical que convoca a memória dos mais velhos e de todos os outros interessados pelo passado.

Daqui decorre a relevância que a memória assume neste estudo, nomeadamente no que se relaciona com as suas possibilidades de utilização no trabalho de campo etnográfico. Aqui entendida como expressão de conservação e exploração de acontecimentos e factos passados através de narrativas sujeitas a reformulações sistemáticas, a memória é um tema da maior importância para a antropologia, a sociologia e a história, como justamente observou Bloch (1995). Interessadas nas representações sociais do passado e nos seus diferentes modos de transmissão, de geração em geração – oralidade, escrita, rituais e objetos culturais –, a reflexão sobre a memória, realizada simultaneamente nas vertentes teórica e metodológica, foi uma tarefa que ajudou a clarificar a prática de terreno ao longo deste estudo.

A memória está ancorada à casa que se habita, ao lugar onde se trabalha, aos espaços de festa, de religiosidade e de celebração. Ou seja, a memória é essencial não apenas como um meio de produção da cultura, mas também como um meio de valorização das vantagens para superar os desafios colocados pelos momentos marcados por grandes transformações. Neste sentido, o levantamento histórico e socio-etnográfico poderá funcionar como catalisador de discursos memoriais sobre a cultura, práticas religiosas e modos de vida locais já desaparecidos (ou ameaçados de desaparecimento). Ao longo do trabalho de campo, os problemas relacionados com o uso da memória colocaram-se com muita acuidade, mormente no plano das recordações dos informantes sobre o Santuário, práticas e acontecimentos passados nele ocorridos ou com ele relacionados. Neste aspeto, há que sublinhar a importância crucial da memória no escrutínio das experiências vividas ou conhecidas dos informantes, muitas vezes transmitidas pela via oral, como é evidente com as narrativas relacionadas com o cereal, a pesca, a colónia de férias e a utilização da balsa, cujos acontecimentos mais remotos são mais antigos do que a vida de muitos dos nossos informantes.

A memória coletiva, incorporada, reproduzida e reelaborada pelos discursos individuais, é decisiva para a estruturação da identidade, da coesão e da diferença nas comunidades locais¹. Colocada a questão nestes termos, a memória coletiva funciona como um discurso de alteridade, na qual a posse de uma história que os outros não têm contribui para definir a identidade de uma comunidade (v. Zonabend 1980)². A memória coletiva é, pois, indispensável à estruturação da identidade, coesão e diferença das comunidades locais. Como mostraremos para o caso da aldeia de Parada, a memória coletiva exprime-se como um discurso de alteridade, na qual a construção e apropriação de uma história particular – assumindo nesta o santuário de Santo Antão da Barca e suas festividades um lugar de primeira relevância –,

- 1 A comunidade é um conceito de uso comum, estando também presente nas ciências sociais (Rapport 1996: 114). É usado para classificar grupos humanos em diferentes lugares e contextos – uma aldeia, um país, uma realidade supranacional (v.g., União Europeia), até a humanidade inteira (“comunidade internacional”) – e também para caracterizar grupos étnicos, religiosos e políticos. Em termos teóricos, o conceito tem de ser pensado considerando a seguinte oposição: o psicológico face ao institucional-económico, constituindo a coesão e a solidariedade, entre todos os seus membros, os elementos mais valorizados (Gossiaux 2000: 165). Na sua análise acerca da “comunidade” – *Gemeinschaft* –, Tönnies [1955 (1887): 42-73] argumenta que ela se funda na união da vontade humana decorrente da original ou natural condição, ao contrário do que acontece com a sociedade – *Gesellschaft*. Na visão de Tönnies, na *Gemeinschaft* os indivíduos estão unidos por um ideal comum de sentimentos, esperanças, aspirações, desejos, atitudes, emoções e crenças, a que o autor dá o nome de *consensus*. Esta imagem idílica é partilhada também por teóricos críticos como Marx, apontado por Sobral (1999: 42-43) como um exemplo paradigmático. Para Marx e Engels, a comunidade é a forma primitiva e primordial de organização social, correspondendo a comunidade à sociedade comunista primitiva. A sua dissolução deu origem às sociedades estratificadas, atravessadas por desigualdades e lutas sociais. A comunidade surge, aos seus olhos, como uma organização social modelar, constituindo uma referência para a sociedade comunista a construir, pois só nela o indivíduo dispõe dos meios para desenvolver inteiramente as suas faculdades e só nela a liberdade pessoal será possível [Marx e Engels 1975 (1846)].
- 2 Se a memória é recordação, ela é também, em oposição e complemento, esquecimento (Augé 1998: 7). É este que permite obliterar as recordações dos acontecimentos violentos que produzem ressentimentos (Candau 1996: 78-81).

distinta de outros lugares e comunidades, proporciona aos seus habitantes recursos bastantes para as suas lutas no campo da identidade. Assim, na esteira de Connerton (1993), os rituais, nomeadamente os promovidos pela Igreja e apoiados pelo poder político, como são a missa e a procissão de setembro no Santo Antão da Barca, ocupam um papel central na organização da memória coletiva.

Se não existe memória sem espaço, é também certo que qualquer alteração no espaço em que os indivíduos vivem produz naquela mudanças (cf. Halbwachs 1997: 193-236). Estes processos são muito sensíveis à definição da oposição entre o antes e o agora, dicotomia temporal que está presente, como salienta Candau (1996: 39), em todas as sociedades e em todos os grupos sociais e que organiza o processo de recordação. Como se mostrará aquando da análise dos usos do rio e do processo de trasladação do Santuário, a memória parece ajudar a facilitar a projeção do futuro, do que vai acontecer em anos vindouros, sempre mobilizada para o confronto com o passado e o presente.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como em qualquer trabalho de investigação, a escolha do método não é assunto de somenos importância. Mas, como em muitos outros campos da nossa vida social, a escolha é condicionada por diversos constrangimentos ditados pelo objeto da investigação, quer dizer, o que se pretende conhecer e como, as filiações disciplinares de quem investiga, as suas competências e, não menos relevante, o tempo e os recursos financeiros que restringem as opções metodológicas e o modo como elas são utilizadas.

Combinando inquirição “tradicional”, baseada na observação e no diálogo do investigador com os observados, pesquisa documental, fotografia e

vídeo, estamos perante uma etnografia praticada de acordo com o proposto por Durand³:

actividade de observação de uma realidade sociocultural, onde quer que ela esteja situada e sem que seja forçosamente focada num “antigamente” em que é fácil imaginar que tudo era melhor e mais bonito: basta ver que se realizaram, por exemplo, nos últimos anos, etnografias de clubes de futebol, do parlamento europeu, de prisões e de laboratórios de engenharia genética. E a etnografia é ao mesmo tempo o resultado dessa observação: uma experiência pessoal resultando de um certo grau de participação na realidade estudada, e um conjunto de “dados” na forma de apontamentos, de colecções de artefactos, de gravações, de fotografias, de filmes que formam a base documental sobre a qual se apoia a análise antropológica. (2004: 9)

Tal implica a recusa da utilização da etnografia como sendo o estudo do passado, das “tradições” e das práticas culturais já desaparecidas ou que procuram recriar no presente certos aspetos do passado, nomeadamente ligados àquilo que se considera mais “autêntico”⁴, como as festas e as manifestações

3 Realce-se que, na antropologia, na sociologia e na história, os procedimentos interpretativos, as problemáticas teóricas, os paradigmas e as modalidades de construção do objeto são, basicamente, comuns e transversais, apesar de cada um privilegiar, em regra, diferentes formas de investigação empírica: as fontes documentais para a história, o inquérito por questionário para a sociologia e a observação participante para a antropologia (Olivier de Sardan 1995: 71).

4 A questão da autenticidade coloca-se nos mais diversos campos, sobretudo aqueles relacionados com a cultura material e o património. Expressando um desejo de preservação “intocável” dos vestígios do passado – sejam objetos, sejam manifestações imateriais, seja a tradição –, a autenticidade é muitas vezes vista como essência, garantia da presença e permanência do passado, “como ele era”, no presente, carecendo muitas vezes de uma discussão que permita olhar para ela como também uma invenção, isto é, uma construção social, logo, histórica (cf. Hobsbawm 1995).

religiosas. Ela é muito mais do que isso: é uma forma concreta de observação e registo, no presente, dos modos de vida e atividades neles compreendidos, envolvendo não só o passado, mas também (e sobretudo) o presente, e implicando, neste caso, uma articulação estreita com o património, entendido aqui num sentido amplo: modos específicos da existência material e da organização social, bem como todos os aspetos imateriais da cultura, como os saberes, os modos de compreensão do mundo, os ritos e as representações.

Conquanto não se descurem os aspetos históricos, e observando o fixado no *Plano de Salvaguarda do Património* (no que se refere ao santuário de Santo Antão da Barca), este estudo socio-etnográfico partirá e ancorar-se-á no presente. Tendo como elemento organizador e estruturante o Santuário, focar-se-á nas práticas festivas, com destaque para a romaria anual que tem lugar no primeiro sábado de setembro, na qual participam milhares de romeiros⁵. Obviamente, não basta observar a romaria, pois este evento não se esgota nela, antes envolve o trabalho de muita gente ao longo de um período significativo do ano.

Cabe aqui também o estudo histórico da confraria responsável pela organização da romaria (e do Santuário), fundada em meados do século XIX⁶. Tal requereu a utilização de uma metodologia múltipla envolvendo, nomeadamente: (i) entrevistas semidiretivas a informantes-chave e outros atores sociais, sempre que possível registadas em suporte audiovisual; (ii) registo

5 A palavra *romeiro* é de uso corrente nas festas do Santo Antão da Barca, designando os devotos (e não só) que se deslocam ao Santuário. Porém, é possível também designá-los como *peregrinos*, palavra que tem um sentido religioso mais forte mas aplicável a muitos dos que a este lugar transmontano ocorrem, considerando que se deslocam, percorrendo um caminho, em cumprimento de promessa ou procura de satisfação ou apaziguamento espiritual.

6 Como veremos mais adiante (capítulo 4), é possível admitir, atendendo às fontes históricas disponíveis, que a conclusão das obras da capela em 1743 deu origem à criação de uma confraria.

CADERNO DE CAMPO, 18-06-2012

O nosso trabalho de campo não envolve, obviamente, questões sensíveis, nomeadamente as que se prendem com a intimidade das pessoas. Mas daí a dizer que as pessoas nos recebem prontamente de braços abertos vai uma certa distância. Procurámos falar com as pessoas, segundo o horário e a disponibilidade por elas indicados. Há sempre quem desconfie e censure mesmo: “Andam por aí a perguntar coisas...”

em vídeo das cerimónias religiosas e romarias no santuário de Santo Antão da Barca, em 2012 e 2013, assim como das obras e momentos relevantes da trasladação para o novo lugar, sem descurar o rio, as atividades nele realizadas e as paisagens em torno do Santuário; (iii) pesquisa documental em bibliotecas e arquivos privados.

Se há que reconhecer que, ao contrário de outras investigações em que alguns membros da equipa já trabalharam (*v.g.*, Ribeiro *et al.* 2009), este estudo não colocou questões e desafios metodológicos particularmente melindrosos e de difícil resolução, tivemos contudo de nos confrontar com as interrogações e dúvidas habituais, quando negociávamos o acesso às pessoas nas primeiras saídas de campo: “o que é que eles querem?”; “o que estão aqui a fazer?”; “quem lhes paga?”. A estas perguntas procurámos responder com gentileza e assertividade, de forma a conquistarmos a confiança e a necessária empatia, sem a qual a relação social com os nossos observados ficaria aquém do que é exigido para a execução adequada do trabalho de campo⁷.

7 As origens do conceito de empatia remontam à Grécia clássica. *Empatheia* (Ἔμ-πάθος) significava afetado, comovido, apaixonado, traduzindo-se numa cumplicidade emocional entre indivíduos. Etimologicamente ligada ao *pathos* (πάθος) – estado agitado de alma –, possuía, para os gregos clássicos, tal como nós também a entendemos hoje, um sentido mais forte do que o vocábulo *simpatia*. No século XIX, os alemães reintroduzem-na no pensamento ocidental: a *einführung* foi traduzida pelos ingleses por *empathy*, tendo dado origem à palavra francesa *empathie*. Desenvolvendo-se no interior do romantismo alemão, a empatia é para estes alemães a possibilidade de sentir os batimentos do coração do povo, algo mais profundo do que se introduzir na “pele” do povo (Martinelli 2000: 72-76).

Embora a desconfiança possa ter existido em muitos dos nossos observados, rapidamente nos conseguimos inserir na comunidade local, passando a ser convidados para bebermos um copo de vinho, tomarmos um café ou mesmo refeições em casa das mais diversas famílias. De igual modo, a parafernália tecnológica que nos acompanhou durante todo o trabalho de campo – máquinas fotográficas, tripés, computadores portáteis, gravadores digitais – acabou também por ser bem “acolhida” pelas pessoas, ao ponto de a ela serem indiferentes. Esta situação contrasta de forma muito clara com a estranheza e curiosidade que até há pelo menos um par de décadas se poderia sentir, quando se fazia trabalho de campo, sobretudo em contextos sociais mais periféricos. Acontece, é bem evidente, que hoje este tipo de artefactos está largamente disseminado por todo o lado, fazendo parte do quotidiano de quase todos nós, praticamente indiferente à geografia e às condições económicas.

Como sempre se procura fazer, tentou-se colocar em prática um certo distanciamento crítico, de modo a nos defendermos da reprodução acrítica do que os informantes nos dizem, evitando assim incorrer nos erros que atingem muitas etnografias “dialógicas”, excessivamente centradas nos atores (v. M. I. Cunha 2002: 91). Este distanciamento permite reforçar igualmente a capacidade de fazer a crítica daquilo a que Bertaux (*in* Poirier *et al.* 1995: 25) designa como “ideologia autobiográfica”, que se faz sentir sob a forma de manipulação, muitas vezes inconsciente, por parte do narrador, de aspetos da sua própria existência ou de acontecimentos observados e vividos. Tal foi particularmente importante aquando da realização das entrevistas (e sua posterior transcrição). Realizadas em diferentes lugares do concelho, sobretudo na aldeia de Parada, e nas mais diversas situações – na rua, nos cafés, no Santuário, nos terrenos agrícolas, muitas vezes em casa dos informantes –, foram mais de meia centena as pessoas entrevistadas ao longo do trabalho de campo.

Em síntese, seguindo de perto estratégias já largamente comprovadas nos mais diversos contextos de pesquisa, e como foi acima afluído, o desenho da metodologia tentou articular diferentes recursos metodológicos, evitando assim a fixação numa única técnica. Por outras palavras, procurou-se desenhar uma metodologia múltipla, por via da conjugação de diversas técnicas de investigação. Entendida por Caria (2002: 9) como uma combinação estratégica “que articula teoria e experiências para abordar um objeto”, a metodologia foi colocada à prova e afinada, se assim se pode dizer, ao longo do quotidiano do trabalho de campo. A combinação de diferentes técnicas de pesquisa, ainda que marcada pelo protagonismo da observação etnográfica, permitiu o acesso a um número apreciável de atores sociais, fontes e dados, sem os quais não poderíamos ter levado a bom termo o estudo.

6
Fachada principal da capela
do Santo Antão da Barca.





CAPÍTULO 2

Era uma vez... uma barragem

Fernando Bessa Ribeiro, Manuela Ribeiro
e Luísa Cortinhas



A Barragem

Cortaram-nos o rio com betão
E as águas apressadas acalmaram.
Foram subindo aqui e além; e formaram
O enorme lago desta antevisão.

Daqui, do miradouro do Arrebentão,
Contemplo as águas lisas que inundaram
As mil memórias dos que ali andaram
Roubando à terra um pouco do seu pão.

Além, rodeando um monte como ilhota,
Um barco vai cumprindo a sua rota
Para deleite de quem nele descansa.

Porém, se os ventos sopram ao revés,
Será o Santo Antão, mais uma vez,
Que as águas revoltosas pára e amansa.

Gouveia (2004: 41)

1. UMA BARRAGEM NO SABOR: DE ESTUDO EM ESTUDO ATÉ À DECISÃO

A construção do AHBS inscreve-se no âmbito da política energética nacional que vem sendo delimitada desde os anos noventa do século passado, marcada por uma forte orientação para a intensificação do investimento na produção de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente a hídrica e a eólica, como forma de concretização dos objetivos económicos e políticos por ela visados.

Subjazem a esta orientação, entre outros, os compromissos de sustentabilidade e de adequação ambiental assumidos por Portugal no contexto da política europeia em matéria de energia e, bem assim, das deliberações impostas por instâncias supranacionais, nomeadamente as exigências fixadas pelo Protocolo de Quioto¹.

A inclusão do empreendimento do Baixo Sabor nos planos nacionais de exploração do potencial hidroelétrico disponível foi decidida em 1994, com construção prevista para 2005, como alternativa a considerar no quadro da realização de dois objetivos-chave, a saber: o aumento da energia elétrica e a constituição de uma reserva estratégica de água no troço nacional mais a montante do rio Douro (CPPE, 2002).

Todavia, a sua seleção decorre, mais imediatamente, da decisão governamental de suspender a construção da barragem de Foz Côa, em virtude dos importantes achados arqueológicos que a mesma iria submergir, dando origem a um movimento social de contestação, organizado sob o *slogan* “As gravuras não sabem nadar”, sem paralelo na sociedade portuguesa (cf. <http://www1.ci.uc.pt/fozcoa/batalha.html#nadar>). É devido à ação deste movimento que o novo governo saído das eleições legislativas de 1995, liderado por António Guterres, decide interromper a construção da barragem. Na sequência de tal decisão, o governo da República, invocando a necessidade de encontrar alternativas ao projeto suspenso determina que:

-
- 1 O Protocolo de Quioto teve como origem as negociações levadas a cabo em Quioto, no Japão, em 1997, pela comunidade internacional. Finalizado em dezembro desse ano, apenas entrou em vigor em fevereiro de 2005, na sequência da sua ratificação por parte da Federação Russa. Portugal ratificou-o em maio de 2002. Trata-se do primeiro tratado jurídico internacional que de modo muito concreto, definindo metas rigorosas, pretende controlar, limitar e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa responsáveis pelas alterações climáticas, fazendo diferenciação entre países, em função do seu estado de desenvolvimento económico. Procurando incentivar a cooperação entre países, o Protocolo propõe, entre outras medidas, alterações nos sectores da energia e dos transportes – a quem cabe uma parte muito significativa na conta dos gases com efeito de estufa –, nomeadamente através da promoção de fontes e sistemas de energia renováveis essenciais para a sustentabilidade ambiental do planeta (cf., entre outros, http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php, http://europa.eu/legislation_summaries/environment/tackling_climate_change/l28060_pt.htm e <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=119&sub3ref=500>).

[se acelerem] os estudos relativos a outros projectos de aproveitamento hídrico e energético no Douro superior e seus afluentes, com o objectivo de possibilitar a construção de uma barragem que possa cumprir funções hídricas e energéticas semelhantes às atribuídas à barragem de Foz Côa. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/1996, de 17 de janeiro)

Com vista à concretização desta resolução, foram lançados os estudos referentes ao AHBS, tendo-se realizado, entre 1996 e 1999, o Estudo de Impacto Ambiental e o Estudo Prévio. Estes estudos foram, depois de concluídos, submetidos ao processo de avaliação de impacto ambiental no Ministério do Ambiente, processo que culminou no Despacho emitido, em abril de 2000, pelo Secretário de Estado do Ambiente. Nesse documento propõe-se que sejam efetuados outros estudos sobre possíveis alternativas para o Baixo Sabor, “dada a sensibilidade ecológica da área em análise, classificada como Zona de Protecção Especial (ZPE) para a Avifauna e como sítio proposto para integrar a Rede Natura 2000” (CPPE, 2002: 3). Procurava-se, assim, e segundo os próprios termos do Despacho, dispor de “uma adequada análise comparativa das soluções alternativas de projecto”, para apoiar de forma mais consistente a decisão do Ministério sobre a solução mais adequada. Tendo em conta a sua localização, na área mais a montante da bacia nacional do Douro, e, bem assim, a natureza dos objetivos em jogo, a saber, a produção de energia e o armazenamento de água, o troço médio/superior do rio Côa foi considerado a alternativa a explorar.

Na comparação entre ambas as possibilidades selecionadas foram considerados os seguintes fatores: o sistema ecológico, o património cultural, a geologia, a hidrologia, a qualidade da água, a paisagem e os aspetos socioeconómicos (CPPE, 2000: 29). Os estudos de análise comparada das duas localizações (Baixo Sabor e Alto Côa) foram submetidos a novo procedimento

de AIA em fevereiro de 2003. Embora estes estudos não tivessem chegado a uma conclusão clara sobre a obra que seria menos prejudicial para o ambiente, a AIA emitiu em 2004 um parecer favorável ao AHBS em detrimento do Alto Côa, alegando um conjunto de motivos essencialmente técnicos e económicos, que foram tidos como convincentes e que levaram o ministro da tutela a anunciar, em julho do mesmo ano, a construção da barragem do Baixo Sabor. Na altura, o governante admitiu explicitamente que a opção por esta localização fora o resultado de “uma avaliação política”. Segundo as previsões dos responsáveis, a obra deveria estar concluída em 2010 ou 2011.

O anúncio público desta decisão governamental sobre a obra do AHBS vem reforçar e radicalizar a fratura que se vem manifestando desde a primeira referência oficial a tal possibilidade e que divide a sociedade local, regional e mesmo nacional em dois blocos antagónicos. De um lado, os que se opõem à construção da barragem e, do outro, os que são a favor da mesma.

Os argumentos dos primeiros são construídos em torno dos malefícios expectáveis da construção e operação da barragem e da conseqüente defesa de valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos únicos e insubstituíveis que uma e outra ameaçam destruir, pondo assim em causa um acervo de recursos cruciais para o desenvolvimento da região e do país. Para os que se posicionam do lado do não, a barragem constitui um verdadeiro “atentado ambiental” (*Público*, 16 junho 2004), que vai eliminar importantes “*habitats* de fauna e flora”, pôr em causa “paisagens fabulosas” e “destruir o maior rio português não artificializado”.

Estribando ainda as suas posições no rebate das justificações técnicas nos domínios energético e hídrico, que subjazem à proposta da barragem, este movimento de oposição, que agrega essencialmente indivíduos e

instituições das áreas do ambiente, académica e dos partidos de esquerda, culmina na formação, em 2003, da “Plataforma Sabor Livre” (PSL). Esta é constituída pelas associações Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza), LPN (Liga para a Proteção da Natureza), Fapas (Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens), GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), Olho Vivo e SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves), tendo como grande móbil de ação impedir a construção da grande barragem no Baixo Sabor, por considerar que se trata da opção mais gravosa das três em análise (Alternativa Zero, Baixo Sabor e Alto Còa) (cf. <https://www.quercus.pt/comunicados/2004/junho/1876-plataforma-sabor-livre-vai-recorrer-aos-tribunais-nacionais-e-internacionais>).

Já os que apoiam a concretização da barragem invocam sobretudo o valor estratégico deste projeto a nível nacional, em termos energéticos e hídricos, sublinhando, mais em particular, o impulso imediato e os contributos que ele pode trazer para a dinamização do desenvolvimento socioeconómico de uma região historicamente marginal e marginalizada pelas decisões de investimento público e/ou privado:

O Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor reveste-se de uma importância fundamental para o sector eléctrico nacional, devido à sua localização no Douro Superior, a montante da cascata do Douro nacional e às suas próprias características, com grande capacidade de armazenamento e grupos reversíveis, a que acresce o facto de poder ter também outras mais-valias que extravasam claramente o âmbito do sector energético. (GPE 2006: 1)

A este propósito são relevadas as previsões de criação de emprego e os efeitos sinérgicos e colaterais que o empreendimento poderá desencadear na economia local, reconhecendo-se que nem só em energia fica a ganhar esta região do Douro e apontando-se para a contratação de cerca de mil trabalhadores durante a construção da infraestrutura (EDP 2007: 26). Em linha com esta visão, Vasconcelos argumenta que “este aproveitamento hidroelétrico possui outras valências, associadas à exploração, que se alastram às áreas envolventes.

Uma obra desta envergadura pode potenciar diversos negócios na região, principalmente nos sectores do turismo e agricultura” (2012: 42). Do lado dos apoiantes está também parte significativa, quiçá maioritária, da população, bem como os autarcas dos concelhos banhados pelo rio Sabor (<http://mogadouronline.blogspot.com/2011/03/barragem-do-baixo-sabor.html>), onde será construída a nova barragem: Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Alfândega da Fé e Torre de Moncorvo. Estes autarcas destacam-se mesmo como uma das faces mais ativas e, logo, mais visíveis e influentes na defesa do projeto, por acreditarem “que este empreendimento acelerará reivindicações antigas como as acessibilidades e o plano de desenvolvimento” (*Público*, 16 junho 2004). Procurando que as suas pretensões produzam os melhores efeitos, estes autarcas constituem, em junho de 2006, a AMBS, em cuja “gênese esteve a necessidade de promover e desenvolver os esforços necessários para a construção da barragem do Baixo Sabor” (<http://mogadouronline.blogspot.com/2011/03/barragem-do-baixo-sabor.html>; 20/11/2012).

É interessante sublinhar a coincidência que ambos os lados em confronto colocam nas potencialidades turísticas associadas às suas respetivas visões do projeto. Os integrantes da PSL entendem que:

numa conjuntura internacional cada vez mais favorável a um desenvolvimento local e regional integrado, respeitando e valorizando todas as valências do território, as paisagens únicas deste vale, a sua rica fauna e flora, as excelentes condições do rio para a prática de desportos de águas bravas e o património histórico e cultural associado constituem recursos valiosos para um turismo de contacto com a natureza e para uma aposta inovadora e inteligente no desenvolvimento sustentável. (www.saborlivre.org)

No mesmo sentido, embora com diferente fundamentação, se expressam também os que se posicionam no lado contrário, ao afirmarem que “a grande aposta passa pelo aproveitamento das potencialidades turísticas que a albufeira irá criar em termos de ecoturismo” (*Público*, 16 junho 2004).

O enfrentamento destas duas posições antagónicas à volta da construção da barragem do Baixo Sabor vai dar lugar, durante quase uma década, a desenvolvimentos sociopolíticos marcantes, consubstanciadores da intenção de cada uma das partes de fazer valer os seus pontos de vista. Tratou-se de um processo do tipo ação-reação, em que a oposição se desdobrou em sucessivas queixas, protestos e produção de provas e esgotou, praticamente, todas as instâncias de recurso legal, quer a nível nacional, quer a nível europeu (Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Tribunal de Justiça das Comunidades), obrigando a parte contrária, mais concretamente os poderes públicos envolvidos, a um árduo trabalho de resposta e de contra-prova. Tratou-se de um processo que, pelo menos ao nível da verbalização, assumiu contornos de algum belicismo, com os termos “batalha”, “guerra”, “luta”, “combate”, “trincheira”, “arma”, entre outros, a pontuar os conteúdos dos discursos, dos comunicados e das notícias². Como momentos-chave

2 A título de exemplo, “Baixo Sabor – uma batalha quase ganha” (Costa 2007: 26); “luta de longos anos” (Paula Chainho, representante da PSL ao *Jornal de Notícias* (12 dezembro 2012).

deste processo devem assinalar-se as petições apresentadas pela PSL ao Parlamento Europeu, com as referências 0450-2004 e 0864-2006 (v. https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/plmrep/COMMITTEES/PETI/CM/2016/10-10/1099818PT.pdf), onde se denunciam as presumíveis violações de legislação comunitária em matéria ambiental por parte do projeto em causa. Estas petições exigem à Comissão Europeia a não atribuição de fundos estruturais à construção do empreendimento hidroelétrico e o exercício de pressão política sobre as autoridades portuguesas para a suspensão do projeto. Porém, em finais de agosto de 2007, a Comissão Europeia dá “luz verde” ao projeto do AHBS, acabando o governo da República por o adjudicar à EDP em junho de 2008 (Vasconcelos 2012: 22).

Com o arranque das obras, o AHBS transforma-se em curiosidade turística, suscitando o interesse de muita gente, cujas visitas mereceram tratamento jornalístico na imprensa local, sempre com palavras elogiosas que não deixam de exprimir a visão favorável, partilhada por autarcas e populações locais, firmemente enraizada nas expectativas que o mesmo possa trazer para a construção de um futuro melhor.

Conquanto sejam vários os projetos de dinamização turística decorrentes das medidas compensatórias e das possibilidades geradas pelo enorme plano de água que resultará do enchimento da albufeira a montante da barragem principal, no presente é o AHBS que se assume como foco de curiosidade turística. Como é referido no jornal *Mensageiro de Bragança* (v. Fig. 1. Notícia do jornal *Mensageiro de Bragança*, 24 novembro 2011), as visitas

Turismo no Baixo Sabor já começou

Ainda as obras da barragem do Baixo Sabor estão no início e já atraem turistas. A Câmara de Alfândega da Fé e a EDP convidaram a população do concelho a conhecer as obras da barragem do Baixo Sabor. A adesão à visita guiada foi tão grande que já foi calendarizada uma segunda.

Quatro dezenas de pessoas não resistiram à curiosidade de ver que transformação profunda diariamente via alterando a paisagem do vale do Sabor e responderam positivamente ao convite da Câmara de Alfândega da Fé, que, no passado dia 12 de Novembro, organizou uma visita às obras da barragem do Baixo Sabor. Para o local estão previstos vários projectos turísticos, após a conclusão do empreendimento, nomeadamente uma praia fluvial, mas o certo é que o turismo já começou ainda a zona está transformada em estaleiro. O ponto de encontro foi o posto de turismo da vila. Nem a amieira de chova e os detritados de mar tempo demoraram estes turistas de grandes obras de betão, que preferiram as botas e o capacete a estar no quintinho do café. A viagem através estaleiros, em Gouveia, foi feita em dois mini autocarros da autarquia, que saíram completamente lotados, deixando em terra gente quem se atrasou a fazer a inscrição e já não teve lugar. Nos estaleiros foi apresentado o empreendimento por Vítor Afonso, um dos engenheiros responsáveis, que deu conta da satisfação com que os técnicos recebem os visitantes, sobretudo os da região. “Normalmente têm muita curiosidade em conhecer o empreendimento e em saber o que se passa. Por isso mostramos as obras com muito gosto”, sublinhou Vítor Afonso, que deu ainda conta que é normal “as pessoas fazerem perguntas com a obra”. Em media recebem uma visita por semana, mais ou menos técnicas. “Muitos têm curiosidade sobre os aspectos técnicos da barragem, outros querem saber quais são as soluções que estamos a adoptar e como é que isto vai ficar”, destacou o engenheiro. A ideia de levar os munícipes a conhecer a zona das obras pertence à Câmara, que fez a proposta à EDP para responder ao mesmo interesse que as transformações no vale do Sabor suscitam no concelho. “É para as pessoas ver-

Fig. 1

Notícia do jornal *Mensageiro de Bragança* (24 novembro 2011)

guiadas às obras de construção do AHBS, em especial à barragem de montante, a de maior dimensão, têm mobilizado o interesse de muitas pessoas, tendo contado com o apoio da Câmara Municipal de Alfândega da Fé e da EDP. Na perspetiva do jornal, o turismo é já uma realidade, impulsionado pelo interesse das pessoas pelas grandes obras de engenharia, como é indiscutivelmente o AHBS.

Por contraponto, a dinamização turística também se faz promovendo a fruição de uma paisagem com prazo para desaparecer. É o caso de uma empresa local de animação de atividades turísticas, a Mapaventura, que, identificando o carácter único da experiência, em breve doravante irrepetível, oferece aos seus clientes uma descida do rio Sabor em canoa, sugestivamente intitulada “Adeus Sabor em Canorafting”, com um percurso interrompido por diversas paragens para observação do rio, da paisagem envolvente e da fauna, em especial aves (v. <http://www.mapaventura.pt/noticia/adeus-sabor-em-canorafting/>; indisponível à data da edição). Em suma, de uma forma ou de outra, o AHBS não deixa já de dinamizar o turismo, ainda que de um modo manifestamente muito incipiente e neste momento de forma transitória.

Principal expectativa, na visão dos autarcas e da generalidade das populações locais, para superar os problemas estruturais, velhos de séculos, que caracterizam estes concelhos do interior norte do país, o AHBS é visto como uma alavanca para o tão almejado desenvolvimento. Procurando explorar as possibilidades proporcionadas pela nova albufeira, os autarcas propuseram, em setembro de 2013, o projeto “Lagos do Sabor” como marca turística deste novo espaço hídrico. Conforme largamente divulgado pela comunicação social (v., entre outros, os jornais *Nordeste* e *Terra Quente*), o objetivo é explorar em termos turísticos a albufeira, construindo praias, um parque de campismo no antigo estaleiro e casas flutuantes em três lugares distintos.

2. O APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO: LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

O AHBS localiza-se na região de Trás-os-Montes, no troço inferior do rio Sabor. Este afluente do rio Douro nasce em Espanha, entra em Portugal não muito distante de Bragança e serpenteia por entre montes, tendo cavado em muitos troços do seu percurso pronunciados desfiladeiros, como acontece com o seu troço final, razão principal para a construção do AHBS. A foz do rio situa-se no lado direito do Douro, a escassos quilómetros a jusante da barragem do Pocinho, atual ponto terminal da linha de caminho-de-ferro do Douro.

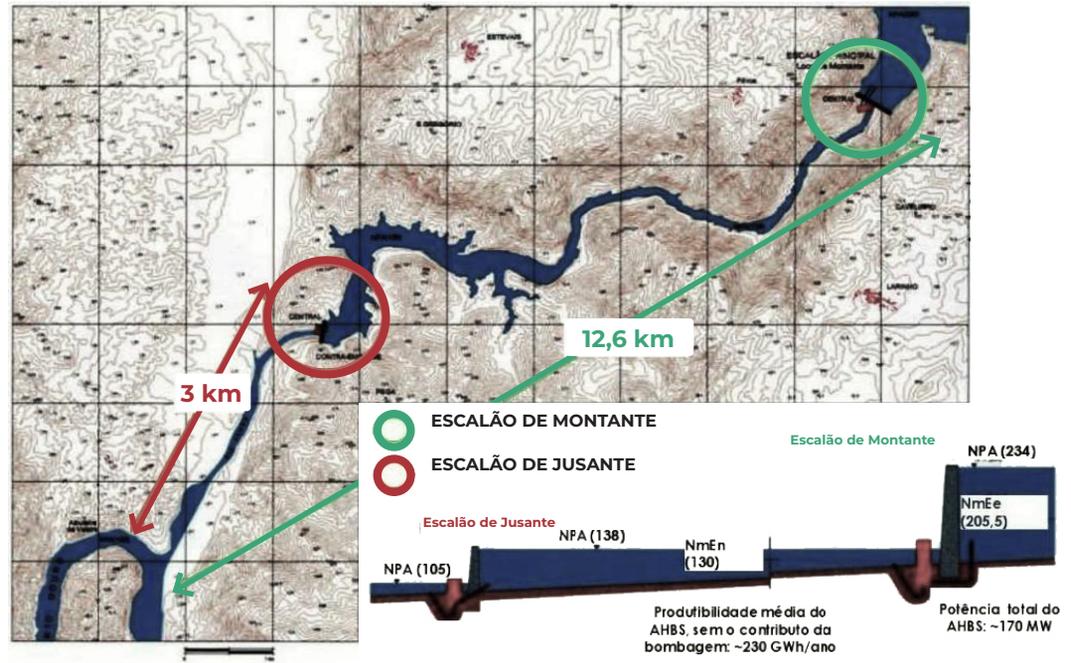
O empreendimento é composto por duas grandes obras de engenharia, cujas marcas deixadas na paisagem, bem evidentes, prometem alterá-la profundamente: a barragem principal, a quase 13 quilómetros da foz do rio Sabor, e a barragem secundária, a jusante daquela e a três quilómetros do Douro. Esta última, designada tecnicamente como contraembalse, está equipada com grupos reversíveis que permitem fazer a turbinação da água para a barragem de montante. A principal tem um coroamento de 505 metros, à cota de 234 metros, uma altura máxima de 123 metros e espessura de 6 metros; a de jusante tem 315 metros de coroamento e 45 metros de altura máxima.

Como é regra corrente neste tipo de barragens, imposta por normas e regulamentos legais de construção, possui descarregador de cheias, descarga de fundo e centro de vigilância e controlo. As dimensões das albufeiras, em especial da de montante (com mais de 50 quilómetros de comprimento, um volume máximo de 1095 hm³, 2820 hectares de área inundada e tocando quatro concelhos: Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Moncorvo), obrigaram a numerosas intervenções de minimização dos impactos, exigidas pela DIA e pelo Recape.

Fig. 2

Representação esquemática do AHBS.

Fonte: Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor – Apresentação à Comissão Executiva da Especialização em Direção e Gestão da Construção da Ordem dos Engenheiros. EDP, s.l., 2012.



Estas intervenções incluem 24 quilómetros de restabelecimento de vias, três pontes, um pontão e intervenções arqueológicas (v. Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor – Apresentação à Comissão Executiva da Especialização em Direção e Gestão da Construção da Ordem dos Engenheiros).

No entanto, o maior destaque, até pelas suas implicações simbólicas e mudanças de práticas religiosas e profanas, vai para a trasladação do santuário de Santo Antão da Barca, precisamente objeto do presente estudo.

As obras iniciaram-se em junho de 2008, com entrada prevista em funcionamento em agosto de 2014, tendo a EDP adjudicado os trabalhos às construtoras Bento Pedroso (Odebrecht) e Lena Engenharia e Construções que, para efeitos da execução deste contrato, se organizaram sob a figura jurídica de ACE³.

Projeto de grande envergadura e complexidade técnica, implicando um investimento superior a 600 milhões de euros, envolveu milhares de trabalhadores, com um pico de quase 1700 em 2011, um volume de escavação de 3 000 000 m³, um volume de betão de 1 100 000 m³ e 15 000 toneladas de aço. Quando em funcionamento pleno, será capaz de armazenar 630×10⁶ m³, com uma produção anual líquida de energia elétrica, em termos médios, na ordem dos 230 GWh (v. http://www.a-nossa-energia.edp.pt/centros_produtores/info_tecnica.php?item_id=1&cp_type=§ion_type=info_tecnica).

De acordo com os decisores políticos, escudados em estudos técnicos, como o do impacto ambiental (v. Recape 2006), trata-se de um empreendimento de grande interesse estratégico a nível energético e hídrico, e com impactos positivos no domínio do desenvolvimento local e regional. Entre os principais objetivos a alcançar com o AHBS, destacam-se o incremento de produção de energia de origem hídrica, a criação de uma reserva de água de dimensão apreciável, a melhoria do controlo de situações de risco de cheias no Douro, a otimização da rentabilidade dos quatro aproveitamentos do rio Douro localizados a jusante da foz do Sabor – mais do que duplicando a capacidade de retenção de água na parte portuguesa – e as possibilidades

3 O agrupamento complementar de empresas (ACE) é formado por pessoas singulares ou coletivas, em regra sociedades comerciais, que, mantendo a sua personalidade jurídica, se agrupam tendo em vista melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades, e estando a sua existência dependente da formalização de um contrato entre as partes (v. http://www.pmelink.pt/article/pmelink_public/EC/0,1655,1005_39749-3_41100--View_429,00.html).



7
Barragem principal.

oferecidas para a concretização de projetos de natureza económica com dimensão quer regional, quer local, concorrendo assim para a dinamização de concelhos profundamente deprimidos e atingidos por envelhecimento e emigração elevados. Acima de tudo, com o AHBS pretende-se facilitar, como foi já referido, o cumprimento dos compromissos a que o país está vinculado no que se relaciona com a redução de emissões de gases com efeito de estufa, bem como a melhoria do aproveitamento da produção de energia por parte dos geradores eólicos, sobretudo nos períodos noturnos e nos dias não laborais, em que o consumo se reduz de forma muito significativa (v. <http://nurlink.pt/article.aspx?menuid=21&-cid=1625&bl=1&viewall=true>).



8
Construção da barragem principal.



9
Vista para montante a partir da coroa da barragem principal.



10
Vista do rio Sabor, a jusante da barragem principal.

11
Contraembalse
(barragem
secundária junto à
foz do rio Sabor).



12
Corredor interior da
barragem principal.



De comum acordo com a EDP, é organizada em novembro de 2012 uma visita dos habitantes da aldeia de Parada às obras da barragem principal. Apesar do frio e da chuva intensa, são muitos os que marcam presença, exigindo a utilização de um autocarro de mais de 50 lugares.

Chegados aos estaleiros, são encaminhados para a sala de receção de visitantes, onde o empreendimento lhes é apresentado pelo Eng.º Vítor Afonso. De seguida descem ao Sabor, ao lugar onde se insere a barragem, caracterizado por um estrangulamento no vale onde corre o rio.

Não sem espanto, sempre presente quando nos confrontamos com a pujança grandiosa e até atemorizadora de obras de engenharia desta envergadura, observam demoradamente os diversos aspetos e zonas de trabalho da obra, escutando e interpellando o técnico da EDP que guia a visita.



13 | 14

Seguindo com interesse a apresentação da obra no estaleiro.

Esta visita mais não faz do que confirmar o inevitável: a grande barragem aí está, um gigante que em breve fechará as comportas e inundará um vasto território a montante, colocando debaixo de água o santuário de Santo Antão da Barca e, com isso, provocando o desaparecimento de muitas práticas sociais e memórias que o tempo acabará, em certa medida, por apagar.

No lugar delas medra a esperança de que a barragem traga o tão almejado desenvolvimento, acabando com o fado da emigração dos filhos da terra para outros lugares, pois a região tem sido incapaz de lhes proporcionar os meios necessários à realização das suas expectativas de vida.

15
A caminho da
barragem principal.





16
Observando um
detalhe da obra.



17
O grupo observa a
barragem a partir de
jusante.

CAPÍTULO 3

Um rio, vidas e a luta pela sobrevivência

Paulo Jablonski, Fernando Bessa Ribeiro
e Luísa Cortinhas



Rio Sabor

Nasce na Espanha e entra em Portugal,
Bem pequenino, perto de Bragança.
Rios, ribeiras dão-lhe confiança:
É o Sabor – selvagem, radical.

Rochedos e ladeiras, barrocal,
Morte, por vezes; medo, insegurança...
Fonte imparável de épica abastança
P'lo azeite, o vinho, o sobro, o amendoal...

Rico na pesca, forte em regadio,
Grande no Inverno – simples no Estio,
Caminho incerto para o navegante,

Vai percorrendo os espaços entre as pontes,
Vai borbulhando adeuses para os montes,
Vai para o Douro e torna-se um gigante!

Gouveia (2004: 17)

1. O TEMPO DO CEREAL

O território onde se inscreve o Santuário, caracterizado por encostas íngremes ao longo das quais serpenteia o rio Sabor, mereceu sempre o interesse económico das populações locais, em especial da aldeia de Parada. Não obstante a orografia agreste e a relativa pobreza dos solos, sempre foram aproveitados, à força de vontade e esforço árduo de quem os granjeou, ora para cultivo de cereais, em tempos mais remotos, ora para outras culturas menos exigentes em termos de trabalho humano, como a plantação de amendoeiras, oliveiras e, mais recentemente, eucaliptos. Dando testemunho destas dificuldades impostas por uma ecologia pouco amistosa, Gouveia refere que “para conseguir aquela riqueza quanto trabalho, quantos sacrifícios, quanta canseira – ao sol, ao frio, à chuva, ao vento gelado ou sufocante, por

caminhos que só Deus e por quem lá passou sabem como conseguiram percorrer-se” (2004: 9).

Os diferentes cereais requerem distintas qualidades de solo. Há ainda que atender às condições climáticas, neste caso as que são específicas da Terra Quente trasmontana, que, conjugadas com a escassez de água, impõem uma agricultura extensiva de sequeiro. A produtividade das terras está tanto ligada ao trabalho dos camponeses e à sua capacidade de interferir no ciclo anual como às boas condições climáticas. Outra questão é a das condições sociais e de sustento para os agregados domésticos da aldeia. Este depende não só da produção agrícola, mas sobretudo das estruturas de propriedade e do acesso real à terra. A aldeia de Parada tem terras de cultivo nas zonas altas, situadas à sua volta. No presente são estas as terras cultivadas maioritariamente. A azeitona e a amêndoa são os produtos principais do sistema agrícola atual. O trigo e o centeio ainda são semeados, mas com muito menor intensidade do que em décadas passadas, refletindo as profundas mudanças ocorridas na economia e na sociedade portuguesas, em especial na região trasmontana. Se a emigração, por um lado, reduziu a dependência e a pressão sobre a terra, libertando muitos dessa dependência, a valorização económica de culturas como o azeite e a amêndoa proporcionou melhores rendimentos.

A distribuição do solo segue um modelo social muito estratificado. Tal como tem estudado O'Neill (1984), a propriedade da terra em Trás-os-Montes dista muito dos contextos de comunitarismo e de sociedades “igualitárias” imaginadas pela velha etnografia portuguesa, como fez Dias [1981 (1953)] com Rio de Onor, também criticadas por Silva (1998). O mundo rural encontra-se dividido socialmente entre os proprietários e os não proprietários. Entre os primeiros temos os pequenos proprietários, famílias abastadas, chamadas ricas pelos informantes, que moram na

aldeia, e os grandes latifundiários, donos de grandes quintas que podem não residir no concelho. Já no segundo grupo, o dos despossuídos de propriedade, temos os jornaleiros (ou jeireiros) e os rendeiros. A estrutura social está marcada basicamente pelo acesso e posse da terra. Como narra um dos informantes,

Para ali antes todos os dias havia pessoal, havia porque trabalhavam-se as terras, [...] fabricava-se normalmente lá para baixo, porque aqui [em Parada], aqui nos altos – agora está tudo plantado há uns vinte e tal anos, mas antes estas terras eram só dos ricos. Só os ricos é que fabricavam aqui as terras de cereal. Os mais pobres tinham que ir lá para baixo, [para] aquelas terras do rio do Santuário, para ali para as quintas, iam para ali fabricar até ao alto de Moncorvo, até ao alto de Carviçais. Aquilo era tudo fabricado de cereal, e acarravam tudo às cargas para aqui.

Não só o facto de ser proprietário constituía um indicador social, mas também a distribuição espacial da propriedade marcava a posição na estrutura social (O'Neill 1991). A distância das terras de cultivo do Santuário à aldeia de Parada conta-se por duas horas de caminho a pé em contínua descida. A pé, porque o transporte mais usual era, na altura do cultivo do cereal, o andar pelos caminhos acompanhado principalmente de muares. Só muito mais tarde, já em tempos de regime democrático, chegariam os tratores e as carrinhas, mas já no tempo de declínio do cereal. A distância é considerável, mas ainda é mais espinhosa no sentido contrário: do Santuário até a aldeia, sempre a subir. Esta distância obrigava as pessoas a dormirem no local na altura da segada.

Na aldeia existia (e existe) a consciência das diferenças sociais e económicas. As pessoas falam em famílias abastadas (ricos), proprietários e famílias pobres dentro da própria comunidade. A esta divisão há que acrescentar



18
Nas imediações do Santuário, antigos campos de cultivo de cereais.

os grandes latifundiários proprietários das terras à volta do Santuário. Parada, como as demais aldeias da região, contava com uma estrutura social que, na altura da segada, se fazia muito visível. Os grandes latifundiários arrendavam terras, as famílias abastadas tinham terras nos altos da aldeia, os lavradores com alguma capacidade económica eram os arrendatários dos latifundiários, e aquelas pessoas sem mais propriedade do que a força das suas mãos trabalhavam para o resto à jorna.

Nas imediações do Santuário existiam duas quintas que reuniam o grosso das terras: a quinta Branca e a quinta de Cristelo, também chamada quinta do Miranda, o nome de um dos seus proprietários. Os donos das quintas eram quem arrendava as terras para o fabrico do pão. No caso da

segunda, o proprietário foi mudando ao longo do tempo. Os mais velhos lembram-se do senhor Santiago, depois veio o doutor Miranda e mais tarde o doutor Ruano. Os relatos que encontramos sobre o arrendamento e a relação com os latifundiários mostram um cenário de grande desigualdade social. Repetidamente se escutou que as terras “eram deles”. Uma pessoa que quisesse produzir cereal tinha de arrendar as terras. Na altura “não se assinava nada, era tudo de palavra”. “A gente ia e arrendava”, comenta um lavrador que cultivou cereal em terras junto ao Santuário. Arrendava a terra e trabalhava-a na sua totalidade. O arrendamento consistia no pagamento de uma percentagem da produção.

[O lavrador] fabricava, pronto, [...] e depois pagava consoante o pão que lá havia. [...] mas o patrão não era o que vinha lá, tinha um feitor e vinha lá ele e um empregado, um empregado ou dois: “pronto, contai este rilheiro^[1], contai aquele...” Contavam, pronto, e somavam. Tem aqui tantas pousadas^[2], tem que me dar tantos para mim. Se tivesse lá cem pousadas de trigo, tinha que levar dez rasões. Limpo.

Os enviados do proprietário vinham de carro de bois recolher o trigo. Coincidem os habitantes de Parada na qualidade do trigo que escolhiam: “sempre levavam o melhor trigo”, garantido pela prioridade na escolha do grão. Jamais questionaram esta preferência por parte dos enviados do proprietário, pois o medo era muito. O protesto aberto não era opção. Caso falassem, o dono podia não arrendar a terra no ano seguinte. E deste arrendamento dependia a subsistência de todos os que não tinham terra para cultivar. Os mais desprovidos de recursos “andavam à jeira, não tinham mais nada”, relata um homem natural da freguesia, que recorda: “eu ainda

1 Um rilheiro é um molhe de cereal.

2 Uma pousada são cinco molhos.

cheguei a ganhar a primeira jeira a alguns 14 a 15 escudos”. Os pobres trabalhavam para as famílias que podiam arrendar as terras. A vida do lavrador tinha os horários do sol e a recompensa da vontade do patrão. “Pois claro, a vida dantes era assim”, assegura com certa resignação um habitante de Parada.

No tempo do cereal, sustento de muitas famílias, que à falta de melhores terras ou de oportunidades na emigração se viam constrangidas a cultivar essas rudes encostas, o trabalho começava no mês de janeiro e só acabava no final do verão do ano seguinte. Temos, assim, um ciclo de quase dois anos para o fabrico do pão, de resultados sempre incertos e, em qualquer circunstância, parcos, atendendo aos esforços despendidos. A planificação do trabalho, a previsão das necessidades humanas, materiais e climatéricas faziam parte do trabalho do camponês.

O ciclo do cereal permitir-nos-á conhecer elementos da vida económica, social, cultural e religiosa de Parada. Os trabalhos necessários para o completar ativavam todos os elementos da aldeia. A sua execução implicava relações de entreatajuda, exprimindo também formas de desigualdade socioeconómica entre proprietário e camponês pobre, de divisão sexual do trabalho ou de presença da religião no trabalho agrícola. O percurso que aqui se empreende parte das vozes de quem viveu o fabrico do pão em primeira pessoa e de quem lavrou a terra que não era sua para ganhar o sustento dos seus. A história do cereal em Parada é a história do trabalho agrícola de uma aldeia pobre do interior transmontano.

Antes de semear o cereal havia que fazer três lavradas. O trabalho começava no mês de janeiro com a decrua, o primeiro amanho da terra para a sementeira. Os lavradores decruavam a terra de pousio. A primeira lavrada rompia a terra erma pelo frio do inverno. As lavradas eram trabalhos próprios dos homens e das bestas. Com arados sobretudo puxados por muares, os homens decruavam as terras nas encostas do vale onde se inscreve o

Santuário. No mês de abril ou maio “entravessava-se³ outra vez [nos casos em que já se tinha feito esta operação], lavrava-se outra vez a terra que deitava erva, lavrava-se outra vez”, como bem exprime a memória de um dos homens da aldeia que andou por esses terrenos. Um outro habitante comenta que o trabalho se fazia nesta altura porque depois de maio poucas ervas ou arbustos nasciam, uma vez que o calor era muito e não brotavam plantas novas. A lavrada fazia-se com arados ou charruas, que arrancavam as giestas e outros matos, e picaretas, dando conta das piorneiras⁴. Assegura o mesmo habitante que nestas terras havia muita piorneira, pelo que havia que atuar, cortando o ciclo de crescimento das espécies não produtivas.

A terra era só semeada no mês de outubro: “Desde maio até outubro a terra ficava sem lavourar”, afirma um dos antigos camponeses; completava-se assim o processo preparatório para a produção do cereal. Todos os trabalhos até esta altura eram comandados por homens. Eram eles que decruavam, entravessavam e lavravam para a sementeira, esta também trabalho masculino. Uma vez semeado, descreve um dos protagonistas, “fazia-se assim, depois para o mês de abril, quer dizer era outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março; e em abril dava-se-lhe uma mondabela”. Tratava-se de arrancar as ervas daninhas e demais vegetação, que ameaçavam o bom crescimento do cereal e a quantidade de grão a colher; por outras palavras, fazia-se a ripada das diversas espécies não produtivas que nasciam naquele solo. A mais comum era o joio, que podia chegar a estragar a produção do cereal⁵. Neste processo também era retirado o cereal podre ou em mau estado.

3 O “entravessar” consistia em lavar a terra de forma alternada, ora no sentido vertical, ora no sentido longitudinal, de modo a garantir uma melhor preparação do terreno (cf. Silva *et al.* 2003).

4 A piorneira é um arbusto de dimensões apreciáveis, já com tronco e ramos de certa robustez, para o qual a enxada é insuficiente.

5 No Evangelho segundo S. Mateus (13:24-30), é bem conhecida a parábola do joio: “o reino dos céus é semelhante ao homem que semeia a boa semente no seu campo; mas, dormindo os

A monda era um trabalho das mulheres, designadas por mondadeiras, sempre realizado quando o cereal estava já crescido. Mas antes disso “também se lhe botava, pouco, um adubinho em fevereiro ou março de qualquer maneira; deitava-se-lhe adubo à terra. Se chovesse dava, se não chovesse olhe..”, afirma com certa resignação um dos entrevistados, reconhecendo a incerteza agravada por uma prática agrícola de sequeiro. Uma vez semeados os campos e crescido o cereal, as mulheres mondavam, sobretudo quando se tratava de trigo, cultura mais sujeita e sensível ao crescimento de vegetação nociva do que o centeio e/ou a cevada, os outros cereais cultivados pela população nessas encostas. O trabalho das mulheres era fundamental para assegurar uma boa colheita. A eliminação dos elementos alheios ao grão assegurava um pão de qualidade. Na altura de mondar, os campos enchiam-se de mulheres que, literalmente, penteavam as terras de cultivo. A mondada das terras precisava da participação de uma multitude de mulheres que se dispunham em fileiras de extremo a extremo dos terrenos de cultivo.

Semeado e mondado o cereal, restava fazer a segada. Este trabalho realizava-se a partir do mês de junho. Começava-se no início da segunda quinzena do mês e durava uns 30 a 40 dias. O trabalho era de sol a sol e tudo era realizado manualmente: “ceifava-se, atava-se e enrilheirava-se; [o cereal] ficava no rilheiro, ficava atadinho, ficava composto até que se acabava a ceifa”, relatou uma camponesa experiente. A segada fazia-se com uma

homens, veio o seu inimigo, e semeou joio no meio do trigo, e retirou-se. E, quando a erva cresceu e frutificou, apareceu também o joio. E os servos do pai de família, indo ter com ele, disseram-lhe: Senhor, não semeaste tu, no teu campo, boa semente? Porque tem, então, joio? E ele lhes disse: um inimigo é quem fez isso. E os servos lhe disseram: queres pois que vamos arrancá-lo? Ele, porém, lhes disse: não, para que, ao colher o joio, não arranqueis também o trigo com ele. Deixai crescer ambos juntos até à ceifa; e, por ocasião da ceifa, direi aos ceifeiros: colhei primeiro o joio, e atai-o em molhos para o queimar; mas, o trigo, ajuntai-o no meu celeiro.”

“seitoura” (ou uma “torta, como diziam os velhos”), um foicinho de 50 cm de diâmetro na mão direita, e na esquerda um dedal de coiro para proteger os dedos. O trigo ou centeio que se colhia numa mão era uma manada. Quatro ou cinco manadas faziam uma gavela (um molho), e cinco gavelas uma pousada. Isto no Santo Antão, em Meirinhos uma pousada eram quatro molhos. Num dia de trabalho, um homem podia segar até dez pousadas. A segada era um trabalho duro e pesado. Comenta um grupo de segadores que a camisa, por causa do suor, ficava de pé quando enxugava. Ainda assim, na segada havia tempo para falarem, cantarem e mesmo desafiarem-se. António Joaquim Ribeiro, comumente conhecido por Toquim Ribeiro, residente de Parada, lembra uma quadra muito popular nessa altura do ano:

Alta vai a lua alta
Mais alto vai o luar
Mais alta vai a ventura
Que Deus tem para nos dar

Finalizada esta tarefa, outra se colocava, não menos trabalhosa e demorada. Como descreve Toquim Ribeiro:

Depois de se acabar a ceifa, transportava-se para a eira [com o recurso a animais de tração]. Na eira trilhava-se, outros malhavam-se, trilhavam-se, havia uns trilhos dantes que era para as crias, andavam o coiso em toda a volta com uns ferros por baixo com lâminas e cortavam o trigo. E depois de aquilo estar tudo moído, o pão todo moído, juntava-se tudo e depois limpava-se; vinha o vento e a gente limpava com uma forcada. A segada dava trabalho... [...] O grão depois, as mulheres crivavam-no bem crivadinho para não ir lá o joio, e algumas sementes que traziam e levavam-no para a eira, e depois ia para o moinho.

A chegada da mecanização mudou os processos de produção e reduziu a extrema penosidade do trabalho. Porém, as condições orográficas da zona impediram uma mecanização total do processo, como bem esclarece um dos entrevistados: “A *maquinária* que primeiro chegou até ao Santuário foram as trilhadoras nos anos cinquenta. Eram máquinas que trabalhavam com os tratores. Para a ceifa não havia hipótese de *maquinária* porque tinha muita pendente.”

O fabrico do pão envolvia, basicamente, quatro cereais: trigo, centeio, cevada e aveia. A principal produção era a de trigo, destinada “para o gasto da casa”. O resto dos grãos tinha como destino principal os animais domésticos. Ainda assim, o centeio contava com vários usos. Nas palavras de um dos entrevistados, “não havia muita gente que misturasse o pão, mas cá praticamente era tudo trigo. Houve aí uns anos de fome, mas eu isso já não me lembro, que até faziam pão de centeio e eu até gosto de pão de centeio, já o tenho comprado aí ao padeiro. Eu gosto do pão de centeio”. A distinção sobre o destino do grão é, pois, clara em Parada. Os cereais também se davam melhor ou pior, dependendo das qualidades da terra e da sua humidade e orientação. Segundo a descrição pormenorizada de um dos nossos entrevistados:

A diferença é... o trigo havia partes em que se dava melhor o trigo, partes soalheiras. Na terra mais forte botava-se trigo. Nos cabeços da terra de abixeiros [zona onde não bate o sol, encosta voltada a norte] botava-se centeio. A cevada dava-se em qualquer sítio, o trigo queria terra boa... A aveia igual, queria terra boa; a parte mais inferior era para o centeio, o centeio dava-se melhor assim.

Não existia mais relógio do que o sol, o setestrela e o galo. O trabalho começava antes do nascer do dia e ia até ao pôr do sol, com paragens para as refeições. A ingestão de alimentos e o descanso tinham as suas rotinas.

Como as terras quentes e frias transmontanas, a alimentação durante a segada também era feita de alimentos quentes e frios. Antes de o sol se levantar, os segadores acordavam e ingeriam o pequeno-almoço, composto de pão, queijo e aguardente. Por volta das dez horas faziam uma paragem para tomar uma refeição quente, feita ao lume, no próprio local, podendo incluir carne. Pelo meio-dia paravam mais uma vez para o almoço que, como a refeição anterior, também era quente. Depois do almoço, o trabalho continuava e só se parava a atividade por volta das cinco da tarde, quando se provava uma merenda constituída por pão, queijo ou presunto. Ao pôr do sol, o jantar era feito de comida quente. A bebida que acompanhava todas as refeições era vinho tinto.

Nas noites da segada, as pessoas dormiam no Santuário. A noite era a altura do descanso, mas também das histórias dos lobos. No discurso de um informante,

Quando dormíamos lá na segada, tínhamos lá também a cria presa. Nós estávamos lá deitados debaixo de uma figueira e lá vimos os machos espantados a fugir por ali abaixo; [um] pulou por cima de nós com a corda e com a pedra presa, eu não sei como não apanhou nenhum. E eram os lobos que andavam a atacá-los.

Fechado o ciclo da produção do cereal, este tinha quatro destinos: (i) para pagamento aos donos das terras pelo seu uso; (ii) para semente; (iii) para consumo da casa; (iv) para venda. A ordem que aqui se coloca é, também, a ordem nas prioridades do destino. No primeiro caso, constituía a primeira despesa. O dono das terras, antes de o grão ser separado da palha, já recolhia a sua maquia. O segundo destino era garante do futuro do sustento familiar; isto é, guardavam-se as sementes que iam garantir a reprodução do cereal no ciclo seguinte. Como refere um camponês, “guardava-se a semente [...] e

centeio e aveia e tudo. A semente punha-se logo à parte, porque já o ditado é velho: ‘maldito dente que come a semente’ [...]. Por exemplo, eu calculava bem, preciso de 20 a 30 medidas de pão, e o pão era logo reservado para a sementeira”. O lavrador não tinha outra hipótese que não fosse a de guardar a semente. Toquim Ribeiro relata como a reserva para a sementeira podia chegar a ser problemática:

Pois... porque depois para o semear, para sementar, e não haver, não é? Mas ainda há mais gente depois a procurar, mas não há. Empresta lá... não senhor. A semente ficava logo, e muita gente não colhia para gasto de todo o ano, mas o da sementeira ficava logo. Pois é assim a vida...

Em casa o cereal era também usado para o fabrico de pão, alimento central na alimentação do agregado doméstico. Por fim, podia também ser vendido, sempre que para isso existisse disponibilidade. O trigo formava parte da tríada económica da agricultura de Parada, junto com as azeitonas e as amêndoas. O trigo, base do pão e da dieta, consumia-se na quantidade de três rasões por semana. A comercialização do cereal contribuía para o incremento da economia doméstica. A venda normalmente era realizada em Alfândega da Fé ou em Saldonha, nos celeiros, sendo o seu registo obrigatório. Contamos um residente de Parada que vendia a arroba (14,688 kg) a 44\$00.

O processo de descomposição do cultivo do cereal tem o seu início na década de 1960, prolongando-se pela década seguinte, sobretudo após a queda da velha ditadura do Estado Novo. Segundo um dos nossos informantes,

No 25 de Abril ainda se lá fabricava, mas depois teve uma grande quebra. Depois do 25 de Abril o pessoal começou a emigrar. Eu também fui para a Alemanha. Uns foram para a França, outros para a Suíça.

Quer dizer... [...] do outro lado do rio era tudo semeado, todos os terrenos tinham cereal. A partir dos anos 60, com a emigração, deixou de se semear, e nos anos 70 já não havia sementeira nenhuma.

O fim dos lavradores do Santuário foi similar. A crise do cereal, imposta em boa medida pela falta de braços e de gentes que procuraram na emigração melhor futuro, afetou os habitantes de Parada que viram como uma terra trabalhada por eles se convertia em terra de aproveitamento florestal e, mais tarde, em pousio permanente. Como descreve um vizinho desta aldeia, também com vida passada pela emigração,

Depois começaram a acabar com a lavoura, e depois plantaram, encheram essas terras todas de oliveira, de estacas... deram muito dinheiro [dos fundos da União Europeia para apoio à agricultura]. Haviam de dar, mas deviam saber dar. Mas para ajudar era de ajudar principalmente aquele que precisava, e era o contrário, só davam a quem já tinha. Eu se quis fazer alguma coisa, comprar alguma coisa, tive que ir sacudir a albarda. Tive que ir para a Alemanha. Era... então, se o meu pai era pobre e a minha mãe também, e os meus sogros, o que é que eu havia de fazer? Olhe, aventurei-me uns anos e foi assim (Olímpio Ginja, EA)

A vida do lavrador do Santuário estava ligada à sua condição de arrendatário ou de jornaleiro. Nas palavras singelas de quem conheceu esses tempos muito difíceis, “as [famílias] abastadas... elas fabricavam [o seu pão], os pobres tinham que ir lá para baixo, tinham que ir mais longe, passavam o tempo nos caminhos...”.

Hoje, observando as terras em torno do Santuário, não se imagina que nelas se cultivaram, à força de braços e de animais, em solos relativamente pobres e clima agreste, cereais em regime de sequeiro. Outros tempos...

Hoje o que domina são os eucaliptos e os matos, entremeados por oliveiras e amendoeiras, dando à paisagem um tom verde despejado de gentes e de atividade humana. E constituindo exemplo forte do declínio demográfico que caracteriza a região.

2. ÁGUAS QUE UNEM: A BARCA

Como vimos no subcapítulo anterior, todos os terrenos em volta do Santuário eram cultivados, produzindo a grande maioria cereal. Além disso, havia também oliveiras e amendoeiras. Como as pessoas trabalhavam sobretudo na agricultura e como existiam terrenos em ambas as margens do rio Sabor, colocava-se a necessidade de passar o rio para trabalhar, por exemplo, na monda dos cereais e na apanha da azeitona do outro lado da margem. Ou então de fazer deslocações por razões de comércio, visitas a familiares ou participação em festas. Alguns habitantes de Parada trabalhavam para o lado de Meirinhos; os desta aldeia de Mogadouro, bem como os de Felgar e de Souto da Velha, do concelho de Torre de Moncorvo e de localizadas da outra banda do rio, tinham atividades no concelho de Alfândega da Fé, pelo que a passagem segura e fácil do rio era crucial. Se no verão, sobretudo em anos de maior estio, o pouco caudal permitia o atravessamento do Sabor a vau, nomeadamente em frente ao santuário de Santo Antão da Barca e no lugar do rio chamado Canal (onde havia um açude, preferido pelas pessoas de Parada, de Sendim e do Sardão, em direção a Santo André), já no concelho de Mogadouro, nos restantes meses do ano, a situação era totalmente diferente. Não existindo nas imediações, a distância razoável, ponte que permitisse a travessia, restava fazê-la através de algum tipo de artefacto flutuante, no caso, uma barca em madeira, que desempenhou décadas a fio uma função social e económica da maior

19
Vista do antigo
local de travessia
do rio pela barca.



20
Pedra onde estava
fixado o cabo de aço,
ainda parcialmente
existente.



relevância⁶. Permanecendo na memória coletiva local, ela constitui uma peça-chave na narrativa simbólico-religiosa que estrutura e organiza o Santuário. Temos, é adequado recapitular, o Santo Antão da Barca e o Divino Senhor da Barca. Ou seja, como escreve Gouveia, repisando os discursos populares, “ao rio Sabor está intimamente ligado o Santo Antão da Barca, o Santo que, segundo a voz popular, salvou da morte alguns viajantes que se atreveram a atravessar o rio numa barca, sabiamente manobrada, mas frágil demais para aguentar a forte corrente” (2004: 9).

Conquanto tenha desaparecido em 1953, “já velha e carcomida [...], levada por uma enchente do rio” (cf. Lopes 2008: 14), são muitos os que ainda se lembram da barca, referindo, sem exceção, a sua enorme utilidade para as populações de ambas as margens do rio. Segundo Lopes,

A barca era de madeira, com um formato característico e pouco usual. Dado que no local não existia cais, a base da barca era ligeiramente curva para facilidade de atracagem às inclinadas e informes orlas do rio. A forma da barca permitia ainda diminuir a superfície de contacto com a água e conseqüentemente o esforço despendido no transporte da carga que geralmente era grande. A barca era de dimensões avantajadas: 7 metros de comprimento; 3,7 metros de largura na entrada e 4,8 metros de largura na parte posterior. (2008: 14)

Como acima foi já referido, sem a barca muito dificilmente se poderia fazer o atravessamento do rio no inverno. Nesta época do ano, sobretudo quando chovia em maior abundância, o caudal do rio Sabor aumentava imenso, dificultando ou, não raro, impossibilitando a sua travessia.

6 Para um conhecimento aprofundado das tecnologias de transporte fluvial no rio Sabor, v. Ladra e Pinho (2010-2011).

A alternativa estava na ponte de Remondes, solução que implicava percorrer mais quilómetros, traduzindo-se em mais do dobro do tempo para chegar aos terrenos. A barca era assim o único meio de transporte existente naquele tempo, sendo utilizada para passar pessoas, animais e tudo o que fosse necessário:

O rio Sabor no inverno era muito caudaloso e não se passava a não ser naquela barca. A barca... era uma barca grande, eu ainda me recordo dela. E transportava animais, carregados de azeitona e de outros produtos. E depois contavam que tinha havido lá um milagre ou dois, quando a barca ia a passar no meio do rio e tal... (Luís Pereira, EA)

Ao contrário do que hoje acontece, em que o rio apenas conhece afluência significativa de pessoas na época de veraneio, durante largas décadas a barca foi muito utilizada: “Houve tempo que ali havia muito movimento, então na barca que nós tínhamos passavam ali diariamente todo o ano, sei lá, de dia mais de... se calhar cem pessoas por dia. Quando eu era criança, eu lembro-me bem” (Olímpio Ginja, EA).

Devido a este grande fluxo de clientes, existiu mesmo um barqueiro residente em Miragaia e um pequeno casario junto ao Santuário. Para além do transporte das pessoas de uma margem para a outra, a barca transportava também animais: “Passavam lá bestas carregadas e tudo, chegámos lá a passar, a barca era grande. Eu tinha, eu e os outros, mas eu tinha duas bestas e passava as duas bestas e a charrua carregadas... E passavam as duas bestas e eu e o barqueiro” (António Ribeiro, EA). Os animais eram sobretudo utilizados para trabalharem os terrenos, havendo também quem os levasse para Mogadouro, onde seriam comercializados na feira. Aí, para além dos animais de maior porte, eram também vendidos cabras, porcos, galinhas e coelhos, enfim, todas as espécies domésticas com valor alimentar.

Conduzidos a pé, havia que sair de casa sempre, pelo menos, no dia anterior e percorrer o caminho que, invariavelmente, implicava atravessar o rio a bordo da barca do Santo Antão.

ENT. – Mas de inverno não era preciso ir além do rio para trabalhar as terras ou...

ANTÓNIO JÚLIO GARCIA E ALDA GARCIA – Era.

ANTÓNIO JÚLIO GARCIA – Passavam na barca, e depois de acabar a barca iam por Mogadouro, tinham que ir à ponte de Remondes.

ENT. – Demorava mais tempo...

ALDA GARCIA – Pois...

ANTÓNIO JÚLIO GARCIA – Eu ainda cheguei a ir para lá à azeitona. Íamos pela ponte de Remondes, Meirinhos e depois é que íamos para lá.

ENT. – Como é que acabou a barca se havia ainda necessidade de passar?

ILDA – Porque deixou de haver barqueiro.

ANTÓNIO JÚLIO GARCIA – Porque deixou de haver barqueiro... E ninguém mais se interessou por aquilo, pronto. A barca acabou por desaparecer.

A utilização da barca obedecia a regras cujo desrespeito poderia ter consequências graves, incluindo a queda à água de pessoas e animais. Sobretudo com estes a bordo, a atenção tinha de redobrar, de forma a garantir que a travessia se fizesse em segurança. Daí a necessidade da colaboração de outras pessoas, para além do barqueiro, para a boa execução da tarefa, nomeadamente colocando-se nas margens. Como explicou Olímpio Ginja, mesmo havendo gente suficiente, cerca de dez pessoas, para passar o gado, por vezes podia não correr bem a travessia. As pessoas eram distribuídas pelas duas margens: enquanto umas, na barca, vigiavam o gado que fazia a passagem, outras, nas margens, controlavam o que já tinha feito (ou aguardava) a travessia, assegurando que nenhum se metia no rio. Mas nem sempre a tarefa

corria bem: “Um carneiro lançou-se à água e vai tudo atrás [as ovelhas]. Ninguém pegou nelas; botaram-se à água as de lá e as de cá, depois saíram todas para a parte do Santo Antão, só se afogou uma e foi lá comida depois nessa noite” (Olímpio Ginja, EA).

Explorada por uma família residente no local, a utilização da barca tinha um custo para cada pessoa, animal ou objeto que fizesse a passagem. No caso dos animais, o valor variava consoante o seu número.

ENT. – Mas para as pessoas passarem na barca tinham de pagar?

OLÍMPIO GINJA – Sim, tinham que pagar, tinham que pagar.

ENT. – Era um serviço?

OLÍMPIO GINJA – Nós tínhamos aquilo, era... Bom, primeiro, depois foi aumentando, mas lembra-me era um escudo cada pessoa.

ENT. – E o animal também.

OLÍMPIO GINJA – O animal também era um escudo. Se fosse um rebanho de gado, portanto eram cem ovelhas, aquilo fazia parece que era a dois tostões ou três tostões cada cabeça. Se eram cem, a barca passava 20 ou 25 de cada vez, e pronto, cada coisa tinha o seu preço.

Sem exceção, todas as pessoas recordam a existência desta barca, utilizada exclusivamente para o transporte de pessoas, animais e carga. A pesca era feita com outras embarcações, aliás, em linha com o mencionado por Ladra e Pinho, com base no trabalho etnográfico realizado em diversas comunidades residentes ao longo do rio Sabor:

quando se referem às embarcações de madeira, distinguem claramente entre as barcas (grandes barcas de passagem), os barcos (grandes barcos de pesca, da família dos rabelos) e as bateiras (pequenas barcas polivalentes), indo ao encontro da definição feita também pelas pessoas com quem conversamos. (2010-11: 403)

Para fazer a passagem da barca, o barqueiro orientava-se por uma marca que estava no cais. Essa marca, segundo um dos entrevistados, ainda hoje ali se encontra: “Ainda lá existe, está lá uma rocha, uma fraga, onde é que era o cais. Não sei se alguém já veria aquilo, está lá uma moeda, uma moeda chumbada numa rocha, na tal rocha mesmo em frente ao cais.” Quando a água chegasse a essa marca, evitava-se a passagem: “Fosse Deus do céu, fosse quem fosse, podia chamar o que quisesse, ali ninguém podia deitar a barca.”

Como em muitos outros lugares raianos, as histórias de contrabando repetem-se. Não raro, o barqueiro era um aliado dos habitantes que ganhavam a vida contrabandeando mercadorias, nomeadamente minérios. Bom conhecedor dos hábitos e rotinas policiais, sempre que avistava ou presentia a presença de guardas da GNR por perto, o barqueiro não hesitava em avisar todos os que se encontravam em situação de ilegalidade, não efetuando a passagem e evocando se necessário outras razões. Evangelina Branquinho, uma das entrevistadas e filha do último barqueiro, conta uma dessas passagens. Avistando ao longe a força policial, e conquanto fosse possível a travessia, prontamente advertiu as pessoas que traziam o minério para passar de uma margem para a outra: “Hoje ide embora que não dá, o rio não dá barca.” De igual modo, Olímpio Ginja tem bem presente estas histórias de ocultação e engano dos homens do aparelho repressivo do Estado:

Passavam ali aqueles senhores do minério, que transportavam o minério em cavalos, não sei se era volfrâmio, se o que era, que eram uns minerais, não sei de onde é que vinham e aquilo era muito proibido. A Guarda [Nacional Republicana] andava sempre atrás deles, e eles tinham uns dias marcados para passar no Santo Antão da Barca, na barca, os tais cavalos que iam daqui desta zona e iam para além, parar ao concelho de Mogadouro. Não sei para onde é que iam. E os guardas, os

fiscais, chegaram a dormir noites inteiras lá no Santo Antão da Barca, lá nuns palheiros, à espera deles, a ver se eles vinham para os apanhar, mas nunca coincidiu. Chegaram a oferecer dinheiro ao meu pai e ao meu tio: “Você diga-nos o dia que eles passam aqui.” Eles sabiam, mas nunca os “descobriram”. Porque eram clientes certos; duas vezes por semana eles passavam ali e davam rendimento, não ia denunciar os homens, não é? Então eles nunca apanharam lá os homens, nunca, nunca, nunca! E então quando... depois havia marcas, truques que eu me lembro: os homens, antes de chegarem ao Santo Antão da Barca, mais atrás um bocado paravam ali os cavalos e ia um sozinho na frente a bater à porta do meu pai. Depois por palavras eles compreendiam-se, se o meu pai ao falar ele já percebia se estava lá a guarda ou não. Pronto, se ele percebesse que não, que não estava lá a guarda, então ia atrás e dizia aos outros: “Podeis andar, vamos embora.” Se percebesse, pelas palavras que o meu pai lhe dizia, que eles estavam lá, então o homem calava-se e ia embora e era capaz de virar para trás, esperar mais e descarregar os cavalos e estarem para aí mais um dia, até que eles... Era assim a vida naquele tempo. (Olímpio Ginja, EA)

A barca, quando não utilizada, era amarrada na margem do lado do santuário do Santo Antão, em frente ao lugar de Miragaia. A travessia da barca era apoiada por um cabo de aço e auxiliada por remos movidos pelos tripulantes sempre que o rio levava muita água, como bem explica Olímpio Ginja, fazendo referência igualmente às suas dimensões e ao que poderia transportar em cada passagem.

ENT. – Era uma barca grande?

OLÍMPIO GINJA – Era uma barca... levava 25 ovelhas de cada vez, mais ou menos 25. Chegavam a passar quatro machos, todos ao mesmo tempo, outras vezes três.

ENT. – Era uma barca com remos?

OLÍMPIO GINJA – Tinha remos... quando [o rio o exigia].

ENT. – Um cabo?

OLÍMPIO GINJA – Um cabo de aço quando o rio ia assim normal, a gente ia no meio, puxava pelo cabo de aço e ela [a barca] seguia. Quando ia grande, não dava resultado, tinha que ser com os remos. A gente ia pela beira de cá para aí cem metros até em cima, e depois começava a avançar para sair depois no cais na direção que estava o outro. Mas, mesmo assim, às vezes ia assim muito mais abaixo, lá chegava; depois havia salgueiros de um lado e do outro, ao chegar ao pé dos salgueiros deitavam as mãos aos salgueiros e tal, depois assim a puxar lá iam. Mas aquilo, aquilo era complicado, muito complicado. Então de noite é que era proibido, não se podia deitar a barca, ao pôr do sol acabou... Aquilo já vinha da minha avó, depois a minha avó faleceu, depois ficou a minha mãe e o meu pai e um tio meu – o pai daquele Branquinho, do Ernesto Branquinho. O pai dele era a meias a barca, o rendimento que desse a barca era para os dois, e as despesas também eram dos dois. Quando se mandava fazer [reparações], também pagavam cada um metade.

Em conclusão, a barca teve sempre uma grande importância a nível económico e social, a ela recorrendo todos aqueles que tinham de atravessar o rio por razões de trabalho nos campos, comércio, visitas a familiares e participação em festas. Para os barqueiros e suas famílias, era uma fonte apreciável de rendimento, a bem dizer, um modo de vida que passou de geração em geração até terminar em 1953, numa época em que se anunciavam já grandes mudanças no domínio rodoviário, com a construção de novas vias e a disseminação dos veículos a motor, nomeadamente de transporte de carga.

3. A PESCA NO RIO: ENTRE O GANHO E O LÚDICO

A pesca

*Um ano bom de pesca. Rede aberta
De margem a margem, ouve-se a batida.
E todo o peixe, tonto na corrida,
Fica na malha que a corrente aperta.*

*Puxa-se a rede devagar e alerta,
Não vá nenhum optar pela fugida.
Forrada a cesta de erva bem escolhida,
Nela se mete a pescaria certa.*

*Mas, entretanto, mesmo ali à beira
Do refrescante e verde salgueiral,
Entre umas pedras, fez-se uma fogueira.*

*E nela, preparada e já com sal,
A maior boga estruge, bem inteira,
Naquela tarde branda e sensual.*

(Gouveia 2004: 27).

Os peixes do rio Sabor fazem parte do quotidiano de Parada. Não apenas por ser contributo na dieta, mas também por terem lugar relevante no imaginário coletivo. Como bem mostra o poema de Gouveia, os peixes são alimento, festa e alegria. A memória do peixe abundante, dos cestos cheios e da qualidade do produto está presente nas conversas. O peixe frito e partilhado nas festas ou nos domingos de piquenique ou os peixinhos do rio na merenda da Festa de Setembro são elementos da memória que os habitantes de Parada constroem à volta do Santuário.

A própria condição de informalidade faz parte do imaginário do rio. Apanhar o peixe com artes não permitidas, comprar o peixe a pescadores ou escolher os peixes pequenos em detrimento dos grandes são práticas

contrárias ou nas margens sempre incertas da legalidade, mas firmemente enraizadas na população. Se é certo que os aparelhos policiais e judiciais do Estado não são suficientemente fortes para controlar a atividade da pesca na sua totalidade, as condições materiais de existência dos habitantes de Parada são conflitantes com formas de controlo absolutamente eficazes, atendendo à importância do peixe para a economia doméstica das famílias da aldeia. Neste jogo de interesses e necessidades, envolvendo pescadores e polícias, a pesca acaba por se constituir num verdadeiro cenário de resistência.

Os rios são espaços habitados como o são os interiores das casas, as terras cultivadas e os caminhos que unem casas e terras de lavradios. O rio Sabor, enquanto espaço habitado, tem tantos nomes como poços, pedras e vaus no seu leito e nas suas ribeiras. Olímpio Ginja, arguto e veterano pescador do rio, fala nas ruas do seu Sabor como se se tratasse das ruas da aldeia de Parada, que conhece desde a sua meninice. Explica como, nos poços fundos, as lontras tiram as redes, apanham os peixes enleados e comem-nos na “rua” do rio. O que para o visitante é uma mera corrente de água, para o conhecedor do leito, dos efeitos do vento e do nevoeiro na pesca, o rio Sabor é um espaço cheio de lugares, memórias, frutos e códigos.

Caminhar pelo rio desde a nova ponte do IC5 até ao pé do Cristelo permite encontrar poços e vaus batizados pelo seu uso. Pode escolher-se, por exemplo, o percurso pelos poços das Pombas, dos Olminhos, da Chafunda, até chegar ao poço da Barca, onde até aos anos 1950 a barca, que dá nome ao Santo Antão e ao Divino Senhor, prestava serviço a lavradores, pescadores, contrabandistas e residentes de um e do outro lado do rio. O vau a seguir faz também referência à barca, assumindo o seu nome, e antecede o poço das Pressinhas. O vau dos Carros – nome que toma por ser passagem, em outros tempos, de carros de tração animal e hoje de viaturas com alguma aptidão para terrenos de terra, guiadas por condutores mais afoitos, entre as beiras

do Sabor – leva-nos até aos poços da Ribeira, da Bomba e de A Pesqueira. Finalizamos este pequeno percurso pela hidronímia do Sabor, no seu passo pelo santuário de Santo Antão da Barca, com o poço do Sobrado.

Quem caminhou pelo rio Sabor na procura dos seus escalos, bogas ou enguias conhece bem os seus lugares. A pesca é um dos grandes recursos económicos do rio, complemento da dieta para algumas famílias, ingressos essenciais para outras, em qualquer das situações sempre praticada em regime de tempo parcial, em articulação com outras atividades, sejam as do campo, as do negócio ou as do trabalho assalariado.

A faina piscatória requer a posse de um capital técnico especializado que não está ao alcance de toda a população. Desde logo temos uma clara divisão de género. A pesca é, mostram-nos a história e a tradição, uma tarefa masculina, sobretudo a que se pratica com redes, sendo a aprendizagem feita pelos mais novos com os homens mais velhos, em regra ligados por relações de parentesco. Para além de a arte de bem pescar ser assunto de homens, é necessário também a posse de redes e aparelhos (o que exige a mobilização de um capital apreciável e de uma viatura para os transportar), bem como as licenças de pesca requeridas pela lei, a que se associa um conhecimento do entramado administrativo que permite, sempre que necessário, contornar a lei e, sobretudo, o controlo exercido pelas forças policiais.

As formas e as técnicas de pesca são as mais diversas. A pesca tradicional praticada no rio Sabor, nos arredores do Santuário, conta com várias artes dependendo do destino do pescado, das espécies e do lugar do rio. Distinguimos três tipos de técnicas: rede, cana e nassa. Na pesca com rede documentamos três aparelhos diferentes: estremalho, tarrafa e malha.

[O estremalho é] uma rede que tem três panos [...]. A rede normal, que é a malha – chamam-lhe a malha que é a medida da rede. Esta malha está no meio, e depois de um lado tem um buraco grande que se lhe chama o muro

e do outro lado tem outro buraco que se chama o muro. Portanto, tem três panos, tem dois muros e tem a rede. Chamo-lhe estremalho. As que eu tenho é tudo de três panos. (Luís Pereira, EA)

O estremalho, também designado *tresmalho*, é uma rede frequente na pesca tradicional, tanto fluvial como marítima. Utiliza-se nos poços, tanto a pé como de barco. Já a tarrafa, também designada *chumbeira* ou *saia da cigana*, é uma rede circular em forma de saia.

A tarrafa é uma “rede de pesca de forma cónica com uma fiada de chumbos esféricos equidistantes e um rufo junto ao bordo da boca” (<http://www.matrizpci.imc-ip.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/Imateriais/Imateriais/Consultar.aspx?IdReg=282>; indisponível à data da edição). Estamos perante uma arte proibida, embora alguns ainda a utilizem, conquanto o façam de forma esporádica, sempre a recato dos olhares indiscretos das forças policiais. A rede é utilizada em águas pouco profundas e sempre a partir de terra. O nosso informante comenta que esta arte de pesca era praticada “na desova, que começa em fevereiro-março”, nas zonas pouco fundas do rio. A técnica, para o seu bom uso, requer bastante prática:

Para a lançar , o pescador entrelaçava a parte superior da rede ao pulso e, de seguida, tomava parte da “saia” colocando-a sobre o ombro. Segurava com a mão direita a outra parte, ficando o resto caído em frente ao corpo. Por fim prendia um chumbo com a boca e o outro com a mão direita. Na zona escolhida do rio, a tarrafa lançava-se sobre a água. De seguida a rede era alada pela corda do vértice, arrastando a tralha pelo fundo até que se juntasse, puxando-a no final para si. (Luís Pereira, EA)⁷

7 Cf. também <http://www.matrizpci.imc-ip.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/Imateriais/Imateriais/Consultar.aspx?IdReg=282> (indisponível à data da edição).

Quanto à malha há várias, diferenciando-se pelo tamanho e material de construção. O mesmo informante, Luís Pereira, fala de “rede normal” quando se refere a redes realizadas em material natural. É o tamanho da malha que as distingue. Os “buracos” grandes são para o peixe grande, e os menores para o peixe pequeno. Dentro destas redes, destaca a que chama de “rede brasileira”, fabricada com fio de sediela. Novidade aquando da sua introdução no rio Sabor, o uso desta rede é similar ao do estremalho.

A pesca com cana é uma prática mais próxima do desporto do que a pesca como atividade económica. Olímpio Ginja comenta que o pescador com cana não ganha para as despesas. Só pesca para comer, sem atender ao rendimento proporcionado por esta prática.



21
Pesca com cana
no rio Sabor.

As primeiras canas eram, realmente, feitas apenas de uma peça de cana de quatro a cinco metros, com uma sediela de cinco a seis metros. A sediela tinha uma boia de cortiça, um anzol e uma chumbada próxima do anzol. O isco eram minhocas que se colhiam debaixo das pedras ou no esterco. Eram canas ou varas sem carreto, fabricadas de forma doméstica. Na atualidade, esta pesca é praticada por pessoas que pescam para si, equipadas com canas em materiais compósitos – fibra de vidro ou de carbono – e acessórios, como os carretos, de elevada complexidade técnica.



22
Preparando a cana de pesca.

Deixando as redes e as canas, a técnica da nassa (ou “nalsa” como a designam em Parada), está desaparecida. Fazendo parte da memória coletiva, só os habitantes mais velhos de Parada é que se lembram de as “mirar botar”. Como refere Luís Pereira:

[A nassa era] um cesto sobre o comprido, tipo um funil sobre o comprido [...]. O fundo da nalsa tem uns vimes [...] que estão soltos e depois são apertados [num dos extremos]. A nassa tinha uma boca e um funil. Na boca metiam uns fios, assim os peixes entravam. [...] O peixe passa aqui pelo meio, porque o peixe mesmo apertado nas ervas fazia abrir os vimes e entrava para dentro, e entravam muitos. Ora, os peixes entravam e, como os vimes fechavam, nunca mais conseguiam vir para trás. Porque o peixe não tem tendência a virar.

A técnica era precisa, “pois, armavam aquelas nalsas naquelas gargantas, e o peixe entrava e depois não saía. O peixe entrava e não saía! Aquilo tinha lá uma certa coisa, e depois não acertavam com a saída e ficavam lá no fundo”, explica Toquim Ribeiro, um dos nossos informantes com larga experiência de pesca no rio Sabor. Normalmente, as nassas eram colocadas nos açudes e nas ribeiras: “Na altura das bogas, saíam do rio para a ribeira. Como a ribeira é estreita, via-as subir para a ribeira. Esperava um pouco, papava-lhe aquilo, começava em cima a bater e elas queriam ir para o rio, entravam logo aqui para baixo, ficavam logo lá dentro.”

A aplicação eficiente das técnicas depende da mobilização de diversos outros recursos e competências. Trata-se de levar à prática o método de pesca que começa, precisamente, pelo ato de olhar o rio antes de qualquer outra tarefa piscatória. O pescador do rio Sabor não é uma pessoa que improvise a sua atividade, antes considera todas as variáveis que influenciam os modos e o sucesso da pesca. A época do ano – fator crucial no que se

prende com a quantidade de água e as espécies disponíveis –, as condições climáticas, a hora do dia e o lugar do rio são variáveis fundamentais para a prática da pesca. Combinar estes elementos é questão de experiência. Uns dias antes da romaria do Santo Antão de 2012, combinámos com Olímpio Ginja acompanhá-lo numa jornada de pesca. No dia acordado encontrámo-lo no Santuário, mas fazia muito vento e estava hesitante em ir pescar. O vento não é bom para a pesca, mas sobretudo não é bom para o pescador. Ele tem de se meter no rio e o vento da manhã é frio. A pesca estava para começar por volta das nove horas da manhã, mas as condições climáticas pouco propícias levaram Olímpio Ginja a que só pelas dez horas tenha dado início à atividade.

Como acima já foi mencionado, Ginja é considerado por muitos como um pescador exímio, um dos melhores naquela zona do rio Sabor. No dia anterior tinha ido ao rio ver se havia ou não havia peixes. Na manhã da pesca deu uma volta pelo poço das Pressinhas para confirmar a existência de peixe. Caminhando com certa dificuldade, por causa de uma prótese no joelho, aproximou-se da beira do rio e enxergou o peixe na água. Percorreu todo o poço e voltou à sua carrinha de caixa aberta. Fez o percurso em silêncio, pensando os seus movimentos. O vento bate forte no Santuário, e perguntamos se os ventos têm nome. Responde sem hesitar: “O vento que vem do lado da serra é o vento cieiro; o vento de travessia é aquele que vem e bate de lado, de qualquer lado; e o vento de baixo, o que traz a chuva, vem do Sul.”



23
A caminho do rio, com as redes.



24
Procurando o peixe.

Voltemos à pesca. Acompanhado por Samuel, seu filho, que o ajuda em todas as tarefas, desta vez as redes que utiliza são de um só pano, as brasileiras. A primeira que “estende” é de forma perpendicular ao curso do rio, na parte superior do poço. Mete-se com um pau no rio e estende a rede com cuidado. Enquanto coloca a rede, observa se há ou não peixes. Liga um dos extremos da rede a um grupo de salgueiros. Deixa essa rede e estende outra a partir da banda contrária do rio. Ata-a a um salgueiro e estende-a pela beira do rio. O pescador afunda-se até ao pescoço e traz a rede até à margem do lado do Santuário. Estendida a rede, Samuel e Olímpio batem com os paus na água. Com os paus mexem nas pedras. Os peixes estão nos buracos e debaixo das pedras. Batem na água começando pelo curso baixo do rio, caminhando



25

Escolhendo o local mais adequado para lançar a rede.



26

Estendendo a rede no rio.

na direção da rede. Lançam pedras pela ribeira procurando tirar os peixes dos buracos, assustá-los; o objetivo é empurrá-los para a rede, onde ficarão presos. Não falam, apenas batem com a vara e lançam pedras.

Vendo que há poucos peixes, Ginja apanha a rede e ata-a a uns salgueiros contra o pequeno braço secundário do rio oposto ao Santuário, para que o peixe que pretenda sair deste para o canal principal seja capturado pela armadilha. Os dois homens entram na mata de salgueiros com a vara. Mexem a ramagem das árvores. Enquanto Samuel lança pedras no rio, Ginja ora mexe nos salgueiros, ora mergulha na água. No fundo do rio mexe as pedras onde os peixes costumam “dormir”. Esta operação é repetida de forma sistemática durante uns vinte minutos.

27
Retirando o peixe
da rede.



Ginja comenta que no processo da pesca há duas práticas não permitidas mas necessárias para a pesca. Se a rede não fechar o cerco do peixe, ele diz que o peixe é esperto e foge da rede. A respeito da vara, diz que se não fizer isso, se não mexer a água e as pedras, o peixe não vai à rede. Acrescenta que é pior deitar veneno ou bombas no rio, como alguns pescadores menos escrupulosos ainda fazem, apesar dos danos severos que provocam na fauna e no ambiente. Durante a pesca, Olímpio levantava a vista repetidamente, para ver se a “venatória” se apresenta por ali. Pescar não é apenas uma atividade virada para o rio, tem de estar também de olhos na terra.

Uma vez batida a água, lançadas as pedras e mexidas as pedras, é tempo de “tirar” as redes da água. A rede tem de ser bem apanhada. Se é mal apanhada, tem de se compor. A forma adequada de o fazer é recolher a rede pela

corda superior, apanhando boias alternativas. Assim, uma boia é apanhada e a seguinte não é.

Esta manhã Ginja apanhou seis a sete quilos de peixe. Foi um resultado razoável, conquanto já tenha conseguido quantidades bem mais apreciáveis em outras pescarias. Retirado da rede com todo o cuidado, o peixe é colocado num cesto, em cima da caixa aberta da viatura e transportado para casa. O trabalho do pescador está terminado, agora é a vez de as mulheres amanharem o pescado, retirando-lhe as escamas e as tripas, antes de o cozinhar ou de o congelar para consumo posterior.

Apesar de o rio ser muito frequentado por pescadores de todo o tipo, provocando nos recursos haliêuticos uma certa pressão, até ao momento nunca tal impediu a sua adequada renovação, não obstante se admitir que no passado o cenário era melhor. Como reconhecem os habitantes de Parada, é grande a abundância e diversidade de peixe no rio Sabor, ainda que já tenha sido maior do que é agora. Para além da pressão piscatória, o rio Sabor, à semelhança do que acontece com outros rios, confronta-se com a existência de espécies não indígenas que concorrem para a diminuição da biodiversidade do rio, situação que poderá ser agravada pelas barragens e açudes:

No Nordeste de Portugal são ainda muitos os ecossistemas aquáticos que possuem uma boa integridade ecológica, nomeadamente nos cursos de água de cabeceira. No entanto, as perturbações



28

Uma pescaria com bons resultados.

de origem antrópica têm-se multiplicado na última década, com modificações substanciais das condições ambientais originais. Por exemplo, as grandes (*i.e.*, Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor) e pequenas obras (*i.e.*, açudes e mini-hídricas de afluentes) de regularização irão facilitar e fomentar, no futuro, a capacidade de introdução e invasão das espécies não indígenas. (Ascensão 2011: 7)

No caso do rio Sabor, os pescadores são totalmente conscientes da presença destas espécies e do seu impacto na diminuição das indígenas. O seu relato é uma mistura entre indignação, incredulidade e resignação, manifestando o seu desconhecimento acerca das formas de entrada (e, ainda mais, de saída) destas espécies. São certeiras mas impotentes as palavras de Luís Pereira:

E agora, há meia dúzia de anos para cá, apareceram estas espalmadas tipo espécies de “carpichas”. Aquilo são... chamam-lhe a perca-sol ou não sei o quê. Aquilo há para aí uma epidemia. Chegam-se a apanhar aos 15 e 20 quilos, logo de uma desdada daquilo. Vieram daí das barragens do Azibo, não sei de onde... Depois também apareceu o achigã. Apareceu isso. Apareceu o outro também, para aí umas espécies. É que esses comem tudo, comem isso tudo, e meteram aí no rio. Alguém deitou para aí isso.

Estudos recentes apontam no mesmo sentido, confirmando a introdução, nos últimos anos, de várias espécies da fauna exótica no rio Sabor: a perca-sol (*Lepomis gibbosus*), o achigã (*Micropterus salmoides*), a carpa (*Cyprinus carpio*) e algumas espécies de lagostins (Ascensão 2011: 2). Ainda que existam certamente outros fatores, esta infestação de espécies estranhas ao ecossistema concorre para a redução da biodiversidade no rio. Como justamente lembram os pescadores, para além das espécies que se mantêm, como a boga, o barbo e o escalo, algumas décadas atrás era frequente

a captura de salmão ou enguia; os mais velhos falam ainda na pesca de lampreia. É o caso de Luís Pereira:

Não sei se era salmão, lampreia. Havia enguia, havia. Oh... isso tudo desapareceu, só ficou o barbo e a boga e ficaram os outros peixes. Havia, vinham para aqui, havia para aqui muita. Agora só ficou o barbo, a boga e há outros; há outro peixe que nós chamamos-lhe o escalo.

O rio proporcionava, também, outras espécies não piscícolas. O cágado aparecia com frequência nas redes. Nem todas as pessoas o comiam. É um animal que pode ser assado vivo, e o seu consumo está associado aos ciganos. Junto com os cágados, a lontra foi alvo de caçadores. Contudo, esta era uma prática anterior ao 25 de Abril.

Os recursos piscícolas do rio apresentam diversas características que o diferenciam dos frutos da terra. No plano formal, toda a pessoa que pesca no rio está, por lei, obrigada a obter uma licença. Não é necessário ser morador ou residente da zona para pescar no rio Sabor. Não há que pagar rendas, maquias ou taxas especiais além das marcadas pela lei vigente. Ao contrário do que acontece com a prática agrícola, não há uma relação formal de propriedade entre o rio e o pescador. Isto não quer dizer que não existam códigos de conduta que estabeleçam os usos do rio que, a partir das entrevistas realizadas, podemos relacionar com a importância da pesca nas economias domésticas.

No plano da informalidade, a pesca no rio é uma prática de acesso livre. Como veremos, a relação com os guarda-rios é sintomática desta informalidade. As fendas entre a legalidade e as práticas são diversas, a relação com os representantes do poder administrativo apresentam pontos de tensão e de convivência. Na aldeia existe a consciência de que a pesca precisa de saberes especializados que não estão distribuídos de forma homogénea por toda a população; mas, ao mesmo tempo, reconhece-se o direito de todos

a acederem ao peixe que há no rio. Assim, serão as práticas da pesca as que definem os códigos no relacionamento com o rio.

O rio Sabor é um celeiro de peixe disponível para a população em datas especiais. Nas festas, por exemplo, não pode faltar. Comenta um residente de Parada: “[Na] festa, agora no verão: ‘Oh! vamos fazer uma peixada!’ Juntavam-se dois ou três com as redes e agarravam dez ou quinze quilos de peixes. Aquilo era só para a bebedeira, comer e beber, mais nada, estávamos ali...” O rio “disponibiliza” a comida como quem apanha maçãs ou outro fruto em pomar sem dono. Nos relatos sobre o rio Sabor é frequente detetar este relacionamento de familiaridade e proximidade.

A abundância de peixe no rio Sabor e a necessidade de sustento material dos habitantes das suas ribeiras fizeram com que a pesca não fosse apenas uma atividade desportiva ou pontual. Ao contrário, ela tem relevância económica para os residentes de Parada. Não contámos o número de famílias que se dedicavam à comercialização do peixe, mas sim relevámos casos em que a pesca constituía uma importante fonte de ingressos domésticos.

Evangelina Branquinho conta como o seu pai, a sua mãe e ela mesma vendiam o peixe do rio. “O peixe, aquilo tinha que ir com os cestos, mas o meu pai ganhava para ali dinheiro; uns que vendia, outros que dava. Mas dava para ganhar a jeira dele à vontade porque agarrava muito”. A sua mãe “levava os machos. Pois, então, tinha que levar. Ela ia a pé com uma canastra, atravessavam assim uns canastros em cima, porque era muito peixe; quase sempre levava 80 ou 100 quilos e tinha que os transportar porque eram muitos quilos”.

Apanhados os peixes com as redes, carregados os machos ou os burros, a venda fazia-se nas aldeias das redondezas. Meirinhos, Parada, Vilar Chão, Cerejais e, inclusive, Alfândega da Fé eram destinos comuns para a venda de peixe. O procedimento podia variar. Em muitos casos a venda era direta, feita a quem passava e se abeirava da vendedora do peixe. Noutros casos, a

vendedora levava encomendas de peixe feitas por particulares. A venda de peixe fazia (e faz) parte da chamada economia informal. A nossa vendedora comenta que “podia ir a Alfândega [vender], mas era à socapa”. Tal prática está sujeita a uma pressão por parte da administração, em especial dos guarda-rios. Nos relatos de pescadores, a figura do guarda-rios está sempre presente e a relação com ele é fundamental para a pesca, incluindo na comercialização. Comenta a nossa vendedora que

a vendê-los e agarrá-los, era como a caça dos coelhos e disso não é todo o ano que se pode e os peixes também é na mesma. [...] se os apanham no caminho... A minha mãe em toda a conta só a multaram uma vez em Meirinhos, e foi uma senhora que deu parte ao guarda-rios. O guarda-rios dizia que o primeiro peixe que fosse a casa dele, que era para ele sair do povo. Por exemplo, levavam-lhe lá um quilo ou dois de peixes e ele já saía. Uma vez qualquer, a minha mãe ia com os peixes. Ainda não tinha chegado a casa dele e então uma levava peixes, a tia do guarda-rios [...]. Quem teve que pagar a multa foi a minha mãe. Porque no tempo dos... Se os apanharem é uma multa grande. Por exemplo, agora também ainda não os podem vender. Isto foi muito antes do 25 de Abril. A minha mãe já não andava a vender peixe quando foi isso.

A comunicação dos pescadores-vendedores com os guarda-rios era necessária. Sem a sua cumplicidade, a atividade tornava-se muito complicada. Para definir esta relação, podemos recorrer ao texto clássico de Golf [2001 (1966)] que fala da amizade instrumental. Trata-se de um modo de relacionamento que permite aos atores sociais estabelecer alianças não formais com o poder e garantir o funcionamento das grandes instituições. Por outras palavras, a amizade instrumental entre pescador e guarda era crucial para o sustento material das famílias pescadoras. A relação aqui descrita tem muito de instrumental e de intercâmbio de recursos:

Em Meirinhos havia lá um guarda-rios permanente, mas logo em Vilar Chão tínhamos outro. Tínhamos essas ordens: os primeiros peixes ao chegarem que fossem a casa deles para eles se retirarem, para não estarem no povo. Porque se fossem a dar parte tinham que fazer caso, por isso então retiravam-se.

Ante a pergunta sobre se o pai da entrevistada era amigo do guarda-rios, ela não hesita na resposta: “Pois tinha que ser, se não fosse amigo deles... Eles queriam é que lhes dessem a eles primeiro. Ah, pois! Os peixes tinham que dar para tudo, era assim a vida.”

Na atualidade, a venda de peixe do rio é menor, mas continua presente. Normalmente é por encomenda. Os pescadores estendem as redes na procura de satisfazer pedidos concretos. Nos meses da primavera e do verão a atividade é maior. Não só por serem estes os momentos em que é permitida a pesca, mas também porque os contextos de consumo de peixe associam-se aos convívios e às festas, mais frequentes no período de estio e calor.

A forma de cozinhar o peixe não conhece grandes variações. As pessoas preferem os peixes pequenos, que são destripados pelas mulheres visando a sua fritura. Como acontece com a sardinha pequena, também frita, são consumidos na sua totalidade. Já os grandes são assados ou feitos em calda, com molho de azeite e cebola. A erva-peixeira, muito usada no tempero do peixe, é a preferida de quem o cozinha.

Em suma, o destino das capturas do rio Sabor foi sempre o consumo humano. Em alguns momentos, sobretudo festivos, o consumo de peixe assume um lugar relevante, podendo ser elemento de troca recíproca que envolve relações de parentesco, de amizade e de vizinhança. Por outro lado, funciona como recurso para o sustento do agregado doméstico, quer gerando rendimento monetário, quer constituindo contributo calórico e sobretudo proteico para a dieta dos membros do agregado familiar.

4. NOVOS USOS DO RIO: A COLÓNIA DE FÉRIAS

Como vimos, o santuário de Santo Antão da Barca localiza-se junto a um trecho do rio Sabor de indiscutível beleza. A este junta-se uma abertura natural que proporciona uma vasta área plana, em lugar do encravamento cerzido de escarpas e rochas que caracterizam boa parte do percurso do Sabor. A margem do rio em frente ao Santuário é feita de areia grossa ponteadas por pedras de dimensão variada, permitindo o seu uso para veraneio, banhos de sol e de água, para além da pesca à cana ou com rede. Estas características chamaram justamente a atenção de uma assistente social, Branca Bebiano Moura, em serviço no distrito de Bragança. Aquando de uma visita ao Santuário, ficou impressionada com a paisagem e o rio, descortinando de imediato possibilidades de exploração para fins lúdicos e de recreação. Estela Alves, nossa informante e professora na escola primária de Parada, hoje aposentada, acompanhou de perto o processo de implementação da colónia de férias:

Como é que começou? Veio, foi destacada para aqui, para esta zona, uma assistente social. [...] depois a senhora apareceu, comunicou... a dizer que vinha aqui visitar a escola, pronto, e eu esperei a senhora. E a senhora lá esteve muito tempo a conversar comigo e depois chegámos à conclusão que realmente tínhamos aqui um local muito interessante para se poder fazer colónias de férias. A senhora foi visitar [o lugar] [...] gostou muito daquilo e funcionaram lá ainda bastantes anos, as colónias. Aquilo funcionou, começou a funcionar nos anos 70 [ainda antes do 25 de Abril] e depois prolongaram-se até aos oitenta e tal. (Estela Alves, EA)

Deslumbrada com a beleza e as possibilidades de lazer do lugar do Santo Antão, a técnica de serviço social decidiu informar o IASE, o organismo para o qual trabalhava, fundado em 1971⁸. Como já existiam alguns edifícios no local que permitiam a estadia das crianças, o desenvolvimento deste projeto estava facilitado. Ou seja, estavam reunidas as condições mínimas para que o projeto avançasse: à beleza singular do lugar, combinando um singelo mas interessante Santuário com os campos preenchidos por culturas cerealíferas, associava-se um edificado, ainda que muito precário, para acolhimento das crianças.

Faltava o apoio do Estado, algo que se viria a concretizar pela mão do IASE, após visita dos seus responsáveis:

Era esse Instituto de Acção Social Escolar, o IASE. A diretora do IASE, que se chamava... Acho que era a Dona Fernanda Alves Pereira. [...] Visitou lá mesmo o Santo Antão naquele tempo, era difícil chegar lá de carro. Mas lá conseguimos que um táxi a levasse lá. Quando chegou àquele alto onde andam a fazer as obras [do novo Santuário]... ao Rebentão, ela disse assim: “Realmente, nós não sabemos explorar aquilo que temos”. Ficou maravilhada com aquela paisagem. Porque naquele tempo tudo que ali se avistava era cultivado de cereal. [...] Só se via, aqui só se viam, neste tempo, aquelas terras com o trigo, centeio, cevada, era uma maravilha. Tudo cheio de gente, a gente ia para o campo, era uma maravilha, tudo cheio de gente. Hoje aqui o nosso campo é deserto, pois... (Estela Alves, EA).

8 O IASE foi criado pela reforma do sistema educativo levada a cabo pelo ministro Veiga Simão, no início da década de 1970. Entre outras funções, era responsável pela alimentação dos alunos nas escolas públicas (v. Truninger 2012).

Verificadas por parte dos responsáveis técnicos do IASE as boas condições do lugar para a criação da colónia de férias, o projeto iniciou-se no ano letivo de 1972-73. A colónia proporcionou às crianças do concelho e mesmo de outras paragens, muitas delas sem qualquer possibilidade de acesso a este tipo de consumo de lazer, a fruição de férias de uma forma organizada e enquadrada por animadores qualificados, aliás como mencionado por Estela Alves e Branca B. Moura no *Boletim da Associação de Fiéis – Confraria de Santo Antão da Barca* (2013, n.º 2: 10):

Um aspecto que mereceu especial atenção foi o facto de estes alunos do ensino primário viverem bastante isolados, raramente se deslocavam a outros centros populacionais mais desenvolvidos e sobretudo, em tempos de férias de Verão, poucos ou nenhum saíam do seu meio habitual.

Assim, a colónia de férias permitiu não só às crianças a fruição de uma experiência de férias, até então delas desconhecida, como também o emprego a algumas pessoas da aldeia de Parada. Uma delas foi Antónia Ferreira, uma das nossas informantes, que durante o período de funcionamento da colónia de férias era a cozinheira, sendo responsável por tudo o que se relacionava com a alimentação:

[Antes do trabalho na colónia] eu trabalhava só em casa, era doméstica. Eu nunca saí daqui. Tinha a quarta classe sabida, mas eu não fiz exame porque a minha mãe tinha muito filho, e ela não aguentava aturar os filhos e eu era a mais velha. Tive que sair eu da escola. Ganhei enquanto lá trabalhei, lá me pagaram mas não era muito... era cozinheira, era eu e mais duas. [Trabalhava só] no verão. No verão tinha dois turnos, um de um mês e outro de outro, eram dois meses. Acabava no dia do Santo, às vezes até se iam os rapazes embora por causa de ser o Santo. (Antónia Ferreira, EA)

Além das pessoas que nela trabalhavam, houve sempre uma ligação com a aldeia de Parada. Era, sempre que possível, nas pequenas mercearias da aldeia que os responsáveis pela colónia se abasteciam dos produtos necessários à confeção das refeições diárias para as crianças.

ENT. – Quem fornecia os alimentos para a colónia de férias?

ILDA GARCIA – [...] o Toquim.

ANTÓNIO JÚLIO GARCIA – Que fornecia para as praias, tinha um café e um supermercado. E o outro era lá em cima, à saída do povo. Agora chamam-lhe a dona Graça, que é a viúva, a mãe do senhor bispo; também fornecia para lá. E quando eram precisas assim certas coisas...

ILDA GARCIA – Não tinham cá, mandavam vir de Alfândega.

ANTÓNIO JÚLIO GARCIA – [...] a manutenção daquilo de eletricidade, antigamente não havia lá luz. [...] A manutenção disso era da Câmara Municipal.

ILDA GARCIA – A Câmara Municipal apoiou...

ANTÓNIO JÚLIO GARCIA – Normalmente tinham lá sempre um funcionário com um jipe, e alguma coisa que era preciso deslocava-se um outro funcionário da Câmara Municipal. Tinham eletricista, tinham tudo. Quando era preciso alguma coisa, era a Câmara Municipal que fornecia.

Deste excerto de entrevista resulta bem evidente não apenas o envolvimento da comunidade local como também um forte compromisso por parte da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, procurando que a colónia de férias funcionasse nas melhores condições considerando os recursos disponíveis. Tal permitiu responder prontamente aos problemas surgidos, incluindo os mais inesperados, mantendo pelo período previsto a colónia em funcionamento. Foi o caso de um dia em que uma ventania fez estragos, conforme é narrado por Estela Alves:

Não é que um dia, tinham já a mesa posta – parece que até já tinham a sopa na mesa, acho que até era caldo verde – e veio uma lufada de vento tão forte que levantou o telhado todo [...]. Depois foi com uma grande rapidez que arranjaram os estragos. Em 24 horas [a Câmara Municipal] pôs lá aquele coberto e ainda hoje esta lá, houve a participação de entidades bancárias, comerciantes e de toda a população.

As colónias de férias só poderiam funcionar se tivessem crianças, pelo que se impõe saber quem elas eram, como eram selecionadas, sua proveniência, que atividades eram desenvolvidas para ocupar o seu tempo. Será também pertinente referir, ainda que brevemente, o modo como se processava a planificação e distribuição das tarefas por parte das pessoas que trabalhavam na colónia, principalmente o papel dos monitores, pois eram eles que lidavam mais de perto com as crianças. Em termos hierárquicos, Branca B. Moura, enquanto técnica do IASE, supervisionava as atividades quotidianas, estando o seu controlo direto a cargo da responsável pela gestão corrente da colónia, a quem cabia, em muitos casos, o recrutamento dos monitores: “Trouxe já a equipa de monitores com ela, porque era preciso que houvesse um entendimento, realmente a equipa. [...] Depois, todas as noites, antes de se deitarem, faziam a avaliação”, relata Estela Alves.

A seleção das crianças era feita junto das escolas. Estas eram contactadas, as técnicas deslocavam-se às aldeias e aí faziam reuniões com os pais. Posteriormente, com o apoio das professoras primárias, as crianças eram finalmente escolhidas. As que frequentavam a primeira classe, atendendo à sua pequena idade, raramente entravam no grupo das escolhidas. A colónia não foi só frequentada por crianças do concelho de Alfândega da Fé, a ela afluíram crianças de todo o distrito de Bragança. Estabeleceu-se ainda um protocolo com outros concelhos, nomeadamente de Lisboa e do Porto: “Os nossos foram para lá; daqui foram para Espinho, foram para a praia da

Areia Branca [na Lourinhã, distrito de Lisboa] – [...] acho que fica perto ali da Foz do Arelho, mas mais na costa de Sintra –; foram para lá” (Estela Alves, EA). O tempo de permanência de cada criança na colónia de férias era de 15 a 20 dias, havendo vários grupos durante o período de férias. Os grupos eram normalmente constituídos por 50 crianças, a que se juntavam os monitores e restante pessoal envolvido na colónia. Estes proporcionavam às crianças atividades diversificadas, uma experiência de férias extremamente enriquecedora e gratificante a todos os níveis, fossem cognitivos, fossem relacionais.

ENT. – E que atividades as crianças faziam lá?

ESTELA ALVES – As crianças faziam, porque cada monitor depois tinha o seu grupo, não é?... [...] faziam muita coisa, jogos, tinham (como é que se diz?), faziam estudo do meio ali. Depois também [...] recolhiam muito material, aquelas pedrinhas, aquelas conchas, faziam pinturas lindíssimas, pesa-papéis daqueles ramos secos; faziam trabalhos lindíssimos, com verniz e tudo. Tive pena de não ter ficado com mais recordações. Depois, à noite, faziam uma fogueira, eram jogos, eram peças de teatro. Também tinha depois a parte cultural. Eu até tenho aqui [...] uns trabalhos. Porque andei a fazer umas arrumações e encontrei. Depois quase sempre ia lá o presidente da Câmara. Improvisavam coisas, faziam lá trabalhos lindíssimos. Mas tenho muita pena de não ter ficado com mais assim... [mostra-nos alguns dos trabalhos feitos por crianças que frequentaram a colónia]. Hoje, este rapaz já tem netos [sorriso]. Isto aqui não é nada [...], é uma pequenina parte.

ENT. – É a parte da cultura que...

ESTELA ALVES – Sim. Mas isto, isto não é nada. Dobragens também. Faziam muita coisa, trabalhos lindíssimos, lindíssimos. Depois também tinha a parte biológica...

A colónia de férias funcionava em regime de internato, dormindo as crianças nas suas instalações: “Os garotos dormiam na casa da estrebaria, naquela casa onde é que está o café [do Santuário]. Era ali um salão grande enorme, comprido. Dormiam ali assim numas filas de divãs” (Antónia Ferreira, EA). Bem recentemente, Estela Alves e Branca B. Moura descrevem, no *Boletim da Associação de Fiéis – Confraria de Santo Antão da Barca* (2013, n.º 2: 11), já acima citado, a forma como se distribuía as dormidas: as raparigas eram colocadas no primeiro andar, enquanto os rapazes ficavam no rés-do-chão, com os monitores.

A arrumação das camas era feita pelas crianças. Além desta tarefa, tinham também de cumprir os horários estipulados, incluindo o de acordar e o de recolher. Havia um dia durante a semana, normalmente ao domingo, em que visitavam Parada, sendo o almoço trazido do Santo Antão e realizado na escola primária da aldeia. Durante a estadia, tinham ainda um passeio a um lugar da região, nomeadamente a Bragança ou a Miranda do Douro. Nos restantes dias permaneciam na colónia.

Os pais podiam visitá-los, mas isso acontecia poucas vezes devido aos seus afazeres, distância e estado muito deficiente do caminho de acesso. O transporte das crianças era efetuado de



29

Crianças da colónia de férias em atividades lúdicas no rio Sabor, junto ao santuário de Santo Antão da Barca. Meados dos anos 1970.

(Fotografia cedida por D. Estela Alves)



30

Uma criança da colónia de férias faz a sua higiene.

(Fotografia cedida por D. Estela Alves).

autocarro até à Parada e dali até ao Santo Antão da Barca numa camioneta de caixa aberta, a um ritmo muito vago-roso, pois o caminho era bastante precário e perigoso.

Naturalmente, em cada ano havia que fazer a preparação do espaço, em especial dos edifícios, que implicava, entre outros aspetos, uma barreira geral e aprofundada:

Estava lá um quarto onde nós guardávamos tudo, as loiças, as roupas, e até mesmo na parte de baixo, na arrecadação, também tínhamos lá [coisas]. Todos os anos, no fim do verão, guardávamos tudo. Sacudíamos os cobertores, pronto, púnhamos lá o remédio dos ratos e aquilo tudo; e tínhamos lá, não loiças boas, pois está claro, porque para crianças não podiam ser assim umas loiças muito finas. (Estela Alves, EA)

Em suma, a colónia de férias foi, durante parte dos verões nas décadas de 1970 e 1980, uma experiência extraordinária para as crianças, nela envolvendo a comunidade de Parada. Enquanto uns encontraram na colónia uma ocupação temporária que lhes permitiu um rendimento adicional, certamente parco, mas importante num contexto socioeconómico tradicionalmente deprimido em que os baixos salários ou mesmo a falta de trabalho empurrava as pessoas para a emigração, quer interna, quer externa, outros ganhavam abastecendo a colónia com alimentos e demais produtos necessários ao seu funcionamento; outros ainda colaboravam graciosamente no que fosse necessário, sempre em prol do sucesso da iniciativa e do bem-estar das crianças.





CAPÍTULO 4

O santuário de Santo Antão da Barca

Paulo Jablonski,
Fernando Bessa Ribeiro
e Luísa Cortinhas

1. O LUGAR

O santuário de Santo Antão da Barca localiza-se na margem direita do rio Sabor, sobre um terraço fluvial, a cerca de seis quilómetros da sede da freguesia de Parada, a que pertence, no concelho de Alfândega da Fé. Entre o conjunto edificado dominado pela Capela e o rio distam escassas dezenas de metros que dão para uma praia fluvial de areia e pedra. O rio separa Alfândega da Fé de Mogadouro e de Torre de Moncorvo, fazendo divisa com as freguesias de Meirinhos, Carviçais e Felgar. Aninhado entre montanhas, das suas margens observa-se uma paisagem dominada por vegetação rasteira, algumas amendoeiras, oliveiras dispersas e eucaliptos. Conforme já foi discutido (cf. capítulo 3), mercê das alterações económicas e sociais ocorridas sobretudo a partir da década de 1960, a paisagem sofreu grandes mudanças, dando

os cereais, sobretudo o trigo, lugar a outras culturas menos exigentes em termos de trabalho humano e de melhor rendimento, como o eucalipto. Pressente-se a penosidade do trabalho exigido a homens e mulheres para arrancar algo de útil a terrenos tão agrestes.

O isolamento é expressivo: para além de uma pequena linha de casas não habitadas, no denominado lugar de Miragaia, e dos edifícios das quintas localizadas a razoável distância, na outra margem, a única presença humana quotidiana é a do pastor – assim designado conquanto ele seja sobretudo um pequeno agricultor – e sua família que ocupam a parte inferior do palco – localizado a menos de cem metros a jusante do Santuário – durante a semana de trabalho, regressando aos fins de semana à sua residência em Meirinhos. Esta solidão é cortada pela presença ocasional, sobretudo ao fim de semana, de pescadores que, com cana ou redes, se dedicam à pesca num rio com larga abundância de peixes; e, claro, estridentemente desfeita aquando da grande festa do primeiro sábado de setembro. Certamente, todos os forâneos que se acercam deste lugar fora dos momentos festivos – para além da festa de Setembro, existe uma cerimónia religiosa em maio, mais singela, íntima mas não menos intensa – sentem a força de um lugar bem singular. Se agora já a ele se pode chegar em viatura ligeira, a partir da estrada principal – IC5 – que liga Alfândega da Fé a Mogadouro¹, ainda assim o caminho é muito precário mas vale bem a pena percorrê-lo. Começando

1 Antes da existência do estradão em terra batida, aberto nos anos 1980, por decisão da Câmara Municipal, desde a estrada principal (IC5) que liga Alfândega da Fé a Mogadouro – concretizada depois de uma tentativa fracassada alguns anos antes de abertura do caminho com o apoio do Regimento de Infantaria de Espinho –, o acesso ao Santuário fazia-se sobretudo pelo caminho das Valeiras, a partir da aldeia de Parada. Tratava-se de um caminho estreito, que apenas permitia a passagem a pé e de animais de carga. Assim, os romeiros provenientes da zona de Alfândega da Fé estavam também obrigados a fazer este percurso, a maioria montada nos seus “machos”. Estes eram adornados com as melhores colchas que cada família tinha em casa e carregados com alforjes de linho.



32

Vista geral do santuário de Santo Antão da Barca.

por circular pelo topo das montanhas, bem escarpadas, o viajante avista paisagem por dezenas de quilómetros, cujo poder impressionante lhe vem do seu carácter agreste, sempre desafiado pelas resilientes oliveiras, grande fonte de rendimento para as gentes destas terras. Depois, segue-se uma longa descida de vários quilómetros, entre curvas e contracurvas, que se inicia pouco antes do lugar onde será erguido o novo Santuário. O local, rodeado de montanhas e vales, cujos socargos estão quase todos afeiçoados para acolher plantações, sobretudo de eucaliptos, termina num amplo espaço quase plano debruçado para o rio Sabor. Avistável a mais de três quilómetros de distância, muitos terão sido os que pararam a marcha, desligaram o motor da viatura e contemplaram a vista impressionante proporcionada por um

vale onde se inscrevem, numa articulação particularmente feliz, montes, rio e uma Capela, num cenário de quase total isolamento. O ermo, que nem o novo itinerário (IC5) perturba, decorre da distância e do escasso tráfego que o percorre, e nele se destaca o enorme viaduto curvo que, apoiado nas encostas de duas montanhas, transpõe o vale que serve de cenário de fundo ao Santuário.

Ao contrário do que é comum na inscrição deste tipo de espaço religioso na paisagem, este Santuário não está situado em local elevado, dominando toda a paisagem envolvente, mas antes junto à margem do rio e do seu vale, encravado em belas montanhas por todos os pontos cardeais, talvez ainda mais sublinhada pela presença de vegetação rasteira em torno do espaço, conquanto no interior do recinto existam espécies arbóreas como a olaia (*Cercis siliquastrum*) e os ciprestes (*Cupressus* sp.), ambas com manifesta força simbólica em termos religiosos.

Ainda que não existam fontes que possam esclarecer os motivos que levaram à construção do templo nesta localização relativamente esdrúxula, é pertinente admitir que a mesma esteja relacionada com o rio, em especial com o seu atravessamento, durante séculos assegurado por uma barca. Como explica Lopes, seguindo de muito perto as vozes populares, “uma coisa é certa. Não pode ter sido por acaso que a ermida de Santo Antão apareceu neste lugar, muito próxima do rio em cujo leito a barca navegava” (2008: 17). Temos, pois, o rio e a barca como elementos fundamentais para a tese explicativa da construção da Capela dedicada a Santo Antão². De algum

2 Santo Antão é uma figura histórica que terá vivido nos séculos III e IV. A sua vida foi relatada na obra, fundamentalmente biográfica, *A Vida de Santo Antão*, escrita, em grego, por Santo Atanásio de Alexandria. Filho de proprietários rurais abastados, à morte dos pais, ocorrida quando tinha cerca de 20 anos, Santo Antão alienou a herança, distribuiu o dinheiro obtido pelos pobres e retirou-se para uma vida solitária, não longe da aldeia natal. Mais tarde, a meio da sua terceira década de vida, foi para o deserto, atravessando para isso o Nilo e entrando-se nas montanhas. Aí escolheu para residência uma velha fortificação abandonada,

modo pode reconhecer-se uma certa inspiração na figura e na vida deste santo da Igreja cristã primitiva, em especial no que se prende com dois elementos: o rio e a montanha. Santo da Igreja, a quem são atribuídos milagres e resistência aos demónios, Lopes (2008: 17) afirma que foram os Távoras que o escolheram para patrono do lugar e da barca e para proteção contra o sobrenatural naquela zona pujante, é certo, mas áspera e muito isolada.

A Capela, construção principal do edificado que compunha o velho Santuário, é um pequeno templo, de estilo barroco, cuja estrutura compreende três corpos (nave, sacristia e capela-mor). De acordo com Dórdio [(coord.) 2012: 14], a Capela tem uma área total de 169,40 m² (12,15 m de largura e 18,80 m de comprimento) e 7,30 m de altura³. O campanário tem 11 metros de altura. A entrada faz-se por uma porta ampla localizada por baixo daquele, existindo ainda, no lado lateral orientado a norte, uma pequena porta. Por cima da porta principal em madeira temos um belo frontão, solução arquitetónica de inspiração greco-romana, e muito frequente nos edifícios religiosos (e não só) do período barroco. Este frontão é encimado pelo campanário e sua sineta. Franqueada a entrada, o interior é dominado pela capela-mor, onde sobressaem o altar principal, o púlpito, as duas pias em granito e o revestimento de talha dourada, típica do período barroco, em razoável estado de conservação. O teto e as paredes são revestidos a tábuas

onde viveu cerca de vinte anos, no mais extremo isolamento e dedicação a um ascetismo radical. Acabaria por ser seguido por outros. Os anos derradeiros da sua longa vida passou-os com dois discípulos. Pelo exemplo de vida, passada, em grande parte, em solidão radical, é considerado como um dos responsáveis pelo monaquismo (v., entre outros, http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/monaquismo/vida_de_santo_antao_sobre_a_obra.html).

- 3 Segundo informação transmitida pelo Prof. Manuel António Gouveia, o edifício completo, incluindo não só a Capela como também a sacristia, está registado na Conservatória de Alfândega da Fé (art. n.º 312) com uma área de 199 m². Ou seja, a discrepância entre os dois valores poderá estar relacionada com o facto de o valor superior incluir a sacristia.



33
Fachada principal da
capela do Santo Antão
da Barca.



34 | 35
Vista parcial e vista geral da capela do Santo Antão da Barca.

de madeira com pinturas religiosas. Do lado esquerdo, pela capela-mor, acede-se a uma pequena sacristia.

As origens do templo continuam envoltas em grande incerteza, não sendo conhecidos o responsável e as razões justificativas para a sua construção. As fontes primárias, coevas ou posteriores, nomeadamente nos arquivos da Confraria de Santo Antão da Barca, são escassas, obrigando ao recurso à memória oral que, não obstante as limitações, esquecimentos e manipulações, fornece explicações historicamente situadas.

Dórdio [(coord.) 2012: 7-8], com base em registos eclesiásticos do acervo do Arquivo Distrital de Braga e na inscrição existente na sineta do campanário, afirma que a construção da Capela terá sido concluída em 1743. De igual modo, não existem documentos que permitam, para lá de qualquer dúvida razoável, saber quem foi o responsável pela sua edificação. Na esteira da tradição oral, também retomada por Lopes (2008: 13), Dórdio [(coord.) 2012: 7-8] argumenta:

a ordem de construção para uma Capela de carácter mais monumental e que exigiu recursos económicos mais avultados poderá ter partido da família dos Távora. Tal hipótese é sugerida pelo facto de os territórios (vilas) de Alfandega da Fé e Castro Vicente estarem nas mãos da família, desde 1536, a partir da instituição do morgado de Távora, por Luís Álvares de Távora e Dona Filipa de Vilhena, com rendas e direitos. As referências à Capela como estando localizada no domínio do Marquês de Távora, fazendo parte da freguesia da Parada, à data parte integrante do concelho de Castro Vicente, também se encontram nas *Memórias Paroquiais* de 1758. [...] A ajudar a esta hipótese, existe o facto de, em torno da zona de implantação da Capela, se situarem algumas propriedades que foram pertença desta família, como a Quinta de Zacarias (Alfândega da Fé), Quinta da Olga da Trapa (actual quinta dos Barraís, freguesia de Souto da Velha, Torre de Moncorvo), Quinta de Crestelos (Meirinhos, Mogadouro) e o Medal (Meirinhos, Mogadouro), conforme o documento de instituição do morgado de 2 de Junho de 1536, Tombo de Carvalhais, organizado em 1739 e o tomo resultante do processo de sequestro dos seus bens que teve lugar entre 1758 e 1759. Depois do sequestro dos bens dos Távora, a ermida viria a estar na posse do Estado até 1932, transitando então para a Confraria até ao presente.⁴

De acordo com a memória coletiva oral, a construção do templo ter-se-á ficado a dever à família Távora, que era detentora de casas e propriedades

4 A ermida esteve na posse do Estado até 13 de setembro de 1945 e não 1932, como escreve Dórdio [(coord.) 2012]. No arquivo do Santuário, organizado por Manuel António Gouveia, e justamente por ele lembrado em mensagem eletrónica a nós enviada, existe uma fotocópia desse auto de entrega, cujo original se encontra depositado no arquivo do Paço Episcopal de Bragança. Devolvida a ermida à fábrica da igreja de Parada, esta, por razões que se desconhecem, não procedeu ao seu registo na Conservatória do Registo Predial, tendo a sua posse transitado para a Confraria, por força do fixado no art. 28.º dos Estatutos de 2010.

na região, nomeadamente em Mirandela, onde tinha a residência principal⁵. Recorda Manuel António Gouveia, em entrevista: “A Capela foi mandada fundar, segundo dizem, pelos Távoras, não é? Não há nenhum documento que diga quem é que fundou a Capela.” Certa parece ter sido a existência no lugar de uma capela mais antiga, já dedicada a Santo Antão da Barca, à qual se fez anteriormente referência. Segundo as *Memórias Paroquiais de 1758*,

tem esta freguesia capellas digos fora della huma de Santo Antão que está sita huma legoa fora desta freguesia aonde chamam a Casa da Barca, a esta acode muita gente em romagem em todo o tempo, principalmente em tempo de Veram. Tem outra de Santa Marinha, esta não acode gente, hé menos frequentada de gente. (*Apud* Gouveia 2010: 3-7)

Para Lopes (2008: 13-14), a construção da Capela ficou a dever-se aos habitantes de Miragaia – entre os quais se contava a família do barqueiro –, um pequeno aglomerado de casas, ainda hoje existente, embora as habitações já não sejam as mesmas. Do ponto de vista arqueológico, os estudos de prospeção levados a cabo pela equipa de elementos edificados do ACE não foram conclusivos, não se tendo identificado vestígios da existência de uma capela na zona do Santuário ou da povoação de Miragaia, conforme é sistematicamente referido pela tradição oral [Dórdio (coord.) 2012: 6].

Como os Távoras eram possuidores de uma grande propriedade rural, a quinta de Crestelos, hoje na posse da família Ruano, na margem esquerda do rio Sabor, e certamente interessados, do ponto de vista simbólico-religioso, em sublinhar a sua força económica e prestígio social, mandaram erguer

5 O antigo paço dos Távoras localiza-se no centro de Mirandela. Construção do século XVII, nele funciona a Câmara Municipal, estando classificado como imóvel de interesse público (v. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74265>).

o atual templo. Lopes propõe-nos uma outra explicação, mais conforme à crença popular e às razões de teor estritamente religioso como explicativas do comportamento humano. Escreve o autor que, lembrando os eventuais atravessamentos do rio Sabor por parte de membros da família Távora,

quem sabe se num transe aflitivo, na iminência de um naufrágio, não teriam implorado a protecção divina com promessa de erigir o templo? Ou seriam tão fortes as suas convicções religiosas que, independentemente de qualquer situação de perigo, resolveram edificar nos seus domínios uma Capela tão perfeita, tão imponente e linda? (Lopes 2008: 16)

Se a Capela é indiscutivelmente a construção mais importante e de maior valor material e simbólico, ao ponto de justificar a sua trasladação parcial para o novo Santuário, o complexo religioso de Santo Antão não se esgota nela. No espaço murado, ao qual se acede por um dos três portões em ferro (dois a poente, o outro a sul), outros edifícios existem, rodeando de certa forma a Capela. A leste, no ponto mais próximo do rio, temos a Casa dos Milagres, um edifício térreo onde se guardam pinturas a óleo e ex-votos e se vendem objetos de cunho religioso aos visitantes. Serve ainda como espaço de arrumação de alguns materiais que são úteis à realização das festas e cerimónias litúrgicas.

A poente temos a Casa do Ermitão, localizada no piso superior do edifício, em bom estado de conservação graças às obras de reabilitação e melhoria realizadas há já mais de uma década. É constituída por diversas divisões, incluindo seis quartos, cozinha e sala de refeições. No passado, o piso inferior era utilizado para armazenamento dos cereais doados e abrigo de animais.

Por fim, a sul temos um edifício já a acusar manifesta degradação, também de dois pisos, conhecido por Casa dos Romeiros. No piso térreo, existe um espaço aberto com mesas e bancos em pedra, apoiados por



36
Casa dos Milagres.



37
Casa do Ermitão.

um bar que apenas funciona em dias de festa e romaria; no piso superior, temos um espaço amplo, onde podem pernoitar romeiros ou realizar refeições para largas dezenas de pessoas. Como refere Lopes (2008: 33), no passado o edifício funcionou como cavalariça e arrecadação de bancos, mesas e outros materiais necessários às festas, tendo sido também utilizado como dormitório para as crianças que frequentavam a praia fluvial. Já no exterior do recinto murado, temos uma fonte, dois coretos, a Casa do Fogo e a plataforma de lançamento de fogo de artifício.

De igual modo, existem muitas incertezas em relação às sucessivas intervenções realizadas no espaço, no que se refere aos seus responsáveis, patrocinadores e pedreiros, pintores e outros artistas que trabalharam nomeadamente na Capela. Obviamente, atendendo à qualidade das pinturas estamos perante pintores de pouco talento, sem grande formação artística, provavelmente da região, com aprendizagem feita à margem dos ateliês de grandes mestres.



38
Casa dos Romeiros.



39
Zona de convívio no piso inferior da Casa dos Romeiros.



40
Fonte.

41
Coreto.



QUADRO 1. FASES DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO CONSTRUÍDO DO SANTUÁRIO DE SANTO ANTÃO DA BARCA

Fase I c. 1743 – Tardo-Barroco	Edificação da Capela, da Casa do Ermitão, da Casa dos Romeiros, eventualmente do recinto do adro.
Fase II 1779 – Rococó	Pintura do teto da nave da Capela.
Fase III Inícios do século XIX – Neoclássico	Construção ou ampliação da sacristia da Capela.
Fase IV 1884	Sancas e pintura de lambril de azulejo fingido, na nave da Capela.
Fase V 1944-46	Remodelação de coberturas da Capela. Construção da Casa dos Milagres.
Fase VI 1950-51	Construção dos coretos. Remodelação da Casa do Ermitão, Casa dos Romeiros e Casa do Fogo. Possível pintura branca e de barras laranja no exterior de edifícios e interior da Capela.
Fase VII 1968	Colocação da bica de água no muro do recinto.
Fase VIII 1980	Remodelação da Casa dos Milagres.
Fase IX 1994	Remodelação da Casa do Ermitão e da Casa do Fogo*.
Fase X 2001	Substituição dos revestimentos exteriores da Capela e da sua cobertura.

Fonte: Dórdio [(coord.) 2012: 13]

* Segundo informação de Manuel António Gouveia, em 1994 não se realizaram trabalhos de reabilitação na Casa do Fogo.

Como refere Dórdio [(coord.) 2012: 13], o espaço que compõe o velho Santuário passou por numerosas intervenções que não se circunscrevem à Capela, antes abrangendo os outros edifícios e espaço envolvente, algumas delas da responsabilidade da Confraria de Santo Antão da Barca. Essas fases, executadas ao longo dos quase trezentos anos do Santuário, incluíram, conforme se pode observar no Quadro 1 – *Fases de intervenção no espaço construído do santuário de Santo Antão da Barca* –, a construção de edifícios, restauros e novas pinturas e decorações na Capela. De certo modo, à semelhança das práticas habituais em muitos outros templos e espaços religiosos, em cada época os homens procuram deixar a sua marca, ao ritmo das disponibilidades financeiras e de outros recursos existentes.

2. A CONFRARIA E OS IRMÃOS⁶

A freguesia de Parada tem 124 pessoas recenseadas em 2011, mas, nesse mesmo ano, 459 pessoas pagaram a quota da Confraria de Santo Antão da Barca. As pessoas originárias de Parada mas residentes em outros municípios fazem parte da Confraria. Este dado leva-nos a afirmar que esta é mais do que uma associação de fiéis. Há pessoas que têm tantos anos de vida como de pertença à Confraria. Fazer parte desta Irmandade é uma marca de identidade que une as pessoas diretamente com o Santo Antão da Barca e o Santuário. Hoje em dia não ser irmão é não ser de Parada. De facto, durante o trabalho de campo, não encontramos qualquer hesitação sobre a pertença à Confraria. Podem ouvir-se vozes a favor ou contra a sua Direção, mas não contra a instituição. Neste subcapítulo vamos escrutinar

6 Conquanto “confrades” possa ser a palavra mais próxima para designar os membros de uma confraria, optou-se por dar preferência à expressão “irmãos”, por ser comumente utilizada pelas pessoas de Parada.

com detalhe a Confraria, quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista etnográfico.

Formalmente, a Confraria é “uma associação mista de fiéis, de âmbito diocesano e goza de personalidade jurídica pública, quer no foro canónico, quer no foro civil, segundo a Concordata vigente” (art. 3.º dos Estatutos de 2010). Antes de nos adentrarmos na análise histórica desta irmandade, é oportuno colocar a questão sobre quem pode ser irmão da Confraria e o que daí decorre.

O caminho para uma pessoa chegar a fazer parte da Confraria de Santo Antão da Barca precisa de poucas, mas firmes condições: o candidato tem de ser católico, respeitar os estatutos e pagar a quota. Um habitante de Parada relatava-nos numa conversa como, em criança, ia de burro com o seu tio “tirar a irmandade”. Ele ouvia o tio perguntar pelo pagamento da quota da Irmandade. Conta esta história com o orgulho de ter ido cobrar as quotas no tempo dos burros e dos machos. Cada ano volta ao Santuário para mostrar a sua devoção e receber aquilo que, como irmão, lhe corresponde: uma missa. Como ele, centenas de pessoas que pagam a quota de um euro anual visitam o Santuário no começo de setembro. Na aldeia de Parada nenhum irmão tem qualquer distintivo que visualize a sua pertença à Confraria, mas todo o mundo sabe que esta é uma aldeia com mais irmãos do que habitantes.

Caso se seja menor de idade, deve ser obtida prévia autorização parental ou dos tutores. Os estatutos da Confraria, modificados e aprovados no ano 2010, fixam as obrigações, deveres e direitos de todos os irmãos. No campo das obrigações mencionam-se, sobretudo, não ir contra a Igreja católica e promover o culto e a evangelização, o pagamento da quota anual e, no caso de serem eleitos para algum órgão da Confraria, atender às obrigações particulares dos antecessores. Os direitos fazem referência ao sufrágio das “almas dos irmãos falecidos, pela Santa Missa e orações litúrgicas da Igreja” e a oferta do “santo sacrifício da missa para todos os associados vivos e

defuntos”. Luís Pereira afirma que “os irmãos tinham direitos; tinham direitos, quer dizer, no dia da festa celebravam lá a missa e ofícios. Era em prol lá das intenções dos irmãos; aquilo era mais por uma questão de fé, depois os irmãos eram associados da Confraria”.

Estas condições de deveres e direitos de entrada tiveram algumas mudanças no percurso dos tempos. Se fizermos uma comparação dos estatutos conhecidos, podemos observar que existem diferenças de matiz assaz notáveis. No presente os estatutos fazem referência a todo um leque de condições incompatíveis com a pertença à Confraria. Por exemplo, não se pode fazer parte de uma associação que “publicamente tiver rejeitado a fé católica”, estar “inscrito em associações que conspiram contra a Igreja”, não estar “disposto a aceitar os princípios cristãos” e outras de similar natureza. Analisando os estatutos de 1864, 1895 e 1911, vemos que estas menções não aparecem, surgindo pela primeira vez nos Estatutos de 1931⁷. Neste documento podemos ler, mais concretamente no seu art. 3.º, que “só podem ser validamente admitidos como irmãos as pessoas que: 1.º – professarem a religião católica apostólica romana; 2.º – não estiverem afiliadas em nenhuma seita ou associação condenada pela igreja [...]; 4.º – não forem nem devam ser consideradas, segundo os princípios da moral católica, como pecadores públicos”. Nos estatutos deste ano a figura do Diretor é fortalecida de tal forma que os irmãos são obrigados a “cumprir as ordens do Director” (art. 11.º).

O tempo histórico em que estes estatutos foram elaborados não é um dado menor para compreender as razões destas alterações. O país vivia então em ditadura militar conservadora. Nascida da revolta de 1926 que derrubara a I República, daria origem ao Estado Novo, com a Constituição de 1933, na qual a revalorização do papel da Igreja católica, severamente

7 Não estando fixada na letra do texto dos primeiros estatutos o respeito pelos princípios da fé católica, é incontornável que os membros da Confraria estavam vinculados ao catolicismo.

golpeada pelos republicanos entre 1910 e 1926, assumiu um lugar relevante, nomeadamente por via do apoio às organizações religiosas. Assim, se até então podiam ser irmãos da Confraria “todos os católicos de ambos os sexos de qualquer classe ou condição”, a partir de 1931 foram introduzidas novas condições que, por um lado, exprimiam uma visão intolerante e persecutória da religião e, por outro, a tentativa, por via destas organizações, controlar os cidadãos.

A evolução no número de irmãos da Confraria é difícil de avaliar porque os dados de que dispomos são incompletos e muito fragmentados. Os mais completos são os de 2011 e 2012. Nestes dois anos, o total de irmãos contabilizados é, respetivamente, de 955 e 737. Na documentação consultada há dados das seguintes localidades: Parada, Vilar Chão, Sendim da Ribeira, Valverde, Estevais, Meirinhos, Ferradosa, Alfândega, Picões, Cerejais e Sardão. A documentação é constituída por listagens de cobrança da quota, e contabilizados estão só aqueles que efetuaram o pagamento. Contudo, estas cifras não são seguras porque há pessoas que pagavam pela sua família mas que na documentação aparece só como um pagamento; além disso, há localidades que não figuram em alguns anos. De uma forma ou outra, podemos falar da existência de mais de um milhar de irmãos da Confraria⁸. Note-se, como acima já foi sublinhado, que não se podem apontar dados para os anos anteriores, por falta de documentação; excetua-se o ano de 1932, para o qual é indicada a cifra de 737 irmãos, numa anotação da época.

Como acontece na maioria das organizações da sociedade civil, incluindo as religiosas, boa parte dos seus membros tem uma relação pontual com a

8 O número superior a um milhar de irmãos é apontado por Manuel António Gouveia, em mensagem eletrónica, onde sublinha que tem sido prática corrente na Confraria manter os irmãos falecidos como membros, desde que os seus familiares vivos procedam ao pagamento das quotas. Observe-se também que os irmãos falecidos ainda inscritos constituirão cerca de 10% do total de membros da Confraria.

Confraria. Independentemente do grau de envolvimento, a todos se pede o pagamento da quota anual, normalmente cobrada pelos responsáveis da Confraria durante o mês de agosto ou aquando da festa de Setembro. O trabalho de cobrança realiza-se de casa em casa. Antes a pé ou a cavalo, agora em viatura automóvel, o procedimento era similar. Um membro da Comissão entrava na casa do irmão e perguntava: “Quer pagar a irmandade?” E quem quisesse pagava. A cobrança era da responsabilidade dos dirigentes residentes em cada aldeia:

Dirigentes alguns que estão [em cada aldeia]. Em Meirinhos temos lá um comissário, não é? Pronto, mandam-se-lhe os papéis e ele faz a cobrança, vai a Valverde e vai à quinta das Quebradas⁹. O dos Cerejais faz nos Cerejais, outros fazem em Alfândega, depois vão a Ferradosa, e [em] Picões também temos. Temos também um comissário no Sardão. (Luís Pereira, EA)

Outro momento muito participado na relação entre os irmãos e na dos demais devotos com a Confraria corresponde à romaria e festa de Setembro. Como veremos, trata-se de um evento da maior importância para o concelho de Alfândega da Fé, em especial para a aldeia de Parada, ao qual muitas pessoas, além de membros da Confraria, acorrem como romeiros.

Os fins principais da Confraria, além da promoção do culto público da religião católica, estão relacionados com o Santo Antão da Barca e a celebração das diferentes festas em sua honra. Para bem as concretizar, os órgãos

9 Prossequindo com as observações de Manuel António Gouveia, se no passado existiam irmãos na quinta das Quebradas – ele próprio foi a esse lugar, com a idade de 15 anos, “tirar a irmandade” –, hoje já não existem aí membros da Confraria, mas sim na freguesia contígua de Estevais, também do concelho de Mogadouro, onde se contam por várias dezenas.

da Confraria são decisivos, com destaque para a Direção, obrigada a prestar contas à assembleia-geral. Nas palavras de Luís Pereira,

as assembleias-gerais são duas: as obrigatórias, é a de outubro, novembro, que é a do plano e orçamento para o ano seguinte. E depois temos a apresentação de contas, e depois, se virmos que é necessário fazer uma assembleia-geral por qualquer motivo, pois temos que fazer. Essas são extraordinárias, mas estas duas são obrigatórias.

A Direção está, na prática, encarregada de assegurar o funcionamento regular da Confraria e atender a todos os assuntos que lhe são referentes. Os momentos de maior importância são os eventos de maio e de setembro. Este último é particularmente trabalhoso, começando a sua preparação no início do ano. A contratação dos conjuntos e do fogo de artifício, se houver, precisa de tempo. “A de Setembro, como é uma festa mais forte, a gente trabalha quase todo o ano”, comenta Luís Pereira. O trabalho intensifica-se à medida que se aproxima a data. Uma semana antes da festa, os comissários mudavam-se para o Santuário, com o objetivo de arrumar todos os edifícios do lugar, preparar as luzes, limpar a Capela, instalar as barracas e

EM HONRA DE

Santo Antônio da Barca

Grandiosas Festas em

PARADA

Alfândega da Fé

DIAS 5, 6 E 7 DE SETEMBRO DE 1980

Nossa Senhora dos REMÉDIOS

dos

Divino Senhor da Barca

A MAIS TRADICIONAL E PITORESCA ROMARIA DO NORDESTE TRANSMONTANO

Uma afamada banda de música e um magnífico conjunto abrilhantarão as festas

Torneio de Tiro aos Pratos

Deslumbrante fogo de artifício

O arraial será no sábado dia 6

programa

Dia 5 de Setembro (Quinta-feira)
PREPARAÇÃO RELIGIOSA E FESTA, MÚSICA E DANÇAS

Dia 6 de Setembro (Sexta-feira)
AS 14 HORAS - FUNDO DO RIO ADE BARÇA, COME SEBÃO, RESTAURANTE, FOGOS DE ARTIFÍCIO
AS 16 HORAS - OFÍCIO SOBRELEVADO, E ALMA DO GRANDE SEU CORDEIRO DE FÉLICIDADE
AS 17 HORAS - MISSA GERAL, COM BANHO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO, DANÇAS, RESTAURANTE, FOGOS DE ARTIFÍCIO, DANÇAS, RESTAURANTE, FOGOS DE ARTIFÍCIO
AS 18 HORAS - BANDEIRA PROCÉDIDA NA ALFÂNDEGA
AS 19 HORAS - FOGO DO GRANDE ASSELA, EM COMEMORAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
AS 20 HORAS - FOGOS DE ARTIFÍCIO, DANÇAS, RESTAURANTE, FOGOS DE ARTIFÍCIO, DANÇAS, RESTAURANTE, FOGOS DE ARTIFÍCIO
Dia 7 de Setembro (Domingo)
AS 10 HORAS - MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS PELA SAÚDE DO PAÍS
AS 11 HORAS - MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS PELA SAÚDE DO PAÍS

NA UNDA E DERRA, DANÇA DE SANTO ANTÔNIO DA BARÇA, NA MARCHE DANÇA DO RIO BARÇA, LOCAL PARQUE E DANÇA COM BANDEIRA PARA FOGOS DE ARTIFÍCIO, COM O MAIOR ESTOQUE DE FOGOS DE ARTIFÍCIO, PELA 1.ª A. S. S.

SEBÃO, RESTAURANTE DE BOM CAZAR, RESTAURANTE E DANÇA GOSMENSE

A DANÇA DO MAIOR PELA D. N. S.

MISSA - NA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO DA BARÇA, PELA 1.ª A. S. S.

A COMISSÃO

Fig. 3
Cartaz de promoção da festa no Santuário, em setembro de 1980 (arquivo da Confraria).

todas as demais tarefas necessárias ao bom andamento da festa. Já na missa de maio, o trabalho é similar, mas muito menos intenso.

Além deste trabalho mais prático, é obrigação da Direção apresentar os orçamentos e as contas anuais. Neste período de desenho e construção da barragem, a Direção teve de intermediar com a EDP todo o processo de procura de um novo local, o desenho do novo Santuário, a gestão de parte das indemnizações e a trasladação da Capela. Antónia Ferreira, uma das nossas mais idosas informantes, fala claro: “E é assim a vida do Santo: dá muito trabalho para quem puxa a sério. Agora, quem andar lá por bailar, é uma pândega.”

A direção da Confraria tem um mandato de três anos. Tradicionalmente, a “Comissão” que saía designava a entrante, fazendo-o no Santuário¹⁰. O mecanismo previsto nos seus estatutos obriga atualmente à realização de eleições, facto que exprime justamente as alterações impostas pelo regime democrático.

Manuel António Gouveia tem estudado com minúcia a história da Confraria, incluindo a análise dos seus diversos estatutos. As suas notas históricas permitem situar no tempo a constituição da Confraria, bem como compreender as atividades desenvolvidas pela mesma, às quais faremos abaixo referência. O texto publicado pelo autor como introdução aos últimos estatutos, de 2010, sintetiza de forma precisa este percurso histórico. Não obstante a criação oficial da Confraria datar de 1864, existe fonte documental fidedigna, na qual Lopes (2008: 26) certamente também se baseou, que remete para a constituição de uma irmandade aquando da construção da Capela, finalizada em 1743:

10 Conquanto as pessoas, incluindo membros da Confraria, por força do hábito, continuem a referir a existência de uma comissão da Confraria responsável pelas festas, a mesma deixou de existir com os estatutos aprovados em 2010. Como veremos, e de forma a respeitar os discursos dos nossos entrevistados, a expressão aparece de forma recorrente ao longo do texto.

No Registo Geral do Arquivo Distrital de Braga, Livro 165, folhas 394 a 396, subscritas com data de 12 de Agosto de 1744, dá-se conta da licença para a bênção da capela de Santo Antão [...]. Nesse documento igualmente se confere a existência de uma Confraria de Santo Antão da Barca. Desta Confraria não conseguimos encontrar qualquer registo da sua constituição nem da existência e conseqüente aprovação dos respectivos Estatutos. Aliás, não cabe nesta pequena notícia histórica uma investigação exaustiva sobre tal problemática, procurando apenas dar algumas indicações e referências relativas ao Santo Antão da Barca, à sua Capela, à sua Confraria, festejos e devoção. [...] Consultando os Estatutos de 1864, impressos em Lisboa, na Typographia de José Baptista Morando, em 1865, a constituição da actual Confraria de Santo Antão da Barca, primeiramente denominada Irmandade de Santo Antão da Barca, “erecta na ermida onde se acha o seu tempo, próximo da freguezia de Parada no concelho de Alfândega da Fé...” [Estatutos de 1864: 5], foi autorizada por Decreto de 12 de Outubro de 1864, que aprovou também os respectivos Estatutos, “os quais fazem parte d’este Decreto” – feito saber por Carta de D. Luís –, “dada no Paço d’Ajuda aos vinte e quatro d’abril de mil oitocentos e sessenta e cinco” [Estatutos de 1864: 4]. Por tudo isto se presume que tenha sido um movimento de fiéis, bem-sucedido, das paróquias de Alfândega da Fé, da de Parada e de outras confinantes que chegou longe, querendo assim promover o culto público do Santo Antão da Barca e organizar a Irmandade à semelhança das Confrarias erectas formalmente pela autoridade eclesiástica. [...] Esta estrutura é quebrada pelos Estatutos de 1 de Fevereiro de 1931, redigidos à luz do Código de Direito Canónico de 1917. [...] Além dos Estatutos de 1864 e 1931, há a registar os de 1895 e 1911. Posteriormente, há redacções de mais dois Estatutos – um sem data e outro de 2001 – nem um nem outro subscritos seja por quem for e sem qualquer indicação, tanto do processo que conduziu às suas redacções, como do respectivo registo

legal. [...] Relativamente à apresentação de contas e a diversos actos administrativos, a Confraria respondeu, até 1931, perante o Governo Civil. Pelos alegados Estatutos de 1931, perante o Prelado da Diocese. Apontando para os também alegados Estatutos de 2001, responde perante a Assembleia Geral. (Gouveia 2010: 4-6)

A modificação dos Estatutos de 2010 é a resposta da Confraria à desatualização do texto em relação ao Código de Direito Canónico e, sobretudo, da proximidade da construção da barragem do Baixo Sabor e consequente trasladação do Santuário. A Confraria necessitava de ser uma entidade jurídica para, entre outras coisas, receber as indemnizações pelas propriedades expropriadas.

A Confraria, conhecida pelas pessoas sobretudo por ser responsável pela romaria do Santo Antão da Barca, teve, desde finais do século XIX até à primeira metade do século XX, atividades e mesmo uma relevância social hoje em dia inexistentes, como mostram os documentos e os discursos memoriais das pessoas mais velhas a ela ligadas.

A entidade atuou como um banco, com produtos financeiros, nomeadamente empréstimos e hipotecas. Lopes (2008: 37) faz referência a 35 hipotecas entre 1907 e 1925. Em relação a empréstimos de dinheiro, no arquivo da Confraria há um total de 29 documentos entre os anos 1874 e 1924. Nestes casos, a Confraria empresta a uma taxa de juro de 6%. As quantidades são diversas, desde 50 000 réis até 400 000, dando conta assim da capacidade financeira da instituição. A origem das pessoas beneficiárias dos empréstimos mencionadas nestes documentos (dez lugares diferentes: Alfândega da Fé, Parada, Ferradosa, Gouveia, Saldonha, Santa Justa, Sardão, Sendim da Ribeira, Valpereiro e Vilar Chão) oferece pistas sobre a área de influência da entidade. Não sabemos se para receber o empréstimo

as pessoas tinham de ser irmãos da Confraria, mas supomos que sim. O que podemos afirmar é que as dívidas não ficavam saldadas com a morte, antes passando para os herdeiros.

Para além desta atividade, eram desenvolvidas diversas iniciativas de assistência social. A Confraria pagava uma quota anual ao Asilo Duque de Bragança, pagava os salários dos mestres das escolas de Parada e de Ferradosa (v. Lopes 2008: 94), auxiliava o hospital de Alfândega da Fé com 1100\$00, tal como mencionado nas contas de 1925; neste mesmo ano, deu esmolas aos irmãos doentes no valor de 100\$00. Como afirma Vilares (1926: 214), “o rendimento desta Confraria foi enorme, e ainda hoje [ela] possui grandes fundos”. Estes fundos eram utilizados para a organização da festividade do Santo Antão, mas, como vimos, tinham também outros fins.

A memória, explorada nas conversas com os habitantes de mais idade de Parada, também nos descobre uma Confraria diferente da do passado. Em referência à composição da Direção – ou Mesa, como era antigamente designada –, são muitos os testemunhos que coincidem numa ideia: ser comissário era uma responsabilidade reservada a uns poucos. “Eram só os ricos no meu tempo. Quando eu era garota, eram só os ricos. Pois os que tinham mais terras, os que tinham mais poder” (Alda Garcia, EA).

Fazer parte da Mesa era uma honra e conferia ao investido um enorme prestígio. A citada quantidade de dinheiro que a Confraria geria alimentava também as vontades de pertencer a este órgão, pois tratava-se de um recurso apreciável que permitia fazer obra social, cimentando o capital simbólico de quem exercia o cargo. A memória de que só os mais ricos faziam parte da Direção está plasmada nos Estatutos de 1911, que introduziram uma importante modificação: “impedir que os menos ricos fossem mesários, porque aqueles que não pagassem dez mil réis de contribuição não o poderiam ser” (Lopes, 2008: 37). Nesse tempo o secretário e o tesoureiro da comissão recebiam um ordenado pelo desempenho do cargo.

Mas com o passar dos anos o agricultor, embora não o jornaleiro sem meios de produção, foi-se introduzindo nas direções da Confraria. Umas palavras de Luís Pereira mostram-nos como os avanços tecnológicos foram um fator de inclusão na Comissão:

Metiam sempre alguém, aquela que tinha mais posses, porque depois, quando começaram a vir os tratores, a partir de 70 ou 74, cá compraram logo quatro tratores. E a partir daí tinha sempre mais ou menos em conta, por pelo menos dois, daqueles que tinham trator para levar e trazer o pessoal e nunca por todos ao mesmo tempo, porque depois a outra Comissão ficava sem nada, lá a tinham que jogar. As pessoas depois tinham isso em conta, às vezes nomeavam os dois, de outra vez... (Luís Pereira, EA)

Associada a esta diferença de classe existia uma discriminação de género. À mulher estava interdita a participação oficial na Direção, em conformidade com o fixado em vários dos estatutos. Alda Garcia comenta que “nomeavam o casal, mas só nomeavam os homens. As mulheres nunca as nomearam. Agora é que meteram garotas solteiras e tudo, pronto...”.

A presença da mulher em organizações da sociedade civil, nomeadamente com cariz religioso, é relativamente recente, situação que só se alterou profundamente após o 25 de Abril de 1974. Este afastamento da mulher é acentuado pelo próprio contexto rural em que a Confraria está inserida, no qual as funções sociais e atribuídas estavam claramente demarcadas por género, algo que se continua a fazer sentir no domínio da divisão do trabalho na preparação da festa do Santo Antão da Barca:

Os homens têm umas tarefas, sobretudo a parte das limpezas, e a Capela é das mulheres e arranjar aquilo tudo. Dantes era preciso pôr bandeiras, fios para a luz, que não havia lá luz elétrica; era preciso pôr o

gerador, um motor ou qualquer coisa para dar energia, era os homens que tratavam disso. Pôr os paus, as bandeiras, pôr os tais festões eram os homens que enfeitavam, iam a saber de canas, de paus e tudo. Agora já não é preciso, já está tudo, aqueles ferros e bandeiras, já está tudo preparado, já... Aquilo era dos homens. (Luís Pereira, EA)

A inclusão da mulher na direção da Confraria foi fruto dos tempos, mas também de certa necessidade de pessoal para esses cargos. A desertificação do território transmontano afetou (e afeta) a região onde se inscreve o Santuário. Mais uma vez, Luís Pereira explica este processo.

[Para ser comissário,] tinha que ser maior [de idade], tinha que ser casado, tinha que se dar bem com o padre. Tinha que residir em Parada. Havia uns estatutos que diziam isso; agora a partir daí, também foi devido a haver falta de pessoal, antes havia muita gente que nunca queria sair da Comissão de festas, havia gosto em ser da Comissão. Depois o pessoal foi faltando, foi faltando, e às vezes isto torna-se mais complicado, às vezes é-se obrigado a nomear assim mais pessoas, mas não temos tido assim... Um outro mais novo de 20 anos, outras vezes até nomeiam mais novos. Nisso não vejo nenhum, como é que se diz?, nenhum problema nisso. Se a pessoa contribuir, trabalhar a favor [da Confraria], pois porque não? (Luís Pereira, EA)

Em conformidade com o fixado nos estatutos em vigor, nomeadamente nos parágrafos 1.º e 2.º do art. 28.º, a Confraria é responsável por todo o Santuário, sendo de pertença eclesíástica os bens que constituem este património. A sua administração é realizada sob a tutela da Diocese. Cabe-lhe também gerir as propriedades que são fruto de promessas que os romeiros oferecem às imagens. Apenas simbolicamente, estas não são da Confraria porque foram oferecidas ao Santo Antão ou ao Divino Senhor da Barca. Luís Pereira fala-nos sobre este assunto:

ENT. – Então essas oliveiras são do Divino Senhor da Barca?

LUÍS PEREIRA – Sim, foi alguém que lhas deu.

ENT. – Mas as oliveiras não podem ser cortadas, nem...

LUÍS PEREIRA – Não, nós temo-las tratado e apanhado a azeitona.

ENT. – E a azeitona?

LUÍS PEREIRA – Vendemo-la...

ENT. – Para a Confraria?

LUÍS PEREIRA – Sim, para a Confraria, pronto é isso. Ainda tem aí mais uns prédios.

A tutela das propriedades foi causa de conflito com a Igreja. Recentemente, em 1998, houve uma polémica em torno da construção do pavilhão de madeira da praia fluvial e da reabilitação da Casa do Ermitão. Apoiada financeiramente por um programa comunitário, a Câmara Municipal de Alfândega da Fé foi a promotora da obra, cabendo à comissão fabriqueira de Parada a administração da mesma, uma vez que a Confraria não tinha procedido ainda à alteração dos estatutos de acordo com o Código de Direito Canónico de 1983, estando então privada de personalidade jurídica. Por fim, tudo se resolveu, com o pároco a proceder à entrega e exploração destes edifícios à Comissão de Festas, segundo figura na ata de 25 de outubro de 1998 do livro de atas da Confraria.

A convivência entre leigos e religiosos é fluida sempre e quando se minimizem as ingerências em cada uma das suas responsabilidades. A Confraria tem claro o seu papel dentro da vida religiosa da freguesia e é esta clareza que contribui para o reconhecimento e acatamento do papel desempenhado pelos padres, ao mesmo tempo que confere força para garantir a observância do seu rol de competências na gestão do Santuário e das festividades organizadas.

Em conclusão, a Confraria de Santo Antão da Barca possui uma história centenária, feita de sucessos e influência social relevante, mas também de

conflitos e longos períodos de declínio, como seguramente foi o das últimas duas a três décadas. Como refere Gouveia, sublinhando o papel social muito relevante da Confraria, no presente ou em tempos passados esta instituição foi capaz de bem gerir os seus recursos, “depositando a prazo [...], aceitando heranças, doações e legados, emprestando dinheiro a juros aos irmãos; pagando ao capelão, ao ermitão, aos professores do ensino primário de Parada e de Ferradosa, aos cobradores de quotas, ao tesoureiro e secretário” (2010: 5). Em certo sentido, a um primeiro olhar até algo paradoxal, a construção do novo Santuário pode dar um novo impulso à Confraria, dado estar dotado de edifícios que, por um lado, dispensam a alocação de recursos financeiros para a reabilitação e, por outro, facilitam o desenvolvimento de novas atividades que o velho espaço não permitia.

3. SANTOS, PROMESSAS E MILAGRES

As relações de comunicação entre o divino e o humano no santuário de Santo Antão da Barca são muito intensas, como o comprovam as diferentes manifestações de religiosidade ali ocorridas no decurso dos anos. Os relatos dos romeiros conduzir-nos-ão num percurso de mudança permanente ligada aos contextos socioeconómicos e culturais, também cambiantes, da região. Mais do que uma mostra de fé estática, as práticas religiosas analisadas dependem dos indivíduos e, sobretudo, dos contextos históricos de cada sociedade. Em consequência, são dinâmicos. Nestas linhas procuraremos desvendar aspetos do mundo das relações íntimas dos fiéis com o divino visitando esse espaço individual, mas também o coletivo e visível. Trata-se de afirmar que o feito religioso não pode ser compreendido sem o contexto económico, social e cultural onde este se insere. Compreender a dinâmica das promessas no santuário de Santo Antão da Barca, assim como em

qualquer outro santuário católico, implica analisar os elementos discursivos e narrativos dos fiéis, as suas práticas e a evolução no tempo.

O relacionamento dos indivíduos presentes na romaria do Santo Antão da Barca com o divino é muito variável. O repertório comunicativo muda dependendo dos interlocutores, mas também, da mensagem emitida. O leque de situações que leva uma pessoa a visitar o Santuário contempla desde o cumprimento de uma promessa ou a procura de diversão até à continuação de uma tradição já não só familiar, mas sobretudo comunitária. A chegar-se até ao Santuário e participar na comunicação com o divino adota formatos que se adaptam aos contextos individuais e coletivos dos visitantes. Como escreve Christian Jr., “esta comunicação muda, desde mensagens de afecto generalizado até petições muito específicas e instrumentais” (1989: 114).

As formas como as pessoas se relacionam com o divino aproximam-se dos relacionamentos que os humanos constroem entre si. O divino, por ser divino, não foge das formas comunicativas do quotidiano. A palavra, o facto, o gesto ou o silêncio são códigos empregados na comunicação com o divino. As atitudes dos visitantes crentes durante os dias de festa no Santuário constituem um leque diverso que responde a essas diferentes comunicações que se estabelecem. A reza do terço das mulheres mais idosas, o emigrante que tira uma fotografia das imagens em silêncio, a mulher que reserva um andor para a procissão ou aquela pessoa que dá uma esmola no cofre de alguma imagem, são formas diversas de se comunicarem com o divino. Cada uma delas responde a mensagens diferentes e, como tais, têm liturgias distintas. Procuraremos desfolhar estes encontros do humano com o divino que têm o Santuário como cenário e, em especial, aqueles que se referem às imagens aí veneradas.

A prática religiosa no Santuário, como no resto de Portugal e em quase todo o Mediterrâneo, apresenta um alto grau de diálogo e troca entre o humano e o divino. O conjunto de divindades e imagens do Santuário é alvo

ou, melhor ainda, participe de um relacionamento particular e, em alguns casos, até de amizade com os indivíduos.

O modo mais frequente de relacionamento com o divino é através de promessas. Trata-se de uma relação instrumental em que o humano procura uma resposta do divino em forma de ação na terra sobre um problema particular. Os problemas precisos de ajuda afetam, na sua maioria, familiares próximos e estão relacionados com doenças, trabalho e estudo. Dependendo da gravidade da situação ou da dificuldade do favor que o indivíduo pretende solicitar à divindade, a promessa será também mais difícil de cumprir. Cada imagem não é igual a outra em termos de capacidade para conceder petições. Existe, neste sentido, uma certa “especialização divina” na resolução de problemas humanos. No caso do Santuário, a Nossa Senhora dos Remédios é alvo daquelas petições relativas à saúde das pessoas; o Santo Antão da Barca tem especial experiência na resolução de problemas com os animais; o Divino Senhor da Barca, sendo na hierarquia católica superior aos santos, recebe pedidos diferentes, podendo absorver parte dos devotos das outras imagens¹¹. Em conversa na aldeia de Parada, os entrevistados falavam nas propriedades dos santos e na forma de atuar dos romeiros. Enquanto Ilda Garcia referia:

Olhe, a gente pede aos dois... a gente pede aos dois: é Santo Antão, é Divino Senhor da Barca. Quando é nas doenças, quando a gente está muito doente... a gente quando a coisa é mais [grave pede] à Senhora dos Remédios, quando está mal, que tem alguém mal, pede à Nossa Senhora dos Remédios,

11 Conquanto o grosso da atenção recaia sobre estas imagens, há uma outra que merece também o interesse dos fiéis: São João Batista. Note-se que existem referências a este santo em certas atividades relacionadas com o cereal. Pinto (2002: 67) recolhe na sua monografia um ditado que se recitava no momento de fazer o pão. Fazem-se três cruces com a mão direita em sentido vertical e diz-se: “Déus t’acrecente / São João te faça bô pão / Nossa Senhora te bote a sua bênção / C’m’o mundo em graça.”

Antônio Júlio Garcia, marido, corroborava, esclarecendo que

Cada um pede para si, não é? Tem um plano pronto na sua [cabeça]; pronto, quer fazer alguma coisa, oxalá que isto me corra bem, se me correr bem, eu faço isto ou isto ao Divino Senhor da Barca ou ao Santo Antão, pronto...

Tal como acontece com outras práticas religiosas, a devoção às diferentes divindades muda com os contextos. Embora não seja possível realizar uma comparação das esmolas que cada uma das imagens recebe, o Divino Senhora da Barca reúne mais atenção do que o resto das imagens. Não apenas por representar o filho de Deus, como sublinha o pároco de Parada, mas também pelo declínio das outras imagens. Declínio desde logo percebido em termos de esmolas, relacionado com as mudanças no sistema agropecuário. A proteção dos animais não é, hoje, uma necessidade num contexto marcado pela inexistência de grandes rebanhos ou manadas. Assim, as promessas que os devotos realizam ficam, na maioria dos casos, na intimidade dos indivíduos. É difícil descobrir um universo que pertence ao íntimo e secreto. A relação é bilateral e particular entre a pessoa e a imagem, mas existe uma ritualização que nos permitirá conhecer melhor os mecanismos das promessas. A promessa é uma troca de certos recursos por favores da intervenção divina. Os recursos trocados na relação bilateral mantida entre a divindade e o fiel podem ser divididos em três tipos: material, de sacrifício e de oração.

As promessas materiais são as mais frequentes. Trata-se de dar um objeto em troca do favor concedido. No caso de Santo Antão da Barca, estes objetos têm mudado com o tempo, tanto na sua quantidade, como na sua forma: dinheiro, grão, animais, ex-votos, candeias, cabelo ou presentes para as imagens são alguns exemplos. O elemento material que se oferece varia

segundo as pessoas e a época histórica. No passado, era costume as meninas oferecerem o cabelo. No tempo do cereal, quando os campos eram granjeados e o pão fabricado de forma generalizada, as ofertas das promessas consistiam em cereal de trigo ou centeio. A imagem dos animais levando as ofertas de grão na “cabeça e presa aos chifres ou no dorso, conforme se tratasse de bois ou de outros animais de carga” (Lopes, 2008: 44) pertence ao passado, mas está presente nos indivíduos mais idosos.

Isso era na Casa das Tulhas [...] entregavam [os rasões de cereal] diretamente, estava sempre uma pessoa lá para despejar o saco. Despejava o saco e entregava; porque os sacos antigamente tinham valor, eram de linho, não era um saco normal de plástico. Antes levavam-nos nos animais ou levavam-nos à cabeça, conforme a promessa. Estava lá uma pessoa encarregue de despejar o saco, despejava o saco, pronto. (Luís Pereira, EA)

As pessoas pagavam conforme o que tinham. Na época do cereal, os rasões de trigo e centeio eram a troca do favor divino. Os entrevistados contam que antigamente havia pessoas que chegavam a prometer o seu peso em grão, amêndoa ou azeitona. É difícil determinar a quantidade de grão envolvida nas promessas, mas é de imaginar que o grão fosse armazenado por centos de quilos. Uma vez recebido, a Comissão vendia os rasões de trigo e centeio. Esta venda pode dar ideia das quantidades de cereal oferecido nas festas. Os dados que temos são poucos, mas dão pistas sobre as dimensões desta esmola. Nas contas da Confraria da festa do ano de 1925 podemos ver como a esmola em cereal era muito superior à realizada em dinheiro: 4093\$75 face a 1151\$00. No ano de 1959 ofereceram-se uns 145 rasões de centeio que se converteram em 5215\$50 e 1930 kg de trigo traduzidos em 5183\$50. Nesse ano, as esmolos em dinheiro foram de 1547\$80.

As proporções dão conta da importância desta romaria em termos de esmolas e o peso da atividade agrícola entre os romeiros presentes.

A presença do cereal como oferta para as imagens começou a declinar nos anos 1960 e desapareceu quase totalmente a começos dos anos 1990. Contudo, forma parte do imaginário popular, tal como a Casa das Tulhas. Presentemente, o dinheiro ocupa o lugar do cereal e aqui também encontramos diferenças com o passado. Cada andor tem um cofre, sendo a oferta monetária nele introduzida antes ou após a procissão:

Antes havia as fitas; cada andor, cada santo, cada imagem punham umas fitas e as pessoas com os alfinetes colavam lá as notas. Agora... agora os padres põem esses cestos, mas temos aqueles cofres que mandaram fazer, aqueles cofres à frente de cada imagem; pomos o cofre, as pessoas metem [o dinheiro]. (Luís Pereira, EA)

Cada imagem é alvo de diferentes rezas e petições. As rezas e as esmolas fazem parte das trocas entre o divino e o humano. Seguindo os relatos de vários romeiros, a esmola é um agradecimento ao divino dado pela graça concedida, mas também um agradecimento generalizado. Pode ser que uma esmola seja, também, uma mostra de conforto com a romaria e com as imagens honradas. Certo é que os romeiros discriminam as ofertas de forma consciente. Durante a festa, uma senhora queria colocar uma esmola no cofre do Anjo da Guarda e não estava na Capela. Perguntou por ele e, até ele vir, não deu a esmola. A relação com as imagens é diferente para cada romeiro e diferente entre todas as imagens. De sublinhar que na velha Capela existe um cofre – que continuará a existir na nova – com cinco chaves chamado cepo. O cepo é destinado às esmolas, só podendo ser aberto com cinco chaves, cada uma delas na posse de um dos cinco elementos da Direção.

CADERNO DE CAMPO, 01-09-2012

São pessoas de certa idade as que estão a frequentar a Capela depois da procissão e antes do arraial. Maiores de 50 anos. Uma mulher já com mais de 70 anos entra na Capela e realiza o seguinte percurso: para diante do Santo Antão e reza. Fica parada com a cabeça baixa movendo os lábios. Uma vez acabada a prece, toca com a mão no Santo, beija-lhe a mão e volta a tocar o Santo com a mesma mão, a mão direita. Fez o mesmo com a Nossa Senhora dos Remédios.

Com as outras imagens só reza ou fala em silêncio. Há pessoas que fazem a mesma cerimónia e introduzem uma esmola no cofre situado ao pé de cada imagem. Uma senhora com um bebé fez a mesma cerimónia, mas fez com que este tocasse a sineta colocada no Santo Antão. Esta cena de pessoas adultas com crianças repetiu-se em várias ocasiões. As crianças repetiam o feito pelos adultos. Normalmente, são elas que introduzem a esmola no cofre.

A presença de animais na romaria é residual ou quase nula. Mas, se hoje os animais não baixam até à Capela, no passado era diferente. Santo Antão da Barca é protetor dos animais, e por isso ocorre no sábado de manhã no Santuário um ritual relacionado com as promessas:

Os pastores da região, e às vezes eram os das quintas, [...] levavam lá os gados, entravam no recinto, davam volta à Capela. Se houvesse um cordeiro ou um cabrito que entrasse, ficava lá, era arrematado a favor do Santo [...]; os pastores às vezes juntavam-se lá quatro ou cinco rebanhos. Todas as ovelhas ou cordeiros que entrassem para dentro, a Comissão tinha atenção se entrassem para dentro, ficavam lá, eram arrematados a favor da Comissão. (Luís Pereira, EA)

A vontade do Santo sempre se cumpria, e do gado que dava voltas à Capela acabava por ser oferecida a melhor peça:

Um irmão meu que acabou agora de sair, uma vez andava com as ovelhas e andava a dar volta à Capela com elas. Ele começou, ia na frente delas, ia a chamá-las; assim que começaram a dar a volta, juntou-se a ponta com a traseira, sempre a dar a volta à Capela. Depois o meu irmão teve que sair do meio delas, e a melhor foi a que entrou para dentro. (Argentina da Conceição Vale, EA)

O gado que entrava na Capela passava a ser parte da propriedade do Santo e era gerido pela Comissão. Os animais podiam ser arrematados na festa e entregues ao melhor pagador: “Arrematavam-na [a peça], quem mais desse era aquele que ficava com ela” (Maria Rosa Cancela, EA). As histórias relativas a esta prática são muitas e todas relatam como a vontade do Santo sempre se impõe à tentativa de não contribuir ou à crítica daqueles que as consideram como desvios da fé.

Juntamente com o cereal, os animais e o dinheiro, os romeiros também podem oferecer prendas ou enfeites para as imagens. Por exemplo, as flores do Divino Senhor da Barca são oferecidas pela mesma pessoa ano após ano; outras repetem, sem qualquer tipo de obrigatoriedade, as ofertas:

O outro ano tivemos uma senhora que deu para lá, para cada altar sua toalha. Ainda não as viram que até estão cá [na Igreja de Parada], que as trouxe para o bispo. São muito lindas e as que lá estavam também foi ela que as deu, tem dado para lá muito. (Antónia Ferreira, EA)

Atualmente não existem ex-votos de cera à venda no Santuário, mas nos relatos menciona-se a compra de figuras de cera conforme as petições ou as doenças. Comenta a nossa informante que “alguns dão pés de cera ou braços, depende da doença que têm, dão assim cera feitos” (Antónia Ferreira, EA). Os ex-votos serviam também para os animais.

ALDA GARCIA – Por exemplo, eu tinha um porco doente. Prometia-o ao Santo Antão, depois ou comprava um pé ou uma mão.

MANUEL RIBEIRO – Ou lhe dava dinheiro do custo do...

ALDA GARCIA – Agora quem tem promessas dá-lhe dinheiro e pronto.

ENT. – Antigamente dava-se trigo e pão porque era o que havia...

ALDA GARCIA – O dinheiro onde é que estava ele.

MANUEL RIBEIRO – Um de cá esteve no Porto doente, na Trindade, e eu andava na tropa e ia lá todos os dias vê-lo; e estava cá o Senhor da Barca, tinha vindo na muda anterior e no dia da festa foi para baixo e ele foi descalço a pé, foi descalço atrás do Senhor da Barca com um rasão de trigo ao ombro...

ALDA GARCIA – Dantes tinha-se muita fé, agora é que não...

ARGENTINA DA CONCEIÇÃO VALE – Já ninguém faz isso...



42

Grande plano da imagem do Santo Antão da Barca.

Na conversa podemos ver como os lamentos dos tempos da “boa” devoção e da “boa” fé dizem respeito ao passado. As formas de comunicação com o divino mudam e as práticas no Santuário variam também, dependendo da época e dos contextos. Mas este fragmento de conversa permite-nos introduzir o segundo tipo de recurso envolvido nas promessas: o sacrifício.

Antigamente, contam os romeiros, e como se observou na conversa anterior, havia mais pessoas que davam a volta de joelhos à Capela ou que desciam descalças até ao Santuário. Na boca dos mais idosos, a atual múngua deste tipo de expressões de agradecimento pela graça concedida é interpretada como perda de fé e devoção. Presentemente, os sacrifícios dos ajoelhados são vistos como estranhos, conquanto se mantenha a prática da peregrinação a pé até ao Santuário, como relata o seguinte testemunho:

Eu estive perto de dois meses em Vila Real, prometi-me a ir a pé para baixo e a cavalo para cima, porque se eu ia a pé para baixo e levava os machos pela rédea a pé e ia a regar umas laranjeiras à beira do rio. Passava para além a pé e ia por aquele lado a pé. Cumpria a promessa lá e depois vinha a cavalo para cima. Mas a cria levava-a à rédea. (António Ribeiro, EA)

Outro sacrifício comum é levar o andor de alguma imagem. Ninguém paga por levar o andor, como sucede noutras romarias, mas tem de reservar o seu lugar marcando-o com um lenço. Se houver mais pessoas que lugares no andor, são elas próprias que combinam entre si. Contudo, o sacrifício mais frequente é participar na procissão. Sacrifício individual, mas com uma componente coletiva clara. O sacrifício, nas suas diferentes modalidades, é uma forma de pagamento das promessas que democratiza a prática. O sacrifício depende do indivíduo e não está sujeito às suas possibilidades materiais. Isto é, quem não tiver disponibilidade financeira ou material pode recorrer ao sacrifício como forma de troca com o divino. A

flexibilidade da relação com as imagens permite-o sem qualquer problema para a comunidade dos fiéis.

Uma terceira forma de agradecer a intercessão divina é a oração. Na prática católica a oração é o diálogo com Deus, os santos e mesmo os defuntos. Na oração fala-se com o divino, solicita-se-lhe perdão, valimento, ajuda ou consolo. Toda a promessa implica a comunicação com o divino e a oração é o meio pelo qual ela se realiza. As rezas podem ser individuais (diante das imagens, como foi descrito) ou coletivas (na missa). Diferenciar o objetivo da oração não é fácil, porque numa mesma reza o romeiro pode pedir perdão pelos pecados cometidos, salvação e consolo e ao mesmo tempo ajuda para alguma questão concreta.

Na dinâmica das promessas, a oração pode ser a contrapartida do romeiro pela intercessão divina. Uma devota, vizinha de Parada, comentou que o “Divino é quem me está a curar a mim”. Enquanto o arraial tinha lugar no exterior, ela ficava sentada na Capela orando como mostra de agradecimento, neste caso, ao Divino Senhor da Barca. A comunicação com o divino e, em concreto, as promessas têm rituais determinados a respeitar, mas são, ao mesmo tempo, flexíveis. Não há nada escrito sobre a quantidade de dinheiro ou de cereal necessária para compensar o favor, nem sobre o grau de sacrifício mínimo para que uma petição seja atendida. A experiência das sucessivas comunicações entre os romeiros e o divino configura os conteúdos da troca. Comentava uma romeira que “cada qual dá conforme tem”.

O Santuário é um espaço cheio de histórias, algumas contadas como anedotas, outras ouvidas aos velhos e outras ainda atribuídas ao Santo sem que se saiba muito bem a sua origem. Estas histórias reforçam as práticas de devoção e fé à volta das imagens do Santuário. Várias delas são acompanhadas de versos que são repetidos de forma mais ou menos similar pelos habitantes de Parada. O livro de António dos Santos Lopes, já citado, reproduz

muitas destas narrativas. A mais comentada é a do caso datado de 25 de dezembro de 1915, quando a barca, carregada com homens, gado e víveres, afundou por causa da cheia do rio e um mau movimento dos animais. Lopes (2008: 67-74) conta com detalhe o evento, recolhido de uma das pessoas que ali se encontravam. Sem saber como, os homens, que eram oito, e o gado, um total de cinco animais, salvaram-se de uma morte segura. A sorte foi atribuída a um milagre do Senhor da Barca. Doravante acontecimento marcante, a própria poesia dá conta dele:

O jovem Acácio Gouveia
Era o último da corda
Por milagre do Senhor
Com os outros veio à borda (Lopes 2008: 74).

Com diferente detalhe, esta situação é relatada pelos habitantes de Parada:

Foi um milagre muito grande. A barca a afundar-se. Ir então água abaixo tudo, machos carregados com batatas e pão cozido, e veio tudo certo. Isto ainda não há muito que foi, então o tio Acácio era primo carnal do meu pai, eram da mesma idade, teriam agora cento e tal anos. Mas naquela altura eles ainda eram rapazes novos, ele ainda era até meio pequeno, vinha a buscar um rancho... (Antónia Ferreira, EA)

As histórias relacionadas com intervenções do Santo são sempre acompanhadas de frases de legitimação como “ouvi dizer” e “não são do meu tempo, mas ouvi dizer aos velhos...”. As histórias reforçam a capacidade de intervenção do divino e sancionam os comportamentos descritos. A própria Antónia Ferreira relata um caso que António Lopes recolhe no seu livro, mas com uma versão que fala de um rapaz mudo em vez de cego. Nessa história, ouvida no seio familiar, o avô materno de Antónia, já idoso, foi um dos observadores:

Era de Miranda do Douro; o rapaz nasceu ceguinho e depois, coitadinho, a mãe e o pai tinham muito desgosto de o filho ser ceguinho e estavam sempre a chorar [...]. Lá, um certo dia, o pai lembrou-se e ofereceu uma junta de bois que tinha ao Santo Antão, enquanto o filho melhorasse. Então o garoto estava à noite ao pé da mãe e do pai. A mãe tinha uma vela a arder e [o filho] disse-lhe assim: “– Ó mãe! Eu já vejo, vejo ali uma vela a arder. – Oh! Cala-te lá! Cala-te lá! Já quanto há que não vês, nunca viste nada e vês agora uma vela. – Vejo uma vela”. E a mãe foi e apagou a vela e acendeu a candeia, e [ele] diz assim: “– Agora já não é a vela, é uma candeia”. [...] O pai mais se comovia e então, coitadinho, foram a ver, levaram-no a uma junta médica e disseram que realmente estava a recuperar a vista. Depois, o pai não podia dar os bois ao santo. Foi avaliar os bois à feira e deu o valor do dinheiro. Porque eram os bois depois quem lhe dava de comer. Foi e veio a pagar a promessa ao Santo Antão e trouxe o garoto. E estava na Casa dos Milagres. Estava lá a pagar a promessa e o garoto chegou e agarrou-lhe nas pernas ao pai e disse: “– Ó pai! Olha que eu sinto as campainhas dos bois. – Cala-te, rapaz, que os bois ficaram em Miranda. Estão agora aí a tocar a campainha”. Mas o pai aplicou o ouvido e os que estavam lá. Era um avô meu que estava na mesa, que era comissário: “– Realmente, eu também sinto umas campainhas”. E o pai, o garoto e a gente toda que estava lá foi toda a ver. Diz que era a melhor junta de bois que havia em Miranda. O pai era rico. E então o rapaz viu a junta, e então os bois deram duas voltas ou três à igreja em toda a volta, e foram por aquela ladeira abaixo, rio abaixo. Desapareceram, nunca mais se viram. (Antónia Ferreira, EA)

A barca está presente em várias histórias, mesmo naquela que fala da recusa do Divino Senhor da Barca em ir embora do Santuário. Explica Maria da Graça, uma outra informante:

[O Santuário] foi construído pelos Távoras. Os Távoras eram daquele lado de lá e, como eles estavam de lá, eles queriam ficar com esta herança. E depois, conta a lenda que o rio ia muito grande, que antigamente o caudal aumentava muito, chovia muito e então queriam levar este Divino Senhor que está ali no andor e tinham uma barca para passar para lá. Assim que o meteram na barca, a barca não se mexeu. Não andou, nem que pusessem lá mil homens a puxar. Não se mexeu. Não é assim, Luís, a história? Nem que houvesse lá mil homens a puxar a barca não se mexia e tiveram que o trazer para trás outra vez porque não queria ir para Meirinhos. (Maria da Graça Cordeiro, EA)

A vontade de Santo Antão mostra-se através dos animais, que protege. São eles os protagonistas da sua presença, tal como vimos na história do menino cego:

Uma vez uma cigana foi lá e roubou-o, o burro não lhe andava e roubou-lhe um ração. Porque era a Casa das Tulhas, estava cheia de trigo... cevada... Dantes não davam dinheiro, davam cereal, tudo levava um ração de trigo às costas. E a mulher chegou lá à Casa das Tulhas. Porque vai para lá uma cigana antes, muito cedo – iam, agora já não vão tanto. E roubou-lhe uma arregaçada e foi levá-la ao burro. O burro depois não andava. E ela batia-lhe e o burro parava, parava, é disso: “– Foi de eu roubar ao Santo. Vou lá levar o que sobrou”. Porque não lho botou todo, dividiu-o e disse assim: “– Pega lá, Santo interesseiro, nem me deixavas andar o burro por causa de uma malga de grão”. E depois botou-o lá e a mulher lá se foi embora e o burro já andou. Tem muitos milagres assim. (Antónia Ferreira, EA)

Os milagres ou anedotas que se transmitem de forma oral têm valor pedagógico, constituindo-se em exemplos morais e edificantes. Todos

mostram a vontade real do divino, que reafirma as práticas cerimoniais da romaria do Santuário. As esmolas dadas têm os efeitos desejados sempre que houver fé e devoção. Pretender irromper no percurso da esmola tem os seus efeitos. A esmola dada pertence ao divino e, como tal, é inviolável. O acordo negociado com o divino não se pode mudar. Se o favor é concedido, a dívida a pagar é aquela que foi prometida durante a oração.

Presentemente não é costume immortalizar os milagres das diferentes santidades, porém, na chamada Casa dos Milagres, existem dezassete quadros pintados oferecidos pelos devotos, representando as intercessões concedidas. O mais antigo data de 1779 e o mais moderno de 1882. Os milagres descritos têm a ver com o livramento de doenças. As petições de intermediação foram feitas ao Santo Antão e à Nossa Senhora dos Remédios. O pároco de Parada não assegura a veracidade dos factos relatados nas histórias e nos quadros, mas afirma que “a única parte verídica que há é que, de facto, as pessoas sentiam-se ajudadas ao atravessar o rio. Bem, é a única coisa que poderei estar a dizer em termos verídicos, não é? É essa parte em que as pessoas sentiam força, sentiam ajuda [...]. Mais não se pode estar a adiantar nada”. Os milagres ajudam a manter a prática religiosa e temos histórias que falam da ajuda oferecida pelas diferentes divindades presentes no Santuário. Por exemplo, um jovem, hoje com 23 anos, teve aos 15 anos um acidente de moto e esteve 15 dias em coma. A sua família fez promessas ao Divino Senhor da Barca. Todos os anos faz uma promessa e acode ao Santuário. Para ele, a romaria do Santo Antão da Barca compõe-se de diversão, devoção e trabalho. A mãe desce ao Santuário descalça todos os anos desde Parada. Um outro exemplo: uma senhora de 87 anos teve de ficar numa cadeira de rodas, depois num andarilho e por fim com uma “pingola” (bengala). Ela assegura que se curou graças aos médicos, mas também às promessas ao Divino Senhor da Barca e à Nossa Senhora dos Remédios.

Durante a festa de Setembro, os romeiros partilham experiências e histórias. Depois da procissão e da merenda, na Capela está um grupo de mulheres de avançada idade. Entre elas há mesmo uma freira. Sentadas na bancada de uma das faces laterais da Capela, oram em silêncio. Ao pé da imagem do Santo Antão da Barca, tem a sua cadeira Dona Antónia, uma das mulheres que participa na preparação da festa, enfeitando os andores, fazendo bolos para angariar fundos para a Confraria, compondo o altar-mor para a missa campal, entre outras atividades. Uma mulher da freguesia de Parada que leva toda a vida envolvida na festa. Sentada na Capela, recebe os romeiros como uma autêntica cicerone do Santuário. Conversa com os romeiros que se aproximam dela. Responde às perguntas sobre o significado das imagens, conta alguma das histórias dos milagres do Divino Senhor da Barca ou do Santo Antão da Barca. A sua posição na Capela é a de depositária da memória coletiva, de elo entre o presente e o tempo dos milagres do Santuário. Uma voz autorizada pela idade e pelo seu relacionamento com o Santuário. Ninguém discute as suas palavras e toda a gente a ouve.

O relato dos milagres e das presenças do divino faz parte da reprodução da fé e da devoção às imagens. Ouvir contar em direto estas histórias pela voz das pessoas que podem identificar o transmissor da história ou mesmo dizer que a ouviu contar a alguma testemunha presencial reforça a fé e a devoção.

A relação entre os habitantes de Parada e os santos é muito particular. As divindades têm uma vida social equivalente à de um residente. A relação que se estabelece com os santos, em especial as três imagens veneradas no Santuário, é uma relação de confiança e amizade. As pessoas falam com elas de forma íntima, mesmo quando o fazem em público, rodeadas de outros fiéis. Durante a preparação dos andores, na capela do Santuário, as conversas incluem as imagens de jeito informal e coloquial. Evidentemente, trata-se de uma conversa de comentários sobre e para os santos sem resposta

deles. Contudo, os santos podem comunicar com o terreno através de códigos específicos: intermediando nas promessas ou mostrando a sua vontade através dos milagres relatados nas histórias.

Em conversa na Capela, perante a questão da quantidade mínima de dinheiro necessário para compensar uma intercessão divina, a resposta, como já referido, é a de que “cada qual dá conforme tem”. Coloca-se então uma outra dúvida, a da concordância do divino com as promessas que cada pessoa faz, que merece uma resposta contundente: “Se o santo não falou, é porque gosta. Quem cala consente”. No quotidiano acontece a mesma coisa: quem cala consente.

A divindade partilha com os habitantes da região a qualidade de proprietária. São as diferentes imagens as depositárias do dinheiro das esmolas, dos rasões de cereal, dos cabelos, das toalhas e dos lençóis antigamente oferecidos. O Senhor da Barca e o Santo Antão da Barca têm mesmo propriedades agrícolas. Numa conversa com um dos informantes, esta visão é muito forte:

Umhas oliveiras em Pinheirinhos, temos outra aí, é umas seis; depois temos outras aqui, mais acima que é Vale da Serra ou Moinhos, também tem lá mais umas poucas, depois tem mais umas propriedades... [essas oliveiras são do Divino Senhor da Barca.] Sim, foi alguém que lhes deu. (Luís Pereira, EA)

Em termos sociais, as divindades do Santuário existem e são atores do quotidiano. Os santos fazem parte do universo da freguesia e os seus habitantes falam da amizade que compartilham com eles. “E, graças a Deus, tudo o que lhe peço tudo me tem feito, porque lhe peço com muita devoção e sou muito amiga dele. Também faço muito por ele”, comenta uma vizinha. De certa forma, o santo é um amigo com quem se estabelece uma relação com

elementos semelhantes aos da vida quotidiana. Um amigo com quem se fala e em quem se procura consolo, mas também um amigo a quem se solicita ajuda.

As promessas fazem parte desse universo de trocas que, segundo Wolf [2001 (1966)], podemos denominar amizade instrumental. A relação que se constrói é parecida com a da troca de favores que se dá entre residentes de Parada e da sede do concelho; favores que são a argamassa da relação e o sustento da comunicação no tempo. Enquanto o Santo ouvir e facilitar os favores peticionados, os fiéis continuarão com as demonstrações de fé. Neste sentido, podemos dizer que a fé e a devoção são parte da relação de reciprocidade entre o humano e o divino, e as suas demonstrações são variáveis no tempo, tal como a própria sociedade.

No começo deste capítulo falávamos dos contextos socioeconómicos e culturais, sublinhando que exercem uma grande influência nos rituais e nos cultos. Os rituais, a importância relativa das divindades e as demonstrações de fé de hoje são diferentes das relatadas pelas pessoas mais idosas e, com certeza, distintas das que hão de vir. Além das mudanças assinaladas, podemos mencionar ainda duas práticas desaparecidas, descritas por Ilda Garcia, e que constituíam parte central do ritual no passado:

Eu tenho ouvido contar aos velhos, temos lá o Santo Antão pequenino, e ouvia dizer aos velhos, aos antigos, quem queria pedir um desejo ao Santo Antão escrevia um bilhetinho. O Santo Antão tira-se a mãozinha e embrulhava-se lá e metia-se lá o papelinho, e então dizia-se que aquilo acontecia... [...] E cada vez que vinha cá ia lá, fazia um papelinho, embrulhava-o e metia-o na mãozinha do Santo Antão. E tem-me concedido aquilo que eu quero e tem-me feito aquilo que eu quero.

A figura do Santo Antão pequeno ainda se conserva, mas agora ninguém embrulha o papelinho, nem tampouco a figura sai na procissão como costumava sair.

Outra prática era a de cortar um fio da corda do Santo Antão da Barca e guardá-lo. Conta Alda Garcia:

Olhe, porque eu já via fazer assim aos meus avôs, e eu faço igual. É o pé, é a corda... Mas ainda lhe digo outra, pessoas que dantes iam para o Brasil (depois proibiram isso) iam lá, cortavam um bocadinho – a corda tem aqueles fiozinhos –, cortavam um fio da corda e levavam-no com elas. A fé era assim dantes, agora já não há nada disso, eles tiveram que lhe arranjar outra corda. Pois, mas dantes era assim... Eu tenho um irmão no Brasil há 52 anos, e ele quando foi embora fez isso. Foi lá, despediu-se do Santo... Mas fez isso, levou um fio da corda com ele. Mas havia muitas pessoas que faziam isso, quem ia para África, para o Brasil; iam lá e cortavam um bocadinho da corda e levavam com eles na carteira.

Em suma, estamos perante uma expressão forte da religiosidade popular que, como qualquer outra construção social, não é imune à mudança. Esta religiosidade mantém sempre uma certa tensão com a Igreja e seus dignitários, que não autenticam nem legitimam os milagres que as pessoas dizem ter-se verificado. Mas o culto aos santos e as promessas mantêm-se, ainda que em moldes diferentes. É o caso da influência crescente do dinheiro na sociedade moderna, que acabou por substituir as oferendas em géneros, sobretudo cereal cultivado pela população local nas suas terras. Apesar de os mais velhos manifestarem pesar (e até certa preocupação) pelo que é hoje a vinculação e os modos de viver a fé, ela prossegue, continuando a mobilizar homens e mulheres do concelho e de fora dele, não obstante, reconheça-se, a forte laicização ocorrida na sociedade portuguesa nas últimas décadas.

CAPÍTULO 5

A trasladação do santuário

Fernando Bessa Ribeiro,
Luísa Cortinhas
e Paulo Jablonski

1. A ESCOLHA DO NOVO LUGAR: O OLHAR DA POPULAÇÃO

Face à decisão política irreversível de construção da grande barragem no Baixo Sabor, cuja albufeira do paredão a montante irá deixar debaixo de água o santuário de Santo Antão da Barca, havia que escolher um outro lugar para se reerguer o complexo religioso. Trata-se de uma trasladação que se inscreve no âmbito das medidas de minimização ambiental decorrentes da realização da obra (cf. AHBS – Empreitada Geral de Construção – Plano de Salvaguarda do Património). Para o efeito, a EDP, em articulação com a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, procurou escutar as diversas partes envolvidas, nomeadamente a Confraria de Santo Antão da Barca e os habitantes da aldeia de Parada, à qual, como amiúde foi mencionado nos capítulos anteriores, está historicamente ligado o

Santuário. Depois de diversos encontros e diálogos informais com responsáveis autárquicos (da Câmara e da Junta de Freguesia), realizou-se, em 30 de novembro de 2009, por iniciativa da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, uma reunião na Associação Cultural e Recreativa de Parada, onde estiveram presentes a Presidente, o Vice-Presidente, um vereador, o arquiteto da autarquia e cerca de 60 confrades da Confraria de Santo Antão da Barca. Conforme se pode ler na ata lavrada nessa reunião (v. Anexo 1), o principal ponto da ordem de trabalhos era a escolha do novo local para o santuário de Santo Antão da Barca. Face aos dois locais em discussão, os presentes decidiram por unanimidade escolher o do Arrebentão em detrimento do que se localizava nas proximidades da Broeira, por reunir condições mais adequadas, nomeadamente: (i) ser amplo, de forma a acolher as centenas de romeiros que todos os anos se acercam da festa de Setembro; (ii) localizar-se em terrenos da freguesia de Parada; (iii) manter uma localização nas imediações do plano de água, tanto quanto possível próximo do antigo lugar, logo a uma cota não muito acima da cota máxima de enchimento da albufeira¹. De qualquer modo, a mudança implicaria sempre a passagem de uma localização junto ao rio para uma zona mais elevada, traduzindo-se na organização de um novo quadro de observação e fruição do lugar e seu entorno paisagístico.

A reação da comunidade local manteve-se sempre dentro de um nível muito baixo de oposição e conflito. Desde logo porque um dos fatores que poderiam suscitar maior descontentamento, o das expropriações de terrenos, quer os relacionados com o novo Santuário, quer os que serão inundados, foi bem aplacado pela EDP. De facto, os proprietários ficaram satisfeitos

1 Esta preocupação em relação à proximidade do novo lugar ao rio, de forma a manter-se essa ligação, ainda que em circunstâncias muito diferentes, estivera também presente entre os habitantes da aldeia da Luz, desde a primeira auscultação popular levada a cabo pela Junta de Freguesia, aquando do arranque das obras do Alqueva (v. Saraiva 2003).

43
O novo lugar do
santuário de Santo
Antão da Barca.



com a venda, conquanto sejam poucos os que concordam com a construção da barragem. Face ao escasso rendimento das terras e ao desinteresse dos mais novos pelo trabalho agrícola, abandonado em favor de outras atividades, nomeadamente no sector terciário, proporcionadas pela aquisição de diplomas escolares e na larga maioria exercidas no litoral, os proprietários viram, de facto, na construção da barragem uma oportunidade magnífica para converter em dinheiro património fundiário desvalorizado e sobretudo de venda incerta. Como os terrenos foram pagos pela EDP a valores que os seus proprietários consideram justos, na sua opinião mesmo acima daquilo que poderiam obter nas atuais condições do mercado fundiário, facilmente se compreende que o sentimento geral seja de satisfação, olhando para a

venda como um bom negócio. Alguns dizem mesmo que a albufeira poderia situar-se mesmo a uma cota superior, para dessa forma inundar mais algum território: “Isto vai ficar tudo debaixo de água. Um lago imenso. Isto aqui era tudo meu. Já não é. Agora é tudo da EDP! Mas ainda devia subir mais. Assim, apanhava mais uns terrenos e eles tinham que os comprar” (homem, residente de Parada).

Isto não significa que a população seja favorável à construção da barragem, que lhe seja indiferente o afundamento do Santuário. Como já foi amiúde referido, se a larga maioria dos habitantes de Parada pudesse escolher, a obra não se faria. Para os mais velhos, a grande albufeira significa o desaparecimento de um lugar de momentos felizes solidamente cravados nas suas memórias que desejam ver preservadas para além das suas existências físicas:

Que aquele sítio nós nunca nos vamos esquecer dele, não é? Nunca nos vamos esquecer daquele sítio. E é um sítio documentado, há de haver... enfim vocês estão a fazer [investigação], os arqueólogos também estão a fazer, etc., etc. Haverá um museu onde fiquem peças para recordação.
(Manuel Gouveia, EA)

Se isto puder ser devidamente acautelado, há quem veja na inundação decorrente do fecho das comportas uma oportunidade para renovar todo o espaço sagrado, por via da reabilitação e restauro da Capela, sobretudo do seu interior, e construir novos edifícios, uma vez que a Confraria, longe do fulgor de tempos passados, não tem os recursos financeiros necessários a uma intervenção de fundo no Santuário, de forma a dar uma resposta adequada às condições deficientes em que os edifícios se encontram:

Só se viesse aí uma grande injeção de dinheiro é que nós conseguíamos pôr o Santo Antão da Barca bem, não é? Para recuperar tudo, enfim, fazer ali uma coisa em condições. Eu pessoalmente prefiro que se faça a barragem. Porque o Santo Antão não deixa de ser o Santo Antão da Barca, porque fica também junto ao rio, se bem que não fique no mesmo sítio, não é? (Manuel Gouveia, EA)

Ao contrário do que muitas vezes ocorre em lugares de implementação de grandes complexos de aproveitamento hidroelétrico, não se verificou uma mobilização relevante, quer da população local, quer dos líderes políticos autárquicos, contra a construção desta barragem no rio Sabor. Ao invés, em linha com o que aconteceu no Alqueva, pelo menos até ao final da década de 1980 (cf. Saraiva 2005: 21-23), os autarcas dos concelhos atingidos pela futura albufeira tiveram o apoio de parte significativa dos cidadãos locais, incluindo aqueles que perderam os seus terrenos para as águas que os irão inundar. Face ao declínio económico e à hemorragia demográfica que atinge esta zona do Nordeste transmontano de modo particularmente intenso, a barragem é vista por muitos como uma esperança. Ela exprime-se mesmo sob a forma de alterações climáticas favoráveis, algo que é ainda muito incerto:

Isto aqui vai ser o nosso mar. Precisamos de humidade para desenvolvermos a agricultura. Assim como está, não vale a pena. Daqui a pouco não temos água. Eu sou a favor da barragem. (Homem, residente na vila de Alfândega da Fé).

Em suma, apesar dos significativos e manifestos impactos resultantes da construção de uma infraestrutura hidráulica de envergadura muito apreciável, na qual se destaca uma albufeira que vai inundar uma área vasta atingindo vários concelhos, as relações entre dono da obra, por um lado, e responsáveis autárquicos e população local, por outro, mantiveram-se

sempre dentro de um quadro de diálogo e cooperação que jamais levou a formas manifestas de oposição pública ou contestação aberta à sua execução por parte dos afetados.

2. OS TRABALHOS DE TRASLADAÇÃO

Confrontados com o inevitável e depois de vários adiamentos – quando se fez a festa de Setembro de 2011, era convicção geral de que seria a última no velho Santuário –, os trabalhos de trasladação arrancaram pouco depois da festa de 2012, com a previsão de conclusão para 2014, embora seja muito provável que nessa data estejam ainda em curso alguns trabalhos no interior da nova Capela. Com as obras à vista de todos surgiu o sentimento de luto – falou-se mesmo em morte do rio – que se foi instalando entre os habitantes de Parada, apesar das preces dos mais idosos: “A minha madrinha [já com mais de oitenta anos] reza todos os dias para que o Santo Antão no dia do enchimento deite abaixo a barragem” (mulher, residente em Parada). Trata-se da perda irreparável de um lugar, em breve debaixo de um enorme plano de água. Como bem enunciou o pastor que explora os terrenos junto ao velho Santuário, comentando o seu desaparecimento anunciado: “O que é bonito acaba. É como as pessoas... com o tempo a aparência muda para pior”. A desflorestação já tinha começado há alguns meses, confirmando que já não havia volta atrás. O desconforto de muitos era evidente, parece que extensível aos próprios animais: “Até as cabras parece que não andam satisfeitas. Procuram, mas não encontram sombra” (Isidro Vargas, pastor residente junto ao velho Santuário).

Na sequência da avaliação técnica da situação e do diálogo entre as partes envolvidas – dono da obra, Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Confraria de Santo Antão da Barca e membros da comunidade local –, foi

decidido proceder à trasladação não só das imagens dos santos como também de determinados elementos da estrutura da capela de Santo Antão da Barca, nomeadamente a sua abóbada.

Para a trasladação das imagens dos santos para a igreja de Parada foi escolhido o dia 20 de outubro de 2012. Tendo contado com a presença de cerca de uma centena de pessoas que se deslocaram ao Santuário nas suas viaturas ou mesmo a pé, a trasladação constituiu-se em um momento de devoção e saudade, agora ainda mais sentidas, pois seria a última vez que o fariam com as suas imagens veneradas na velha Capela. Assim, a trasladação das imagens dos santos para a igreja de Parada suscitou um turbilhão emocional jamais patente nas trasladações realizadas em outras ocasiões, pois, desta vez, a razão não era a falta de água, mas sim o fim do Santuário no seu lugar de sempre².

Estava um dia de outono ensolarado, com algum vento mas temperatura agradável. A meio da manhã, já muitas pessoas se encontravam no recinto do Santuário, aguardando a chegada do padre. A emoção preenchia todos os rostos, dando expressão concreta a uma resignação sentida como uma fatalidade contra a qual nada se pode fazer, senão vivê-la da melhor forma possível. Alguns dos presentes fizeram o percurso pelo seu próprio pé, encontrando motivação no facto de ser a última vez que o fariam. Uma

2 A chamada “muda” era feita sempre que a seca se prolongava, colocando em risco culturas, colheitas e animais. Consistia na trasladação da imagem do Divino Senhor da Barca – acompanhado pela imagem do Anjo da Guarda, tanto na ida como no regresso – para a igreja de Parada, procurando com este gesto colocar um fim à seca. Um poema de Gouveia ilustra magnificamente este processo: “A muda do Divino Senhor da Barca / Da sua capelinha ao pé do rio / P’ra a igreja de Parada é uso; e marca / A falta de água, como em seco Estio. / Por íngreme caminho, a voz se embarga / Do povo em prece e canto, em fé e em brio. / Do alto do andor, protege e guarda / Jesus a quem Lhe diz: – “Em Vós confio!” / Ao seu encontro vem a Santa Mãe. / Não só O cumprimenta mas também / Junta aos clamores maternal pedido. / E então Seu Filho, vendo tal sofrer, / Ali, faz o milagre – faz chover / E faz alegre um povo entristecido” (2011: 94).

pessoa lembrou que até a D. Evangelina, com 78 anos, quis fazer o percurso, não se coibindo de afirmar que “hoje havia de acontecer o mesmo que aconteceu quando os de Meirinhos queriam levar o Santo [Antão]. Ele ficou tão pesado que a barca não andava, e hoje ele também devia ficar tão pesado que as carrinhas não deviam subir”. Outros interrogavam-se: “Vamos lá ver se o Santo quer ir...” Como referiu um dos nossos principais informantes, “o Santo hoje não vai em missão. Vai porque o levam, por causa das circunstâncias, da construção da barragem”. Enfim, as pessoas estavam numa grande expectativa. “Será que é desta vez?”, “Mas que pena tenho disto tudo”, “Passei aqui a minha juventude”; foram algumas das palavras escutadas. A trasladação das imagens dos santos para a sua nova (e provisória) casa, a igreja de Parada, anuncia o inevitável: o desaparecimento do lugar, cujo processo terá ainda um novo episódio com a desmontagem da Capela.

Assim que o padre chegou, todas as pessoas presentes no Santuário entraram para a Capela, que rapidamente se encheu, quase como acontece nas cerimónias mais importantes. Realizada a cerimónia religiosa, breve mas muito intensa do ponto de vista emocional, os santos nos seus andores foram retirados da Capela e, dando a volta a esta, encaminhados para as viaturas de caixa aberta preparadas para os transportar até Parada. Este foi um momento de grandes emoções. Muitos dos presentes não contiveram as lágrimas suscitadas por estarem a ver pela última vez as imagens dos santos naquele lugar, tão apreciado e de tão forte cunho religioso.

QUNT.	DESIGNAÇÃO	EXISTO	ESTADO	ASSIG. OR.	OBS.
2	Imagens pintadas de altar				
12	" de altar				
6	Andores				
2	Andores				
1	Mesa da Confissão				
1	Mesa pequena oval				
1	Altar imóvel				
1	Sacra com cobre				
1	Taboa de Confissão				
12	Guarda pés				
1	Arco (for a missal)				
10	Castiças				
3	Escadaria com alcatifa				
2	Almofadas com veludo				
14	Mesa grande inox				

44

Lista do inventário dos materiais existentes na Capela.

45
Colocação na viatura da
imagem do Santo, no
velho Santuário.



46
A caminho da
aldeia de Parada.





47
Chegada à aldeia de Parada.



48
Transporte das
imagens dos santos
para a igreja de Parada.

49
A imagem de Santo
Antão junto à igreja
de Parada.



Logo que as imagens dos santos foram bem-acondicionadas, sempre acompanhadas, em cada viatura, de fiéis que iriam zelar pela sua salvaguarda, os presentes fizeram-se ao caminho com as imagens e seus andores, ao longo de um percurso de meia dúzia de quilómetros. À frente as viaturas com as imagens dos santos, seguidas de todas as outras em procissão. A ritmo lento, o permitido pelo caminho de terra, aqui e ali ponteados de buracos e pedras que exigiam o maior cuidado para evitar danos nas viaturas e incómodo nas pessoas, fez-se o trajeto até Parada. Quando chegaram à entrada da aldeia, já muitas outras pessoas aguardavam as que se tinham deslocado ao Santuário para trazerem as imagens santas. À frente desta gente estavam três homens, dois com lanternas e um com a Cruz. Todos estavam muito emocionados, e ainda mais ficaram quando começaram a ver as carrinhas,



50

Missa com as
imagens já no interior
da igreja de Parada.

batendo palmas e dando vivas aos santos. Uma habitante da aldeia, já com uma idade bastante avançada, exclamava, com a mais viva emoção: “Ó meu amor, Divino Senhor da Barca”. Estacionadas as viaturas, foi o tempo de retirar as imagens dos santos das carrinhas e de as levar em procissão para a igreja paroquial da aldeia, situada bem no centro, para celebrar a eucaristia e os ofícios a sufragar as almas dos irmãos falecidos. Concluía-se, assim, a retirada das imagens dos santos da velha Capela, ficando guardadas provisoriamente na igreja de Parada até que as obras no novo espaço finalizem, em meados de 2014.

Conquanto ainda houvesse alguns objetos e materiais por remover, nomeadamente os relacionados com o apoio às festas, este ato marcou o fim de uma relação velha de séculos da comunidade local com o santuário

de Santo Antão da Barca. Dia de emoções intensas que a todos contagiaram, este momento confirmou, mais do que revelou, a importância do Santuário enquanto lugar de culto e de comunhão de uma população que, não obstante a mudança já em curso, saberá encontrar, certamente com a ajuda inestimável da memória deste processo inevitavelmente traumático, novas formas de viver o religioso, mas também o profano, no “novo” Santuário.

Retiradas as imagens dos santos e seus andores, ficaram reunidas as condições necessárias para se avançar para a fase seguinte: as obras de preparação da trasladação dos principais elementos que constituem a Capela, tarefa que mereceu, desde que se começou a desenhar tal solução, o interesse mediático, nomeadamente por parte da imprensa regional. Nos últimos anos, em diversas notícias escreveu-se mesmo que a Capela seria transferida na sua totalidade, pedra por pedra, de modo a manter a sua traça arquitetónica (cf., entre outros, jornal *Nordeste*, 6 setembro 2011).

Os trabalhos de desmontagem do Santuário iniciaram-se em novembro de 2012, incidindo sobre a Capela, o único edifício a ser, parcialmente, trasladado. Foi elaborada uma metodologia que tivesse em conta a conservação e restauro dos elementos a trabalhar para que, quer na sua desmontagem, quer na posterior remontagem, se garantissem as melhores condições de preservação, procurando sempre que o resultado final proporcionasse uma melhoria visual e de conservação dos materiais manipulados.

As obras confrontaram o visitante ocasional com a agitação e o ruído que quebravam a tranquilidade tão habitual deste lugar, quase sempre vazio de gente. Trabalhadores e máquinas permaneceram largos meses no recinto, entre novembro de 2012 e o ano de 2013. Rapidamente, a Capela apresentou as primeiras “feridas”: os cortes no reboco das paredes exteriores anunciavam o que viria a seguir. Apesar de já estar em curso o luto imposto pela perda do lugar, o processo não decorreu de costas voltadas

para a comunidade. Procurando mostrar o modo como o processo se ia desenrolando, a EDP organizou em 5 de maio de 2013 uma visita às obras, na qual estiveram presentes cerca de 50 pessoas, a larga maioria da aldeia de Parada. Foi mais um momento de grande emoção, sobretudo quando o cidadão invisual tocou as pinturas, procurando assim conhecê-las a partir de uma outra abordagem sensorial. Muitos dos presentes colocaram questões, procurando respostas às muitas dúvidas que os inquietavam sobre o novo espaço religioso, em especial no que se referia ao que poderíamos designar como preservação da “autenticidade”, isto é, que a velha Capela pudesse renascer no seu novo lugar da forma mais fiel possível. Ao mesmo tempo os presentes não deixavam de lamentar a destruição da Capela: “Era uma alegria quando vínhamos ao Santo. Agora será que tudo vai ficar como está?”, interrogava-se uma das visitantes mais idosa.



51 | 52

Trabalhos de preparação da trasladação da abóbada da Capela.

53
Trabalhos de preparação
da trasladação da
abóbada da Capela.



Os trabalhos começaram por alguns estudos históricos e arqueológicos, realizando-se para o efeito escavações no espaço do Santuário, incluindo no interior da Capela, o que obrigou ao levantamento de algumas das pedras do revestimento do piso. Estes estudos foram acompanhados da investigação documental nos diversos arquivos disponíveis. Conforme ia avançando este trabalho, os técnicos exploraram também as pinturas que se encontravam nas paredes, de forma a proceder ao levantamento pormenorizado das diversas camadas existentes. Esta ação permitiu identificar e registar, nas paredes e no texto, três camadas de pinturas, realizadas em diferentes períodos históricos. Em concreto, a pintura mais antiga data do século XVIII e é de estilo barroco com elementos dourados. A segunda pintura, de estilo neoclássico, data do século XIX, sendo a última, a que está visível, do

século XX, sem estilo definido. Como é recorrente, em cada época, sobretudo quando a situação económica era mais desafogada, os responsáveis pelo templo procuraram deixar a sua “marca”, neste caso através de novas pinturas.

Só depois de realizada esta tarefa, que ocupou durante largas semanas duas técnicas da Empripar, se procedeu à desmontagem dos tetos e restantes elementos arquitetónicos e decorativos a preservar, como vãos, pináculos e frisos. Concluída esta ação, avançou-se para a desmontagem dos altares laterais, do púlpito e de todos os outros elementos arquitetónicos com valor patrimonial que se encontravam na sacristia. Segundo o explicado pelos técnicos que desempenharam estas tarefas, cada peça retirada era limpa, numerada e embrulhada em plástico para que ficasse devidamente acondicionada durante o seu transporte até à oficina, localizada a mais de duzentos quilómetros, na Maia, onde se procederia ao seu restauro. Foram separados também todos os metais da madeira, incluindo os pregos existentes.



54
Trabalhos no interior
da Capela.



55 | 56
Trabalhos no interior da Capela.

A colocação de andaimes foi a etapa seguinte. Foram montados no exterior e interior da Capela, excluindo dessa colocação a sua parte mor, onde ainda se encontrava o altar principal. Montada a estrutura dos andaimes no interior, os técnicos começaram por retirar o forro da Capela, tábuas a tábuas, também objeto de pelo menos uma intervenção posterior à sua construção, procedendo-se sempre a uma breve limpeza seguida do embaçamento em plástico para posterior transporte. O mesmo processo foi aplicado aos retábulos em talha, assim como aos elementos metálicos. Além disso, todas as peças retiradas e enviadas para restauro foram numeradas para facilitar a sua posterior colocação na nova Capela.

De seguida retirou-se o altar-mor, sendo o processo de desmontagem e acondicionamentos das peças igual ao referido anteriormente para os outros elementos. Com a descoberta das várias camadas de pinturas – algo que os técnicos já anteviam como forte possibilidade –, houve uma paragem



57
Trabalhos no interior
da Capela.

nas obras não só para definir como se processaria a transladação das pinturas mas sobretudo para escolher qual das camadas figuraria na “nova Capela”. Na capela-mor, debaixo das pinturas atuais, encontraram-se mais duas pinturas distintas. Segundo as técnicas, especialistas em conservação e restauro, “a pintura inicial da igreja é do tipo figurativo, representando provavelmente cenas da vida do Santo Antão” (v. *Boletim da Associação de Fiéis*, n.º 3: 5). Procurando estabelecer uma classificação, de acordo

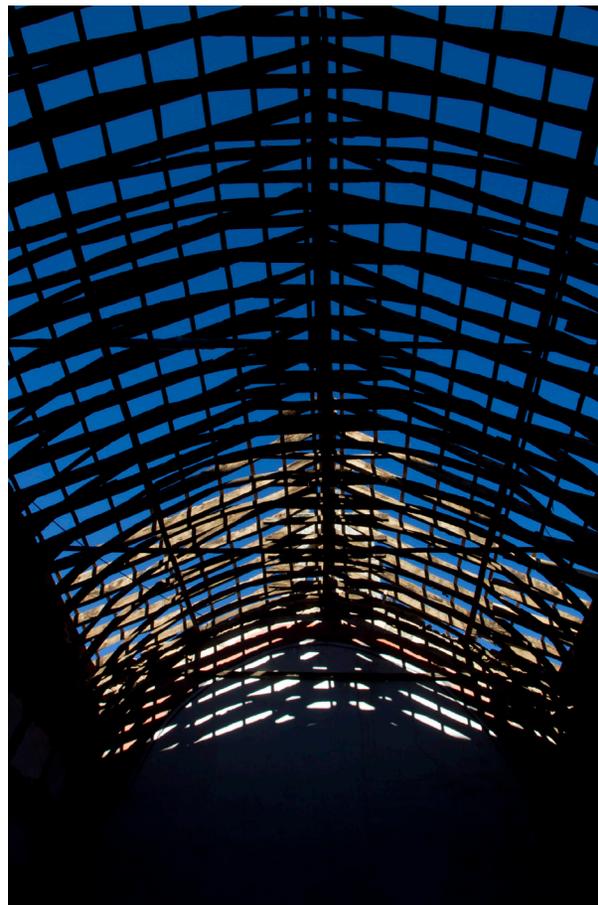


58 | 59
Trabalhos no interior
da Capela.



com as técnicas, a camada primeva de pintura data do século XVIII, sendo de clara traça barroca. A que se sobrepõe a esta é do século XIX, nela dominando os motivos florais e vegetais, próprios do período neoclássico. Por fim, a mais recente terá sido realizada já em meados do século passado. Avaliada a situação em diálogo com os responsáveis da Confraria, e respeitando as regras impostas pela DRCN, seguiu-se um trabalho de grande meticulosidade, que consistiu no registo, nomeadamente fotográfico, das diversas camadas, de forma a permitir a reconstituição virtual da mais recente, atendendo a que é a mais antiga que vai ficar visível. Este registo foi também necessário para permitir a reconstituição rigorosa da camada selecionada no novo espaço, replicando o modo como ela se apresentava no velho Santuário. As pinturas nas paredes foram revestidas com película, tendo como objetivo protegê-las aquando da sua retirada, em placas de tamanho adequado ao seu transporte para restauro e posterior colocação na nova Capela.

Por fim, a tarefa maior: a trasladação integral da abóbada, justificada pelo seu valor artístico, bom estado de conservação e difícil reprodução, como aconteceu com as pinturas existentes nas paredes:



60

Trabalhos no interior da Capela.



**NOTAS DE CAMPO, SANTO ANTÃO DA BARCA,
8/9 · 10 · 2013**

No chão foi “construído” um quadrado com as barras de ferro que iam servir para elevar a abóbada. Este quadrado seria fixado às barras que estavam a suportar toda a estrutura. No dia seguinte continuaram as preparações para a retirada da abóbada. O veículo trator e respetivo reboque, onde a mesma ia ser transportada, já se encontrava no recinto, tendo sido cuidadosamente preparado, de modo a que o trajeto até o novo lugar se fizesse em total segurança. Ainda demorou algum tempo até se iniciarem os trabalhos, pois foi necessário aguardar pela chegada do projetista da obra para autorizar a elevação da abóbada. Quando este chegou, procedeu-se ainda a alguns ajustes na estrutura, incluindo novas soldaduras. Só depois de concluída esta tarefa e verificada com o maior cuidado a estabilidade e solidez da estrutura se iniciou a retirada da abóbada.

Quando a grua começou a trabalhar e a levantar muito lentamente a estrutura, todos ficaram em silêncio: só se ouvia o motor da máquina.

Certamente, entre apreensão e esperança, todos estavam a fazer votos para que tudo corresse de acordo com o planeado. E foi assim mesmo que tudo se passou, com a máxima eficiência. Ao pousarem a estrutura no reboque, foi necessário fazer novos acertos nas barras de ferro colocadas para a posicionarem na perfeição, pois só assim a abóbada poderia ser transportada em segurança. Iniciado o transporte, o mesmo foi acompanhado por alguns técnicos a pé, que a conduziram [a abóbada] até ao novo Santuário, tarefa que os ocupou durante um bom par de horas. Aí chegados, e novamente com o recurso ao camião-grua, foi retirada a abóbada do reboque e colocada no topo das paredes da nova Capela. Da Confraria apenas estava o senhor António Maia e a esposa, Madalena. Dada a minha estranheza pela ausência de outras pessoas da aldeia de Parada, interpelei-o sobre as razões que a justificavam. Respondeu que a trasladação não foi muito divulgada para evitar que viesse muita gente.

Face ao valor artístico, qualidade, dimensão e o bom estado de conservação das pinturas detectadas nas paredes e das pinturas (tanto as visíveis como as escondidas) da abóbada da Capela-mor e ao facto de serem pinturas de difícil reprodução, foi entendido que se devia estudar um processo de trasladação integral das pinturas e das paredes da abóbada da Capela-mor. (*Boletim da Associação de Fiéis*, n.º 2: 6)

61
Trabalhos de
restauro das
pinturas da
Capela.



62 | 63

Trabalhos de trasladação
da abóbada da Capela.

Foi necessário criar estruturas, meios de elevação e de transporte para retirar alguns dos elementos da Capela, incluindo o seu telhado. Muito complexa em termos técnicos, implicando riscos para a estrutura, o planeamento adequado desta operação foi absolutamente decisivo para o seu sucesso. Foram colocados andaimes em volta da Capela para se fazer uma cobertura que permitiu a retirada do telhado. Na trasladação da abóbada houve uma preparação prévia desta, segundo a explicação dada pelos técnicos responsáveis. Devido à deterioração do teto da abóbada, e para que não houvesse mais estragos, revestiram-na com uma película, sendo de seguida construída uma armação de madeira que também serviria de proteção. Além disso foram colocadas barras de ferro a sustentar toda a estrutura.

Se a operação de maior envergadura estava realizada, os trabalhos no velho Santuário ainda não podiam ser dados por concluídos. Pela frente os técnicos tinham de proceder à desmontagem das paredes da capela-mor: “de forma a permitirem a recuperação das camadas de reboco que contêm as pinturas, a camada de reboco será cortada dando origem a vários painéis” (*Boletim da Associação de Fiéis*, n.º 3: 6) que serão transportados para a oficina, onde vão ser restaurados e preparados para colocação na nova Capela.

Enquanto são efetuados estes trabalhos de desmontagem, a nova Capela e os restantes edifícios que vão compor o espaço religioso estão a ser construídos. A abóbada foi prontamente colocada no novo espaço religioso, podendo-se observar também as pedras de granito retiradas das esquinas das paredes e dos beirais da velha Capela, cuidadosamente numeradas para que a sua colocação se faça sem erros no contexto de um processo muito moroso.



64 | 65

Trabalhos de trasladação da abóbada da Capela.

66
Trabalhos de trasladação
da abóbada da Capela.



67
Habitantes do concelho observam
os trabalhos de trasladação
no novo local do Santuário.



3. O NOVO SANTUÁRIO

Como foi já acima referido, o novo Santuário localiza-se no lugar do Arrebetão, no sopé da elevação nele existente. Seguindo a exaustiva apresentação feita na memória do projeto (v. *Memória Descritiva e Justificativa – Projecto Geral* – AHBS.PL.11.03.01.GER.MD), o recinto assenta sobre duas diminutas elevações localizadas na parte sul, sendo o acesso efetuado por uma via que contorna todo o morro que se situa a norte do novo espaço, a partir do caminho que liga a estrada principal ao velho Santuário. Um pouco acima, a escassas dezenas de metros, foi construída uma desafogada área de estacionamento de viaturas. Face ao declive abrupto de parte das ladeiras que rodeiam o novo espaço religioso, foi necessário construir muros de vedações de forma a evitar eventuais quedas e acidentes pessoais. Os responsáveis pelo projeto procuraram respeitar a disposição existente no velho recinto, sem deixar de atender às possíveis melhorias de funcionalidade proporcionadas pela construção de raiz num espaço livre. Ou seja, tendo como orientação a distribuição espacial dos edifícios no antigo recinto, procedeu-se a alterações no novo Santuário, de modo a garantir uma melhor organização do espaço.

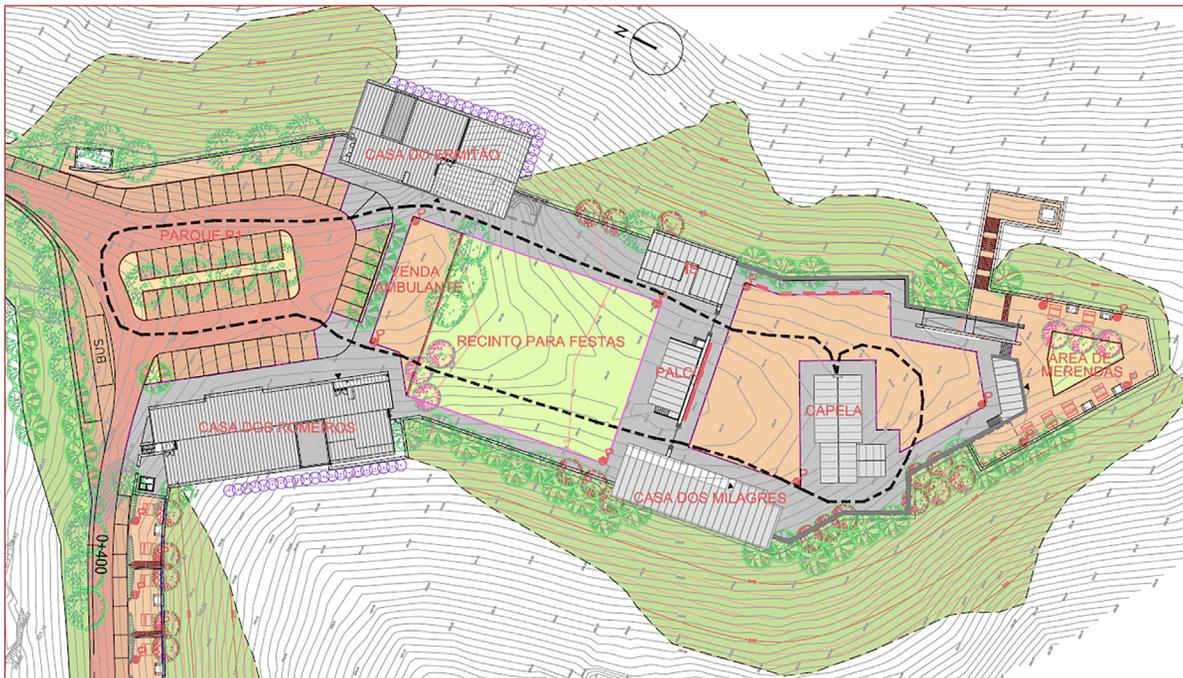
Se a Capela ocupa uma posição semelhante, já os outros edifícios viram a sua localização no novo recinto alterada, com destaque para a Casa do Ermitão, que embora posicionada a norte tem uma posição longitudinal, deixando assim de funcionar como barreira de acesso ao Santuário. Daqui resultou a criação de uma área para festas mais ampla e mais bem definida, com quase 1700 m², que, em certa medida, desempenha o papel de antecâmara de acesso à zona mais religiosa, dominada pela Capela. Para aceder a esta, é necessário contornar um dos lados do palco para espetáculos musicais e outros que exijam a utilização de uma estrutura deste tipo. Esta área mais

íntima é totalmente murada, a ela se acedendo através de dois portões que abrem para um espaço ligeiramente superior a 2000 m².

Os restantes edifícios – a Casa do Ermitão, a Casa dos Romeiros e a Casa dos Milagres – serão construídos de raiz, sendo-lhes atribuídas designação, finalidades e disposição espacial aproximadas à que possuíam no velho Santuário, com os respetivos e significativos melhoramentos. Em concreto, para

FIG. 4
Representação espacial do novo santuário de Santo Antão da Barca.

Fonte: *Memória Descritiva e Justificativa – Projecto Geral* – AHBS.PL.11.03.01.GER.MD, Capítulo 11 – Projecto de Edifícios Diversos Tomo 11.3 – Trasladação do santuário de Santo Antão da Barca Subtomo 11.3.1 – Recinto e Acessibilidades: 15



a Casa do Ermitão está previsto um serviço de bar e restaurante; a Casa dos Romeiros funcionará como albergue; e a Casa dos Milagres manter-se-á como estrutura de apoio direto às atividades da Confraria de Santo Antão da Barca. Este processo de trasladação foi, desde os primeiros momentos, sempre acompanhado pela comunicação social local, que foi publicando de forma recorrente notícias sobre o caminho escolhido. Assinale-se que tanto a autarquia de Alfândega da Fé como a EDP e a Confraria de Santo Antão da Barca procuraram manter a população informada, nomeadamente dando conta das decisões tomadas e da calendarização das obras (v. entre outros, comunicado publicado no jornal *Terra Quente*, em 2011 pela presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé).

68

Preparação do terreno para a construção do novo Santuário.





69

Placa com informação sobre as obras no novo Santuário.



70

Trabalhos de construção dos acessos ao novo Santuário.

Diligenciando esclarecer as dúvidas e, principalmente, amortecer as inquietações de muitos dos habitantes, não raro ainda inconformados com a perda do velho Santuário, a EDP organizou uma visita às obras em 5 de maio de 2013. Com o recurso a grandes cartazes ilustrativos do que serão os novos edifícios, os técnicos deram explicações detalhadas aos presentes, que os escutaram com interesse, não se coibindo de colocar perguntas e esclarecer dúvidas, assim como apresentar críticas e sugestões. As mais relevantes foram para a organização do espaço. Muitas não gostaram do morro que ficou a norte do espaço religioso, preferindo a sua demolição.

Confrontadas com a improbabilidade de tal remoção, sugeriram a construção de uma escadaria de acesso, de modo a que possa ser utilizado como espaço para merendas e estacionamento.

Em relação ao parque de estacionamento, foram muitas as vozes que criticaram a distância que haverá que percorrer até ao Santuário desde as viaturas, antevendo as dificuldades relacionadas com o transporte das merendas em dias de festa. Algumas ainda manifestaram interesse em que o Santuário ficasse visível desde o topo da estrada de acesso, o que se verificou impossível devido à existência do referido morro. Contudo, apesar da inegável consternação produzida pela perda do velho lugar, as pessoas também reconheceram que, do ponto de vista arquitetónico, vão beneficiar de uma enorme valorização patrimonial, nomeadamente em termos da qualidade de construção, largueza e condições de funcionamento de edifícios como a Casa dos Romeiros, que poderá acolher até 52 pessoas, distribuídas por camaratas e seis quartos duplos com banho privativo. O mesmo se reconheceu em relação à Capela: “Vai ficar uma Capela mais valiosa. Vai ficar como o Sameiro [de Braga]” (mulher, residente numa aldeia de Alfândega da Fé).

Se com o avanço das obras as dúvidas de muitos em relação ao espaço e seus futuros edifícios se foram desfazendo, o mesmo não aconteceu com a realização da festa em 2014. Pensando nela, que deseja obviamente ver realizada no novo lugar, um dos responsáveis da Confraria de Santo Antão da Barca, Luís Pereira, interroga-se sobre o percurso da procissão. No seu entender ela deverá dar a volta ao morro, apesar de a distância a percorrer ser superior; tal não o apoquentá, e considera que o trajeto fica valorizado por ser feito noutra enquadramento paisagístico, dominado pelo desafogo das vistas.

Com o avanço dos trabalhos, a aceitação do novo espaço entre a gente de Parada vai crescendo. Entre os aspetos mais valorizados destaca-se o que

71
Vista geral do parque
de estacionamento do
novo Santuário.



72
O espaço onde será
erguido o novo
Santuário.



podemos designar por autenticidade, isto é, a trasladação ou reprodução fiel de elementos arquitetónicos existentes no velho Santuário. Para além da Capela temos a fonte: “Gostei muito, as condições não têm nada a ver [com as que existiam no velho Santuário], está muito melhor. Eu gostei muito! Claro, existe sempre quem tem outra opinião. A fonte é tal qual como está lá em baixo” (Gilda Pussacos, EA). De igual modo se pronunciou Manuel Gouveia, dando expressão ao sentimento popular dominante:

O Santo Antão não deixa de ser o Santo Antão da Barca, porque fica também junto ao rio, se bem que não fique no mesmo sítio, não é? [A devoção] é a mesma coisa. Porque nós – eu já o tenho dito várias vezes –, nós ainda nos lembramos do Santo Antão lá em baixo, mas os nossos netos já não se lembram do Santo Antão lá em baixo, só se vão lembrar dele cá em cima e vão ter a mesma devoção que tinham... E mesmo até filhos nossos não conhecem tão bem e não tiveram tantas recordações do Santo Antão como nós tivemos. Custa-nos mais a nós e às nossas idades, às pessoas da nossa idade do que propriamente à juventude. E os netos, a eles pouco lhes diz aquele lugar, embora achem interessante, que é um lugar apazível, que é um lugar realmente excepcional, não há outro lugar igual. Agora minimizando um bocadinho isso, aquela parte sobranceira ao atual Santuário, a parte sobranceira onde agora vai ficar perto da água, continua a ser o Santo Antão da Barca e continua a ser o Divino Senhor da Barca. Penso que de qualquer maneira não vai haver assim grande diferença. (Manuel Gouveia, EA)



73

Vista geral do novo Santuário.



74

Vista parcial do novo Santuário.
À direita, a Casa dos Milagres.

Em conclusão, o novo espaço parece ter cumprido o planeado e desejado por todos os envolvidos. Não constituindo uma réplica da antiga Capela – nem tal foi intenção dos responsáveis da obra –, a nova Capela manteve uma orientação espacial semelhante, com a entrada a nascente e o altar-mor, tal como a capela-mor, situado a poente. Foram preservados os elementos materiais de maior valor patrimonial, como parte da cantaria, algumas madeiras e portões, e mantendo-se como o edifício central do novo lugar.



75
A Capela em construção.

Reconhecendo que ficou com um “Santuário do século XXI”, nomeadamente no que diz respeito à qualidade arquitetónica dos edifícios construídos, à capacidade e às condições de acolhimento dos visitantes em momentos de grande concentração, como a festa de Setembro, as expectativas do poder político local são as mais elevadas. Considera-se que o santuário pode vir a funcionar como um polo de turismo religioso no concelho de Alfândega da Fé, o qual funcionará como ponto fundamental da já planeada “Rota da Fé” (cf. Nunes, 2013: 4).

ANEXO

*Ata relativa à
mudança de local*

Aos trinta dias de Novembro de dois mil e nove, pelas dezoito horas, por Convite da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, teve lugar, na Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Parada, uma reunião, com a presença dos senhores Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Doutora Berta Nunes, do Vice-Presidente, Engenheiro Eduardo Tavares, do Vereador João Salgueiro, do Arquitecto Rui Martins Gonçalves, também daquela Câmara Municipal, e de cerca de sessenta confrades da Confraria de Santo Antão da Barca, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um – Informações; -----

Ponto dois – Escolha do novo local do Santuário do Santo Antão da Barca; -----

Ponto três – Outros. -----

Ponto um – A Presidente da Câmara Municipal começou por lembrar que, face à construção da Barragem do Baixo Sabor e consequente

inundação do Santuário do Santo Antão da Barca, se torna urgente a escolha de um novo local para a sua implantação. Informou, por outro lado, que, perante duas propostas existentes na Câmara Municipal para a escolha desse local, foi realizada uma visita ao Arrebenção, até ali apontado pela maioria das pessoas como o preferido, bem como às proximidades da Broeira, ambos os locais bem conhecidos pela população de Parada, após o que se decidiu realizar esta reunião para que, numa primeira auscultação, os confrades se pronunciassem sobre essa escolha. -----

Ponto dois – Com a finalidade de ajudar a uma decisão mais fundamentada, foram projectados pelo Arquitecto Rui Gonçalves vários diapositivos referentes às propostas localizações, urbanização e infra-estruturas, tendo-se discutido sobre as mesmas e esclarecido dúvidas em relação a alguns pormenores e questões que se foram levantando,

mais propriamente relacionados com aspectos práticos. -----

Postos os dois locais à votação, a assembleia votou, por unanimidade, pelo Arrebentão. ----

Relativamente à escolha deste local, pesaram, sobretudo, além de sobranceiro à actual localização, os seguintes aspectos: proximidade do rio, boa acessibilidade, excepcional vista panorâmica e área envolvente adequada a uma prevista urbanização – parte relativa ao Santuário e, eventualmente, parte destinada a particulares –, bem como o facto de exigir menos esforço relativo a infra-estruturas. Se bem que a Broeira permitisse a localização também perto do rio, a mesma não oferece outras condições como as demais referidas do Arrebentão. -----

Ponto três – Foram ainda apresentados pelo Arquitecto Rui Gonçalves outros diapositivos sobre as estruturas e espaços envolventes do Santuário, tais como: edifício de apoio, café/

restaurante, parque de estacionamento, sanitários e arborização. Tais estruturas e espaços foram considerados insuficientes pela assembleia, a qual remeteu para a Câmara Municipal e a Comissão da Confraria as necessárias negociações para salvaguardar situações, como: a fonte, os coretos, a casa do fogo, a casa dos romeiros, praia fluvial e respectivas estruturas de apoio, acessos e outras. -----

E não havendo nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta, a qual, após ratificada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e aceite pelo padre Francisco Pimparel, conforme extracto da acta n.º 2 da Comissão de Festas. ----- ¹

1 No extrato da ata n.º 2 da Comissão de Festas pode ler-se que “o Padre Francisco concordou [que] aceita esta escolha [a do Arrebentão] [,] com a garantia de que, sendo o local devidamente aplanado, o Santuário fique também próximo do rio [...]”.

CAPÍTULO 6

A vida também é feita de fé e de festa

Procissões e arraiais em Santo Antão da Barca

Paulo Jablonski
e Luísa Cortinhas

1. “PARA O SANTO, ESTE POVO NÃO POUPA ESFORÇOS”: A RECOLHA DE FUNDOS

A realização de festas, à semelhança do observado por Silva (1996: 89) para as que ocorrem no Minho, depende da mobilização de trabalho e recursos financeiros avultados. No caso das festas do Santão Antão da Barca, as mulheres, como veremos, desempenham um papel-chave nas iniciativas que possam gerar dinheiro e outros recursos.

O executivo da Confraria procura desenvolver atividades que proporcionem a angariação de fundos. O sucesso não está só dependente dos membros que o compõem, é fulcral que haja a envolvimento da população de Parada e até mesmo das aldeias vizinhas. Se bem que os homens não deixem de apoiar, a responsabilidade das iniciativas

mais importantes é das mulheres. É o caso da confeção de bolos para venda, cujo principal objetivo é o apoio à missa de Ascensão do Senhor, também designada festa de Maio. Há longos anos enraizada na aldeia, é já considerada pelas pessoas como uma tradição, logo algo que pretendem manter: “Isso até foi inventado. E agora a gente chama-lhe uma tradição, que não pode ficar por fazer, tem que se fazer”, afirma Antónia Ferreira, a responsável pela iniciativa há mais de meio século. Acrescente-se que, não só foi inventada, como também está sujeita à mudança. Assim, se no passado os bolos eram feitos no Santuário e posteriormente vendidos pelos membros da Confraria, hoje eles são feitos pelas mulheres nas casas das famílias que aderem à iniciativa:

ANTÓNIA FERREIRA – Oh... isso já foi há muito tempo, ainda eu era nova, ainda era uma rapariga nova, já há muitos anos.

ENT. – Tinha quantos anos? À volta de 20?

ANTÓNIA FERREIRA – Para aí 25 ou 30. Foi nessa altura que comecei eu a fazer e depois tinha quem me ajudasse. Nessa altura a gente da minha idade [87 anos] era muito animada – já morreram duas infelizmente. Quando era a Ti Leninha e a Ti Felicíssima só [a fazerem bolos], lembra-me que fazíamos lá no Santo Antão.

M. RIBEIRO – Faziam-nos no Santo Antão?

ANTÓNIA FERREIRA – Fazíamos-los lá no Santo Antão e depois vinha um comissário trazê-los cá e vendê-los.

A elaboração da doçaria depende, desde logo, da disponibilidade dos ingredientes necessários. Para isso, algumas das mulheres dedicam-se à sua recolha. Nos últimos anos, esta tarefa tem estado a cargo de uma das pessoas mais populares e bem relacionadas na aldeia, a quem, por isso, ninguém ousa recusar o seu pedido de farinha, ovos, óleo; enfim, tudo o que é imprescindível à confeção dos doces.

CELESTE FERREIRA – E fui eu que dei a volta ao povo. Mas também tenho uma coisa muito boa para este povo, também não querem só bem ao Santo, também me querem a mim, que ninguém me diz que não... pois... É preciso ser a pessoa certa.

ENT. – E porque é que a Dona Celeste é a pessoa certa?

HERMÍNIA CORDEIRO – Porque é popular, sabe falar...

CELESTE FERREIRA – Portanto, eu não me importo. De maneira que posso pedir ao povo que ninguém me diz que não. Eu também gosto de fazer quando me pedem, é só por isso, porque eu não sou santa...

Neste peditório para a confeção dos bolos, a nossa informante não percorre apenas as casas da aldeia de Parada, visita também a aldeia vizinha do Sardão: “E depois vão ao Sardão, a uma quinta que tem lá muito ovo. Trouxeram quatro cestas de ovos. E dão a farinha, só se compra o bicarbonato e o pó *Royal*. Outros dão embalagens de leite...”, descreve Antónia Ferreira. Todas as pessoas colaboram, oferecendo o que têm disponível em casa e de acordo com os seus recursos:

CELESTE FERREIRA – [Cada um] dá o que tem. Há gente que dá ovos, farinha e tudo o que é necessário para os doces, o que é preciso. Alguma gente diz: “Olha, toma lá dez euros, compra um quilo de farinha, compra um quilo de açúcar.” Às vezes sobra muito mais, mas, pronto, para o Santo ninguém tem pena de dar. Depois temos ali o povo, temos a quintita do Sardão, também nos ajuda muito, é pequenina mas também nos ajuda muito; se formos lá, trazemos de lá uma cesta de ovos. A quinta do Sardão, um povito ali.

ENT. – A quinta é uma aldeia?

CELESTE FERREIRA – É pequenina e a gente chama-lhe quinta, pronto. Mas também se formos para lá dão-nos uma cesta enorme de ovos,

e é assim: uma dá o azeite, outra dá aguardente, outra dá a farinha, dá-se aquilo que é preciso. E depois tem que haver alguém que dê o corpo, para acender o forno, aquecer o forno, tem que se aquecer muitas vezes...

Realizado este peditório, são verificados os ingredientes doados. Feito o balanço, são adquiridos no mercado os que estão em falta ou em quantidade insuficiente. Só depois é que se passa à confeção. Como o fabrico dos bolos já não é feito no santuário de Santo Antão da Barca, há que escolher na aldeia o espaço mais adequado, isto é, aquele que permita a preparação e o cozimento dos doces.

A cozedura é feita em forno a lenha, porque garante melhor qualidade, mormente em termos de textura e sabor, mas também porque a sua maior dimensão permite cozer em simultâneo uma maior quantidade de bolos. A procura de lenha é uma tarefa dos homens, que se encarregam de a recolher e transportar até à cozinha onde as mulheres irão trabalhar.

Neste processo há uma pessoa que assume uma posição decisiva: a Dona Antónia. Apesar de quase nonagenária, mantém ainda uma vitalidade pouco frequente, sendo a guardiã das receitas, todas na sua memória. Assim, a elaboração dos doces é feita debaixo da sua orientação, mantendo-se sempre presente ao longo de todo o processo. Este envolve uma dezena de pessoas da aldeia, às quais são atribuídas distintas tarefas: enquanto umas amassam a farinha e demais ingredientes, outras colocam os doces nas formas, outras ainda ocupam-se do forno, enfim, ninguém se mantém inativa. O ritmo é frenético, as horas passam e os resultados, sob a forma de doces deliciosos.



76 | 77
Preparação da
doçaria.
[Fotos de Luísa
Cortinhas.]



ENT. – Qual é a receita do bolo, como se faz?

M. RIBEIRO – Isso é a Ti Antoninha que sabe.

ENT. – Como é que é a receita?

ANTÓNIA FERREIRA – Dos económicos?

ENT. – Do bolo, a farinha, quantos ovos?

ANTÓNIA FERREIRA – Eu boto tudo a olho, não tenho nada [escrito].

ENT. – Diga-me o nome dos bolos que fazem?

ANTÓNIA FERREIRA – Olhe, fizemos o chinfum.

ENT. – O chinfum?

ANTÓNIA FERREIRA – Sim, chamamos-lhe o chinfum. É feito com óleo, água e ovos, pois. E este ano nem lhe botei, que me esqueci, eu esqueço-me da baunilha. Leva uma vagenzinha de baunilha, se é líquida deita-se-lhe umas gotas, se não é líquida deita-se daquela outra. E fizemos centeios, chamamos-lhe cá os centeios, um de canela, outro de chocolate. Eram dois de cada, dois de canela, dois de chocolate. Para não terem todos o mesmo sabor. Também leva

78 | 79

Doces já confeccionados (à esquerda os chinfuns, à direita os centeios).

[Fotos de Luísa Cortinhas.]



ovos e leite e umas pinguinhas de aguardente. Leva manteiga. Este ano, para não estar a derreter a manteiga, para ser mais depressa, deitei-lhe óleo e ficou ainda melhor. Ficaram muito bons esses. E económicos, e pão de ló.

ENT. – Como são os económicos?

ANTÓNIA – Os económicos [são feitos assim:] é uma dúzia de ovos, leite, aguardente e quase também outro de azeite para ficarem macios e bons. Depois querem o forno muito quente, mas às vezes os últimos já não crescem porque já não está o forno com aquela bravura. E é assim, chamam-se-lhe “os económicos”.

M. RIBEIRO – Mas de económicos não têm nada, levam muita farinha, de económicos não têm nada, ora não?

ANTÓNIA FERREIRA – Levam muita farinha.

M. RIBEIRO – De económico não tem nada?

ANTÓNIA FERREIRA – É.

ENT. – E o pão de ló também fazem?

ANTÓNIA FERREIRA – Fazemos.

M. RIBEIRO – Pão de ló também fazem.

ANTÓNIA – E fizemos de coco. Mas o outro ano fizemos muitos mais, mas eu não ando boa...

Terminado o trabalho de cozinha, há que preparar os bolos para a sua comercialização. Os bolos são fatiados e colocados em pratos, que serão acondicionados em saco. Cada saco, vendido a cinco euros, tem cerca de um quilo e é composto por todas as variedades de bolo produzidas: “E depois compra-os o povo. Dá tudo para fazerem e depois compram os bolos. Mas isto é tradição, é assim a tradição que manda, e mais que houvesse, foram todos” (Antónia Ferreira).

Esta atividade proporciona um rendimento apreciável para as festas. Porém, é insuficiente, pelo que são necessárias outras atividades para angariação de fundos. Foi o caso da venda de frango grelhado, que apenas se realizou em 2011. Novamente foram as mulheres as responsáveis por ela, sendo os frangos vendidos para consumo em casa. Procurando minimizar as sobras, inquiriram alguns habitantes de Parada e do Sardão sobre as quantidades que pretendiam adquirir. Mesmo não divulgando intensamente esta atividade, pessoas de aldeias vizinhas e outros lugares acabaram por tomar conhecimento, não deixando também de adquirir alguns frangos. Feito o levantamento dos interessados, procurou-se o melhor preço para aquisição do frango, de modo a maximizar os ganhos para a festa do Santo:

Claro, temos que ir saber do melhor preço. Mas os frangos... a gente comprou os frangos, já não íamos pedir ao povo, porque já era explorar demais. E depois andou-se a dar volta ao povo. Dei volta ao povo e toda a gente, toda a gente, toda a gente comprou o frango, assadinho àquela hora estava marcado, toda a gente foi a buscar o seu franguinho assadinho e comeram em casa. Engraçado é que as pessoas disseram para continuar. Daqui a quinze dias ou isso que voltássemos a fazer outra coisa. Portanto nós vamos voltar a fazer, para fazer dinheiro e assim reverte para o Santo Antão, para o que é preciso para as despesas, para essas coisas. (Celeste Ferreira)

CADERNO DE CAMPO, 24-08-2012

Numa das diversas idas ao terreno, mais concretamente à aldeia de Parada, encontramos a Elizabete e a Dona Celeste com uma agulha na mão e linhas, a fazerem colares e rosários com missangas para a festa. Logo que prontos, serão colocados no bazar e vendidos a cinco euros.

A Dona Antónia, indiferente ao peso da sua idade, gosta de colaborar em tudo o que possa contribuir para ajudar o Santo, pelo que aproveita para seleccionar e preparar ervas com aromas agradáveis. Depois de cortadas coloca-as a secar. Logo que estejam secas, ensaca-as para posterior colocação no bazar.

Se estas são as atividades que mobilizam mais pessoas e que exigem uma forte articulação de esforços e tarefas, outras existem de cunho mais individual, mas nem por isso menos importantes. Enfim, pode afirmar-se que todo o dinheiro angariado para o Santo é bem-vindo. É o caso da elaboração de colares e rosários, vendidos a cinco euros.

A estes objetos juntar-se-ão os que foram angariados junto dos residentes da aldeia de Parada e de outros lugares vizinhos, igualmente para venda na Casa dos Milagres. No caso de o seu valor ser mais elevado, são vendidos a outro preço, como foi o caso dos terços confeccionados pela Celeste Ferreira e Elisabete Pereira¹.

Face ao que foi acima descrito, impõe-se sublinhar que as atividades desenvolvidas para angariar fundos para o Santo são um sucesso, conquanto o rendimento proporcionado seja desigual. A adesão dos habitantes de Parada é, desde sempre, enorme, não regateando apoio: “As pessoas têm muito amor ao Santo. Quando é para o Santo, o povo de Parada é como o limão. Porque se diz que é como um limão? Está sempre a espremer e deita sempre sumo. O povo de Parada é igual, para o Santo Antão, se a gente pedir não há uma alma que diga que não” (Celeste Ferreira, EA).

1 A vulgarização dos equipamentos tecnológicos faz sentir também os seus efeitos neste campo. Por exemplo, quando as máquinas de café eram raras, não estando disponíveis na aldeia, no dia da festa de Santo Antão da Barca era vendido café aos romeiros, com os lucros a reverter para o pagamento de despesas com o evento: “O café era feito na brasa, fazia-se na panela de ferro, depois botava-se uma brasa na panela, para assentar o café. Uma brasa, a gente assoprava-lhe, tirava aquela cinza e deitava-se aquela brasa na panela” (Hermínia Cordeiro, EA).

Em suma, esta envolvimento com a festa do Santo Antão da Barca revela a importância que ela tem para estas populações, em especial para as de Parada. Com o Santo desenvolvem uma intensa relação pessoal, veem-no como uma pessoa real, viva, por quem nutrem um sincero e intenso apreço. E por isso é que existe uma grande participação de todos no que concerne à recolha de fundos.

2. A FESTIVIDADE DE MAIO

A missa de Maio não tem uma data fixa, dependendo da posição da Páscoa no calendário. Nela celebra-se a Ascensão de Cristo ao céu, quarenta dias após a sua ressurreição, sendo realizada, por norma, no domingo seguinte ao da Páscoa. Na festa, a esfera religiosa tem uma presença central. Fazendo comparação recorrente com a festa de Setembro, as pessoas que a frequentam falam dela como uma festa menos trabalhosa: “O trabalho da missa de Maio é pequeno, simplesmente uma semana antes para enfeitar a igreja e preparar o local. A festa de Setembro é trabalho de todo o ano” (Luís Pereira, EA).

Embora neste evento não haja conjunto musical contratado, nem a grandeza da festa de Setembro, a sua importância, dentro do calendário cristão, não é menor. Esta festa tem um cariz mais espiritual e religioso ou, melhor ainda, é uma festa sem arraial onde a presença e protagonismo das mulheres, como veremos, é central. Embora não de forma exclusiva, na missa de Maio a mulher participa de forma ativa em cada um dos momentos da celebração. Mas comecemos do princípio.

Já foi descrito, no subcapítulo anterior, o processo de angariar fundos para a festa e o fabrico de bolos na aldeia de Parada, onde o papel das mulheres é fulcral. No lugar do Santuário há trabalho a realizar antes da festa. A Capela e o Santuário precisam de uma limpeza aprofundada. Estas tarefas

CADERNO DE CAMPO, 12-05-2012

Numa das conversas, a Dona Antónia Ferreira mostrava alguma preocupação porque não aparecia nenhum homem no Santuário. Caso não viesse ia ter de telefonar para a aldeia para vir algum deles. Devido à sua preocupação interrogámo-la sobre as razões que justificam a presença dos homens. Isto porque sabíamos que eles não participavam na tarefa de enfeitar os andores. A explicação dada foi: “Nós temos uma tradição em que só os homens podem ver o Divino Senhor da Barca despido.” Os homens ficam sozinhos na Capela, fecham a porta e mudam-lhe a roupa.

E como a Dona Antónia não gostava da túnica que o Divino Senhor da Barca tinha vestido, ela queria mudá-la, para assim ir bonito na procissão.

realizam-se uma semana antes do domingo da celebração. Na Capela não se celebra missa desde o primeiro sábado do mês de setembro do ano anterior. Os trabalhos de limpeza envolvem não só o interior mas também o exterior da Capela. São precisas muitas horas, ao longo de vários dias, para colocar tudo em devida ordem. Estas tarefas estão divididas por género: o grupo das mulheres está encarregado de limpar o interior dos edifícios, varrer, limpar o pó, eliminar teias de aranhas e lavar. Alguns dos locais, como o chão, são de pedra e cimento, e por isso são lavados à mangueira. Limpam-se também os andores, colocando-se-lhes o respetivo santo. Quanto ao grupo dos homens, ocupa-se com a limpeza do exterior dos edifícios, tarefa que consiste em cortar a erva com roçadouras e retirá-la depois de cortada. A limpeza não se circunscreve ao espaço delimitado do recinto, estendendo-se também ao exterior mais próximo.

Cerca de uma quinzena de pessoas trabalham nos preparativos. A maioria delas faz parte da direção da Confraria. A divisão de tarefas é feita de acordo com os espaços de trabalho, que coincidem com os espaços ocupados por cada um dos géneros durante a festa. Dentro da Capela, as mulheres preparam o espaço, os santos e os seus andores. Mas nem todos os andores e imagens são responsabilidade das mulheres. As notas registadas durante o trabalho de campo são bem elucidativas acerca do papel desempenhado pelos homens na Capela durante a limpeza das imagens, nomeadamente a imagem do Divino Senhor da Barca, cujo transporte no andor é da responsabilidade dos homens.

No exterior da Capela, se alguns homens se ocupam a limpar o terreno com roçadoras, outros preparam o bar. Aí vender-se-ão cervejas, refrescos, vinho e café durante a festa, mas também antes dela. Um dia antes da festa, as mulheres compõem as flores dos andores. Nesta altura do ano, as flores estão em todas as casas e ruas da aldeia.

A primavera, embora com a sua quentura transmontana, mostra a sua beleza floral. A maioria das flores utilizadas é oferecida por devotos não só de Parada, mas também das aldeias vizinhas. As mulheres encarregadas do trabalho dão uma volta pela aldeia um dia antes, recolhendo as flores que os residentes oferecem. Todas as flores oferecidas são utilizadas para enfeitar os andores. Se não forem suficientes, a Confraria procede à compra das que estejam em falta. A decoração precisa ainda de verdura que as pessoas recolhem nos arredores da aldeia.



80
Momento da
limpeza do
Santuário.



81 | 82 | 83

Momentos da limpeza do Santuário.

Esta é uma tarefa na qual os homens colaboram. Alguma da verdura colhe-se de árvores de bom tamanho, como o medronho, ou de outras plantas de menor dimensão, como a giesta. Estes são os elementos vegetais que se empregam para enfeitar os andores. A composição final depende do critério do grupo de mulheres que prepara a Capela para a festa. Por vezes pode aparecer uma outra mulher com experiência na tarefa para colaborar.

Na manhã seguinte está quase tudo preparado: faltam ainda certos detalhes, como o arranjo das derradeiras flores, mas o trabalho está feito. Começam a chegar os primeiros romeiros, alguns fazendo o percurso a pé. Vêm sobretudo das aldeias vizinhas: Sardão, Sendim, Vilar Chão e Meirinhos, além da própria Parada. Ir a pé até o Santuário faz parte do ritual para o



cumprimento de promessas. O sacrifício do caminho a pé é o pagamento de uma promessa concedida ou sinal de devoção pelos santos do Santuário. No passado, dependendo da gravidade da petição dos romeiros, a caminhada podia ser feita de pés descalços; hoje isso é pouco frequente. Ainda menos frequente é a fase derradeira da peregrinação com uma volta à Capela feita de joelhos. Na sua maioria, as pessoas que chegam a pé são mulheres.

Uma vez no Santuário, estas pessoas entravam na Capela. Lá dentro, algumas colocavam a sua esmola ao Divino Senhor da Barca num cepo, de acordo com o que tinham na devoção. Outras passavam a mão pelo pé da divindade, e outras ainda beijavam o pé. Por fim, havia quem, além do pé, também beijasse a túnica e a almofada onde o Senhor da Barca se apoiava.



84 | 85
Bebendo e conversando no bar
do Santuário.

Na dinâmica promessa-peregrinação-sacrifício-devoção, os romeiros encontram no contacto físico com as imagens um último ritual. Uma vez solicitada a promessa e cumprido o sacrifício, para os romeiros, tocar a imagem confere proteção. Ou seja, as imagens possuem, de certo modo, um poder profilático de que os fiéis se procuram apoderar através dessas práticas rituais.

Outros romeiros vão ocupando o recinto, permanecendo à conversa no exterior ou sobretudo no bar da Confraria, onde bebem cerveja acompanhada de tremoços. No adro, há crianças que jogam à bola. Na Casa dos Milagres, membros da Confraria vendem algumas recordações das imagens e atendem os romeiros. Enquanto a missa não começa, a atenção dos presentes divide-se por vários espaços do recinto. Mas, uma vez a missa iniciada, a maioria das pessoas entra na Capela, onde permanece durante toda a liturgia. Como o espaço é pequeno, algumas têm de ficar no exterior, acompanhando dali a cerimónia.

Terminada a missa, inicia-se a procissão com quatro imagens: Anjo da Guarda, Nossa Senhora dos Remédios, Santo Antão da Barca e Divino Senhor da Barca. Na frente dos andores vão os estandartes, as lanternas e a Cruz de Cristo. Atrás dos andores, o padre e os acólitos;

a seguir, um grupo de mulheres cantando hinos e, só depois, os primeiros homens.

A procissão faz um pequeno percurso. Sai da Capela e contorna-a virando à esquerda, saindo depois do Santuário pelo portão principal. No exterior percorrem-se escassas dezenas de metros, entre o portão principal e o que se situa no lado lateral do recinto. No momento em que o primeiro estandarte entra no adro, ainda não saíram todas as pessoas do recinto. Uma vez dentro, a procissão dá mais uma volta à Capela antes de nela entrar. A procissão é cantada. Uma senhora, com um microfone na mão, situada atrás do padre, canta diversos hinos. As mulheres que a rodeiam acompanham-na nos cantos.

Uma vez entradas as imagens na Capela, as pessoas dispersam-se pouco a pouco. É hora do almoço, e há um convívio onde as famílias se juntam para almoçar. Há grupos de pessoas por todo o lado. Nas casas anexas ao Santuário, nas carrinhas, nas casas da Miragaia, perto do Santuário, nos coretos, todos os lugares são adequados para confraternizar. As famílias reúnem-se e almoçam. A ementa é composta por comida feita em casa: bolinhos de bacalhau, vitela, frango, panadinhos, rissóis, azeitonas e vinho caseiro.



86 | 87

Partilhando a merenda.

Na ementa não faltam os peixes do rio, preparados de acordo com o gosto de cada família. O ambiente é animado, de festa. As pessoas reencontram-se, algumas já não se veem há largos meses, e aproveitam para colocar a conversa em dia, saber da vida da terra e dos familiares e amigos mais próximos. Há romeiros de fora e familiares emigrados que vieram de propósito para a festa. A concentração de pessoas não é tão intensa como na festa de Setembro, reunindo sobretudo residentes das aldeias localizadas em torno do Santuário.

Depois do almoço, os romeiros tomam o café no bar da Confraria. Aí há um leilão de cerejas oferecidas por um habitante de Parada, realizado em amena brincadeira. O dinheiro da arrematação é para o Santo Antão da Barca. As pessoas que licitam estão dispostas a pagar acima do valor das cerejas no mercado, pois a tradição deste ato, expressão forte da coesão social em torno da devoção ao Santo, justifica-o plenamente. Arrematação terminada, os romeiros continuam no bar, bebendo e conversando. No adro não há música ao vivo, só gravada. Tão-pouco há barracas. O único lugar onde se pode beber algo é no bar do recinto. As crianças continuam a brincar e a jogar à bola, mas a celebração religiosa ainda não acabou.

Por volta das 15 horas, é o momento de rezar o terço, prática exclusivamente feminina. Na Capela estão numerosas mulheres, a maioria de idade avançada. Sentadas, com os seus terços, rezam. No terço, uma parte da oração é feita em silêncio, mental, e outra parte é falada. O templo é inundado de murmúrios de vozes femininas a rezar.

Acabado o terço, a festa vai esmorecendo. Os romeiros abandonam o Santuário. Os responsáveis da Confraria arrumam e encerram o bar. As flores dos andores não se deixam na Capela: as mulheres aproveitam-nas para enfeitar a igreja de Parada. O Santuário ficará fechado até que, quase quatro meses mais tarde, se volte a descer até ele para, de novo, tudo recomeçar, desta vez para a grande romaria de Setembro, a última a ter lugar no velho recinto.

Como vimos, a presença da mulher nesta festa é central. Na angariação de fundos para a festa, na composição dos andores e da Capela, elas assumem posição de destaque. Depois, na procissão cantam, no convívio são as responsáveis pela comida que se consome e, a encerrar a festa, rezam o terço. Cada uma das atividades relatadas tem o seu espaço na festa. Não está escrito em lado nenhum, mas são espaços de mulheres.

3. ORGANIZAR A FESTA GRANDE

A organização da festa do Santo, como é também nomeada a romaria de Santo Antão da Barca, no primeiro fim de semana de setembro, requer uma maior preparação que a festa realizada no mês de Maio. É uma romaria à qual afluem visitantes dos mais variados lugares do concelho, do distrito e mesmo de zonas exteriores a Trás-os-Montes. Hoje já não tem o fulgor do passado, quando chegou a ser considerada a maior festa do distrito e o entusiasmo era imenso:

Agora lembro-me daqueles tempos em que realmente havia muito entusiasmo na festa do Santo; andava-se todo o ano a falar da festa do Santo, não é verdade? E quando chegava a festa do Santo era uma alegria, uma explosão de alegria. Mas nós passávamos a vida, enfim, a reinar, à noite era às voltas à Capela, só havia bandas, não havia conjuntos. E as bandas tinham três coretos, havia três coretos e as pessoas dançavam ao som do toque da banda. A banda não é como agora, era toda a noite; toda a noite havia banda, às vezes paravam uns, depois tocavam outros e tal, mas havia sempre banda a tocar. (Manuel Gouveia, EA)

Ao contrário da festa de Maio, que termina após o almoço, na de Setembro o arraial prolonga-se até de madrugada. Por ser uma festa de grande dimensão, requer uma preparação com mais antecedência:

A de Setembro, como é uma festa mais forte, a gente trabalha quase todo o ano. Fizemos as contratações com a banda, um conjunto; queríamos fogueteiro, mas o orçamento era pequeno, o fogueteiro por aquele orçamento não quis ir, creio que não vamos ter foguetes este ano. Portanto, isto também está em crise, temos feito pouco dinheiro, também vamos ver, vamos fazer lá a festa. Agora é que se organiza quase tudo no mês de agosto; é o mês em que vamos fazer as cobranças da Irmandade e depois organizar o resto. (Luís Pereira, EA)

Se a componente profana é da responsabilidade exclusiva da gerência da Confraria, já a religiosa é realizada em colaboração com o pároco da aldeia de Parada. Segundo o testemunho do padre Francisco Pimparel, a sua colaboração é sempre solicitada pela Confraria, regendo-se de acordo com os seus estatutos:

O papel do padre, no fundo, é o aspeto da espiritualidade, não é? E como os estatutos da Confraria o indicam [...], é celebrar toda a parte religiosa, assegurá-la e orientá-la. Podemos, por estas palavras, orientar, assegurar e zelar por isso. O papel principal vai ser sobretudo no primeiro sábado de setembro. O padre tem que organizar as confissões, [...] nesse dia, lá em baixo. Depois as vésperas cantadas com o povo, as vésperas que são a oração oficial da igreja, cantada como dizem os estatutos, depois a eucaristia e a procissão. No fundo é esse o papel do sacerdote. (Padre Francisco Pimparel, EA)

A preparação do lugar do Santuário é efetuada durante a semana prévia ao dia da romaria. Nesse período, como veremos com detalhe mais à frente, vários elementos da Confraria mudam-se para o Santuário e dedicam-se a arranjar o lugar, limpando e preparando os espaços sagrados para a grande festa. A Capela não é utilizada desde a festa de Maio e as imagens levam já mais de quatro meses no seu interior, sem cuidados de maior. Necessitam, pois, de um trabalho fundo de revisão e limpeza, pois a festa de Setembro é, importa repetir, a grande festa do Santuário.

Neste processo, a divisão do trabalho em termos de género também se faz sentir. Os homens procedem à revisão dos andores e imagens, enquanto as mulheres se ocupam da limpeza do templo e da decoração dos andores. Se entrarmos na Capela uns dias antes da romaria, verificamos que se trabalha com afinco mas de modo muito informal, situação que contrasta com a solenidade da missa e da procissão. No caderno de campo escrevemos a 30 de agosto de 2012, dois dias antes da procissão:

CADERNO DE CAMPO, 30-08-2012

Na Capela está o Sr. Luís, o Sr. Maia, a Elisabete, a Diana, a Lúcia e outra senhora. Os homens estão a compor o Divino Senhor. É uma figura de madeira cujas pernas se desmontam. Na altura em que entrámos na Capela, a imagem estava sem pernas. O Sr. Luís e o Sr. Maia tentavam recolocá-las com o maior empenho. A operação não é simples. Há que desaparafusar a imagem do andor, puxá-la para cima e colocar a meia perna. Debaixo do pé colocam uma pequena almofada da mesma cor da capa da imagem. Enquanto a operação era realizada pelos dois homens, as mulheres estavam sentadas nos degraus da Capela, comentando a situação, em

completa descontração e infringindo a regra ditada pela tradição, que impede a sua presença no templo quando se realiza uma tarefa desta natureza. Compostas as pernas, colocaram a Cruz no ombro da imagem. Uma cruz feita de duas partes, fundamentalmente em madeira. As mulheres também comentaram os cabelos da imagem. De comprimento apreciável, estavam algo despenteados, situação que as levou a penteá-los. Referem que o cabelo foi comprado já há uns anos, mas antigamente era oferecido por mulheres e raparigas na sequência de promessas. Cada menina dava um bocado de cabelo. O cabelo sempre foi encaracolado.

O trabalho de preparação dos andores e das imagens é feito por elementos masculinos responsáveis pela festa. Aliás, este é um dos poucos momentos em que todos trabalham no mesmo lugar, pois todas as outras tarefas são cumpridas em diferentes espaços do Santuário. Enquanto grupo, partilham certas cumplicidades que permitem brincar com situações e formas de realizar o trabalho. Mas temos de ser conscientes de que, dentro desta familiaridade e confiança, o grupo de pessoas que trabalha na Capela trata as imagens quase como pessoas. Entram na conversa e são mencionadas. De facto, o processo de as ajeitar, limpar e remover os seus membros é muito parecido com o processo de vestir uma criança, e a interlocução com elas é constante.

No processo de ajeitar o Divino Senhor da Barca, imagem mais complexa pela sua posição em genuflexão e articulação, as pessoas falam com ele. Isto é interpretado como um signo de conformidade com o trabalho que se está a realizar. Mas, se a relação é informal, nem tudo pode ser dito ou feito com as imagens. Há uma atitude respeitosa, sobretudo nos momentos em que a imagem se encontra mais “vulnerável”, sem pernas e sem hábito. O facto de a pessoa mais nova presente não dirigir intencionalmente o olhar para a imagem traz à colação a existência de códigos de conduta que regulam o comportamento das pessoas na relação com o corpo.

Os comentários e brincadeiras não só se referem ao trabalho mas também às rivalidades homem-mulher que põem em questão as habilidades de cada um na execução das respetivas tarefas. O lugar da Capela é um lugar de trabalho quase totalmente reservado às mulheres. Só neste dia coincidem todos, elas e eles. Uma vez as imagens e os andores arranjados, os homens vão embora e ficam as mulheres. O seu trabalho é, mais uma vez, limpar a Capela, enfeitar os altares com panos bordados e compor os andores com flores e panos.

A decoração é um labor que só é realizado no dia anterior à procissão. Se muitas flores foram compradas pela Confraria, outras são oferecidas

por particulares como pagamento de promessas. O oferecimento está em estreita relação com as promessas de que falámos no Capítulo 4. Na atualidade as flores são o principal elemento decorativo. Nos últimos anos, uma florista tem colaborado com a Confraria na decoração das imagens. Mas não foi sempre assim. Durante a maior parte do século XX os andores eram enfeitados com panos bordados. Antónia Ferreira fala desses panos e de como ela mesma os bordava e colocava nos andores.

Na parte profana está incluída a contratação da banda e do conjunto musicais, os comes e bebes, o fogo de artifício, a preparação do recinto e a limpeza dos edifícios que fazem parte do santuário do Santo Antão da Barca. Todos estes trabalhos são realizados por membros da Confraria. Requerem alguma organização e divisão de tarefas, nomeadamente com base no género – à semelhança do que foi acima descrito para a festa de Maio –, de forma a que não se verifiquem sobreposições na execução. A contratação do conjunto musical que fará a noite de sábado, momento sempre aguardado, sobretudo pelos mais novos, é da responsabilidade de Luís Pereira, em articulação com os restantes membros da direção da Confraria. A contratualização é antecedida de uma avaliação precisa dos recursos financeiros disponíveis, estabelecendo-se sempre um orçamento que irá balizar as negociações com as bandas de música a contactar. Por vezes fazem-se contactos prévios, solicitando às bandas o respetivo orçamento. Só depois, feita a avaliação comparativa, é que é feita a escolha. No ano de 2012², devido à construção da barragem e à incerteza daí resultante – havia dúvidas sobre se a festa se iria realizar já no novo espaço, ou sequer se se realizaria –, a escolha

2 O mesmo se verificou na festa de 2013, agora devido à incerteza da sua realização. A decisão foi tomada muito tardiamente e debaixo de alguma contestação, pois eram numerosas as vozes que se opunham a que a festa se realizasse na aldeia de Parada, como veio a acontecer. Uma vez que o velho Santuário estava já em situação de desmantelamento e o novo ainda não estava concluído, este era o único local disponível.

foi feita de modo expedito: “Este ano até nem pedimos nada. Foi assim um bocado em cima da hora, pronto, falámos e acordámos” (Luís Pereira, EA).

A preparação do recinto, sem utilização desde a festa de Maio, exige uma limpeza profunda geral, com destaque para o interior dos edifícios. Os trabalhos são divididos, como acontece na preparação da festa de Maio e conforme a tradição, em função do género: os homens ficam com as tarefas fisicamente mais exigentes e a utilização de artefactos, fazendo a limpeza dos espaços exteriores do Santuário, enquanto as mulheres cuidam do interior dos edifícios, em especial da Capela, da preparação dos andores e praticamente de tudo o que se relaciona com a parte religiosa.

ENT. – Mas o trabalho dos homens e das mulheres nas festas está dividido?

LUÍS PEREIRA – Cada um tem as suas tarefas. Os homens têm umas tarefas. A parte das limpezas da Capela é das mulheres, arranjar aquilo tudo. Dantes era preciso colocar bandeiras, fios para a luz, não havia lá luz eléctrica, era preciso pôr o gerador, um motor ou qualquer coisa para dar energia; eram os homens que tratavam disso. Pôr os paus, as bandeiras, pôr os tais festões; eram os homens que enfeitavam. Iam a saber de canas, de paus e tudo. Agora já não é preciso, já está tudo, aqueles ferros e bandeiras, já está tudo preparado, já... Aquilo era dos homens, era uma semana que o pessoal baixava lá para baixo e estava ali a semana inteirinha..

ENT. – Ainda se passa isso?

LUÍS PEREIRA – Não. Agora já não é tanto assim porque agora a gente vai e vem de carro, agora [bastam] dois ou três dias. Porque agora vamos lá durante o ano, no verão, um dia ou dois, e damos ali uma limpadela à maior parte e pronto. Preparamos as coisas e depois só naqueles dois ou três dias é que acabamos de arrumar; é diferente. (Luís Pereira, EA)

Assim, em conformidade com o mencionado pelo nosso informante, as tarefas desenvolveram-se da seguinte forma: a ida para o Santuário foi numa terça-feira, 28 de agosto, uma vez que a festa se realizaria no sábado, dia 1 de setembro. Semana de trabalho intenso, nestes dias havia muito a fazer até ao dia da festa.

Para além dos responsáveis pelas festividades, outras pessoas disponibilizaram-se para colaborar, pois pelo Santo Antão da Barca não se regateiam esforços. Descreve uma jovem da Confraria:

DIANA PEREIRA – A preparação da festa, como normalmente, implica um trabalho árduo durante toda a semana. Quer para nós, comissários, quer pela mobilização de várias entidades que vêm aqui colocar barracas. A *Superbock* vem trazer a cerveja, o conjunto musical. Mas quer saber mais ou menos o que é que a gente está a fazer agora?

ENT. – Claro!

DIANA PEREIRA – Olhe, na terça-feira começámos a fazer limpezas, porque como isto está um bocado ao abandono, não é?... não é habitado, cria-se muito lixo. Isto também é um tanto ou quanto velho, a Capela, a Casa dos Milagres, o Museu, e temos muito que limpar e é muito lixo mesmo. E depois o que é que fizemos? Quarta-feira limpámos ali o adro, onde é a missa campal, demos um jeitinho também na parte de fora, tirando aquelas folhas velhas e assim. E depois, ontem [quinta-feira] estivemos também a acabar limpezas, veio a *Superbock* montar as máquinas, limpar – limpar o bar, limpar o nosso quarto [na Casa do Ermitão, onde pernoita parte dos comissários ocupados com a limpeza do recinto]. Ontem estivemos aí, foi sempre com mangueira ligada, a passar porque é muito pó, é muito pó; a passar a mangueira no bar, a passar ali onde vai ser, onde vai estar a máquina do café. Depois montaram

a barraca do bazar, montaram aí esse estaminé do café, porque tem dois. O que é que fizemos mais? Porque é tanta coisa... Depois limpámos os nossos quartos, porque cada um é responsável pela limpeza dos quartos. Esses salões aí onde a gente come, a cozinha e essa sala onde comem os padres, foi tudo limpo também. (Diana Pereira, EA)

Para além das tarefas já acima mencionadas, existe outra que é da exclusiva responsabilidade dos homens: a preparação dos tremoços, que não podem faltar na oferta gastronómica de qualquer festa popular. Depois de adquiridos, normalmente a pessoas da aldeia de Parada que os cultivam, são colocados em grandes recipientes com água durante cerca de dois dias, o tempo necessário para uma demolha adequada. De seguida, normalmente na véspera da festa, são cozidos em panelas de assinalável dimensão durante aproximadamente cinco a sete minutos. Realizada esta ação, são colocados no chão, em cima de telas plásticas, a arrefecer durante oito a dez horas, para de seguida serem mergulhados no rio Sabor dentro de sacos de serapilheira, aí permanecendo durante um dia completo. Por fim, os tremoços são retirados do rio para a derradeira operação, a salga, após o que são distribuídos gratuitamente no bar a todos os romeiros.

Explica Luís Pereira, o primeiro responsável pelo processo, acompanhado na conversa por Olímpio Ginja:

LUÍS PEREIRA – Estamos a cozer os tremoços.

ENT. – Sim... e como é que os tremoços são preparados, vêm de onde?

LUÍS PEREIRA – Os tremoços vêm, quer dizer, são cultivados ali na aldeia de Parada. E diz o ditado...

ENT. – Na sua terra?



88

Luis Pereira observando o fogo onde serão colocadas as panelas com os tremoços.

LUÍS PEREIRA – Não foi na minha terra, comprei-os a um vizinho.

E diz o ditado, tremoço para ser bom tem de ser bem demolido e mal cozido. Nós pomos aqui, dois dias de molho e para cozer são cinco a sete minutos... Com a fervura rápida, rápida, cinco a sete minutos a ferver, estando sempre certo o lume, sempre certo, cinco a sete minutos, pronto. Deixam-se estar agora aqui umas oito ou dez horas a arrefecer, depois vão para a água corrente [no rio Sabor] durante mais ou menos vinte a vinte e quatro horas. Ao fim deste processo, vêm para cima, [são] postos nas barricas e temperam-se com sal. E a partir daí, a partir de umas horas estão bons para comer.

ENT. – Mas as mulheres nunca cozeram os tremoços, sempre foram os homens?

LUÍS PEREIRA – Podem ajudar ou assim, mas não me lembro.

OLÍMPIO GINJA – Sempre foram os homens.

Nesta festa, à semelhança do que se tem verificado nos últimos anos, o conjunto musical atua no reboque-palco de um camião articulado, tocando música contemporânea de cariz eminentemente popular. Apesar das dificuldades de acesso, em terra batida, marcada por troços de inclinação acentuada, o camião consegue fazer o percurso desde a estrada principal até ao Santuário, algo que contrasta com o passado vivido até meados da década de 1980. De facto, ao longo do tempo verificaram-se diversas mudanças: as bandas de música chegaram a ser três; hoje só atua uma, que acompanha a procissão, seguindo-se um concerto, que começa por volta das 22h00, com o qual encerra a sua presença. A diversão pela noite dentro, que em tempos idos era assegurada pelas bandas contratadas, cabe hoje ao conjunto musical. Os taberneiros também já não se fazem presentes, ficando a cargo da Confraria a venda das bebidas.

Antigamente, o acesso ao Santo Antão da Barca era muito difícil, inacessível à maior parte das viaturas automóveis, restando os animais, sobretudo burros e machos, como únicos meios de transporte:

Eu conheço o Santo Antão da Barca desde pequenino, cinco anos, seis anos. Íamos ao Santo Antão da Barca por um caminho velho, por um caminho de cabras, e íamos lá a pé, ou íamos de macho, [...] de burro. E mais tarde é que começaram a abrir o caminho de cima, o caminho largo, para carros, para automóveis, para o nosso próprio carro de machos – porque não ia lá –; depois o carro de machos e de bois é que ia, começou a ir lá depois do caminho estar assim alargado. (Manuel Gouveia, EA)

Como os romeiros passavam a noite no Santuário, havia que garantir larga animação. Não raro, eram contratadas três bandas de música, muitas vezes tocando ao desafio. Como lembra um dos nossos informantes mais idosos, frequentador habitual da romaria: “Toda a noite tocava uma

e depois tocava a outra, e depois parava e tocava a outra. Agora vai lá uma e um conjunto e vai-se logo embora.” O seu depoimento é corroborado por outro que lembra que “agora chega a meia-noite e já não há lá quase ninguém. E dantes estavam lá até de manhã porque vinham a cavalo nos burros”.

Outra contratação que não podia faltar era a do fogo de artifício. Não raro, este envolvia despique entre os diversos fogueteiros presentes, podendo dar origem a escolha por parte dos presentes: “Era na subida do fogo, na... digamos, no aparato, naquelas figuras que eles fazem de fogo de artifício [...]. Depois o publico é que elegia” (Luís Pereira, EA). No final da sua atuação era atribuído um prémio que, por vezes, significava um pagamento adicional ao valor inicialmente acordado.

No que se refere aos comes e bebes, o Santuário era frequentado por taberneiros, alguns de Parada, outros provenientes de aldeias do concelho de Alfândega da Fé e mesmo de fora deste. Além disso, a Confraria também tinha o seu bar. Antes da existência do caminho que permitia a chegada das viaturas motorizadas ao Santuário, as bebidas eram transportadas no dorso de animais de carga. Em grandes caixas e grades de madeira, faziam um ruído muito característico e bem audível: “Iam cá ao cimo do Rebentão, já iam a rugir, truca, truca, truca. E eu dizia assim: ‘Ó minha mãe, já vêm além os comissários a levarem a cerveja’ [*risos*]. Depois faziam muito barulho, as grades das garrafas” (Alda Garcia, EA).

Durante muitos anos subsistiu o problema da refrigeração das bebidas, em especial da cerveja, devido à inexistência de equipamentos de frio, pelo que o gelo também tinha de ser transportado. Certo ano, um dos comissários, não estando contente com a forma de manter as bebidas frescas, resolveu solucionar de forma definitiva o problema. Para o efeito dirigiu-se a Alfândega da Fé, onde adquiriu uma arca frigorífica para uso da Confraria durante as festas. Na descrição da nossa informante Maria da

Graça Cordeiro, viúva do comissário responsável por essa aquisição, nessa noite a arca foi a grande novidade. Viria a revelar-se um bom negócio para a Confraria, pois a preservação da frescura das bebidas proporcionava um maior consumo: “Ora, aquilo foi vender cerveja que foi o fim do mundo” (Maria da Graça Cordeiro, EA). A venda das bebidas e alimentos sólidos não era só efetuada pela Confraria, pois na festa estavam taberneiros de vários locais, estimulados pela forte afluência de visitantes à festa de Santo Antão da Barca. Era uma festa que juntava muita gente, e os comerciantes não perdiam a oportunidade de colocar lá os seus produtos à venda:

ENT. – Também havia taberneiros que iam para lá...

M. GRAÇA CORDEIRO – E também havia taberneiros porque o pessoal era muito, juntava-se ali muita, muita gente.

ENT. – Os taberneiros eram daqui de Parada?

M. GRAÇA CORDEIRO – Vinham de lá de fora e daqui de Parada também... Traziam uns barracos e também davam lá de comer. Mas a Comissão também vendia mais porque também não explorava tanto, vendia mais barato.

ENT. – A Comissão?

M. GRAÇA CORDEIRO – A Comissão de festas. Por exemplo, enquanto os taberneiros levavam muito mais caro, a Comissão fazia um desconto às pessoas, e eles sabiam que ali era mais barato.

ENT. – Mas parte do que vendia a Comissão era oferecido pelas pessoas, ou não?

M. GRAÇA CORDEIRO – As pessoas ofereciam um bocado e outras compravam. Pois se iam buscar os frangos, não se ia dar, tinham que se comprar e depois ali havia de tirar dinheiro para o pagar.

A festa era aproveitada por diversas pessoas para venderem produtos, quase sempre de confeção caseira, de modo a realizarem algum dinheiro,

sempre útil em época de severa escassez. Uma dessas pessoas era a Ti Germana. Como bem lembram repetidamente os nossos informantes, não se realizava festa sem a sua presença, sempre acompanhada do seu licor, denominado *pirolito*. Apesar das críticas de muitos, que dizem que o licor era feito de água, açúcar e chá, fazia parte da festa, pelo que “muitos levavam o seu tostão para beber uma garrafinha de pirolito”:

Dantes a gente ia à festa do Santo, era a festa que tínhamos aqui, íamos à festa do Santo. Levávamos tanto como o que tenho nesta mão, onde estava o dinheiro? Quem é que o tinha? Levávamos um tostão ou dois para beber um licor, a uma mulher que morava, que lhe chamávamos a Ti Germana... Eram de água doce... [*risos*], botavam-lhe um bocado de açúcar e assim numas garrafitas pequeninas. Chamávamos-lhe o pirolito... (António Ribeiro, EA)

Apesar da carência de dinheiro, a larga afluência de romeiros assegurava a venda de uma grande diversidade de produtos em quantias razoáveis. Para além dos que eram propositadamente transportados para a festa, não faltavam também os peixes do rio Sabor: “Passávamos ali dias a destripar e a fritar peixe, tudo se vendia para [os romeiros] comerem” (Maria da Graça Cordeiro, EA). Normalmente o peixe era acompanhado de pão e vinho, a bebida que até aos anos 1980 era a mais consumida. O seu consumo era de tal forma elevado, que justificava mesmo o transporte de tonéis de madeira para a festa.

Em síntese, a organização da festa requer uma boa coordenação e empenho de todos os envolvidos. Para isso é crucial que os responsáveis da Confraria consigam a adesão de pessoas para a execução das diversas tarefas. Apesar de trabalhosa, no dia da festa está tudo pronto para que os romeiros possam ser bem acolhidos. À semelhança das festas anteriores,

89
Viaturas dos
romeiros
serpenteando o
caminho de terra
que dá acesso ao
Santuário.



a diversão está garantida, sem que o sagrado seja esquecido. À medida que a noite avança, os romeiros vão abandonando o recinto, e os responsáveis da Confraria começam já a planear, mentalmente, a organização da festa do ano seguinte: contratações da banda de música, do conjunto, do fogo de artifício, dos comes e bebes e demais aspetos necessários à boa execução da festa do Santo Antão da Barca, sempre dependentes das verbas que se consigam reunir.

4. O MOMENTO SAGRADO: A MISSA SEGUIDA DA PROCISSÃO

Finalizados os preparativos da festa, testados os equipamentos, chegados os romeiros e a banda de música, aproxima-se o momento do sagrado, por todos esperado, vivido com especial intensidade pelos mais devotos, em especial as mulheres de idade avançada.

A banda de música entra no adro da Capela, guiada pelo seu diretor e tocando em formação. À frente, vários elementos da Confraria encabeçam a comitiva. No ano de 2012, a banda parou frente à Casa dos Milagres e virou em direção à Capela. Ali interpretou uma música, dando a volta ao templo e saindo pelo mesmo lugar pelo qual tinha entrado. Uma vez fora do recinto, virou para Miragaia e desfilou até ao seu casario. O passo da banda é vivo e o ritmo é de marcha. Chegados a Miragaia, param, continuam a tocar e dão meia-volta. Pouco depois entram novamente no recinto do Santuário e rematam tocando frente à Capela.

Entretanto, os arranjos finais para a missa campal estão em curso. O altar campal está a ser composto. Os bancos, a mesa do padre, as toalhas e os candelários são colocados por mulheres da Confraria. Tudo tem a sua ordem. O maior cuidado é na colocação dos panos no altar. As mulheres compõem aquelas teias limpas, brancas, esticadas e com delicados bordados nas suas pontas com a delicadeza de quem trata de um bebé. Nesse dia o vento torna difícil o trabalho. Detrás do altar, colocam-se cadeiras para alguns músicos da banda. A microfonia é verificada e preparada para o padre celebrar a missa e pregar aos presentes. Frente ao altar, colocam-se bancos para os andores e bancos para as pessoas se sentarem durante a homilia. Tudo está preparado para a missa da romaria, que será a última no velho santuário do Santo Antão da Barca, junto ao rio Sabor.

As pessoas aguardam à sombra, ao pé da Capela, abrigadas do sol quente de fim de verão. Os músicos da banda fazem o mesmo, esperando

o momento da procissão. No bar da Confraria tiram-se os primeiros finos. Maioritariamente são homens os que bebem nesta altura da festa. Junto ao edifício, vendem-se as senhas. No bazar, os curiosos compram bilhetes numerados. Aos poucos, os objetos doados por particulares desaparecem das prateleiras do bazar. Na Casa dos Milagres reparte-se o boletim da Confraria e vendem-se recordações do Santuário: postais com a imagem do Santo Antão da Barca e o livro de António dos Santos Lopes, aqui já referido. A Casa dos Milagres é um lembrete das intercessões realizadas pelo Santo e as diferentes imagens do Santuário. Fora do adro, um trator guiado por dois jovens da aldeia de Parada rega o percurso da procissão e o caminho de acesso ao Santuário. Os camiões que trabalham na construção da barragem, a falta de chuva e o chão de terra fazem do lugar um imenso campo de poeira. Já no interior da Capela, os andores estão enfeitados para a procissão. Cada imagem tem um adorno diferente conforme as flores oferecidas ou compradas. Todas estão dispostas nos seus andores, com os cofres de esmolos ao pé delas.

Nos momentos anteriores à procissão, o trabalho intensifica-se. Tudo tem de estar bem arrumado e colocado nos seus devidos lugares. O padre não participa neste trabalho, que é da responsabilidade da Confraria. Os seus membros procuram tudo controlar, seja relativo ao sagrado, seja relativo ao profano. Se alguma dúvida surge na colocação de qualquer elemento na composição do altar ou dos andores, a resposta é dada, em último recurso, por um dos membros da direção da Confraria. Mas, para chegar a este ponto, temos de atender aos dias prévios de trabalho de arrumação da Capela e de preparação dos andores, das imagens e demais elementos que fazem parte da procissão.

Uma vez decorados os andores, colocam-se por ordem dentro da Capela e só se pega neles antes de começar a missa. Quem é que pode pegar nos

andores? Todos os fiéis o podem fazer, mas existem certas regras. Das imagens que saem na procissão, há algumas que são exclusivamente transportadas por mulheres. São os casos do Anjo da Guarda e do Santo Antão da Barca³. Os homens levam a do São João e a do Divino Senhor da Barca. As outras imagens são levadas indistintamente por homens e mulheres. Não há uma razão conhecida para esta divisão. No caso do Divino Senhor, quem leva o andor são elementos da Confraria, homens com uma capa azul. É o andor mais pesado e cada portador leva uma vara, que termina em forma de forcado, para o ajudar a suster nos momentos de descanso.

Normalmente, quem leva o andor tem uma promessa a cumprir. Antes da procissão, há algumas pessoas que marcam o andor que querem transportar com um pano branco, em sinal de reserva. Em conversa com um homem de Vilar Chão, este referiu que todos os anos oferece uma certa maquia ao Santo e leva o andor durante uma parte do trajeto. Conforme as pessoas tenham prometido, assim atuam em relação aos andores. Pode haver pessoas que prometem levar o andor durante toda a procissão, outras somente um pedaço do trajeto. Porém, como são muitos os interessados, e de forma a evitar possíveis conflitos e polémicas, para garantir que todas as intenções de promessa são atendidas, procede-se sempre a uma repartição dos lugares nos andores.

Com o trabalho terminado, iniciado vários dias antes da procissão, instala-se o silêncio na Capela, em manifesto contraste com a agitação e o ruído dos dias anteriores. Os andores têm os seus portadores, chamados pela Confraria, à semelhança do que se verificou nas últimas festas no Santuário. A saída das imagens da Capela é efetuada pela seguinte ordem:

3 Até meados do século XX, a figura do Santo Antão que participava na procissão era outra, segundo o referido pelas pessoas mais velhas. Na sacristia da Capela há uma pequena imagem do Santo Antão da Barca de apenas 30 cm de altura. Essa era a imagem que fazia a procissão. Não tinha andor, sendo levada em mão por um dos participantes.

estandarte vermelho sem inscrições; estandarte morado com uma figura do Divino Senhor da Barca e o nome *Parada*; estandarte branco com uma figura do Santo Antão da Barca com a inscrição “Se queres ser perfeito vai e vende tudo o que tens e dá tudo aos pobres e terás um tesouro no céu”; três homens de capa vermelha com uma cruz e dois candeeiros; por fim, as figuras da Pomba, do Anjo da Guarda, de São João Batista, de Nossa Senhora dos Remédios, do Santo Antão da Barca e do Divino Senhor da Barca.

Logo após as imagens segue um grupo de acólitos, o padre, a banda de música encabeçada pelo seu maestro e os demais leigos. Esta ordem não se modificará durante a procissão. Saindo da Capela, as imagens param no altar campal, viradas para o padre, com a exceção da do Divino Senhor e da do Santo Antão da Barca, voltadas para as pessoas ali congregadas. No altarmor posicionam-se os três homens de capa vermelha, alguns elementos da banda, os acólitos e o próprio padre. A missa começa... é campal, cantada e com sermão especial sobre o Santo Antão. Estes factos eram e são objeto de reconhecimento e parte da propaganda histórica da festa. O lugar da missa, ao ar livre, e a inclusão de um sermão proferido por um bom orador são publicitados. Resultam significativas, neste sentido, as palavras dos cartazes dos anos 1980 e 1991: “Missa campal com sermão por um eloquente orador sagrado” no de 1980; em 1991, a descrição, mais detalhada, esclarece os fiéis que: “às 18 horas missa solene campal no adro do Santuário, presidirá a celebração o pároco de Parada e reitor do Santuário, o sermão estará a cargo do ilustre orador sagrado Padre Adérito”. Além da devoção, da qualidade do conjunto, da banda e dos fogueiros, uma festa aumenta o seu prestígio pela qualidade dos seus padres.

E claro, a presença dos padres, como a dos conjuntos, não é grátis. Os sacerdotes não comparecem graciosamente e, por vezes, não vêm só os convidados, pois um padre pode aparecer na romaria e a direção da Confraria



90 | 91
Momentos da
missa campal.

92 | 93
Momentos da
missa campal.



tem obrigação de o incorporar no leque de oficiantes da missa. Em conversa com Luís Pereira, podemos apreciar esta dinâmica:

LUÍS PEREIRA – Sim, na missa e ofícios. Depois nós tínhamos que lhe pagar, o padre apresentava as contas e tínhamos que lhe pagar, a ele e aos que aparecessem, isso era mesmo dos estatutos.

ENT. – Embora não fossem convidados...

LUÍS PEREIRA – Embora não fossem convidados, mas os padres que aparecessem para assistir e colaborar na cerimónia religiosa, nós pagávamos-lhe o serviço.

ENT. – E o serviço tinha um preço determinado, ou cada padre...

LUÍS PEREIRA – Cada padre é que apresentava a conta.

A mesma conversa se repete em diferentes entrevistas. Celeste Branco conta algo parecido: “Olhe, havia lá sempre; todos os padres que lá aparecem davam-lhe de comer.”

Na documentação da Confraria estão anotadas as despesas dos padres nas diferentes edições da romaria, bem como os orçamentos da diocese indicando o valor de cada serviço. Num documento sem data, podemos ver que o sermão são 300\$00, a missa cantada 500\$00 e os foguetes 1200\$00. Em outros anos, as quantidades são diferentes. Por exemplo, no ano de 1925, para missa cantada e pregador, pagaram-se 1000\$00. Já em 1986 foram 25 500\$00 pelos “senhores padres”.

A relação com os padres nem sempre foi isenta de censura e comentários menos abonatórios. Os romeiros separam muito bem os padres da devoção aos diferentes santos. Tanto comentam o sermão do padre ou o seu ofício como comentam as músicas da banda, o conjunto ou os fogos de artifício. Um padre pode ou não “prestar”, pode ser um bom ou mau padre. A figura do pároco fica sujeita ao escrutínio da população. Reproduzimos uma conversa entre pessoas de Parada:

uma certa resiliência, estando presentes na memória dos mais velhos. A distância que separa o mundo dos padres acentua-se pelo facto de a romaria do Santo Antão da Barca ser gerida pela direção da Confraria.

Voltando à missa, ela decorreu em 2012 com vento e, no ano seguinte, na aldeia de Parada, com chuva⁵.

As pessoas, em silêncio, atendem o ofício. Várias moças da banda de Alfândega da Fé cantam durante a missa, acompanhadas por alguns instrumentos. Antes de começar a procissão, em representação da Confraria, Teresa Afonso sobe ao altar para ler umas palavras de agradecimento ao padre, que se prepara para mudar de paróquia. Pouco depois, tem início a procissão.

Encabeçam a procissão os três estandartes já mencionados, seguidos da Cruz e de dois candeieiros que a custodiam. As imagens seguem pela ordem referida: Pomba, Anjo da Guarda, São João Batista e, depois,

5 Ao contrário do que estava previsto, mas tido sempre por muito improvável, o novo espaço não ficou pronto para nele se realizar a festa de 2013. Assim, esta foi realizada na aldeia, depois de alguma discussão e mesmo oposição por parte de alguns irmãos de Parada, tendo como centro a igreja. A chuva, inesperada nesta época do ano, impediu a missa campal na praça em frente à igreja, obrigando a que a mesma fosse realizada no seu interior. A procissão percorreu as ruas de Parada, já sem chuva. Por fim a festa noturna realizou-se no largo da entrada principal da aldeia. Apesar do entusiasmo e empenho da Direção, a afluência de romeiros foi bem menor, revelando que as festividades desse ano foram vistas por muitos como um momento intercalar, de certa forma uma transição até 2014, ano em que a festa se fará já no novo Santuário.

Orçamento da festa de *Divino Senhor da Barca* 6
Freguesia de *Parada*

Novena	\$
Tríduo	\$
Missa cantada	500 \$ 00
Sermão	300 \$ 00
Ornamentação	\$
Banda de música	2.000 \$ 00
Alti-falante	\$
Foguetes	1.200 \$ 00
	\$
	\$
	\$
Total	4.000 \$ 00

O Presidente da Comissão ou Mordomo,
João dos Santos Sales

O Pároco,
Permitindo o tempo a missa cantada no festim para as almas que no recinto do adro como nos anos anteriores
João dos Santos Sales

Taxa	400 \$ 00
Timbres	100 \$ 00
Correios	100 \$ 00
Total	600 \$ 00

O Tesoureiro da Diocese,
[Assinatura]

N. B. — No requerimento deve ser mencionado o nome do proponente, do proprietário do alti-falante e da Banda de música. O alti-falante só deve ser contratado depois de se certificarem de que o seu proprietário está munido da respectiva licença. O proprietário do alti-falante obedecerá rigorosamente as instruções do Rev. Pároco em Capela, conforme o compromisso feito na ocasião em que lhe foi passada a licença, devendo o Rev. Pároco ou Capelão comunicar-nos qualquer transgressão a fim de lhe ser retirada a licença.

Fig. 6
Orçamento da festa em 1968
(arquivo da Confraria).

as três imagens principais: Nossa Senhora dos Remédios, Santo Antão da Barca e Divino Senhor da Barca. As imagens são seguidas pelos padres e por um grupo de acólitos, depois pelo diretor da banda de música e, imediatamente a seguir, pelos músicos que tocam. Logo depois caminham, em multidão apertada, os romeiros. As pessoas jamais se colocam à frente do padre, mas algumas incorporam-se na procissão entre este e a banda de música.

A procissão tem um passo descontínuo. Em todo o percurso para-se e anda-se continuamente. Os estandartes param porque o seu passo é mais rápido do que o dos andores. Entre os andores há aqueles que têm um passo mais ligeiro porque são mais leves. No Santuário, a procissão sai do adro pela porta da Casa dos Romeiros e caminha até Miragaia para dar a volta por cima dos coretos e entrar logo pela porta lateral, do lado das barracas. Dá uma volta à Capela, e as imagens entram nela na ordem inversa da procissão.



94
Momento da
procissão.





96 | 97 | 98

Momentos da procissão.

O primeiro a entrar é o Divino Senhor da Barca, depois Santo Antão e Nossa Senhora e, por fim, as imagens de São João, do Anjo da Guarda e da Pomba.

Durante a procissão, um elemento da Confraria pede esmola com um pequeno cesto, outros procuram ordenar o passo da procissão e garantir que nenhuma imagem fique atrás. A banda interpreta uma marcha solene, e as pessoas caminham em silêncio. Muitas delas em obediência a alguma promessa, e outras por ser este um momento sagrado de respeito às imagens. O silêncio da procissão vai desaparecendo à medida que se aproxima do seu final. Logo que entra no espaço sagrado, já não se ouve a banda de música com a mesma clareza, com os instrumentos abafados pelas vozes cada vez mais audíveis dos romeiros.



Uma vez a procissão acabada, os romeiros preparam-se para merendar. Porém, no recinto santo prossegue uma intensa atividade de devoção. Não são só as promessas que a alimentam, mas também a custódia da Capela. Um grupo de mulheres de idade avançada mantém-se na Capela de forma ininterrupta. No exterior o arraial começa, as pessoas bebem, dançam e brincam, enquanto no interior da Capela estas senhoras rezam no altar e nos bancos laterais. Há pessoas que entram e saem do templo durante toda a noite. Vão rezar aos santos, oferecer uma esmola, tirar fotografias. No seu interior, estas senhoras mantêm a oração de modo contínuo. Em certo sentido, fazem um coro protetor das imagens dos santos.

Uma destas mulheres é Antónia Ferreira. Sentada ao pé do altar, recebe os romeiros qual cicerone. Muitas pessoas falam com Dona Antónia. As de mais idade falam com ela sobre as relações de parentesco entre elas. As mais novas perguntam sobre o Santuário. Ela responde às dúvidas e perguntas das pessoas que se interessam pela história do Santo e do Santuário e cumprimenta vizinhos, amigos e familiares longínquos. Relata os milagres do Divino Senhor da Barca e do Santo Antão da Barca. Não só aquelas histórias da memória coletiva, mas os milagres que por ela fizeram as imagens. Age como voz e guia da Capela. A sua palavra é o testemunho vivo da tradição do Santo Antão da Barca. A sua idade, quase 90 anos, o seu trabalho no Santuário, as suas achegas à festa e certo sossego no seu falar fazem da sua voz uma autoridade dentro do templo. Tal como está situada nessa noite, como que faz parte do leque de imagens da Capela. Uma vez feitas as orações e diálogos com os santos, as pessoas falam com Dona Antónia, a memória viva do Santuário.

As mulheres custodiam a festa até altas horas da madrugada. Só vão embora no final, aquando da retirada dos cofres e do encerramento das portas da Capela por parte dos responsáveis pela festa.

Num tempo não muito distante, a festa terminava com a missa das cinco horas da manhã: “E depois, de madrugada, às cinco da manhã, ou isso, era celebrada a missa por alma dos irmãos falecidos. Tinham essa tradição. Mas isso já para aí – desde que morreu o padre –, já para aí quinze anos ou mais” (Luís Pereira). Ou seja, a missa ao alvorecer do dia de domingo era o fecho da festa. Quando rompia o dia, as pessoas recolhiam os seus animais e voltavam às suas casas pelos caminhos do Santuário. A romaria acabava com o ato sagrado da missa pelos irmãos falecidos, embora em certa documentação esteja escrito que era pelos sucessos dos festejos. De qualquer modo, mais uma vez, o sagrado e o profano têm lugares comuns e não podemos pretender compreender um sem o outro.

5. PELA NOITE DENTRO: COMENSALIDADE E FESTA

“Eu, para mim, a festa do Santo era a melhor coisa que me acontecia na vida. Não ia a lado nenhum.”

Celeste Branco, vizinha de Parada, 85 anos

A celebração em honra do Santo Antão da Barca é composta de vários elementos: devoção pelos santos que ali se veneram, trabalho necessário para organizar a festa e arraial onde as pessoas bailam, bebem, comem e se relacionam. Os três elementos estão unidos e é difícil separar cada um deles de forma inequívoca. A seriedade da devoção cristã em Trás-os-Montes contrasta com a música dos conjuntos, mas quem baila no arraial também o faz porque é devoto ou devota dos santos do Santuário. O trabalho das pessoas que compõem os órgãos sociais da Confraria é parte da sua devoção e todos partilham o objetivo de organizar uma festa e um arraial atrativos para conseguirem larga afluência de visitantes.

Falar de como os romeiros vivem e viviam a festa do Santo Antão da Barca é complexo. Além da devoção, do trabalho e da diversão, a festa inclui memórias e, sobretudo, um espaço concreto: o Santuário – dois planos intimamente unidos que não se podem compreender de forma independente. No que se segue, procuraremos oferecer uma visão da festa do Santo Antão da Barca centrando-nos no espaço e tempo do arraial, que, como veremos, não pode ser desligado das esferas da devoção e do trabalho. O passeio que aqui se propõe tem como guia a observação das celebrações dos anos 2012 e 2013, os relatos e recordações reproduzidas em conversas com os protagonistas das festas e as pesquisas no arquivo da Confraria.

A relação com o passado é sempre diversa. Se falamos das festas, os relatos são, normalmente, positivos. A festa é recordada com saudades, através

de histórias e contos que nos transportam para um mundo sempre melhor do que o presente. Nas conversas com os habitantes de Parada, o Santuário e a festa de Setembro ocupam um lugar privilegiado. Cada pessoa da freguesia tem, na sua memória, um lugar para a festa do Santo Antão e recordações concretas relativas ao Santuário. Espaço e memória formam um todo inseparável, retroalimentando-se.

As memórias da festa coincidem com as memórias da juventude, quando a festa era um horizonte de infinitas possibilidades e a preocupação era namorar, dançar, beber ou comer. No caso concreto da romaria, as memórias juntam-se a um presente etnográfico em que a ameaça da barragem é certa e a celebração da festa é vivida como a última no lugar de toda a vida. A percepção da perda do espaço da festa acentua as saudades de uma memória que será submersa. Em certo sentido, os romeiros do ano de 2012 pertencem a uma “casta” com espessura temporal, são aqueles que frequentaram a romaria do Santo Antão da Barca, ali onde sempre se fez. Os relatos ouvidos contêm a sombra da água que tudo vai cobrir.

Os mais velhos falam do tempo em que cultivava cereal e de como os romeiros desciam pelos caminhos nos seus machos e burros. De como na noite os animais formavam uma quarta música com os seus relinchos. Descer até ao Santuário era descer até um lugar composto por animais e pessoas às centenas. Falar do Santo Antão é falar do orgulho numa romaria de nível regional, conhecida em toda a região e aguardada por milhares de pessoas.

Mas, para falarmos do arraial, imaginemos antes os santos entrando na Capela. A procissão chega ao seu fim. É a hora das merendas, do profano!

As pessoas apressam o passo para ocuparem diferentes lugares fora do adro. Desde os coretos até o palco da música, abaixo do adro, o Santuário está rodeado de grupos de romeiros. As pessoas fazem de carros e carrinhas

mesas e cadeiras, ocupam os coretos, estendem toalhas no chão ou colocam mesas e cadeiras portáteis, mas ninguém fica sem lugar para a merenda. Não há uma lei escrita para reservar os lugares da merenda, mas de ano a ano cada família costuma merendar no mesmo lugar. O lugar da merenda não é fruto da improvisação. Contudo, ninguém é proprietário do espaço, nem há direitos adquiridos. Normalmente os espaços reservam-se no próprio dia. No caso do ano de 2012, antes da missa e da procissão, os coretos tinham cintas colocadas como claro indicador de reserva. As carrinhas estavam já estacionadas nos lugares da merenda e a comida preparada em cestos e panelas.

A merenda é uma grande refeição coletiva de transição entre a procissão e o arraial. O momento de convívio entre as famílias. Aliás, este é o único momento em toda a festa em que os elementos da Confraria, responsáveis pela festa, se separam, juntando-se cada um à sua família. Só podemos compreender o alcance da merenda na festa do Santo Antão se pensarmos a comida desde uma perspectiva social e cultural. Contreras afirma com razão que “o ato de se alimentar ou [o ato] da bebida transcende a pura necessidade de se alimentar, de se nutrir, pois está tão carregado de significados e de emoções que se encontra ligado a circunstâncias e acontecimentos que nada têm a ver com a estrita necessidade de se alimentar” (1992: 102).

A merenda não só alimenta e nutre os romeiros, não só dá energias para afrontar o arraial até altas horas da madrugada; é também um momento de reafirmação das pessoas com a terra em termos tanto metafóricos como literais. As pessoas ocupam o espaço do Santuário, dele fazendo um lugar próprio, a sua cozinha, a sua sala de jantar. No tempo que demora a merendar, cada romeiro é “dono” de um pedaço do Santuário. A reiteração desta prática no decorrer dos anos liga de uma forma íntima o lugar do Santuário às pessoas. Tanto assim que, na festa de 2013, celebrada na aldeia de Parada, por causa das obras de trasladação da capela do Santuário, a falta de um espaço para as merendas foi um dos elementos mais comentados. Mas não

só: por ser na aldeia, onde as pessoas têm as suas residências, todos optaram por fazer a refeição em casa.

Em suma, e na esteira do que foi discutido no Capítulo 1, o espaço condiciona e organiza as relações sociais. Neste caso, a falta do convívio familiar alargado, da prática cultural da comida, fez toda a diferença na festa desse ano.

A merenda do Santo Antão reproduz toda uma narrativa com elementos próprios da festa representada em diversos itens. Aqui vamos procurar analisar dois: a comida e as conversas.

Embora seja depois da procissão que as pessoas se reúnem para a merenda, o processo de preparação da comida começa antes da descida para o Santuário. As casas e cozinhas de Parada e das aldeias próximas cheiram a comida. Os fornos, as panelas e as frigideiras não descansam nas cozinhas. Enquanto no forno se assa o leitão, na frigideira os panados vão-se fritando e nas panelas o arroz coze. A preparação da comida é um trabalho realizado quase em exclusivo por mulheres, na manhã de sábado e mesmo na sexta-feira. A planificação da comida necessária, da variedade de pratos e de fazer tudo com o tempo justo para descer ao Santuário fazem parte de uma aprendizagem de anos. As mulheres mais idosas capitaneiam toda a operação e, através da sua prática e da presença de mulheres mais novas na cozinha, o saber culinário transmite-se de geração em geração.

Mas a comida do Santo Antão tem elementos especiais. Por ser uma merenda a consumir longe de casa, os pratos preparados têm de ser facilmente transportados. Não é frequente encontrar sopa na merenda deste dia. Os pratos preferidos são aqueles que podem ser facilmente transportados e ingeridos frios com agrado. Assim, as frituras são as protagonistas do serão. Outro elemento importante é a quantidade. Na merenda do Santo Antão não basta saciar a fome, a comida tem de ser farta. A abundância de comida é uma mostra de devoção às imagens do Santuário. O esforço, o tempo e

o cuidado na elaboração dos pratos são, também, uma mostra de devoção, mas a abundância de comida partilha outras lógicas.

Durante a merenda, é frequente que as pessoas se convidem umas às outras. Neste oferecimento está incluída a partilha do alimento num dia de festa, mas também a mostra da abundância de comida da própria família. É um dia de mãos abertas e de uma certa exposição pública de devoção através da comida e das habilidades culinárias da casa, isto é, da mulher ou mulheres da casa. Ao contrário do que acontece com a refeição em casa, mesmo que esta seja no dia da festa, a merenda do Santo Antão é feita não apenas para os membros da família, mas também para ser degustada por outros romeiros.

A lista de pratos para esse dia é bem extensa. Vejamos um exemplo concreto de ementa, tirado de um caso real do ano de 2013: arroz de pato, bolinhos de bacalhau, rissóis de carne, panadinhos, peixinhos do rio, peru, leitão, salada de tomate e salada de feijão-verde. Para a sobremesa a família oferece aos convivas “rochedos”, “esses”, bolo de chocolate e melancia. A isto acrescentam-se pão, vinho e refrescos para os mais novos. Os manjares citados fazem parte do leque culinário transmuntano, mas há três pratos que passamos a distinguir: peixinhos do rio, “rochedos” e “esses”.

A comida tem uma importante carga simbólica. No caso da merenda referida, ela está relacionada com o lugar ligado à comida. Nas conversas sobre a merenda, sempre houve uma clara referência aos peixes do rio Sabor. Como se viu de forma detalhada no capítulo dedicado à pesca, os peixes do rio Sabor são referidos como um grande manjar e parte integrante da festa do Santo Antão. Os peixes fazem referência ao lugar do Santuário, à prática da pesca e à relação da população com o rio e com as práticas do presente – e sobretudo do passado –, quando a pesca era parte do sustento material de pescadores e vendedores e parte integrante da dieta da região. Na boca de próprios e alheios, os peixes do rio situam-se do lado

da *haut-cuisine* do Santo Antão, embora a sua elaboração seja simples: normalmente fritos em azeite e condimentados com erva-peixeira, malagueta ou molho de escabeche. Nos relatos dos últimos anos do velho Santuário, a referência à perda dos peixes com a chegada da barragem foi constante. Perder os peixes de água corrente significava perder um elemento culinário próprio da festa. Gastronomia, espaço e cultura unem-se aqui na figura dos peixinhos do rio.

Juntamente com o peixe, a merenda da festa do Santo Antão da Barca tem um amplo leque de sobremesas próprias destas datas e desta celebração. Os “rochedos” e os “esses” são duas das sobremesas de que as mulheres cozinheiras mais se orgulham. Os “rochedos” são uns pastéis em forma de cone elaborados com clara de ovo e amêndoa. Com as gemas sobrantas faz-se o “esse”, que tira o nome da sua forma. Dando voz a Ilda Garcia, uma das mulheres que cozinham estas deliciosas sobremesas, apresentamos duas receitas, começando pela dos “rochedos”:

Necessitamos de meia dúzia de ovos, mas dos ovos tiram-se as gemas e ficam só as claras. Um quilo de açúcar. Isso bate-se e fica tipo uma massa de suspiros, em ponto. Leva um quilo de amêndoa lascada, palitada, e depois duas colheres de farinha. Isso vai ao forno. Põe-se nuns tabuleirinhos com uma colher como as da sopa. Está no forno e fica amarrado tipo bolacha. Está no forno só uma lágrima de volta, tira-se do forno e com as mãos molhadas com farinha, porque queima muito, então levantam-se e dão a forma de um rochedo. Depois [espera-se] meia hora e está o bolo feito.

Já a receita dos “esses” é a seguinte:

A gente costuma aproveitar as gemas e fazer um bolo seco a que chamamos os “esses”. São oito ovos, meio litro de azeite rijado [quente] e farinha, que mexemos para poder fazer a forma do “esse”. A gente enrola e faz o mesmo “esse”. Nessa massa pode-se misturar a gema que fica de fazer os “rochedos”.

Por fim, apresentamos a receita dos peixes do rio Sabor:

Tem-se que pôr sal. O peixe frita-se em azeite, que fica mais saboroso, e depois de fritar faz-se um molho em escabeche que é azeite, vinagre, cebola às rodelas, um bocadinho de erva-peixeira, um bocadinho de malagueta – para ficar um paladarzinho a malagueta –, e fica de hoje para amanhã.

Além da comida, a merenda do Santo Antão tem um outro elemento próprio da festa, já mencionado, que tem um relevo especial na sequência da romaria: as conversas. É certo que tempo para a conversa há em toda a festa, mas o momento da refeição oferece condições de repouso que propiciam a comunicação verbal.

O dia da festa do Santo Antão é um momento de reunião. Pessoas que estão fora, na emigração, voltam para a celebração e o convívio. Pessoas em França, em Espanha ou em qualquer outro país da Europa, mas também no Porto, em Lisboa, em Miranda do Douro ou em Vila Real, voltam nesta altura para o encontro anual de revisitação de amigos e familiares mais distantes.

As conversas da merenda reafirmam as memórias familiares, dos vizinhos e da própria festa. É a conversa para matar saudades do lugar. Nos últimos anos da festa no velho Santuário eram muitas as conversas sobre edições passadas da celebração: como era antigamente a festa, como as músicas tocavam até de madrugada, como o rio era uma paisagem de recordações,

de experiências da juventude. Falam do local do Santuário com a saudade de quem já o perdeu, conscientes de serem os últimos romeiros.

Nas merendas contam-se histórias. Normalmente os homens, mas também algumas mulheres, contam anedotas e contos sobre a festa. Histórias de acontecimentos particulares em que a rivalidade entre as diferentes freguesias chegava por vezes a vias de facto, isto é, ao confronto físico. Os relatos fazem referência ao período da infância ou juventude dos presentes. São casos já com muitos anos, porque os que falam são emigrantes que deixaram a terra ainda novos e a sua memória ancora-se no tempo em que eram moços. Sendo assim, há sempre um halo de saudade e melancolia.

A merenda, como já foi dito, é o tempo de transição entre a procissão e o arraial. Acabada a comida, as pessoas tomam o café no próprio local da merenda ou no bar da festa. A música começa logo a seguir. Se ouvirmos as conversas, observarmos as últimas festas no Santuário e consultarmos o arquivo da Confraria, vemos que sempre houve música na festa, mas que nem sempre foi a mesma nem com a mesma distribuição. No ano de 2012, depois da merenda, a banda municipal de Alfândega da Fé ofereceu um concerto para os romeiros. Colocados no coreto do adro, no altar campal, a banda interpretou músicas populares. Os romeiros que assistem não dançam, embora a música tenha esse propósito. O público bate palmas de forma insistente. Não quer que o concerto acabe. A banda inclui peças cantadas que os presentes agradecem. Nesta altura da noite, parece que há mais pessoas que na procissão. Embora o concerto tenha acabado, o pessoal continua no adro.

A música da banda, na atualidade, limita-se à entrada dos responsáveis pela festa no adro, à procissão e a um pequeno concerto depois das merendas. Na edição de 2013, celebrada na aldeia de Parada, não houve o mencionado concerto. Mas nem sempre foi assim. Os relatos das pessoas com mais

de cinquenta anos comprovam a existência de três bandas na festa. Manuel Ribeiro, de mais de 75 anos, comenta que na festa “estavam as bandas a tocar, uma no adro e as outras duas em cima [nos coretos]. Primeiro tocavam as outras duas, depois paravam e tocava a do adro”. Nos arquivos da Confraria encontra-se documentação do ano de 1951 que confirma o pagamento a três bandas diferentes. Naquele ano foram pagas as de Carviçais, Chacim e Sambade. Estela Alves relata que, antes de existirem os coretos fixos, “os coretos eram improvisados, feitos e desfeitos ao fim da festa. Porque depois foram feitos aqueles definitivos, os que estão lá [...]”. Os coretos foram feitos no começo dos anos 1950. A mesma informante explica como foram construídos:

[Os coretos] eram feitos em madeira, improvisados. Aqui só havia fragas, aqui só havia fragas e rochas, era... E esse senhor que fez lá os coretos definitivos era um irmão desse senhor, desse capitão da força aérea⁶. E como é que ele conseguiu à mão, com trabalhadores, à mão, desbravar isto tudo, fazer aquelas... aquelas escadas e fazer aqueles coretos que ainda hoje lá estão. Ainda hoje estão lá.

Nos coretos tocavam as bandas, que competiam entre elas a ver qual era a melhor. Na atualidade, e desde pelo menos a década de 1970, as bandas foram substituídas por conjuntos musicais como animadores da noite do Santo Antão. No programa de 1980 podemos ler: “às 22 horas início do grande arraial em que actuarão a conceituada banda de música do Felgar e o famoso conjunto ‘Zapa-Band’ de Mogadouro”. Onze anos depois, a fórmula será semelhante, mas com a banda de música de Izeda, o conjunto Diapasão e o organista Beto. Enfim, os estilos musicais variam com os

6 Aníbal Sousa é irmão do capitão Sousa (Lopes, 2008: 53).

tempos, procurando os responsáveis pela festa manterem-se próximo do gosto dominante, em especial dos mais jovens. Estela Alves assinala esta mudança e os seus sentimentos, certamente partilháveis por uma ampla maioria de pessoas da sua geração:

Mas eu gostava muito mais da festa do Santo Antão no antigamente do que agora. E era muito mais bonita, muito mais... Primeiro, não tínhamos os conjuntos, que os conjuntos dão cabo da gente, as pessoas novas gostam muito. É a vida, não é? Chegaram a estar lá três bandas, três bandas. Houve lá um concurso de bandas lá, uma que atuava mesmo, mesmo ali no adro da igreja e duas em cima nos coretos. Chegava o dinheiro para tudo, e o único rendimento era que pagavam as promessas não em dinheiro, era tudo em cereal.

A noite do arraial nos anos 2012 e 2013 foi animada pelos conjuntos. Contudo, as canções interpretadas por estes conjuntos não eram todas contemporâneas. O repertório foi muito variado, incluindo música folclórica, brasileira, espanhola, pimba, merengue, fados, viras, *rock* e *pop* internacional e ainda música contemporânea portuguesa.

Podemos afirmar que houve um percurso musical que foi das melodias de baile de pares até à música de baile solto, isto é, da música popular “clássica” à música popular contemporânea, mais ao gosto das pessoas mais jovens do arraial.

O ânimo para o baile sobe com o fluir da música. O conjunto tem o seu próprio palco, montado num reboque de camião. Entre eles e o público há um grande espaço que vai sendo ocupado com dançantes. No baile há pares compostos por um homem e uma mulher ou por duas mulheres. No começo da festa são os casais de mais idade que começam a bailar. Com o avançar da noite, os mais jovens vão aderindo, acabando por se constituir

em maioria. No entanto, aqueles que observam, não tomando parte ativa no “terreno” de dança, são ainda mais numerosos.

O arraial faz parte essencial da festa do Santo Antão, mas os códigos e as formas de relacionamento entre as pessoas nem sempre foram os mesmos. Os relatos deste momento da romaria também variam segundo a idade dos assistentes. Como era o baile e quem podia bailar e com quem? A festa era um tempo de namoros, um lugar onde moços e moças da região se podiam ver e comunicar. As oportunidades de contactar pessoas de fora da freguesia não eram muitas, e contar com o tempo livre para o fazer tão-pouco era viável, atendendo aos afazeres quotidianos e às dificuldades e morosidade das deslocações. Tal como ficou escrito no capítulo dedicado ao cereal, a maior parte do ano era tempo de trabalho, embora não isento de comunicação e de contacto entre potenciais casais. Mas o arraial tinha características próprias: música, baile, noite e concentração de pessoal que o convertiam num espaço singular, propício, apesar de todas as formas de vigilância e controlo exercidas pelos progenitores, ao estabelecimento de novos relacionamentos de amizade e de namoro.

Uma conversa com Maria Celeste Branco e Hermínia Cordeiro mostra os limites do namoro no seu tempo de juventude. Na altura da conversa, as entrevistadas tinham 85 e 91 anos, respetivamente.

CELESTE BRANCO – Mas os namoros dantes eram muito perigosos...

ENT. – Como eram?

CELESTE BRANCO – Os pais... As raparigas andavam todas juntas, e os pais andavam por trás a vigiar. Ali os rapazes não tocavam, nem falavam. Nem falar.

ENT. – Então para bailar tinham de pedir permissão ao pai. Se um rapaz quisesse dançar com uma rapariga, como era?

CELESTE BRANCO – Ah, mas ali não dançavam, quando era na nossa mocidade dançavam pouco, não dançavam.

ENT. – Só de roda à volta da Capela?

CELESTE BRANCO – Sim, de roda de volta da Capela.

ENT. – Todas de mãos dadas.

CELESTE BRANCO – Assim, assim. E os rapazes, coitados, às vezes lá iam assim a dar uma voltita. Ah, mas era tudo muito vigiado.

As possibilidades de contacto entre rapazes e raparigas eram muito restringidas e os namoros não incluíam nem contacto físico nem sequer quase comunicação. Na mesma conversa, Celeste Branco e Hermínia Cordeiro, sobrinha e tia, relatam as dinâmicas destas relações:

CELESTE BRANCO – Se um rapaz falasse com uma rapariga e depois não a quisesse, pronto, depois os outros rapazes já lá não iam, já não a queriam. Se andasse um rapaz com uma rapariga e se deixassem, aquela rapariga já perdia. Era assim.

ENT. – Então tinham de acertar à primeira. Não podiam falhar?

CELESTE BRANCO – Não podiam falhar. Se começasse a namorar com um rapaz e depois, pronto...

HERMÍNIA CORDEIRO – E depois a minha casa tinha uma varanda. Ele estava na bica e eu assomava-me ao bico só para o ver [*risos*]. Ele assobiava muito, assobiava muito bem... e eu era tecedeira e pelo janeloco via-o passar, e eu no tear, treca, treca, treca... E era assim.

CELESTE BRANCO – E depois, quando se forma o casamento, tinham de ir pedir aos pais.

ENT. – Pedir aos pais para casar?

CELESTE BRANCO – Os namoros eram fracos.

ENT. – Demoravam? Quanto tempo era o namoro, era muito tempo ou?...

HERMÍNIA CORDEIRO – Olhe, eu já nem sei. Aquilo, a gente gostava dele, namorou, casou, pronto, acabou. Não é como alguns quatro ou cinco anos, até cheira mal isso, mas nós aqui não podíamos... Era depressa, não havia assim anos. Porque não davam asas, por exemplo, para ir à feira com ele. Era só aqui, era só aqui, só aqui em casa.

Os moços formavam rondas à noite na aldeia e com uma viola ou uma guitarra cantavam nas janelas das raparigas. Hermínia Cordeiro rememora uma cantiga que lhe cantaram: “Adeus... as costas eu te vou virando,/ minha boca vai sorrindo,/ meu coração vai chorando./ Arcipreste verga a ponta,/ escreve uma carta no chão,/ para que saiba o amor/ quantas passadas se dão”⁷.

Do relato destas duas senhoras vemos como o lugar da mulher era de submissão ante a vontade paterna. Se o casamento significava a libertação face à tirania paterna, por outro lado significava passar para outra dominação, a exercida pelo marido. Apesar deste quadro relacional, a mulher casada tinha mais possibilidades de movimentação. Podia sair da aldeia, enquanto uma rapariga solteira estava, em certo sentido, presa a esse lugar. Mas em relação à festa do Santo Antão, o lugar das mulheres casadas era diferente do das solteiras: “As raparigas solteiras andavam em volta do adro, e as casadas estavam sentadas ao pé dos filhos. Havia logo filhos”, relata Celeste Branco.

Segundo esta perspetiva, e voltando à festa do Santo Antão, entendem-se melhor as palavras de Celeste Branco: “Eu para mim a festa do Santo era a melhor coisa que me acontecia na vida, não ia a lado nenhum.” A festa, apesar de todas as limitações, era um momento de certa liberdade e folga para as moças. Nas conversas transcritas podemos ler que no tempo de mocidade

7 Pinto (2002: 136-137) transcreve várias destas quadras.

destas duas mulheres era costume bailar de volta da Capela. Imaginamos a cena de dúzias de raparigas bailando de mãos dadas ao som da música em redor da Capela. Uma dança comunitária, mas também uma dança de acordo com os cânones de proibição da altura. Bailar dentro do adro significava ficar num lugar fechado e vigiado. Emília Pires descreve a situação de forma gráfica: “Dantes não dançávamos lá dentro na Capela, só andávamos de roda como o boi no lagar.” As raparigas todas juntas, sem que qualquer homem mediasse no baile.

Estas memórias trazem à luz inúmeras histórias que nos mostram o ambiente de vigilância permanente. Celeste Branco relata uma história ocorrida nessa roda de raparigas:

Há outra história muito engraçada. Olhe, você tome conta nesta história, porque se lhe acontece a si, é preciso saber estas coisas. A Ti Adosinda – tu lembras-te da Ti Adosinda [dirigindo-se para a vizinha] –, já nem me lembro do nome das raparigas, uma Isabel e a outra não sei como se chamava. Só sei que andavam as raparigas todas de braço dado, a gente agarrava-se assim umas às outras e andávamos a dar volta à Capela. Andava um atrás delas, chegou-se ao pé da Isabel, a Ti Adosinda percebeu, agarrou num sobreiro atrás do homem, deu três voltas à Capela, que o homem foi obrigado a meter-se na Capela com a vergonha que apanhou [*risos*]. Com o sobreiro atrás do homem, trupa, trupa, trupa. Mas andavam as mães atrás de nós, não fazíamos o que queríamos, “bô”...

Mais uma vez a vigilância, mas também necessariamente, de acordo com o jogo do cortejo e do namoro, a transgressão.

O arraial do Santo Antão é composto por música, e igualmente por inúmeras barracas de comes e bebes. A Confraria vende as senhas para as bebidas. O fino é a bebida-estrela, vendida a homens e mulheres a um euro

o copo. O vinho quase não tem presença, ao contrário do que acontecia antigamente, quando era, a bem dizer, a praticamente a única bebida de consumo.

No Santuário existe uma clara divisão do espaço da festa. Dentro do adro estão todos os lugares sagrados ou relacionados diretamente com a devoção religiosa, mais as barracas e o bazar pertencentes à Confraria. Tudo o que é feito dentro do adro tem a ver, de uma ou de outra forma, com Santo Antão da Barca. Durante o arraial, o grande trabalho da Confraria está nas barracas. Quanto mais trabalho melhor, porque dos rendimentos da noite da festa dependem em grande medida as finanças de toda a celebração. Cada pessoa tem designada uma tarefa nessa noite. Não há espaço para a improvisação. O dinheiro é recolhido e guardado por duas pessoas da organização da festa, pelo que as encarregadas de atender os visitantes não têm de se preocupar com a questão financeira. O bazar inclui objetos numerados, doados pelos habitantes de Parada. O mecanismo é simples: com um euro compra-se um pequeno papel com um número oculto. Uma vez desdobrado o papel, a pessoa tem direito ao objeto correspondente àquele número.

Fora do adro, no antigo Santuário, convivem as restantes barracas, que são de diversa natureza. Quem quiser comida tem uma barraca com cachorros e hambúrgueres, outra com doces e gelados, outra com licores. Também há barracas para diferentes jogos de azar e habilidade. O tiro com a espingarda é o mais popular. Junto a estas barracas há todo um leque de outras onde se podem comprar brinquedos e artesanato.

As barracas fazem parte da festa. Sempre as houve e são um modo de vida para feirantes e mesmo habitantes do lugar. Na atualidade não é frequente, mas nos relatos das pessoas entrevistadas aparecem com insistência pequenos negócios relacionados com a festa. Olímpio Ginja conta

como o seu pai vendia faixas de palha a cinco coroas (2\$50) para dar de comer aos machos e burros que baixavam à festa. Hermínia Cordeiro diz que, quando era miúda, o pai montava uma taberna para vender vinho e peixe frito.

A festa era uma oportunidade para ganhar algum dinheiro. Segundo Alda Garcia, havia tabernas de diferentes pessoas que não pagavam nada à comissão da Confraria: “Não pagavam nada. Esse homem, o Praça de Meirinhos, era devoto do santo, era um homem que gostava de ir ao santo e... Esse levava lá uma taberna, uma tasquita e depois levava carne. Matava lá uns cordeiros, uns cabritos, umas ovelhas e tal. Levava, levava...”

A festa proporcionava às pessoas presentes, momentos, produtos e comidas extraordinários. Por isso a memória fica presa em pequenos detalhes da celebração que mostram o contexto de carestia na infância e na adolescência que muitas das pessoas entrevistadas viveu. Tal é assim que um grupo de paradenses fala sobre estes produtos vendidos nas barracas transmitindo o fascínio daqueles miúdos pelo que hoje em dia poderia ser normal. Voltando a falar do licor da Ti Germana,

ALDA GARCIA – Dantes a gente ia à festa do Santo, era a festa que tínhamos aqui. Íamos à festa do Santo, levávamos tanto como o que tenho nesta mão; onde estava o dinheiro? Quem é que o tinha? Se levássemos um tostão ou dois para beber um licor, a uma mulher que morava aí, que lhe chamávamos a Ti Germana...

ILDA GARCIA E MANUEL RIBEIRO – O licor... era o licor da tia Germana.

ENT. – Era o licor da Ti Germana. E de que eram os licores?

ALDA GARCIA – Eram de água doce... Botavam-lhe um bocado de açúcar, e assim numas garrafitas pequeninas, e botavam ali para aquela garrafa.

ILDA GARCIA – Aquilo era tipo chá.

ALDA GARCIA – Chamávamos-lhe o pirolito...

Vamos beber um pirolito, era aquela garrafinha de dois tostões. Quem é que tinha cá o dinheiro?

ILDA GARCIA – É também costumava ir lá uma doceira com as súplicas.

O arraial continuava toda a noite e só era interrompido pelos fogos de artifício. O Santuário tinha a Casa do Fogo, perto da qual os fogueteiros lançavam o fogo. Situada num outeiro afastado do recinto do Santuário, a casa guardava o fogo durante a festa até o momento do seu lançamento. A existência de dois ou mais fogueteiros era motivo de competição e festa, distribuindo prémios pelos melhores. Era costume que as casas de fogo de artifício oferecessem os seus serviços e na publicidade incorporassem os prémios ganhos nas diferentes festas e romarias, como amiúde se pode ler nos arquivos da Confraria do Santo Antão da Barca.

Para a festa, a Comissão contratava os fogos no primeiro semestre do ano, e podemos imaginar a sua importância consultando as faturas. No ano de 1925 pagou-se pelos fogos um total de 1600\$00, o que, comparando com as faturas da música, 1800\$00, comprova o seu peso na festa. No ano de 1986, o pagamento do fogo de artifício ascendeu a 40 000\$00, e a música a 165 000\$00. No ano de 1991 as cifras

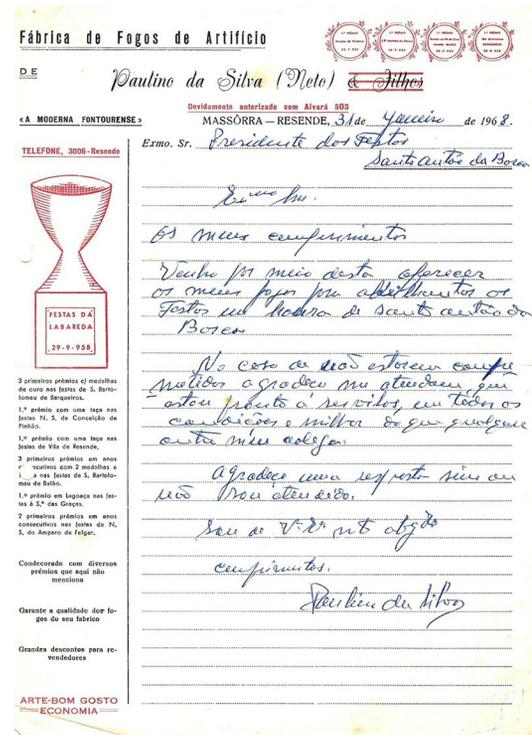


Fig. 7

Carta de disponibilização de fogos de artifício em 1968 (arquivo da Confraria).

são algo maiores. Para o fogo destinaram-se 180 000\$00, e para música 255 000\$00. O espetáculo dos fogos era mais impressionante no tempo em que a eletricidade ainda não tinha chegado ao Santo Antão da Barca. O fogo no céu negro do Sabor, iluminado por centos de petardos, produzia um efeito luminoso e cénico que todos os presentes apreciavam e recordavam por longo tempo.

Fig. 8
Orçamento da banda de música em 1958 (arquivo da Confraria).

Banda de Música de Mateus (Velha)
FUNDADA EM 1810
SEDE
MATEUS-VILA REAL, 14 de Fevereiro de 1958

Ex.^{ma} Sr.^o Francisco Antão Ramos

Parada

Em resposta á carta de V.^{Ex.^a} de 9 do corrente informo que para esta Banda se deslocar a essa localidade no dia 7 e 8 do mez de Setembro próximo, para cumprir o mesmo serviço de há dois anos o mínimo preço que se pode fazer é de CINCO MIL RECU-DOS (5.000\$00).

O preço de há dois anos foi menos alguma coisa mas não dá margem.

E favor responder na volta do correio para nosso governo Com os meus cumprimentos

O Sub-Chefe da Banda de Musica
Luiz Pinho
Luiz Pinho

Fig. 9
Orçamento da banda de música em 1970 (arquivo da Confraria).

Banda Infantil da Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar
(PATRONATO DE SANTO ANTÓNIO)
BRAGANÇA: -30-8-70

Ano de 1970

CONTRATO

A Banda Infantil da Casa de Trabalho compromete-se fazer a festa de *Divino Sabor da Barca*, freguesia *Parada* concelho de *Alfândega da Fé* pelo preço de ESC. 4.300\$00 nas condições seguintes:

Missa cantada pelo Grupo Coral da Banda
Procissões — N.º
Serviço da Banda Concertos — N.º 2
Arraial das horas até às horas
Serviços extraordinários — N.º

Compromisso dos Mordomos Transportes por nossa conta
Alimentação por conta

Entrada da Banda na povoação às 19:30 horas.
Saída da Banda da povoação às 20 horas.

O Director,
Francisco Antão Ramos

Assumimos inteira responsabilidade e comprometemo-nos a cumprir fielmente o contrato acima discriminado.
Bragança, 11 de Junho de 1970.
A Comissão das Festas,
Francisco Antão Ramos
João José Branquinho



Fig. 10
Orçamento do conjunto musical em 1979
(arquivo da Confraria).

A festa não era só diversão, ou melhor, para alguns a diversão não era só festa. Normalmente, a romaria coincidia com o fim da segada. Como antes mencionado, na segada os segadores partilhavam mais do que palavras, desafiando-se e dando expressão às rivalidades, nomeadamente entre freguesias vizinhas, durante a própria festa do Santo Antão da Barca. Esta rivalidade foi relatada por pessoas de todas as idades. Mesmo no presente etnográfico, os comentários irónicos entre pessoas de diferentes freguesias são constantes. Celeste Branco fala-nos dessas rivalidades:

CELESTE BRANCO – Depois eram os de Meirinhos, e os de cá, e os de Vilar Chão.

ENT. – Havia rivalidade?

CELESTE BRANCO – As freguesias estavam sempre em rivalidade, sempre...

ENT. – Mas era gente jovem, ou era tudo...?

CELESTE BRANCO – Era a gente nova, mais nova. Os de Vilar Chão e os de cá não se davam. Depois passavam por aqui e levavam os bonecos assim na ponta de um coiso, que era como quem lhe botava fogo. Depois era guerra. Depois tinha que lá estar sempre a guarda toda a noite e depois também lhe batiam. Os guardas batiam-lhe, era assim...

A rivalidade era tal que havia sempre barulho na festa. Em todas as festas havia uma patrulha da GNR e, antigamente, um destacamento do exército. Mesmo o marechal Óscar Carmona patrulhou mais de uma vez com as suas tropas na festa do Santuário (Lopes, 2008: 56)⁸. Em caso de necessidade, a antiga Casa das Tulhas servia como prisão durante a romaria. Lopes (2008: 56-60) relata dois acontecimentos trágicos ocorridos na festa do Santo Antão. Bem presentes na memória dos mais velhos, estes dois episódios foram-nos narrados durante as festas de 2012 e 2013, se bem que com um detalhe inferior ao descrito no texto. As duas mortes correspondem a um capador de Meirinhos, Francisco do Nascimento, e a um temido homem de Santulhão, do concelho de Vimioso, o Canedo.

No primeiro episódio, datado por Lopes em 1868, o capador de Meirinhos, que era muito bom jogador de ferro, um dia, nos Carviçais, foi convidado a jogar. Depois de recusar por várias vezes, o homem acabou por anuir. Bom jogador de ferro, colocado na raia, pediu a uns homens para se colocarem a uma distância considerável “para evitar que alguma pessoa surja descuidada e possa ser atingida ” (Lopes 2008: 57). Uma vez situados os homens longe do ponto de tiro, o capador disse estas palavras: “Aí vai um tiro para os nascidos, para os que hão de nascer e para os que aqui

8 António Óscar de Fragoso Carmona foi um dos golpistas do 26 de Maio de 1926 que colocou fim à Primeira República, vindo mais tarde a ser o primeiro presidente da República do novo regime ditatorial.

estão em redor.” O tiro foi de tal magnitude que ainda hoje está por superar a sua marca. Mas os homens dos Carviçais não gostaram das palavras do capador e desafiaram-no para medir forças no Santo Antão. Ali, a superioridade numérica fez com que o capador fugisse e com a fuga atrair a tropa atrás dele. Atingido por uma pedra, o homem não conseguiu voltar vivo a Meirinhos.

O segundo episódio aconteceu em 1903 e nele Canedo foi abatido a tiro pela tropa. Canedo era um homem provocador, com gosto pelas zaragatas e barulhos. No Santo Antão desse ano começou um barulho e, na sua fuga, o comandante do destacamento ordenou fazer fogo. Entre os soldados havia um rapaz que o Canedo tinha injuriado. Nessa ordem, o soldado encontrou a sua vingança e o Canedo caiu morto. Este episódio deixou na memória coletiva umas quadras comemorativas:

Já mataram o Canedo
mas não foi na sua terra
foi no Santo Antão da Barca
desviado da Capela

O tenente estava borracho
de vinho e aguardente
mandou atirar fogo
no meio de tanta gente

As balas caindo no chão
faziam grande poeira
foram matar o Canedo
à curriça da moleira

A festa é um espaço poliédrico onde se desenvolve uma multitude de situações: rapazes jogam entre os dançantes no arraial, rapazes e raparigas procuram o namoro, vendedores fazem o seu negócio, pessoas na Capela rezam e cuidam das imagens, rivais resolvem as suas diferenças... E os membros da Confraria responsáveis pela festa: o que fazem durante os festejos?

No início do capítulo dissemos que a festa se compõe de diversão, devoção e trabalho. Estes três eixos concentram-se nos responsáveis pela organização da festa. A preparação de todo o arraial exige um trabalho que começa no mês de janeiro. A procura de conjuntos e bandas de música ou de fogueteiros não pode demorar muito. O Santo Antão da Barca, sendo das mais importantes, não é a única festa da região.

Os vendedores das barracas têm de solicitar permissão à direção da Confraria. A GNR deve ser contactada, sendo obrigação da Confraria informar sobre tudo o que possa acontecer na festa. Os membros mais envolvidos trabalham arduamente para a festa, quer na sua organização, quer durante a sua realização. Mas também têm tempo para a diversão, tanto na preparação, realizada durante a semana anterior, como no próprio dia da festa.

Dantes, na semana anterior à festa, as pessoas mudavam-se literalmente para o Santuário para ajeitar tudo para o grande dia, alojando-se nas casas dos Romeiros e do Ermitão. Era, na verdade, uma semana de trabalho, mas também de diversão e convívio entre estas pessoas. Luís Pereira relata com emoção o ambiente durante essa semana:

O pessoal ia para ali uma semana. Aquilo era, embora trabalhassem, mas aquilo era... era uma alegria. E depois à noite cantava-se o fado, depois aquilo era só bebedeira. Depois, na altura, havia pouca cerveja. Não se vendia quase cerveja. Chegaram a levar para lá uma grade de cerveja e vinha metade. Só bebiam duas ou três cervejas, aquilo era

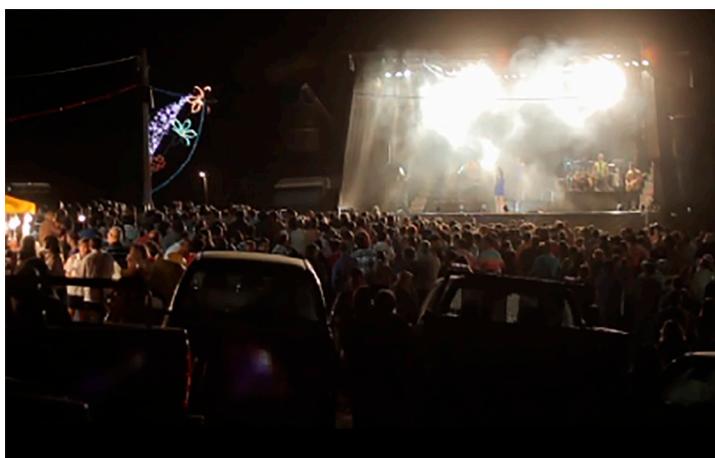
só vinho. Levavam o carro dos machos ou dos bois, levavam um pipo de vinho. Aquilo era ao copo de vinho, era assim. Pois aquela semanada era só para a farra, para comer, beber e trabalhar. Preparavam o que tinham a preparar, mas... Era assim, peixes e batatas. Era o que a gente colhia e salada de tomate que havia ali nas Olgas, que tinham as hortas por ali⁹. Lá o ermitão tinha, os outros daqui fabricavam lá nas Olgas. Iam daqui fabricar nas Olgas, tinham lá os pomares; tinham lá nas Olgas as batatas.

A Confraria organiza a festa, a diversão e a devoção pelos santos do Santuário, mas o seu labor não termina com a festa. Acabada esta, há que proceder à limpeza do Santuário e, depois, já sem freima, ao apuramento das contas, para apresentação e aprovação na assembleia da Confraria no primeiro trimestre do ano seguinte, em conformidade com o art. 10.º dos Estatutos. Certo é que, antigamente, como já foi acima mencionado, até aos anos 1990, a romaria rematava, oficialmente, com a missa às

9 *As Olgas* é o nome dado a um terreno muito fértil localizado na margem direita do rio Sabor, junto ao santuário de Santo Antão da Barca, onde algumas pessoas plantavam hortícolas e outros vegetais.



99 | 100 | 101
Momentos da festa noturna (2012).



102 | 103

Momentos da festa noturna (2012).

cinco horas da madrugada de domingo, “em acção de graças pelo êxito dos festejos” como se podia ler nos cartazes de 1980 e 1991. Esta missa, segundo as informações recebidas, era em honra dos irmãos da Confraria e punha fim à romaria.

Depois desta hora, no tempo dos candeeiros a petróleo, voltava-se a pé, com os machos e os burros. Hoje, não se celebrando a missa, os romeiros vão saindo do recinto da festa de modo mais espaçado, sendo muitos os que fazem coincidir a saída com o fim do concerto, a cargo da banda de música. Enfim, a bordo das suas carrinhas, carros e tratores, os romeiros abandonam o Santuário, a caminho das suas residências, deixando para trás mais um ano de memórias e convívios.



104 | 105 | 106

Momentos da festa noturna
(2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E a vida continua

*(E com ela
a fé e a festa)*

Fernando Bessa Ribeiro

Ao longo de quase vinte meses de trabalho de campo com os habitantes da aldeia de Parada, fomos vivendo e discutindo com eles as mudanças que a construção da grande barragem trará para as vidas quotidianas. O sentimento dominante, face ao avanço inexorável das obras no rio Sabor, por nós visitadas numa manhã chuvosa de novembro de 2012, é o de resignação, aliás validada pelo Santo Antão da Barca. Como nos disse com total convicção Olímpio Ginja, um dos nossos principais informantes, não foi por vontade sua que a barragem se construiu. Mas, se até o Santo estava a deixar, não seria ele que se iria opor. De certo modo, a população de Parada transferiu para uma entidade santa a justificação de uma decisão que lhe vai permitir renovar as forças para se adaptar a uma situação completamente distinta. Perante algo não imaginado e jamais desejado, pressentiu-se que a vida continua, embora de outro modo.

O velho Santuário ficará submerso, a paisagem será outra, o peixe continuará a ser abundante, mas já não poderá ser pescado nos baixios do rio, apanhado nos pequenos buracos das margens, com as redes lançadas pelo pescador metido na água, observando e procurando a melhor estratégia para uma pescaria farta. Tão-pouco se celebrará o Santo Antão no velho Santuário, afundado para sempre, mas sim no novo lugar, com um enquadramento paisagístico muito distinto e um espaço que, procurando reproduzir a disposição existente naquele, será certamente diferente. Mas para a gente de Parada, sobretudo a de idade mais avançada, a devoção terá a mesma intensidade, a relação com o Santo não mudará.

Daqui decorre o necessário impulso para refazer as práticas e as ligações identitárias e simbólicas que, de certo modo, obrigam a um novo começo, através do esquecimento (parcial) do passado (Augé, 1998). Esta reconstrução da memória, inseparável não só das práticas e dos rituais mas também dos espaços onde eles se cumprem, sobre a qual se procurou refletir demoradamente no Capítulo 1, foi enunciada com uma clareza deveras impressionante por uma das nossas informantes aquando de uma visita organizada em maio de 2013 ao novo Santuário, ainda em construção. Constatando as diferenças, nomeadamente no que se refere à qualidade arquitetónica do edificado – construções modernas e funcionais, onde apenas se preservaram a abóbada, o teto, os altares, os granitos e as pinturas da velha na nova Capela –, lembrou que, se os mais velhos irão guardar a memória do velho espaço, os mais novos só terão o novo para recordar, uma vez que não conheceram o velho. Mas não só: a ligação dos mais novos ao sagrado e ao lugar é nitidamente mais frouxa, ainda que existam exceções, fazendo com que a necessária reformulação da relação com o Santo Antão da Barca possa mesmo nem se colocar.

Aceite pela população, não obstante as críticas formuladas por muitos em relação a alguns aspetos do espaço – talvez o mais criticado seja o morro situado a noroeste, separando o espaço edificado do parque de estacionamento –,

a desmontagem da velha Capela foi sentida com especial emoção, havendo quem rezasse para que o Santo Antão da Barca interviesse, como em outras circunstâncias muito distintas, diz a religiosidade popular (v. Capítulo 4), impedindo o avanço das obras. Também aqui, corroborando o descomprometimento dos mais jovens acima referido, os rogos foram pronunciados por pessoas idosas, sobretudo mulheres.

Estes sentimentos abalados não paralisam o presente. A vida continua e com ela a fé e a festa. A última romaria no velho espaço, em setembro de 2012, foi sentida, como vimos no Capítulo 6, de forma muito emotiva, sabendo os romeiros que estavam perante um acontecimento irrepetível. Face à impossibilidade de se organizar a de 2013 no novo espaço, por as obras ainda não estarem concluídas, a Confraria decidiu, não sem alguma discussão e divisão de opinião, realizar a festa na aldeia de Parada, de forma que a tradição não se quebrasse. Tal revela não só a determinação em prosseguir com os eventos que são importantes para a vida da comunidade local como a capacidade de adaptação às circunstâncias decorrentes de decisões que não tomaram mas a que têm de dar resposta, não defraudando expectativas que são cruciais para alimentar solidariedades, presenças e amizades. De facto, as festas são momentos importantes para a manutenção do laço social entre membros das famílias de Parada que, por razões diversas, em boa parte ligadas à procura de melhores oportunidades de vida no litoral ou mesmo na emigração no estrangeiro, regressam a Parada para reverem familiares e amigos que, não raro, só encontram em outras datas festivas, como o Natal.

A festa faz parte da vida social. Religiosa, profana, cíclica, celebrando acontecimentos de forma recorrente, nomeadamente de modo anual, ou eventos inesperados, ela mobiliza os indivíduos e suas comunidades, constituindo-se, como sublinha Silva, seguindo Mauss, “um fenómeno social total

na medida em que abarca diversos aspectos da realidade social: ritual-simbólico, socioeconómico, organizativo-político, lúdico, estético e erótico” (1996: 85). A festa realizada no santuário de Santão Antão da Barca, conquanto tenha indiscutivelmente um fundamento religioso, a evocação e celebração da memória de um santo que mobiliza romeiros de concelhos mais próximos e até de lugares fora da região, combina o sagrado com o profano, à semelhança do que acontece em muitas outras festas realizadas um pouco por todo o país (cf. Oliveira 1984: 239ss). Para a sua realização, é imprescindível a convocação de muitas vontades individuais e recursos, nomeadamente financeiros. Passando por cima das rivalidades e conflitos existentes na aldeia, uma parte muito significativa dos seus membros colabora nas mais diversas tarefas necessárias ao bom desenrolar da festa. São práticas que se inscrevem claramente no domínio da dádiva, da esfera da reciprocidade e não do mercado, onde o interesse económico ou outro, conquanto possa estar presente, é secundário e pouco visível. E que são, importa sublinhar, essenciais à preservação dos laços desta gente como comunidade de destino, em que o futuro de cada um não é indiferente aos outros.

A festa no santuário de Santo Antão da Barca repete, de certo modo, o observado por Saraiva (2003: 115) para a aldeia da Luz, no Alentejo: estamos perante a abertura ao exterior, e à festa afluem os familiares emigrados, seja nas cidades do litoral, seja no estrangeiro, os amigos que residem longe. E como aconteceu dez anos antes na Luz¹, a festa de 2012 no Santo Antão da Barca foi muito singular, como acima se referiu, vivida com especial emoção

1 Sobre a última festa na velha aldeia da Luz, Saraiva escreve que “a solenidade actual desta celebração adquiria neste Verão de 2002 uma ênfase acrescida: ao fim de se repetir, desde há cinco anos, que ‘esta festa será a última na velha aldeia’, era agora óbvio – com as comportas da barragem fechadas, o nível das águas a subir, a nova aldeia pronta e a maioria das chaves das casas já entregues aos seus novos proprietários – que este seria real e definitivamente o último ano da grande festa da santa padroeira na sua velha morada e na antiga igreja matriz” (2003: 113).

por residentes e forâneos: foi a última vez que se realizou no velho lugar, no lugar de sempre junto ao rio Sabor. Muitos, nós próprios também, não se terão dado conta, não obstante saberem que era a última vez que a festa se realizaria no sítio de sempre – “desta vez é que é”, como justamente lembrou o padre Francisco Pimparel na missa campal então celebrada –, que estávamos a fazer história. Isto é, parte inalienável de um acontecimento irrepetível foi registado à exaustão por muitos dos presentes, fosse através de fotografia, fosse em vídeo, certamente materiais que se converterão em artefactos de organização da memória coletiva da comunidade local.

Ao longo do trabalho de campo deparámo-nos recorrentemente, por um lado, com a oposição à construção da barragem, por aquilo que ela implica – submersão de um vasto território, transformando radicalmente a paisagem; desaparecimento de um espaço santo e seu entorno, pleno de recordações, exaltantes, felizes, sofridas, dolorosas, umas e outras contribuindo decisivamente para formar a argamassa da identidade e da memória coletiva da comunidade local –, e, por outro, com a esperança imensa num futuro melhor, decorrente das projetadas oportunidades de desenvolvimento económico alavancadas pelo gigantesco plano de água produzido pelo fecho das comportas em 2014.

Esta tensão entre estabilidade e mudança – entre a saudade de uma paisagem em breve afundada, que é, importa sublinhar, a saudade também de um tempo desaparecido, certamente de muitas privações e provações mas olhado com afeto, pelo menos tanto quanto a recordação da idade da meninice e da juventude por parte dos mais velhos o permite – e um devir mais abundante, trazendo consigo o sempre almejado mas fugidio desenvolvimento, nos termos entendidos pela comunidade local, atravessa todas as tomadas de posição e diálogo dos habitantes de Parada. Por outras palavras, estamos face a um conflito insanável entre a preservação de um presente ancorado num

passado que, apesar de muitas vezes sofrido, era previsível e, de certo modo, seguro, e um futuro muito incerto mas que se deseja melhor. Este conflito só pode ser resolvido procurando encontrar no tempo próximo, que rapidamente será o presente, novas formas de viver a fé e a festa, na qual o (simplesmente) santuário de Santo Antão da Barca continuará a desempenhar uma função crucial. Enfim, com um novo Santuário, uma albufeira gigantesca, um novo espaço e paisagens profundamente modificadas que obrigarão a uma outra relação com o rio, melhor dito, com a água, pois aquele literalmente desaparecerá, a vida continua (e com ela a fé e a festa).

Santo Antão da Barca

Do nosso Santo Antão, que veneramos
No termo de Parada, diz a gente
Que fez muito milagre, há muitos anos,
Nas águas do Sabor que fica em frente.

No início de Setembro, todos vamos
Rezar-lhe na Capela aurifulgente.
Muitos também, por lá, nos refrescamos
Num calmo banho, se o Verão vai quente.

Inverno. Ferve o rio. Margem a margem,
Frágil barquinha, símbolo de coragem,
Tenta ligar no duro furacão.

Rezam as gentes. Pedem ao Santinho.
E logo se lhes mostra no caminho.
Livrando-as do perigo, Santo Antão.

Gouveia (2004: 39)



107

Imagem do Santo Antão da Barca.

Cronologia

DATA	ACONTECIMENTO	ENTIDADES E ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS	COMENTÁRIOS
2012			
06 maio	Recolha dos ingredientes para confeção dos bolos.	Mulheres que pertencem à Confraria.	
09 maio	Confeção de bolos para angariação de fundos.	A confeção dos bolos ficou a cargo das mulheres. Posteriormente toda a população se envolveu.	
12 maio	Limpeza do Santuário para a realização da festa de Maio.	Pessoas que pertencem à Confraria do Santo Antão.	
19 maio	Preparação dos andores e altares para a festa.	Trabalho exercido sobretudo pelas mulheres.	
20 maio	Festa de Maio.	Membros da Confraria e população.	
17 junho	Angariação de fundos. Foram assados frangos e vendidos às pessoas da aldeia de Parada.	Membros da Confraria e população, sobretudo da aldeia de Parada.	

DATA	ACONTECIMENTO	ENTIDADES E ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS	COMENTÁRIOS
28 agosto	Início da preparação do recinto para a festa de Setembro.	A cargo de membros da Confraria.	
01 setembro	Dia da festa do Santo Antão da Barca.	Forte participação popular, sobretudo de pessoas provenientes de Alfândega da Fé e concelhos limítrofes.	
20 outubro	Trasladação das imagens sagradas do Santuário para a igreja de Parada.	Membros da Confraria e da população.	
22 outubro	Entrega das chaves do Santuário à empresa que vai realizar as obras.	Pessoas da Confraria e das empresas que vão realizar as obras (EDP, ACES, Emprapar).	
novembro	Início das obras de desmontagem do Santuário.	Técnicos e operários da empresa encarregada de realizar as obras.	
25 novembro	Visita à barragem.	População de Parada.	

DATA	ACONTECIMENTO	ENTIDADES E ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS	COMENTÁRIOS
2013			
05 maio	Visita às obras nos espaços do velho e do novo Santuário.	População de Parada, representantes da EDP e da Câmara Municipal.	
06 e 07 maio	Recolha e confeção de bolos para angariação de fundos.	A confeção dos bolos ficou a cargo das mulheres. Posteriormente toda a população se envolveu.	
12 maio	Festa em honra do Divino Senhor da Barca.	Membros da direção da Confraria e população, sobretudo da aldeia de Parada.	Com as obras de desmontagem do velho Santuário, a festa foi realizada na igreja de Parada.
06 setembro	Preparação da igreja de Parada para a realização da festa do Santo Antão da Barca. Arranjo dos altares, andores e preparação do recinto.	Membros da direção e outros elementos da Confraria, residentes em Parada.	Não estando o novo Santuário pronto e não podendo a festa ser feita no antigo espaço, esta foi realizada na aldeia de Parada.
07 setembro	Dia da festa do Santo Antão da Barca.	Participação popular mais escassa quando comparada com a festa de 2012, com romeiros provenientes sobretudo de Alfândega da Fé e de concelhos vizinhos.	
10 outubro	Trasladação da abóbada da Capela para o novo Santuário.	Representantes da EDP e da empresa Empripar.	



ÍNDICES DE

Figuras, fotografias, narrativas e quadro

FIGURAS

FIG. 1	Notícia do jornal <i>Mensageiro de Bragança</i> (24 novembro 2011)	51
FIG. 2	Representação esquemática do AHBS	54
FIG. 3	Cartaz de promoção da festa no Santuário, em setembro de 1980 (arquivo da Confraria)	129
FIG. 4	Representação espacial do novo santuário de Santo Antão da Barca	182
FIG. 5	Requerimento enviado ao bispo de Bragança, solicitando autorização para a realização da festa em 1968 (arquivo da Confraria)	230
FIG. 6	Orçamento da festa em 1968 (arquivo da Confraria)	231
FIG. 7	Carta de disponibilização de fogos de artifício em 1968 (arquivo da Confraria)	253
FIG. 8	Orçamento da banda de música em 1958 (arquivo da Confraria)	254
FIG. 9	Orçamento da banda de música em 1970 (arquivo da Confraria)	254
FIG. 10	Orçamento do conjunto musical em 1979 (arquivo da Confraria)	255

FOTOGRAFIAS

1	Caminho de terra de acesso ao Santuário na sua antiga localização, junto ao rio Sabor	6	18	Nas imediações do Santuário, antigos campos de cultivo de cereais	65
2	Imagem do Santo Antão da Barca	10	19	Vista do antigo local de travessia do rio pela barca	76
3	Pintura no interior da Capela	17	20	Pedra onde estava fixado o cabo de aço, ainda parcialmente existente	76
4	Imagem do Santo Antão da Barca no interior da Capela	23	21	Pesca com cana no rio Sabor	88
5	Retábulo de madeira da Capela	29	22	Preparando a cana de pesca	89
6	Fachada principal da capela do Santo Antão da Barca	43	23	A caminho do rio, com as redes	92
7	Barragem principal	56	24	Procurando o peixe	92
8	Construção da barragem principal	56	25	Escolhendo o local mais adequado para lançar a rede	93
9	Vista para montante a partir da coroa da barragem principal	57	26	Estendendo a rede no rio	93
10	Vista do rio Sabor, a jusante da barragem principal	57	27	Retirando o peixe da rede	94
11	Contraembalse (barragem secundária junto à foz do rio Sabor)	58	28	Uma pescaria com bons resultados	95
12	Corredor interior da barragem principal	58	29	Crianças da colónia de férias em atividades lúdicas no rio Sabor, junto ao santuário de Santo Antão da Barca. Meados dos anos 1970	107
13 14	Seguindo com interesse a apresentação da obra no estaleiro	59	30	Uma criança da colónia de férias faz a sua higiene	107
15	A caminho da barragem principal	60	31	Pesca com cana no rio Sabor	109
16	Observando um detalhe da obra	61	32	Vista geral do santuário de Santo Antão da Barca	112
17	O grupo observa a barragem a partir de jusante	61	33	Vista da fachada principal da capela do Santo Antão da Barca	115

34 35	Vista parcial e vista geral da capela do Santo Antão da Barca	116	54	Trabalhos no interior da Capela	171
36	Casa dos Milagres	120	55 56	Trabalhos no interior da Capela	172
37	Casa do Ermitão	120	57	Trabalhos no interior da Capela	173
38	Casa dos Romeiros	121	58 59	Trabalhos no interior da Capela	174
39	Zona de convívio no piso inferior da Casa dos Romeiros	121	60	Trabalhos no interior da Capela	175
40	Fonte	122	61	Trabalhos de restauro das pinturas da Capela	176
41	Coreto	122	62 63	Trabalhos de trasladação da abóbada da Capela	178
42	Grande plano da imagem do Santo Antão da Barca	145	64 65	Trabalhos de trasladação da abóbada da Capela	179
43	O novo lugar do santuário de Santo Antão da Barca	158	66	Trabalhos de trasladação da abóbada da Capela	180
44	Lista do inventário dos materiais existentes na Capela	163	67	Habitantes do concelho observam os trabalhos de trasladação no novo local do Santuário	180
45	Colocação na viatura da imagem do Santo, no velho Santuário	164	68	Preparação do terreno para a construção do novo Santuário	183
46	A caminho da aldeia de Parada	164	69	Placa com informação sobre as obras no novo Santuário	184
47	Chegada à aldeia de Parada	165	70	Trabalhos de construção dos acessos ao novo Santuário	184
48	Transporte das imagens dos santos para a igreja de Parada	165	71	Vista geral do parque de estacionamento do novo Santuário	186
49	A imagem de Santo Antão junto à igreja de Parada	166	72	O espaço onde será erguido o novo Santuário	186
50	Missa com as imagens já no interior da igreja de Parada	167	73	Vista geral do novo Santuário	188
51 52	Trabalhos de preparação da trasladação da abóbada da Capela	169	74	Vista parcial do novo Santuário. À direita, a Casa dos Milagres	188
53	Trabalhos de preparação da trasladação da abóbada da Capela	170			

75	A Capela em construção	189	90 91	Momentos da missa campal	227
76 77	Preparação da doçaria	196	92 93	Momentos da missa campal	228
78 79	Doces já confeccionados (à esquerda os chinfuns, à direita os centeios)	197	94	Momento da procissão	232
80	Momento da limpeza do Santuário	203	95	Momento da procissão	233
81 82 83	Momentos da limpeza do Santuário	204- -205	96 97 98	Momentos da procissão	234- -235
84 85	Bebendo e conversando no bar do Santuário	206	99 100 101	Momentos da festa noturna (2012)	259
86 87	Partilhando a merenda	207	102 103	Momentos da festa noturna (2012)	260
88	Luís Pereira observando o fogo onde serão colocadas as panelas com os tremoços	217	104 105 106	Momentos da festa noturna (2013)	261
89	Viaturas dos romeiros serpenteando o caminho de terra que dá acesso ao Santuário	222	107	Imagem do Santo Antão da Barca	267
			108	Pintura no interior da Capela	271
			109	Retratos	283

NARRATIVAS

Caderno de campo, 18-06-2012	40	Caderno de campo, 24-08-2012	200
Caderno de campo, 01-09-2012	143	Caderno de campo, 12-05-2012	202
Notas de campo, Santo Antão da Barca, 8/9 · 10 · 2013	177	Caderno de campo, 30-08-2012	211

QUADRO

1	Fases de intervenção no espaço construído do Santuário de Santo Antão da Barca	123
---	--	-----

Referências bibliográficas

LIVROS E ARTIGOS

- ARCE, Alberto e Norman Long (eds.) (1999), *Anthropology, Development and Modernities: Exploring discourses, counter-tendencies and violence*. Londres, Routledge.
- ASCENÇÃO, Tiago Emanuel (2011), *Dispersão de lagostins exóticos (Procambarus clarkii e Pacifastacus leniusculus) na bacia hidrográfica do rio Sabor (Nordeste de Portugal): avaliação do impacto ecológico*. Bragança, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança (dissertação de mestrado, documento policopiado).
- AUGÉ, Marc (1998), *Les Formes de l'oubli*. Paris, Payot & Rivages.
- ALVES, Estela e Branca Bebiano Moura (2013), “Colónia de férias”, *Boletim da Associação de Fiéis – Confraria de Santo Antão da Barca*, n.º 2: 10-12.
- BAPTISTA, Luís Vicente (2006), “Urbanização, ruralidade e suburbanidade: conceitos e realidades”, in Casimiro Balsa (org.), *Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Remy*. Lisboa, Colibri/Ceos, 55-66.
- BROMBERGER, Christian e Georges Ravis-Gordani (1976), “Introduction : espace donné, espace production – esquisse d’une approche ethnologique du concept d’espace”, in *Pratiques et représentations de l’espace dans les communautés méditerranéennes*. Paris, Éditions du CNRS.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction : critique sociale do jugement*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras, Celta.

- BOURDIEU, Pierre (1999), “Efeitos de lugar”, in Pierre Bourdieu *et al.*, *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 159-166.
- BOURDIEU, Pierre (2000a), *Les Structures sociales de l'économie*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2000b), *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila*. Oeiras, Celta.
- BRETTEL, Caroline B. (1986), *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa, Dom Quixote.
- BURGESS, Ernest [1967 (1925)], “The growth of the city”, in Robert Park *et al.*, *The City*. Chicago, Chicago University Press.
- CABRAL, João de Pina (1986), *Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa do Alto Minho*. Lisboa, Dom Quixote.
- CANAU, Joel (1996), *Anthropologie de la mémoire*. Paris, Presses Universitaires de France.
- CARIA, Telmo H. (2002), “A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: reflexividade e fronteiras”, in Telmo H. Caria (org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto, Edições Afrontamento, 9-20.
- CASTELLS, Manuel (1975), *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa, Presença.
- CASTELLS, Manuel (1982), *La cuestión urbana*. Madrid, Siglo XXI.
- CHRISTIAN JR., William A. (1989), *Person and God in a Spanish Valley*. Princeton, Princeton University Press.
- CONNERTON, Paul (1993), *Como as sociedades recordam*. Oeiras, Celta.
- CONTRERAS, Jesús (1992), “Alimentación y cultura: reflexiones desde la Antropología”, *Revista Chilena de Antropología*, n.º 11, 95-111.
- CUNHA, Manuela Ivone (2002), *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa, Fim de Século.
- EDP – Gestão de Produção de Energia – Direcção de Projectos e Investigação A. H. do Baixo Sabor (2013), “Construção do Novo Santuário de Santo Antão da Barca – A Trasladação da Capela”, *Boletim da Associação de Fiéis – Confraria de Santo Antão da Barca*, n.º 2: 6.
- EDP – Gestão de Produção de Energia – Direcção de Projecto do Baixo Sabor; Baixo Sabor – Bento Pedroso Construções e Lena Engenharia e Construção, ACE (2013). “Construção do Novo Santuário de Santo Antão da Barca – As obras no Santuário”, *Boletim da Associação de Fiéis – Confraria de Santo Antão da Barca*, n.º 3: 6-7.
- DAVIS, Mike (2006), *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo.
- DIAS, Jorge [1981 (1953)], *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*. Lisboa, Presença.
- DURAND, Jean-Yves (2004), “O olhar de três ‘estrangeiros’ sobre um concelho minhoto”, in Jean-Yves Durand (coord.), *Vila Verde: uma etnografia no presente*. Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 7-15.
- FREUND, Julien (1975), “La ville selon Max Weber”, *Espaces et sociétés*, 16, 47-61.

- GIDDENS, Anthony (2000), “Viver numa sociedade pós-tradicional”, in Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras, Celta, 53-104.
- GOSSIAUX, Jean-François (2000), “Communauté”, in Pierre Bonte e Michel Izard (sous la direction de), *Dictionnaire de l’ethnologie et de l’anthropologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 165-166.
- GOUVEIA, Manuel António (2004), *Rio Sabor*. Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- GOUVEIA, Manuel António (2010), “Introdução aos Estatutos”, in *Estatutos da Associação de Fiéis da Confraria de Santo Antão da Barca*. Bragança, Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar, 3-7.
- GOUVEIA, Manuel António (2011), *Luta e canção*. Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- HALBWACHS, Maurice (1997), *La Mémoire collective*. Paris, Albin Michel.
- HALL, Edward (1986), *A dimensão oculta*. Lisboa, Relógio d’Água.
- HARVEY, David (1992), *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HOBSBAWM, Eric (1995), “Inventing traditions”, *Enquête*, n.º 2, 171-189.
- JABLONSKI GARCÍA, Paulo (2009), *Tratos de favor y clientelismo político en democracia: dos estudios de caso Galicia y Norte de Portugal*. Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona (tese de doutoramento).
- LADRA, Lois e Valdemar Pinho (2010-11): “Tecnologia tradicional da navegação fluvial em Trás-os-Montes. As bateiras do rio Sabor”, *Bri-gantia*, vol. XXX-XXXI, 411-424.
- LAINHO, Susana, Ana Trindade e Mauro Correia (2013), “Desmontagem do Santuário de Santo Antão da Barca”, *Boletim da Associação de Fiéis – Confraria de Santo Antão da Barca*, n.º 2: 4-5.
- LEDRUT, Raymond (1968), *Sociologie urbaine*. Paris, Presses Universitaires de France.
- LEFEBVRE, Henri (1968), *Le Droit à la ville*. Paris, Anthropos.
- LONG, Norman (ed.) (1989), *Encounters at the Interface: A perspective on social discontinuities in rural development*. Wageningen, Agricultural University.
- LONG, Norman (ed.), (1992), *Battlefields of Knowledge: The interlocking of theory and practice in social research and development*. Londres, Routledge.
- LONG, Norman (2001), *Development Sociology: Actor perspectives*. Londres, Routledge.
- LOPES, António dos Santos (2008), *O Santuário de Santo Antão da Barca (Parada – Alfândega da Fé)*. Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- MARTINELLI, Bruno (2000), *Entre systématique et empathie : Réflexion sur la démarche ethnologique*. Aix-en-Provence, Université de Provence (texto policopiado).
- MARX, Karl e Friedrich Engels [1975 (1846)], *A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos diferentes profetas*. Lisboa, Presença.

- NUNES, Berta (2013), “O Santo Antão, o novo Santuário e a Rota da Fé”, *Boletim da Associação de Fiéis – Confraria de Santo Antão da Barca*, n.º 2: 4.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1984), *Festividades cíclicas em Portugal*. Lisboa, Dom Quixote.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (1995), “La politique du terrain : sur la production des données en anthropologie”, *Ênquete*, 1, 71-109.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (2001), “Les trois approches en anthropologie du développement”, *Tiers Monde*, XLII (168), 729-754.
- O’NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, lavradores e jornalistas*. Lisboa, Dom Quixote.
- O’NEILL, Brian Juan (1991): “Espaços sociais e grupos sociais no Nordeste transmontano”, in Brian Juan O’Neill e Joaquim Pais de Brito, *Lugares de Aqui*. Lisboa, Dom Quixote, 141-166.
- ONG, Aihwa (1999), *Flexible Citizenship: The cultural logics of transnationality*. Durham, Duke University Press.
- PARK, Robert (1987), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, in Octávio G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 26-67.
- PINTO, Amélia Ferreira [2002 (1955)], *Contribuição para uma monografia etnográfica, linguística e folclórica do concelho de Alfândega da Fé*. Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- PORTELA, José (2001), “Artesãos, microempresas e desenvolvimento: a centralidade do local e a periferia do centro”, *Livro de Actas*, Ponta Delgada, Centro Regional de Apoio ao Artesanato, 79-84.
- POIRIER, Jean *et al.* (1995), *Histórias de vida: teoria e prática*. Oeiras, Celta.
- RAPPORT, Nigel (1996), “Community”, in Alan Barnard e Jonathan Spencer (ed.), *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. Londres, Routledge.
- REMY, Jean e Liliane Voyé (1974), *La Ville et l’urbanisation*. Bruxelas, Duculot.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2010), *Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- RIBEIRO, Fernando Bessa, José Portela e Chris Gerry (2009), “A terra dos heróis: espaço urbano e vida comercial em Manjacaze (Moçambique)”, *Análise Social*, vol. XLIV (4.º), n.º 193, 825-847.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (coord.), Octávio Sacramento, Manuela Ribeiro, Fernanda Nogueira e Luísa Cortinhas (2009). *Diagnóstico sócio-sanitário do VIH/SIDA no distrito de Bragança*. Vila Real, Cetrad – UTAD.
- RIEGELHAUPT, Joyce (1973), “Festas and padres: the organization of religious action in a Portuguese parish”, *American Anthropologist*, 75, 835-851.
- RIEGELHAUPT, Joyce (1984), “Popular anti-clericalism and religiosity in pre-1974 Portugal”, in Eric Wolf (ed.), *Religion, Power and Protest in Local Communities*. Mouton, Berlim, 93-115.
- SARAIVA, Clara (2003), “Aldeia da Luz: entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças”, *Etnográfica*, vol. VII (1), 105-130.

- SARAIVA, Clara (2005), *Luz e água: etnografia de um processo de mudança*. Beja, Edia.
- SILVA, Lourdes da Graça C. da Cunha e Raul Cunha e Silva (2003), *Gentes sem terra, terras sem gente: transformações na sociedade rural do concelho de Alfândega da Fé (1940-1970)*. Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- SILVA, Manuel Carlos (1996), “A festa: um ritual de nivelamento ou diferenciação social?”, *Cadernos do Noroeste*, vol. 9 (2), 83-102.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2006), “Espaço e sociedade: alguns elementos de reflexão”, in Casimiro Balsa (org.), *Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Remy*. Lisboa, Colibri/Ceos, 185-197.
- SILVA, Manuel Carlos, Fernando Bessa Ribeiro, António Cardoso e Joel Felizes (2017), “O espaço urbano e o problema da habitação: uma primeira aproximação às ilhas e bairros sociais no Porto e em Braga”, in Fernando Matos Rodrigues, Manuel Carlos Silva, António Cerejeira Fontes, André Cerejeira Fontes, Susana Mourão e Luís Baptista (orgs.), *Por uma estratégia de cidade sustentável: expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico*. Porto, Afrontamento, 169-183.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- SOJA, Edward W. (1993), *Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- TÖNNIES, Ferdinand [1955 (1887)], *Community and Association*. Londres, Routledge e Kegan Paul.
- TRUNINGER, Mónica, José Teixeira, Ana Horta, Sílvia Alexandre, Vanda A. da Silva (2012), *A evolução do sistema de refeições escolares em Portugal (1933-2012): 1.º relatório de pesquisa*. Lisboa, ICS.
- VASCONCELOS, Tiago Miguel Xavier (2012), *Análise técnico-económica de um aproveitamento Hidroeléctrico. Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor*. Lisboa, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (dissertação de mestrado).
- VILARES, João Baptista (1926), *Monografia do Concelho de Alfândega da Fé*. Porto, Companhia Portuguesa Editora.
- WIRTH, Louis [1987 (1938)], “O urbanismo como modo de vida”, in Octávio G. Velho (org.), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 90-113.
- WOLF, Eric R. [2001 (1966)], “Kindship, friendship, and patron-client relations in complex societies”, in Eric R. Wolf (with Sydel Silverman) (2001), *Pathways of power: building an anthropology of the Modern World*. Los Angeles, University of California Press, 166-183.
- ZONABEND, Françoise (1980), *La Mémoire longue : temps et histoires au village*. Paris, Presses Universitaires de France.

DOCUMENTOS E FONTES PRIMÁRIAS

- Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor – Empreitada Geral de Construção – Plano de Salvaguarda do Património (s. d.). S. I., EDP.
- Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor – Apresentação à Comissão Executiva da Especialização em Direção e Gestão da Construção da Ordem dos Engenheiros. EDP, s.l., 2012).
- CPPE,(Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. (2002), *Avaliação comparada dos aproveitamentos do Baixo Sabor e do Alto Côa: estudo de impacto ambiental*, vol. I, resumo não técnico.
- DÓRDIO, Paulo (coord.) (2012), *Plano de salvaguarda do património: estudo sobre elementos edificados e construídos de carácter etnográfico no vale do Sabor (EP 0195)*. S.l., AHBS.
- Estatutos da Confraria de Santo Antão da Barca (1864).
- Estatutos da Confraria de Santo Antão da Barca (1895).
- Estatutos da Confraria de Santo Antão da Barca (1911).
- Estatutos da Confraria de Santo Antão da Barca (1931).
- Estatutos da Confraria de Santo Antão da Barca (2001).
- Estatutos da Associação de Fiéis da Confraria de Santo Antão da Barca (2010).
- GPE (Gestão de Produção de Energia, S.A) (2006). *Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor: Relatório de conformidade ambiental do projecto de execução (Recape)*. Vol. 1, sumário executivo (acedido em http://www.edp.pt/PT/sustentabilidade/EDPDocuments/V2_19SE_RECAPEAH_Baixo_Sabor.pdf).
- Memória Descritiva e Justificativa – Projecto Geral – AHBS.PL.11.03.01.GER.MD (2011).
- Recape (2006). Ecosistema e Agripro Ambiente Consultores.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/1996, de 17 de janeiro.

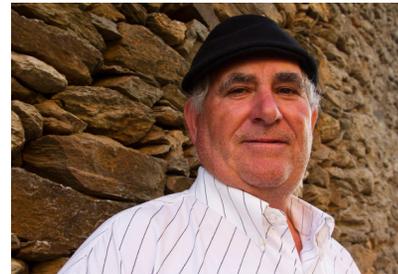
DOCUMENTAÇÃO EM SUPORTE ELETRÓNICO

- <http://naturlink.sapo.pt/Noticias/Opinioao/content/Sintese-e-Conclusoes-do-Estudo-de-Impacte-Ambiental-do-Aproveitamento-Hidroelectrico-do-Baixo-Sabor?bl=1> (acedido em 27 de outubro de 2013).
- <http://www1.ci.uc.pt/fozcoa/batalha.html#nadar> (acedido em 10 de setembro de 2013).
- http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php (acedido em 15 de janeiro de 2013). http://europa.eu/legislation_summaries/environment/tackling_climate_change/l28060_pt.htm (acedido em 20 de janeiro de 2013).
- <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74265/> (acedido em 3 de dezembro de 2013).

- <http://mogadouronline.blogspot.com/2011/03/barragem-do-baixo-sabor.html> (acedido em 20 de novembro de 2012).
- <http://nатурlink.sapo.pt/Noticias/Opinioao/content/Plataforma-Sabor-Livre-considera-inadmissivel-a-decisao-de-construcao-da-Barragem-do-Sabor-e-vai-recorrer-aos-tribunais-nacionais-e-internacionais?bl=1> (acedido em 23 de abril de 2013).
- <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=119&sub3ref=500> (acedido em 28 de abril de 2013).
- <http://www.mapaventura.pt/noticia/adeus-sabor-em-canorafting/> (acedido em 15 de fevereiro de 2013).
- http://www.pmlink.pt/article/pmlink_public/EC/0,1655,1005_39749-3_41100-View_429,00.html (acedido em 27 de outubro de 2013).
- “O renascimento das hídricas” (2007). *Revista On, Energia Sem Limites*, n.º 5: 23-29 (acedido em http://en.peninsulapress.com/uploads/Custom_Publishing/2007/ON_5/On_5.pdf).
- Plataforma Sabor Livre (2003) (acedido em www.saborlivre.org. em 5 de dezembro de 2013).
- www.ci.uc.pt/fozcoa/batalha.html#barragem (acedido em 22 de outubro de 2012).
- www.ecclesia.com.br/biblioteca/monaquismo/vida_de_santo_antao_sobre_a_obra.html (acedido em 17 de outubro de 2013).
- http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/peti/dv/peti_cm%282009%29355396_/peti_cm%282009%29355396_pt.pdf (acedido em 10 de fevereiro de 2013).
- www.matrizpci.imc-p.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/Imateriais/ImateriaisConsultar.aspx?IdReg=282 (acedido em 15 de maio de 2013).

JORNAIS E REVISTAS DA IMPRENSA

Jornal de Notícias
Mensageiro de Bragança
Nordeste
Público
Terra Quente



109

Retratos [da esquerda para a direita:]
Antónia Ferreira; António Maia;
Aurora Ginja; Diana Pereira;
Ernesto Branquinho;
Lúcia Valpereiro; Luís Pereira;
Maria da Graça Cordeiro;
Olímpio Ginja; P.º Fernando Pimparel;
romeira.

Sobre os autores

Fernando Bessa Ribeiro

Professor associado com agregação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho, onde coordena a linha temática Desenvolvimento Humano e Sustentabilidade. No período em que a investigação foi realizada, era professor na Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Capitalismo e desenvolvimento, género e sexualidade e infeção pelo VIH/sida constituem os seus principais temas de investigação, sobre os quais publicou diversos livros, capítulos de livros e artigos em revistas nacionais e estrangeiras. Mais recentemente, passou a trabalhar também sobre questões urbanas, sendo membro do projeto “Modos de vida e formas de habitar: ilhas e bairros populares no Porto e em Braga”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. *Uma sociologia do desenvolvimento*, também publicado pela Húmus, é o seu último livro.

Paulo Jablonski

Originário de Redondela (Galiza), é doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Autónoma de Barcelona. Patrocinato, história oral, património fotográfico e processos de participação social são as suas principais áreas de interesse. Tem dado aulas na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, publicou diversos artigos e participa em movimentos sociais na Galiza. Desenvolve o seu trabalho na cooperativa galega Trespés, desde 2010.

Luísa Cortinhas

Licenciada em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento. Fez parte da equipa do projeto “ADIS/SIDA 028/07” e do projeto “Diagnóstico Socio-Sanitário do VIH/Sida no distrito de Bragança”. É autora dos livros *A “Casa Grande”: a sua importância no concelho de Alfândega da Fé* e *Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé*.

Manuela Ribeiro

Professora associada aposentada da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, coordenou e colaborou em numerosos projetos de investigação, nomeadamente nas áreas do género, sexualidade, saúde e turismo. É autora de numerosos livros, artigos e relatórios sobre os temas mencionados, publicados por editoras nacionais e em revistas portuguesas e estrangeiras.

Pedro Colaço do Rosário

Bacharel em Fotografia e licenciado em Arte e Comunicação, ramo audiovisual, pela Escola Superior Artística do Porto, mestre em Cinema Documental de Creación pela Universidade Rey Juan Carlos. É assistente convidado na Escola de Ciência e Tecnologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e colaborador fotográfico da Lusa – Agência de Notícias de Portugal.

Guilherme Roseler Carvalho

Licenciado em Comunicação e Multimédia pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trabalha em fotografia, multimédia e produção de *websites*. É atualmente presidente do Movimento Fotográfico de Arouca.

Ismael Afonso

Licenciado em Comunicação e Multimédia pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Frequenta o mestrado em Fotografia e Cinema Documental na Escola Superior de Música, Artes e Espetáculo. Recentemente, criou uma empresa de vídeo e fotografia.

Santo Antão da Barca

Trasladação, festa e história
de um lugar em Alfândega da Fé

Coordenação	FERNANDO BESSA RIBEIRO
Texto	FERNANDO BESSA RIBEIRO PAULO JABLONSKI LUÍSA CORTINHAS MANUELA RIBEIRO
Fotos	PEDRO COLAÇO DO ROSÁRIO GUILHERME ROSELER CARVALHO ISMAEL AFONSO
Prefácio	BERTA NUNES
Apresentação	MANUEL ANTÓNIO GOUVEIA
Revisão, paginação e capa	MARGARIDA BALDAIA
Foto da capa	PEDRO COLAÇO DO ROSÁRIO
Foto das guardas	Autor não identificado (pormenor)
Edição	EDIÇÕES HÚMUS, LDA., 2020 End. postal - Apartado 7081 4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão Tel. 926 375 305 humus@humus.com.pt
1.ª edição	Dezembro de 2019
ISBN	978-989-
Impressão	Papelmunde – V. N. Famalicão
Depósito legal n.º	



O SANTUÁRIO DE SANTO ANTÃO DA BARCA não se esgota no espaço restrito formado pela Capela e edifícios anexos. Ele é feito também de articulações com o rio Sabor, a aldeia de Parada, a paisagem envolvente, afeiçoada, geração após geração, por proprietários e camponeses que dela extraíram a sua sobrevivência.

Em 2014, a albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor submergiu o Santuário e área envolvente, obrigando a uma intervenção de salvaguarda deste património.

Este estudo procura conhecer as representações e práticas da população no Santuário, em especial as relacionadas com as festividades e outras cerimónias que mobilizam parte significativa dos naturais e residentes e atraem inúmeros visitantes.

hmnus

